



UNICAMP

MÁRCIA CAROLINA DE OLIVEIRA CURY

**O PROTAGONISMO POPULAR: EXPERIÊNCIAS DE
CLASSE E MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DO
SOCIALISMO CHILENO (1964-1973)**

ERRATA: Onde se lê “Márcia
Carolina de Oliveira Cury” leia-se
“Marcia Carolina de Oliveira Cury”.

**CAMPINAS
2013**


Prof. Dra. Fátima Regina Rodrigues Léora
Coordenadora da Comissão de
Pós-Graduação / IFCH / UNICAMP
Matrícula: 174047



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

MÁRCIA CAROLINA DE OLIVEIRA CURY

**O PROTAGONISMO POPULAR: EXPERIÊNCIAS DE
CLASSE E MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DO
SOCIALISMO CHILENO (1964-1973)**

Orientadora: Profa. Dra. Evelina Dagnino

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas, para
obtenção do Título de Doutora em Ciência
Política.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA MÁRCIA
CAROLINA DE OLIVEIRA CURY, E ORIENTADA PELA PROFA. DRA. EVELINA DAGNINO

Assinatura da Orientadora:

ERRATA: Onde se lê "Márcia
Carolina de Oliveira Cury" leia-se
"Marcia Carolina de Oliveira Cury".

CAMPINAS
2013

Prof. Dra. Fátima Regina Rodrigues Sovera
Coordenadora da Comissão de
Pós-Graduação / IFCH / UNICAMP
Matrícula: 174047

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
MARTA DOS SANTOS-CRB8/5892 - BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

C949p Cury, Márcia Carolina de Oliveira, 1982-
O protagonismo popular: experiências de classe e
movimentos sociais na construção do socialismo chileno
(1964-1973) / Márcia Carolina de Oliveira Cury. --
Campinas, SP : [s.n.], 2013

Orientadora: Evelina Dagnino
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Trabalhadores - Chile. 2. Socialismo - Chile. 3.
Conflito social - Chile. 4. Participação Política - Chile. 5.
Unidade Popular - Chile. I. Dagnino, Evelina, 1945-. II.
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em Inglês: The popular protagonism: experiences of class
and social movements in construction of socialism chilean (1964-1973)

Palavras-chave em inglês:

Workers - Chile

Socialism - Chile

Social conflict – Chile

Political participation - Chile

Popular Unity - Chile

Área de concentração: Política Contemporânea

Titulação: Doutora em Ciência Política

Banca examinadora:

Evelina Dagnino [Orientadora]

Mario Garcés

Márcia de Paula Leite

Robert Sean Purdy

Michael McDonald Hall

Data da defesa: 21-03-2013

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, em sessão pública realizada em 21 de março de 2013, considerou a candidata MÁRCIA CAROLINA DE OLIVEIRA CURY aprovada.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

201309786
Prof. Dra. Evelina Dagnino Evelina Dagnino

Prof. Dra. Marcia de Paula Leite Marcia de Paula Leite

Prof. Dr. Michael McDonald Hall Michael McDonald Hall

Prof. Dr. Mario Fernando Garcés Durán Mario Garcés

Prof. Dr. Robert Sean Purdy Robert Sean Purdy

ERRATA: Onde se lê "Márcia Carolina de Oliveira Cury" leia-se "Marcia Carolina de Oliveira Cury".

V

Fátima Regina Rodrigues Ávila
Prof. Dra. Fátima Regina Rodrigues Ávila
Coordenadora da Comissão de
Pós-Graduação / IFCH / UNICAMP
Matrícula: 174847

AGRADECIMENTOS

Ao Vi, por tudo o que você é e por tudo o que me proporciona, que é simplesmente o melhor que tenho. Agradeço por esses dez anos de compartilhamento intenso de alegrias, cumplicidade, amizade, amor, carinho, sonhos, dedicação, planos, diversão, utopias, pedaladas... Depois de tanto tempo e de tanta coisa boa, nós somos ‘como pão e manteiga’. Também te amo daquele tanto!

À minha mãe, que mesmo distante, é uma força sempre presente e essencial.

À Teresa e ao meu pai, Mario Cury, pelo suporte fundamental em todo o processo da minha formação acadêmica. À Jeusa e ao Vagner, também distantes, mas são pessoas que me trazem sempre o conforto da família e da amizade. Ao meu irmão, Claudio, pela influência decisiva no meu gosto pela História.

À minha orientadora Evelina Dagnino, por quem eu tenho profundo respeito. Agradeço pelas leituras atentas, questionamentos e observações sempre precisos, e também agradeço por sua paciência, que tornou esta jornada mais tranquila.

Aos professores Michael Hall e Angela Araújo, pelas contribuições fundamentais trazidas no meu exame de qualificação.

Ao professor Fernando Teixeira da Silva, primeira pessoa a ler o meu projeto e a me incentivar a ingressar no doutorado. À professora Raquel Meneghelo, leitora e crítica do meu projeto no início do trabalho.

Ao Prof. Mario Garcés, sempre muito generoso e disposto a ouvir as ideias sobre a tese, agradeço muito pela ajuda com tudo, desde a bibliografia até os primeiros contatos com a periferia santiaguina. Ao Prof. Rolando Alvarez pela atenção e por dispor do seu texto.

Agradeço aos colegas de curso da pós-graduação, e ao David, companheiro da Revista História Social, que serviu de cobaia nas minhas aventuras culinárias ao longo desta jornada. Todos foram ótimas companhias para as horas de trabalho e também de distração.

Um profundo agradecimento à Carolina, cujo apoio foi fundamental para cada passo dado nestes cinco anos, e que certamente o será nos passos futuros.

Aos colegas pesquisadores do Chile, sem os quais uma parte fundamental deste trabalho não teria sido possível, sendo eles Sandra Castillo, Bóris Cofre e Alexis Cortés. Todos dispuseram de seus materiais, de seus contatos e de seu tempo para que eu conhecesse os bairros e os trabalhadores entrevistados. Meu profundo agradecimento por tanta generosidade e solidariedade.

Ao Lucas Ochsenius pelo ótimo trabalho de transcrição das entrevistas, que além de facilitar a escrita da tese, me ajudou a compreender alguns “chilenismos”. Ao amigo Andrés, sempre tão solícito e fundamental na logística das minhas viagens de pesquisa de campo em Santiago. Serei sempre muito grata!

Àqueles funcionários que com tanta disposição e simpatia me ajudaram no trabalho de pesquisa na Biblioteca Nacional do Chile, no Arquivo Nacional e na Biblioteca do Congresso Nacional, especialmente a Hector Orellana.

O meu agradecimento especial vai para as mulheres e homens que amavelmente me receberam e em mim confiaram para compartilhar suas experiências por meio das entrevistas que me concederam. Terei sempre profunda gratidão e admiração por estas pessoas que lutaram por um ideal.

Este trabalho contou com o apoio da FAPESP e da CAPES, cujo financiamento foi fundamental para a minha dedicação integral à pesquisa e para a concretização desta tese.

*Porque esta vez, no se trata
de cambiar un presidente
será el pueblo quien construya
un Chile bien diferente...*

*Ya nadie puede quitarnos
el derecho de ser libres
y como seres humanos
podremos vivir en Chile*

Canción del Poder Popular
Inti-Illimani

RESUMO

Depois da vitória da Unidade Popular (UP), em setembro de 1970, a “experiência chilena” despertou grande interesse de estudiosos do país e da América Latina, o qual se justifica por consistir numa experiência singular que expressou a possibilidade de edificar uma sociedade socialista sem romper com os mecanismos institucionais. Diferentes autores analisaram características desse processo, especialmente o conflito político institucional entre os partidos atuantes no período, as disputas ideológicas internas da UP, e a articulação do golpe militar. Em pesquisas mais recentes é possível visualizar uma nova tendência analítica voltada para as manifestações da classe trabalhadora chilena durante o governo da Unidade Popular. Inserido neste quadro, a presente tese busca realizar uma análise da atuação da classe trabalhadora chilena que valorize as múltiplas experiências no cotidiano dos bairros operários, no ambiente de trabalho, nas entidades de classe, além das relações entre os movimentos sociais envolvidos naquele processo político e os partidos de esquerda, elementos fundamentais para a formação de uma identidade de classe centrada no compartilhamento de interesses. Por meio do cruzamento de diferentes fontes, como documentos partidários, sindicais, registros do Ministério do Trabalho, panfletos, jornais e fontes orais, visamos compreender como os trabalhadores atuaram naquele processo político, participação que entendemos como uma das principais expressões de identidade da classe trabalhadora daquela sociedade e como a faceta mais criativa do socialismo chileno. Além disso, analisar as tensões que configuravam as relações entre trabalhadores e governo consiste em um dos nossos objetivos. Acreditamos que a atuação da classe trabalhadora, que ultrapassou os canais institucionais de representação, assentava-se numa longa tradição política, e que os trabalhadores se reapropriaram do projeto político apresentado pela esquerda a partir das suas próprias experiências e concepções de mundo.

ABSTRACT

Since the victory of the coalition Popular Unity (UP) in September of 1970, the “Chilean Experience” has aroused great interest of scholars in the country and in Latin America as a whole, much of which is justified, as it constitutes a singular experience that expressed the possibility of building a socialist society without breaking the institutional mechanisms. Different authors have analyzed this process, specifically the political institutional conflict between the active parties at that time, the internal ideological disputes within UP, and the composition of the military coup. In the most recent studies it is possible to detect a new analytical tendency focusing on inherent manifestations of the Chilean working class during the UP government. Within this context, this thesis aims to analyze the role of the Chilean working class that values the multiplicity of daily experiences in blue-collar neighborhoods, in the working environment, in labor unions, apart from the relations among the social movements involved in that political process and the left parties, essential elements for the making of a class identity centered on shared interests. From the wealth of different sources, such as party documents, unions, records of the Ministry of Labor, pamphlets, newspapers, we seek to understand the involvement of the workers in the political process, and the participation we understand as one of the main expressions of identity of the working class in that society, and the most creative aspect of Chilean socialism. Moreover, analyzing the tensions that were present between workers and the government, is at the heart of our objectives. We believe that the role of the working class that went beyond the institutional representative channels, was built on a long political tradition, and that the workers redefined the political project presented by the left wing, based on their own experiences and worldviews.

SUMÁRIO

Apresentação	17
 Capítulo I.	
Modernização, luta de classes e desenvolvimento político.....	35
“Questão Social”: a luta de classes aberta.....	37
Novos atores políticos.....	42
O Movimento Operário.....	52
A organização e a representatividade no cotidiano.....	70
O fim da autonomia?.....	86
 Capítulo II.	
Construindo identidades: as lutas do cotidiano.....	91
As origens.....	94
Ocupando seus espaços.....	100
Estado, partidos e pobladores.....	108
Os acampamentos e a radicalização do discurso político.....	118
Os pobladores e a luta de classes.....	133
 Capítulo III.	
A hora e a vez da Revolução: projetos de transformação nacional.....	143
A Democracia Cristã e a Revolução em Liberdade.....	146
A Promoção Popular: o despertar da marginalidade?.....	159
Os limites da harmonia social.....	168
Os caminhos à “via chilena”.....	175
A unidade do popular.....	186

Capítulo IV.

<i>Trabajadores al Poder! Da participação proposta à participação vivida.....</i>	199
A participação proposta.....	203
A participação vivida.....	208
A participação ampliada.....	215
Os limites do consenso	223
Um novo sentido para o trabalho.....	237

Capítulo V.

<i>Crear, Crear Poder Popular!</i>	253
As JAP da Unidade Popular.....	257
A crise de outubro.....	265
Os Cordões Industriais.....	285
Os Comandos Comunales.....	294
1973, a mobilização popular e o seu significado.....	306

Considerações Finais.....	317
----------------------------------	------------

Fontes.....	323
--------------------	------------

Bibliografia.....	329
--------------------------	------------

Apresentação

Quando temos contato com os chilenos, logo uma característica nos chama a atenção, que é a profunda paixão que demonstram ao falarem da política nacional e latino-americana, e da sua forte identificação com um ou outro partido político do país. Essa característica por si só já desperta curiosidade, e entre nós pesquisadores suscita uma série de questionamentos e interesses pela investigação da história daqueles homens e mulheres que vivenciaram em sua trajetória uma das maiores mobilizações já vistas na história da América Latina.

E neste ano, em que se completam quatro décadas do golpe militar que pôs fim ao governo de Salvador Allende, certamente ainda há muito o que debater em torno desta experiência. Desde a vitória da Unidade Popular (UP), em setembro de 1970, a “experiência chilena” vem sendo analisada por um número importante de grupos políticos e estudiosos no mundo inteiro. Este interesse ocorreu porque este processo constituiu uma experiência singular, na qual um presidente com um projeto socialista chegou ao poder eleito democraticamente. Mas, para nós, um aspecto fundamental a ser colocado neste debate é justamente o grande envolvimento dos trabalhadores chilenos, carregados das suas paixões políticas, em torno do governo que propunha a construção do socialismo sem romper com os mecanismos institucionais.

A coalizão eleita em 1970 congregava diferentes forças do cenário político chileno e reunia os principais partidos da esquerda nacional, como o Partido Comunista (PC), o Partido Socialista (PS), e outros representantes menores, como o Movimento de Ação Popular Unificado (MAPU), grupo egresso da Democracia Cristã, além do Partido Radical (PR), grupo que havia sido uma das lideranças fundamentais do centro político e, posteriormente, agregou-se a Izquierda Cristiana (IC).

Seu projeto, apostando na (auto) imagem de país politicamente maduro e democrático, visava a construção do socialismo nos marcos da institucionalidade por meio de amplas transformações estruturais na sociedade chilena, e se baseava numa forte crítica à experiência de reforma adotada pelo governo antecessor, da Democracia Cristã, reclamando um plano de ação mais profundo para transformar a estrutura econômica dominante. Na coalizão havia um pressuposto de que esse processo requeria uma etapa de transição, na qual o Estado, intervindo de forma direta na economia, iria realizar as transformações

destinadas à socialização dos meios de produção. Neste âmbito o programa visava separar setores da economia em áreas diferenciadas de gestão.

Suas principais lideranças concebiam o processo de mudanças dentro de uma transição gradual que conduziria ao socialismo por meio de uma aliança de classes com tarefas democratizantes, de caráter antioligárquico e antiimperialista. E se insere nesta proposta a abertura de canais de participação dos trabalhadores, que se daria, principalmente, por meio das suas organizações, especialmente a Central única dos Trabalhadores (CUT). O que se nota no programa de governo é que a proposta de transformação econômica aparece mais elaborada do que o plano de participação política, cujo projeto se apresentava como uma proposta mais anunciadora do que um programa definido.

Se por um lado, a proposta de avançar rumo ao socialismo pelas vias institucionais se apresentava como uma grande inovação na esquerda, por outro, a grande mobilização dos trabalhadores entre os anos de 1970 e 1973 pode ser considerada como a faceta mais criativa e transformadora do governo da Unidade Popular, especialmente por superar as formas propostas de participação e ampliar suas formas de organização, pautadas na solidariedade e na sua consciência de classe.

Com essa perspectiva, na presente tese buscamos compreender o processo de construção do socialismo no Chile a partir do protagonismo popular nas suas diferentes dimensões, inserindo desta forma o governo da Unidade Popular numa abordagem que possibilite visualizar aquele processo para além das suas propostas, ações e desdobramentos no âmbito institucional, ou seja, interpretando a mobilização popular em torno dele.

As principais expressões do protagonismo dos trabalhadores neste processo se deram com a sua intensa participação nos canais criados pelo governo, mas principalmente, por meio de manifestações que superaram o projeto inicial de integração. Suas ações se deram no movimento de *pobladores*, que consistia em movimentos de trabalhadores em luta por habitação e melhorias estruturais dos bairros periféricos; no fenômeno dos *Cordones Industriales*, que podem ser caracterizados como a articulação política dos trabalhadores localizados em cinturões industriais instalados principalmente na capital; nas *Juntas de Abastecimiento y Precios* (JAPs), que lutavam para combater o mercado negro e o desabastecimento gerado pelos boicotes e greves patronais; e nos *Comandos Comunales*,

que significaram organizações de articulação política das diferentes frentes de atuação dos trabalhadores.

Diante da sua atuação, quais interesses seriam defendidos pela classe trabalhadora? Seria a revolução socialista, tal como a apregoada nos folhetos partidários, com a ocupação do poder do Estado? Responder ao chamado da esquerda? Seria o controle dos meios de produção assumido através da ocupação das fábricas? Conseguir a constituição de uma Assembléia Popular que, aliada ao poder institucional também ditasse as novas regras do governo? Ou pela primeira vez ter os seus direitos básicos atendidos plenamente?

Entendemos que estes elementos da problemática da ação popular e a sua articulação com o projeto socialista ainda não foram suficientemente abordados na bibliografia acerca do socialismo chileno. Num campo ainda mais restrito, os movimentos de trabalhadores situados fora dos cenários políticos tradicionais ou do movimento operário organizado, só marginalmente foram considerados, e somente agora estão sendo retomados pela historiografia.

Nas últimas décadas, diferentes autores analisaram características da “experiência chilena”, mas, em especial o conflito político institucional entre os partidos atuantes no período, as disputas ideológicas internas da Unidade Popular, e a articulação do golpe militar. Esta é uma bibliografia que privilegiou a política institucional, uma história “de cima”, em detrimento dos demais sujeitos históricos envolvidos na tentativa de edificação de uma nova sociedade. Nesta abordagem, que tem influência sobre a produção da Flacso, por exemplo, as instituições são abordadas de maneira quase autônoma, deixando de lado a dinâmica do movimento social, e mostra uma tendência a buscar a chave explicativa de toda crise no sistema de partidos.

As abordagens adotadas para a análise do sistema político chileno contribuíram para uma melhor compreensão do movimento socialista e do funcionamento do sistema político do país, bem como dos conflitos e desdobramentos da luta institucional do processo de construção do socialismo, dentre eles os trabalhos de Tomás Moulian, Manuel Garretón e Alfredo Jocelyn-Holt¹, da historiografia e sociologia do Chile, e Alberto Aggio², da historiografia brasileira.

¹ GARRETÓN, Manuel A. Continuidad y ruptura y vacío teórico ideológico: dos hipótesis sobre el proceso político chileno, 1970-1973. **Revista Mexicana de Sociología**, [s.l.], v. 39, n.4, p. 1292, oct./dic. 1977; MOULIAN, Tomás. Desarrollo político y estado de compromiso: desajustes y crisis estatal en Chile. **Colección Estudios Cieplan**, v. 8, n.64,

As pesquisas que abriram uma nova via de análise do período da Unidade Popular trouxeram contribuições fundamentais na medida em que passaram a se debruçar sobre a participação de outros atores políticos e sociais. Esta contribuição nasceu fora do Chile para agora ganhar força dentro do país.

Entre os pesquisadores chilenos, há um importante “movimento” de retomada dos temas sociais na historiografia do país após a tentativa de silenciamento imposta pelo regime militar. Os novos trabalhos voltados para uma história social e política trazem análises dos diferentes movimentos populares desde as suas origens, ampliando as análises para além de um movimento operário estrito, mas sem negligenciar a história partidária e a vinculação dos movimentos populares com a esquerda nacional, de forma a resgatar a dimensão política das identidades populares. É possível afirmar que esta renovação historiográfica foi inaugurada pelos trabalhos sobre o século XIX, de Gabriel Salazar e de Sergio Grez, nos quais os autores passaram a valorizar esta história “de baixo”, e ampliaram a visão sobre os movimentos dos trabalhadores.³

Sobre a participação popular durante o governo de Salvador Allende, ainda há poucos trabalhos no país. Merece destaque o trabalho de Sandra Soto sobre os Cordões Industriais, no qual ela defende a ideia de que aquela organização operária permitiu que se estabelecessem novas formas de sociabilidade, pautadas na solidariedade entre os operários.⁴ A autora conclui que a organização dos Cordões foi o resultado de uma transformação na percepção que os trabalhadores tinham de si mesmos e do papel que exerciam no processo. Para ela, gestou-se no seio da classe trabalhadora um incipiente projeto político popular alternativo.

O trabalho de Mario Garcés traz para a historiografia o tema do movimento de *pobladores*, da sua história de organização e de politização, destacando a sua importância fundamental no exercício da pressão política sobre o Estado pelo reconhecimento dos seus direitos. Trata-se de um trabalho de fundamental contribuição, na medida em que dá relevo

p.105-158, jul. 1982; GARRETÓN, Manuel A.; MOULIAN, Tomás. **La unidad popular y el conflicto político en Chile**. Santiago: Ediciones Minga, 1983; LETELIER, Alfredo J H. **El Chile perplejo: del avanzar sin transar al transar sin parar**. Santiago: Planeta/ Ariel, 1998.

² AGGIO, Alberto. **Democracia e socialismo: a experiência chilena**. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2002.

³ SALAZAR, Gabriel. **Labradores, peones y proletarios**. Santiago: LOM Ediciones, 2000; GREZ TOSO, Sergio. **De la “Regeneración del Pueblo” a la huelga general**. Génesis y evolución histórica del movimiento popular en Chile (1810-1890). Santiago: RIL Editores, 2.a edição, 2007.

⁴ SOTO, Sandra Castillo. **Cordones Industriales. Nuevas formas de sociabilidad obrera y organización política popular**. Chile 1970-1973. Colección Historia Vital. Concepción: Ediciones Escapate, 2009.

aos sujeitos sociais e à importância das suas ações para a transformação da sociedade chilena nas últimas décadas. Inserido nesta proposta, o trabalho de Boris Cofré aborda, especificamente, a experiência dos pobladores do acampamento Nueva La Habana, que durante o período da UP, sob a condução do MIR, viveram um processo de organização e politização revolucionária.⁵

Ainda que nem todos os trabalhos citados aqui tenham abordado especificamente o objeto desta tese, é preciso citá-los porque nos pautamos em suas análises ao longo do trabalho, já que eles nos trazem a interpretação do desenvolvimento histórico dos modos de organização dos trabalhadores. Inserido nesta nova proposta investigativa, que propõe retomar a história dos trabalhadores nas suas diferentes formas de expressão, nosso trabalho busca contribuir para a análise da trajetória e da identidade da classe trabalhadora chilena, que tem como um dos momentos de maior expressão o período da Unidade Popular.

Outros trabalhos que se dedicaram a analisar a partir da participação popular no governo da UP são os de Hugo Cancino e de Franck Gaudichaud.⁶ Ambos destacam a participação popular como o elemento mais criativo daquele processo. O trabalho de Hugo Cancino discutiu a problemática do “Poder Popular” a partir da experiência chilena e trouxe importantes contribuições para a compreensão dos mecanismos de participação popular naquele processo. O autor nos traz uma ampla discussão sobre o papel da esquerda chilena, de Salvador Allende, uma discussão teórica sobre o tema do poder popular e as diferentes formas que adquiriram a participação dos trabalhadores.

A sua abordagem resulta numa análise acerca da dualidade existente no interior da esquerda entre o projeto institucional defendido por Salvador Allende e a radicalização de amplo setor da UP liderado pelo Partido Socialista. Sendo assim, ainda que Cancino proponha uma abordagem sobre a problemática do poder popular, sua análise privilegia a ação dos atores institucionais para compreender a dinâmica dos trabalhadores naquele processo. Dessa forma, sua análise se prende aos paradigmas postos pelo debate ideológico

⁵ GARCÉS, Mario. **Tomando su sitio**. El movimiento de pobladores de Santiago, 1957-1970. Colección Movimientos Sociales. Santiago: LOM Ediciones, 2002; COFRÉ S., Bóris. **Historia de los pobladores del campamento Nueva La Habana durante la Unidad Popular (1970-1973)**. Tesis para optar al grado académico de Licenciado en Historia y Ciencias Sociales. Santiago, 2007.

⁶ CANCINO, Hugo. **La problemática del poder popular en el proceso de la vía chilena al socialismo, 1970-1973**. Aarhus: Aarhus University Press, 1988; GAUDICHAUD, Franck. **Poder Popular y Cordones Industriales**. Testimonios sobre el movimiento popular urbano, 1970-1973. Santiago: LOM Ediciones, 2004.

da esquerda do período, ou seja, à dualidade entre reforma e revolução, e à ideia de que o projeto da via político institucional foi prejudicado por uma ideologia de ruptura da esquerda chilena, sem considerar a verdadeira relação estabelecida entre a Unidade Popular e os movimentos desencadeados pela base, que nada tinha a ver com a ruptura armada.

Mesmo em um trabalho que se propõe a análise das formas de poder popular, estão sendo reproduzidas as linhas interpretativas já realizadas pelos trabalhos dedicados à análise institucional: são desconsideradas as motivações e a consciência dos trabalhadores que se mobilizaram naquele processo, na medida em que prevalece a leitura sobre a irresponsabilidade da esquerda e a incompatibilidade das suas ações com o caráter democrático das instituições chilenas.⁷

O trabalho de Gaudichaud, também empenhado na compreensão do socialismo chileno a partir das mobilizações populares, centrado na análise dos Cordões Industriais, apresenta uma compilação de entrevistas de trabalhadores que participaram destas organizações durante o governo socialista, destacando a atuação dos líderes dos movimentos sindicais. Esta publicação deriva da sua tese de doutorado, à qual também recorreremos. Segundo Franck Gaudichaud (2004, p.104), inicialmente o governo soube facilitar e dinamizar as mobilizações coletivas dos assalariados. Mas com o objetivo de canalizar as forças do movimento operário em torno do projeto da UP, os partidos de esquerda tentaram apoiar-se na CUT integrando-a mais ao aparato do Estado. Esta seria uma contradição existente nas ações da Unidade Popular: agir a partir do Estado e não apreender a “revolução de baixo”, que possibilitou uma criatividade popular sem precedentes e tornou obsoletas as velhas formas de dominação social.

Ao relacionar o governo popular com o movimento operário, Gaudichaud traz elementos de convergência com outras análises recorrentes na historiografia a respeito do

⁷ A maioria dos estudos sobre a Unidade Popular esteve dominada por leituras partidárias, nas quais seus autores buscavam indicar as responsabilidades pelo desfecho que teve o governo popular. Para uma leitura pautada na interpretação democrata-cristã: HERRERA, Genaro A. **De la via chilena a la via insurreccional**. Santiago: Editorial Pacífico, 1974; para uma interpretação de esquerda que defende a via proposta por Allende: GARCÉS, Joan. **Allende y la experiencia chilena**. Barcelona: Ariel, 1976 e BITAR, Sergio. **Transição, socialismo e democracia**. Chile com Allende. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980; uma leitura da esquerda que mantém o debate nos termos da dicotomia entre reforma e revolução: ALTAMIRANO, Carlos. **Dialética de uma derrota**. São Paulo: Brasiliense, 1979. Para mais referências sobre o período: WINN, Peter. **Tejedores de la Revolución**. Los trabajadores de Yarur y la via chilena al socialismo. Santiago: LOM, 2004, AGGIO, Alberto. **Democracia e Socialismo**. A experiência chilena. São Paulo: Annablume, 2.ed, 2002 e VALENZUELA, Arturo. Visiones de Chile. **Latin American Research Review**, outono de 1975, p.155-176.

movimento operário do país, que o concebe como dependente dos partidos.⁸ Assim, para o autor, a história do movimento operário chileno e das lutas sindicais foi marcada por uma oscilação entre períodos de autonomia, de independência e de subordinação em relação às instituições do Estado e aos partidos políticos.

Outro importante trabalho a apontar é o da pesquisadora francesa Ingrid Seguel-Boccaro, que propõe “restituir não só as causas ditas objetivas da Unidade Popular, mas as representações, o vivido pelos atores antes de 1970 e durante o processo”.⁹ Para Boccaro, não há a possibilidade de utilizar a grade de leitura em classes, já que “ela convém somente em uma situação dada”. Uma vez o sistema modificado – como é o caso de um período revolucionário – estas categorias (burguesia, povo = exploradores, explorados = dominantes, dominados) não seriam mais utilizáveis, ao menos da mesma maneira. A revolução socialista, como é o caso, se propôs justamente a pôr fim à exploração e, por conseguinte, destruir o esquema explorador/explorado.

Boccaro interpreta a distinção social apontada nas linguagens e simbologias utilizadas no processo da “experiência chilena” como sentimentos políticos desprovidos de elementos classistas. Na perspectiva do nosso trabalho estes elementos representam uma forte expressão da identidade de classe, pois carregam as representações que os grupos sociais antagônicos fazem, no intuito de se diferenciarem e de se afirmarem social e politicamente, bem como o compartilhamento de uma identidade coletiva e a criação de elementos culturais a partir das suas condições de existência.

Ainda que a nossa proposta de interpretação seja divergente da leitura de Boccaro, consideramos fundamental a sua contribuição, na medida em que ela buscou compreender as subjetividades dos atores, e com a análise do processo a partir de um recorte temporal mais amplo, abarcando diferentes contextos políticos considerados importantes nas lutas populares. Além disso, apresenta entrevistas muito ilustrativas com diferentes atores sociais, da base de apoio da Unidade Popular e da oposição, num real esforço de interpretação a partir da contribuição de sujeitos anônimos que vivenciaram a experiência chilena.

⁸ Esta análise se refere à concepção em torno do movimento operário como absolutamente dependente ou submetido às posições partidárias, e se encontra, principalmente no trabalho de Alan Angell, de 1974. Essa questão será retomada no primeiro capítulo.

⁹ SEGUEL-BOCCARA, Ingrid. **Les passions politiques au Chili durant l'Unité Populaire (1970-1973)**. Essai d'analyse socio-historique. Montreal: L'Harmattan, 1997.

O trabalho que traz como elemento inovador a análise do processo por meio “dos olhos e das palavras” dos trabalhadores para passar a realidade da sua experiência é a obra de Peter Winn, que trouxe um dos principais aportes para a interpretação da relação dos trabalhadores com o governo da Unidade Popular. Por meio da investigação da atuação política dos operários da fábrica têxtil Yarur, que culminou na ocupação e gestão da fábrica, ele nos traz uma rica análise que integra entrevistas e fontes documentais para mostrar as experiências cotidianas vividas pelos trabalhadores com elementos que permearam a formação da sua identidade política.¹⁰

Ainda que Winn analise o processo a partir das experiências dos trabalhadores de uma só empresa, a sua abordagem foi a mais influente para a nossa proposta. Desde a projeção do presente trabalho, o nosso intuito era colaborar com uma interpretação do processo da Unidade Popular com uma visão ‘de baixo’, ou seja, que mostre como se deu a participação popular, mas a partir dos seus próprios termos.

Além destes autores citados, recorreremos a outros importantes materiais que trazem reflexões sobre o processo da experiência chilena. Utilizamos as publicações da época da revista *Les Tempes Modernes*, que traz muitos dados em vários artigos dos estudos sobre a dinâmica política e social do governo da Unidade Popular. Utilizamos também os chamados Documentos de trabalho, que consistem em relatórios e artigos, frutos de pesquisa da FLACSO e do CIDU,¹¹ que apresentam sistematizações de dados e reflexões sobre os temas sociais do período. Especialmente os estudos do CIDU foram utilizados para abordar o tema do movimento de pobladores e da formação dos Comandos Comunales.

A nossa interpretação se embasa na perspectiva apresentada por Hobsbawm, na qual o historiador estabelece dois pressupostos fundamentais para a investigação da história dos trabalhadores. Primeiramente, que a história da classe operária está inserida na história de uma determinada sociedade, e que, portanto, as relações de classe não podem ser analisadas isoladamente, mas em conjunto com a reflexão de como a sociedade se organiza historicamente. Em segundo lugar, que a história operária sempre deve relacionar os diferentes níveis que a compõem (político, socioeconômico, cultural, etc.), tornando

¹⁰Vale citar também o trabalho de Miguel Silva que é uma detalhada compilação de fontes documentais, e que compreende a organização dos Cordões Industriais como uma expressão do poder popular. SILVA, Miguel. **Los Cordones Industriales y el Socialismo Desde Abajo**. Santiago, Lizzor, 1998.

¹¹Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales e Centro Interdisciplinario de Desarrollo Urbano, grupo da Universidad Católica do Chile.

relevante a análise das relações entre trabalhadores e movimentos, bases e líderes, políticas, culturais, ideológicas e socioeconômicas.

O nosso trabalho se fundamenta na linha teórica que privilegia a própria ação dos trabalhadores, motivada e influenciada por suas experiências, e a partir de suas vivências no interior de uma sociedade. Pretende-se compreender a ação política dos trabalhadores como sujeitos históricos, cujas ações não podem ser reduzidas à ideia de indivíduos dissociados em busca unicamente de ganhos individuais, sem identificação com uma luta mais ampla.

Ao mesmo tempo, temos que olhar além da arena política “formal”, para ver como os trabalhadores expressaram suas esperanças. (LUDTKE, 1985, p.309) Esta proposta visa construir uma análise que supere uma interpretação da classe trabalhadora como uma estrutura rígida e, conseqüentemente, analise como os indivíduos agiram, e não como deveriam agir, ao mesmo tempo em que não se limita às suas ações dentro dos órgãos de representação, mas também não as exclui, especialmente no Chile, onde a identidade de classe e a política estiveram historicamente atreladas. Por isso, torna-se relevante aprofundar a análise da participação da classe trabalhadora no transcurso do processo de governo da Unidade Popular, especialmente no que se refere à intersecção das suas manifestações com as ações e os discursos político-ideológicos da esquerda chilena que estão presentes nas ações operárias desde o início do século XX.

Assim, a proposta do presente trabalho vai ao encontro da proposta analítica da obra de E. P. Thompson que vêm dando suporte teórico a trabalhos acerca da classe trabalhadora, e que visam apreender não somente as formas de luta institucional, mas também captar as múltiplas formas do processo histórico de formação da classe trabalhadora e de expressão da sua identidade. Na sua concepção, a classe se delineaia segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a *experiência* de suas situações determinadas, no interior do “conjunto de suas relações sociais”, com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural. (THOMPSON, 2001, p.271) Partimos então do pressuposto segundo o qual a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. (THOMPSON, 1987, p.9)

Portanto, além dos elementos partidários, buscaremos realizar uma análise que valorize as múltiplas experiências da classe trabalhadora chilena no cotidiano, no trabalho, nas suas entidades para apreender os elementos que conformaram a sua identidade e as suas motivações políticas. Os discursos proferidos por eles, a linguagem utilizada, especialmente para se diferenciar dos seus opositores; as *tomas*, que eram os atos de ocupação de fábricas, propriedades públicas e privadas, terrenos urbanos e rurais, sem se importarem se isso convinha à racionalidade do projeto governamental, expressam este sentimento de identidade coletiva em defesa dos seus anseios e contra interesses antagônicos.

Ao adotarmos a proposta thompsoniana de análise da formação da classe trabalhadora e da categoria de experiência para a nossa abordagem destacamos a capacidade dos homens e mulheres efetivamente existentes (não apenas entidades abstratas) realizarem escolhas coletivas dentro de determinado contexto, e de articularem interesses comuns. (BATALHA, 2000, p.196)

Neste enfoque da abordagem thompsoniana se interpreta o processo em que as relações de produção - relações de exploração, dominação e apropriação - dão forma a todos os aspectos da vida social em conjunto e o tempo todo, ou exercem pressão sobre eles. A pressão determinante exercida por um modo de produção na formação das classes não pode ser expressa sem referência a alguma coisa semelhante a uma experiência comum. É no meio dessa experiência vivida que toma forma a consciência social e, com ela, a “*disposição de agir como classe*”. Dessa maneira, buscamos analisar as condições de trabalho e as experiências em comum, fundamentais para a formação de uma identidade de classe centrada no compartilhamento de interesses.

Assim, buscamos mostrar elementos importantes desta experiência que, longe de ser configurada como uma caminhada teleológica ou de uma ação de “um grupo se colocando na vanguarda do povo e pretendendo conscientizá-lo do seu próprio interesse” (SEGUELL-BOCCARA, 1997, p.151) pode ser vislumbrada como parte de uma trajetória que permitiu a constituição de uma identificação em torno de elementos próprios da vida cotidiana concreta, como o meio em que se vive, a posição ocupada nas relações sociais, bem como de uma tradição política que perpassa todos estes aspectos, e que permitiu também a defesa coletiva de um projeto político de transformação.

Como afirma Letelier (1998, p.115), a compreensão do socialismo chileno deve, de fato, levar em conta uma longa tradição histórica nacional, que remonta ao período das lutas operárias do século XIX, passando pela formação dos partidos de esquerda e pelos diversos processos dos quais estes participaram, considerando que a Unidade Popular é um “capítulo carregado de capital histórico acumulado”. O governo popular constitui um período capaz de expressar tensões e contradições do país. Dessa forma, a apreensão do movimento socialista vai além da sua vinculação com o comunismo internacional do pós-guerra, com a Guerra Fria ou com o impacto do processo revolucionário cubano, deve-se atentar para suas singularidades e especificidades.

Ao mesmo tempo, este trabalho está inserido numa abordagem que intenta pensar as experiências dos trabalhadores como uma história marcada pela diversidade, mas, ao mesmo tempo, por práticas que expressam identidades culturais e valores compartilhados forjados a partir de experiências em comum, como uma classe no sentido social. Entendemos que mesmo que os diferentes movimentos populares tenham tido as suas especificidades, como o movimento de pobladores, que ao longo de décadas lutou por moradia e melhorias nos bairros populares, ou o movimento operário, que tinha uma organização sindical, optamos por apresentar uma visão mais global e os elementos comuns das experiências dos trabalhadores, enquanto expressões de uma classe trabalhadora que acabou por aprofundar aquele processo revolucionário.

Para analisar a relação dos trabalhadores chilenos com o governo da Unidade Popular consideramos um aspecto fundamental. Não se pode negligenciar a importância da tradição socialista naquele país, que se notabilizou pelo questionamento da situação histórica de dependência e de desigualdade, e para a inserção de reivindicações políticas e sociais dos setores populares na pauta política nacional, aspectos que resultaram na mobilização de projetos que consolidaram uma tradição de esquerda entre os chilenos. Dessa forma, não se pode descartar a importância do papel exercido pelos partidos e projetos políticos da esquerda no comportamento e na mobilização dos setores populares envolvidos naquele processo político, o que exige uma maior compreensão da complexidade constituinte da identidade dos trabalhadores.

Decorrente disso, mas não menos importante, é preciso destacar que a história da classe trabalhadora chilena, marcada por sua forte atuação dentro e fora do espaço de

trabalho, demonstra o compartilhamento de projetos políticos e uma tradicional interação com a esquerda partidária do país. A noção de projetos políticos é tomada aqui como “os conjuntos de crenças, interesses, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política. Esta noção não se reduz a estratégias de atuação política no sentido estrito, nem a formulações sistematizadas e abrangentes, como os projetos partidários. Esta concepção expressa significados que integram matrizes culturais mais amplas e permite apreender a multiplicidade de sujeitos políticos e das suas diferentes formas de ação política”. (DAGNINO, OLVERA, PANFICHI, 2006, p.39)

Partindo destas considerações, a principal hipótese sustentada no nosso trabalho é de que com a forte tradição de organização e de lutas dos trabalhadores, bem como da relação entre movimentos de base e partidos, o projeto de participação popular apresentado pela Unidade Popular foi reapropriado pela classe trabalhadora a partir das concepções forjadas ao longo do seu processo de formação. Entendemos que a maneira como eles pensaram as propostas do governo e as articularam com as suas formas de organização e de atuação estava fortemente marcada pelas experiências que constituíram aquela classe, e acarretaram numa lógica própria de ação.

Assim, dois objetivos foram buscados neste trabalho. Analisar a atuação da classe trabalhadora na construção do socialismo no Chile, a partir de uma abordagem que valorize as suas múltiplas formas de expressão, ou seja, considerando movimentos institucionais, como os sindicatos, e também os demais movimentos sociais e organizações dos trabalhadores. E também interpretar as relações entre os trabalhadores, suas organizações e o governo. A proposta geral do presente trabalho consiste em analisar a atuação dos trabalhadores em meio à complexidade das relações existentes entre eles, as suas organizações representativas e o governo. Buscamos avaliar estas relações de modo a superar um corte rígido entre movimento autônomo e subordinado, considerando a complexidade desta interação, para demonstrar que esta era caracterizada tanto pelo consenso quanto por tensões.

Investigamos as múltiplas formas de atuação da classe trabalhadora chilena na tentativa de construção do socialismo no Chile, numa abordagem que intenta pensar as experiências dos trabalhadores como uma história marcada pela diversidade e, ao mesmo tempo, por práticas que expressam identidades culturais e valores compartilhados, como

uma classe no sentido social. Pretende-se compreender os trabalhadores como sujeitos históricos, cujas ações não podem ser reduzidas à ideia de subordinação ao Estado e às suas vanguardas partidárias.

Inserido nesta proposta, este trabalho traz a investigação de diferentes aspectos que permearam a história dos trabalhadores chilenos e da sua relação com a política nacional, o que nos levou a ampliar o período abarcado, e analisar elementos importantes da configuração do movimento operário, do movimento de pobladores, da maior politização e radicalização das organizações populares, da mobilização em torno do governo da Unidade Popular e da superação das formas de participação estabelecidas pelo governo.

A ampliação do período de análise nos permitiu demonstrar as lutas dos trabalhadores que ao longo da sua trajetória contribuíram para a democratização da sociedade chilena. Consideramos sim a importância da participação da esquerda no processo político, mas, principalmente, as pressões populares e suas formas de mobilização como o principal elemento que teria permitido a transformação daquela sociedade. Vale mencionar que nos restringimos a analisar os movimentos urbanos dos trabalhadores da cidade de Santiago, incluindo comunas da região metropolitana. Reconhecemos a enorme importância que adquiriu o movimento dos trabalhadores rurais, que merece ser investigado e retratado, mas não teríamos condições de abordá-lo neste trabalho devido à amplitude que adquiriria.

Entendendo o período da UP como o momento de maior expressão da identidade de classe entre os trabalhadores chilenos, foi importante mostrar a trajetória de organização e esse acúmulo de experiências que foram conformando a sua identidade e que permitiram uma explosão mobilizadora e criativa durante o governo popular. Para realizar este trabalho adotamos o cruzamento de diferentes fontes em todos os capítulos. Escolhemos as fontes recorrendo àquelas que melhor nos aproximariam do pensamento, da fala, das relações e ações daqueles sujeitos, que nos permitissem mergulhar na dinâmica social no seu cotidiano.

As fontes escritas a que recorreremos incluem jornais, como os periódicos de clara posição de oposição ao governo, como *El Mercurio*, *Las Ultimas Noticias* e *La Segunda*; os jornais de posição governista, como *El Siglo*, *La Nación* e *Clarín*. Estes jornais trazem em suas páginas ações governamentais, fatos sobre atos sociais e disputas institucionais e

opiniões sobre aquele processo. Além disso, o semanal *Chile Hoy* é uma importante fonte de análise das opiniões dos trabalhadores, por meio de entrevistas e cartas publicadas, dos processos de participação e de debate sobre a participação popular; além de *La Aurora de Chile*, diário do Partido Socialista, *El Siglo*, diário do Partido Comunista, *Las Noticias de Última Hora*, diário de grande circulação e que tinha grande influência da Democracia Cristã, *La Prensa*, diário da Democracia Cristã, *Tribuna*, diário oficial do Partido Nacional.

Para analisarmos as ações dos movimentos sociais, sindicatos e demais organizações dos trabalhadores, como os Cordões Industriais, analisamos documentos como revistas e panfletos. Publicações como a revista *Punto Final*, principal meio de comunicação do grupo de extrema esquerda *Movimiento de Izquierda Revolucionario* (MIR), que também contava com colaboradores socialistas, nos traz importantes registros das mobilizações populares desde a década de 1960. Os panfletos circulares nas empresas, como *Combate*, *Hombre Nuevo*, *Crea* e *Pizarreño*. Os panfletos de divulgação das ações dos Cordões Industriais, como *Tarea Urgente* e *Trincheira*, que era meio de divulgação da ala sindical do PS, *El Rebelde*, semanário publicado pelo MIR e *Revista Mayoría*, governista; e o periódico da CUT.

Os documentos presentes no Ministério do Trabalho nos possibilitaram uma aproximação aos conflitos no cotidiano do trabalho, antes e durante o período da UP. Por meio deles foi possível apreender muitos elementos das relações de trabalho e da prática política dos trabalhadores. Analisamos registros dos processos referentes a greves, piquetes e ocupações de fábrica. Encontramos entre estes documentos registros de conflitos entre os trabalhadores, entre operários e chefes, a solicitação de intervenção estatal ou a substituição dos interventores nas empresas. Os demais documentos consistem em publicações partidárias, pronunciamentos, programas políticos e entrevistas dos líderes políticos do período. Além disso, utilizamos o documentário de Patricio Guzman, *A batalha do Chile*, que com imagens do período retrata também o cotidiano dos trabalhadores nas suas organizações e dos conflitos sociais.

Recorremos também às fontes orais. Este foi, sem dúvida, o maior desafio da pesquisa. Primeiramente, pela dificuldade de um pesquisador estrangeiro saber onde localizar possíveis colaboradores. Tal dificuldade começou a ser superada a partir do contato estabelecido com outros pesquisadores. Em segundo lugar, pelas questões que

envolvem o tema a ser abordado na entrevista. O trauma pelo desfecho do governo popular, que foi o atroz regime ditatorial no país, ainda permanece vivo entre aqueles chilenos que estiveram envolvidos no episódio e que sofreram direta ou indiretamente o terror instalado pelos militares. Certamente, conquistar a confiança destas pessoas para que elas compartilhassem suas experiências era sempre o passo mais delicado do processo. Por esse motivo, alguns entrevistados solicitaram a adoção de nomes fictícios para a reprodução de suas falas neste trabalho.

Mesmo com estas dificuldades, conseguimos coletar 33 depoimentos, no período de 2009 a 2011. Buscamos colaboradores com diversos históricos, mas sempre trabalhadores comuns, de forma a não centralizar em altos dirigentes do movimento operário para não incorrerem na reprodução uma história oficial. Assim, coletamos depoimentos de operários fabris, operários da construção, donas de casa, militantes de esquerda, simpatizantes de Salvador Allende, simpatizantes da oposição, de centro ou de direita; atuantes no movimento sindical e no movimento de pobladores, além de dois interventores do governo nas empresas.

As entrevistas foram formuladas de forma a conhecermos mais sobre a trajetória de vida de cada um deles, buscando as origens, as influências políticas, as experiências no trabalho e na vida comunitária. Dessa maneira foi possível compreender melhor a sua participação e/ou percepções sobre o governo da Unidade Popular, bem como apreender elementos que contribuíram para forjar a sua identidade.

O reconhecimento dos riscos que implica o trabalho com as fontes orais nos levou a propor a sua problematização com as outras fontes e especialmente com relatos da época. Além disso, consideramos algumas questões importantes para adotarmos as fontes orais: primeiro, que o indivíduo possui características particulares que o distingue dos demais, porém ele se constitui enquanto tal em relação com o meio material, social, político e cultural no qual está inserido, sendo assim, suas lembranças carregam as características de sua época e do seu meio. É a partir da *interação* do indivíduo com o meio que se formam suas percepções e suas lembranças; sendo assim, “a história oral é sempre social. Social, sobretudo, porque o indivíduo só se explica na vida comunitária.” (MEIHY, 2004, p.68)

A memória em si é dinâmica, portanto, traz representações do passado, com idealizações, com a reconstrução de algumas percepções, deixando o discurso sujeito a

distorções e à condição da memória, considerando o tempo já passado e outros condicionantes presentes. Por isso, as entrevistas são um recurso utilizado como meios de expressão da subjetividade individual e coletiva, em problematização também com outras fontes, e não como um retrato do fato em si.

Mas, é importante destacar que ao retratarem especificamente o governo da Unidade Popular, os entrevistados mostraram que têm sua memória bem preservada e demarcada, especialmente, por episódios políticos mais expressivos da época.

O trabalho com a fonte oral permite trazer para o conhecimento público um amplo repertório de versões sobre o passado, tornando possível “abordar as questões relativas à agência e à intervenção subjetiva na história.” (JAMES, 2004, p.292) Ao retratarmos um determinado contexto, adotamos o relato dos colaboradores como forma de mostrar a sua vivência naquele episódio e uma percepção subjetiva do trabalhador sobre os mais variados fatos que vivenciou e protagonizou. Os depoimentos se apresentaram como uma fonte muito enriquecedora para a pesquisa, na medida em que deram voz àqueles protagonistas e nos permitiram compreender as formas de atuação, suas ideias, valores, expressões culturais e experiências individuais e coletivas.

Visando manter a maior fidelidade possível à forma falada, recorreremos à transcrição integral das entrevistas. Para aplicá-las ao texto foram realizadas correções gramaticais, a supressão de vícios de linguagem e, principalmente, a manutenção de algumas expressões próprias dos chilenos que são significativas para compreender o sentido das falas. Para a sua compreensão, colocamos as explicações em notas de rodapé.

A presente tese foi elaborada em torno da hipótese de que os trabalhadores pensaram as propostas do governo e as articularam com as suas formas de organização e de atuação de maneira fortemente marcada pelas experiências que constituíram aquela classe. Tais experiências permitiram que eles se tornassem portadores de ideias que expressavam o desejo de “tornar o Chile uma sociedade mais justa”, mobilizando para isso todos os elementos que eram parte do seu repertório de lutas, que congregava o diálogo e também o enfrentamento com as instituições. Ao longo da pesquisa vimos a necessidade de apresentarmos as diferentes experiências da trajetória dos trabalhadores, e assim definimos um plano de apresentação do trabalho com diferentes problemáticas que guiam os cinco capítulos.

O Capítulo I, *Modernização, luta de classes e desenvolvimento político*, demonstra como se deu a inserção e a participação dos diferentes grupos políticos no processo de modernização do Estado chileno, nos anos trinta, e a conseqüente institucionalização do conflito social. Este processo influenciou diretamente a configuração e o desenvolvimento destes grupos ao longo das décadas, especialmente da esquerda e dos movimentos sociais. Inserida nesta questão, a proposta central é apontar para aspectos essenciais do desenvolvimento do movimento operário chileno e das estruturas geradas na sua formação. Visamos abordar os desdobramentos desse processo que desembocariam em perfis e conflitos que se refletiriam ainda no governo da Unidade Popular.

No segundo capítulo, *Construindo identidades: a luta cotidiana*, analisamos as experiências vivenciadas pelos trabalhadores fora do âmbito do trabalho, de maneira a demonstrar que apesar das especificidades que guardam os diferentes setores produtivos, há elementos essenciais nas condições de vida que são comuns aos diversos segmentos, e que os levam a compartilhar experiências de vida e de luta ao longo das suas trajetórias. Entendemos que o processo de formação da classe trabalhadora e da sua identidade inclui outros aspectos envolvidos na inserção no processo produtivo nas cidades, como as precárias condições de vida que enfrentaram no seu cotidiano e as estratégias de sobrevivência adotadas por eles. Entre os trabalhadores chilenos, essas lutas se deram, principalmente, na formação de movimentos por moradia, que congregou nas etapas de ocupação urbana, as fases do conflito social e da luta política, principalmente, a partir da década de 1950.

A proposta do terceiro capítulo, *A hora e a vez da Revolução: projetos de transformação nacional*, é examinar os diferentes projetos políticos em disputa inseridos no contexto de efervescência política e de mobilização social, localizado, principalmente, a partir do final dos anos cinquenta. Em meio às propostas de mudança surgidas no período, dedicamos especial atenção ao governo da Democracia Cristã (DC) com a sua proposta de ‘Revolução em Liberdade’. A proposta é mostrar que é fundamental compreendê-lo para entendermos o triunfo da Unidade Popular, já que um dos principais elementos do seu projeto era a proposta de “integração social”, buscando ocupar os espaços que até então não figuravam como centrais nos projetos políticos da esquerda. O outro tópico do capítulo é

dedicado aos debates internos da esquerda e as suas divergências que adentrariam o governo da Unidade Popular (UP).

Trabajadores al Poder! Da participação proposta à participação vivida, é o quarto capítulo. Nele apresentamos características gerais da aplicação da proposta de participação elaborada pela UP e analisamos as formas que ela foi assumindo ao longo do governo a partir das mobilizações dos trabalhadores em torno do programa de participação. Neste texto demonstramos as formas de expressão e de organização dos trabalhadores e as suas motivações no momento em que se engajaram no processo de construção do socialismo. A principal proposta do capítulo é mostrar que o comportamento dos trabalhadores em relação aos primeiros passos da participação direta naquele processo político já mostrava sinais de que prevaleceria uma lógica popular de atuação, mais direta e mais radical.

No quinto e último capítulo, *Crear, Crear Poder Popular!*, mostramos que o país assistiu a uma grande mobilização popular e a uma intensa polarização política. Analisamos a ampla participação social, que se deu por meio da atuação e da superação do programa do governo das JAP (*Juntas de Abastecimiento y Precios*), e da criação de novos espaços de articulação, como os *Cordones Industriales* e os *Comandos Comunales*. A proposta do capítulo é demonstrar que o engajamento popular nestas novas instâncias expressa o esforço da classe trabalhadora chilena para sustentar o processo de transformação do país, e ao mesmo tempo levou à configuração de uma nova etapa das lutas sociais, na medida em que possibilitou a congregação das diferentes formas de organização, em ações vinculadas aos partidos da esquerda nacional, a partir da consolidação de laços de solidariedade e da consciência política revolucionária entre os trabalhadores.

Capítulo I. Modernização, luta de classes e desenvolvimento político

Nas primeiras décadas do século XX, alguns países latino-americanos vivenciaram uma redefinição do papel do Estado, no contexto de superação da hegemonia oligárquica e de maior inserção no quadro do capitalismo mundial, no qual aquele assumiria novo papel na economia e consolidaria o tipo de ação intervencionista na região. A década de 1930, na qual países como Brasil e Argentina vivenciaram um questionamento ao Estado liberal predominante, pode ser interpretada como essa conjuntura de redefinição do poder político, desencadeado por um processo de transformação da sua estrutura econômica. No Chile, as principais transformações no Estado também se deram neste período, especialmente a partir do governo da Frente Popular (FP), entre 1938 e 1941.

A coalizão de centro-esquerda, que foi pensada pelo Movimento Comunista Internacional no contexto de lutas contra a expansão do fascismo, havia tido duas experiências anteriores, na França e na Espanha. A coalizão chilena representou um processo inédito na América Latina e significou também o momento de afirmação do Estado intervencionista sob uma democracia representativa, temas que possibilitaram relativo consenso na formação da aliança que questionou a predominância de um Estado liberal no país. A partir do final dos anos trinta, o Estado passaria a ser ator predominante no processo de industrialização nacional, e politicamente passou a condensar as relações de força entre as classes, a partir da representação dos diferentes grupos sociais com novas alternativas políticas que iriam percorrer todo o século XX.

Optamos pela apresentação deste histórico a partir da década de 1930 devido à importância que essa conjuntura ocupou no processo de modernização da sociedade chilena e na definição dos atores políticos que protagonizariam as suas disputas. Nesta conjuntura, viveu-se no país um processo no qual a denominada “questão social” teve alcance no âmbito institucional e entrou definitivamente para os debates políticos. Isso significou uma “institucionalização do conflito social”, que para nós significa o momento em que os movimentos populares conseguiram permear o Estado e tornar o conflito de classes um tema de debate público.

A experiência da Frente Popular foi fator determinante para o decorrer do século XX na medida em que o movimento de esquerda assegurou desde então a representação das

demandas da classe trabalhadora no cenário político institucional. Isso exerceu forte influência sobre o movimento operário, que passou a se vincular às lutas dentro dos marcos institucionais, e sobre líderes políticos chilenos daquela geração, como por exemplo, Salvador Allende, no sentido da valorização e da aposta na prática *concertacionista* da política chilena. Mesmo com o rápido rompimento da aliança, o que se observa é que por mais de uma década o país teve governos sob a influência da FP, baseados no estímulo à industrialização dirigido pelo Estado.

Neste capítulo vamos apresentar as formas assumidas pela organização das diferentes forças sociais, e as disputas políticas desencadeadas no país, especialmente entre as décadas de 1930 e 1950, perfilando os seus grupos, suas trajetórias e linhas ideológicas. Buscaremos demonstrar como se deu a participação dos diferentes grupos no processo de modernização do Estado chileno, o qual teve desdobramentos que desembocaram em perfis e conflitos decisivos para o governo da Unidade Popular.

Além dos diferentes grupos políticos, é importante para nós analisarmos a incidência deste novo perfil do Estado chileno sobre as organizações dos trabalhadores, já que esta denominada “institucionalização dos conflitos” englobou também a atuação do Estado na esfera das relações trabalhistas. As formas de organização dos trabalhadores serão aqui analisadas de maneira a expor as características das suas formas de luta cotidiana, os elementos ideológicos e a sua relação com os atores e espaços institucionais, denotando as continuidades e rupturas no comportamento dos trabalhadores nas suas organizações.

Para nós é importante destacar a maneira como a legislação trabalhista interferiu na organização sindical e as formas de representação decorrentes dela, ocasionando a formação de uma estrutura sindical muito particular. Entendemos que a regulação estatal gerou um modelo de organização que pode ter acarretado a descentralização do movimento operário, mas não a sua fragilização, já que acabou configurando uma representação de significativa legitimidade entre os trabalhadores. Esta estrutura exerceria um impacto fundamental na organização e mobilização do movimento operário nos anos posteriores, principalmente, durante a Unidade Popular.

O processo da Frente Popular marcou a cristalização da incidência das demandas sociais sobre o Estado, principalmente com a significativa representação dos setores

populares a partir da participação da esquerda nos espaços políticos. Pretendemos demonstrar que este processo foi determinante para a fundação do compartilhamento de projetos políticos entre os trabalhadores e a esquerda. Para nós, este processo visualizado como um momento de institucionalização não significou o fim da autonomia das lutas operárias. Elas adquiriram novas formas, mas mantiveram a complexidade das suas características e manifestações, inclusive com o questionamento às regras institucionais.

“Questão Social”: a luta de classes aberta

Como consequência da Guerra do Pacífico (1879-1884)¹², o Chile se converteu no único produtor mundial de salitre, transformando a exploração salitreira, ao longo da mudança de século, no eixo dinamizador do conjunto da economia chilena, de maneira a favorecer a diversificação de sua base produtiva e tornar mais complexa a sua estrutura social. A redefinição da participação do Estado nos assuntos econômicos começou a se desenhar ao final do século XIX, quando este assumiu um importante papel na intermediação entre o imperialismo, a oligarquia e a nascente burguesia local na exploração das riquezas nacionais. Neste período, o país vivenciava a intensificação da exploração de minerais que se tornavam os principais produtos comerciais chilenos. Ao mesmo tempo, o país viveu um grande desenvolvimento urbano e a sua consequente concentração populacional.

As relações estabelecidas na mineração e a migração para o norte mineiro geraram uma corrente de transmissão política com o sul, com operários, camponeses e familiares que se deslocavam em ambas as direções, disseminando ideias e comportamentos que afloravam entre os trabalhadores do salitre. Estas são algumas das condições que motivaram o precoce surgimento de partidos operários, de franca definição socialista, como o Partido Democrático (1887), ainda antes da revolução bolchevique de 1917, e de um importante número de correntes anarquistas que se filiaram à IWW (*Industrial Workers of the World*).

Entre o fim do século XIX e o início do século XX, a organização dos trabalhadores urbanos estava configurada entre os círculos de artesãos que passaram a ser integradas por

¹² Em decorrência deste conflito, o Chile expandiu seu território, recebendo parte do Atacama (cidade de Tarapacá), do Peru, e parte do território boliviano (Antofagasta), que perdeu a saída para o mar. Cf. CORREA, FIGUEROA, 2001.

operários industriais e os mineiros. Inicialmente tratavam-se das *mutuales*, sociedades de socorro mútuo, que estavam investidas de preceitos ilustrados, e buscavam, através da associação de trabalhadores de diferentes associações, incentivar a cooperação e a solidariedade entre seus filiados. A principal característica destas organizações era a atenção especial à formação educacional dos seus membros através da integração cultural, especialmente articulada por meio de diversos periódicos e folhetins operários.

No início do século XX, as *mutuales* começaram a perder espaço como forma de organização predominante no movimento operário. Emergiram outros tipos de organizações, como as *mancomunales* e as sociedades de resistência. Mais comum entre os mineiros, as *mancomunales* portavam traços tanto do mutualismo, como a solidariedade, os preceitos morais, como o controle da bebida alcoólica entre seus membros, como dos nascentes sindicatos modernos, reivindicando dos patrões e também do Estado melhorias nas condições de trabalho e de vida. (ANGELL, 1974, p.32)

Esta organização teve como peculiaridade exercer um tipo de função mais integrativa que ultrapassava o ambiente produtivo, contribuindo para o surgimento de uma subcultura desses operários que buscavam maneiras de dar a si mesmos formas de expressão naquele espaço excludente. Talvez pela particularidade do isolamento do espaço de trabalho e convívio em que viviam as comunidades mineiras as *mancomunales* tenham adquirido esta característica.

Estas organizações se caracterizavam por reunir trabalhadores de uma mesma unidade produtiva, mas congregavam operários que exerciam diferentes atividades. Já as sociedades de resistência, mais comuns entre setores manufatureiros e portuários nas regiões de Santiago e Valparaíso do que entre os mineiros, eram vinculadas ideologicamente ao movimento anarquista, e marcadas por opor-se de forma permanente a qualquer tipo de negociação nos conflitos, evidenciando um maior espírito confrontacional nos seus postulados. No entanto, ambas, diferentemente do mutualismo da primeira época, ostentaram um caráter revolucionário, apresentaram-se em termos programaticamente de confronto frente aos setores opressores. Na forma de organização, as sociedades de resistência anteciparam o tipo de estrutura sindical assumido no pós-30.

A tradição das lutas operárias de diferentes regiões do país, como o norte salitreiro e mineiro, ou o sul rural, que remontam ao final do século XIX, se desenvolveu e apreendeu

grandes transformações ao longo do século seguinte. Esta trajetória foi marcada pela relação de ações das organizações mutuais com o movimento partidário, já na sua fase inicial.

Como já afirmamos, até os anos vinte, prevalecia no movimento operário a tradição do mutualismo, que foi representada no Partido Democrata, até 1921, e também as tendências anarquista e socialista, que conquistaram muitos adeptos e se consolidaram em importantes núcleos operários das principais cidades e portos do país, assim como no proletariado mineiro do carvão e do salitre. O movimento anarquista atingiu seu nível máximo de influência sobre o movimento operário, liderando grandes greves, motins e protestos. Depois, estas organizações foram praticamente destruídas. A tática da recusa à conciliação fez com que sofressem mais duramente a repressão do que outras agremiações. De acordo com Angell:

A violência de suas atividades fez com que perdessem apoio quando estas táticas não só fracassaram, mas resultaram em demissões massivas de operários. Nas ondas sucessivas de entusiasmo popular que levaram ao poder a Alessandri, em 1920, e a FP, em 1938, perderam grande parte do apoio massivo que gozaram entre os elementos marginais que anteriormente puderam mobilizar para protestos massivos, sobretudo em protestos contra os altos impostos sobre alimentos, os altos aluguéis e o alto custo de vida. (ANGELL, 1974, p.38) [Tradução minha]

A crise econômica e política entre as décadas de 1920 e 1930, as políticas governamentais destinadas à repressão do movimento operário, e o desenvolvimento do sindicalismo legal com o apoio à legislação de 1924, levaram à dizimação dos quadros da Federação dos Trabalhadores do Chile (FOCH) e ao retrocesso do movimento anarquista.¹³ A promulgação de leis trabalhistas e o desenvolvimento paulatino do “sindicalismo legal” afetaram também ao denominado sindicalismo revolucionário sustentado por anarquistas e comunistas. A atividade da FOCH foi paralisada em 1927 em consequência da repressão contra o movimento operário. Nos anos posteriores houve a tentativa de revivê-la sem sucesso, limitado diante do avanço de socialistas e comunistas implantados nos estabelecimentos mineiros. (WITKER, 1984, p.96)

¹³ A FOCH foi formada em 1909 com o objetivo de coletar assinaturas entre os trabalhadores ferroviários para apresentar uma demanda no Tribunal de Justiça, após um desconto de 10% dos seus salários por parte do governo para diminuir um déficit orçamentário. Causa que foi procedente e suficiente para criar o ambiente propício para a formação da Federação, em 1911. Atuando inicialmente como uma sociedade de socorro mútuo dos operários das oficinas e ferrovias do Estado, sua atuação foi mudando sob influência dos militantes do POS e transformou-se, em 1917, em uma federação sindical nacional dos operários chilenos. Cf. BARRÍA, 1971.

Na economia, o setor salitreiro sofreu paulatina desnacionalização, passando à exploração de companhias inglesas e alemãs. Já ao final da Primeira Guerra Mundial uma nova crise afetou a exploração do salitre, gerando o desemprego de milhares de operários. A atividade foi retomada após a normalização do mercado internacional. Depois da crise de 1929 se iniciou a exploração das minas de cobre em El Teniente e Potrerillos por empresas norte-americanas. Este mineral começou a exercer importante papel na balança comercial do país. Assim, aos operários do salitre se uniram os mineiros do cobre e de outros minerais, como a prata. No centro do país, os operários da nascente indústria manufatureira e fabril se incorporaram de forma ativa à luta, junto aos ferroviários e mineiros do carvão. Trabalhadores rurais migrantes também passaram a compor a classe operária nas oficinas de salitre, nas minas de carvão, nos portos, ferrovias e nas nascentes oficinas da indústria nacional. (BARRÍA, 1971, p.31)

Este desenvolvimento político e social dos setores populares nas minas, nos portos e nas principais cidades do país estabeleceu fortemente a denominada “questão social”, conceito que expressava o grau de tensão e de conflito que representaram estes setores para a organização social e política nacional. Crise moral, decadência econômica, desalento, injustiça social, foram diversas as expressões empregadas pelos grupos dirigentes e também pela nascente organização operária para referir-se a esta nova realidade. Desde a década de 1880, observadores da elite já advertiam sobre os perigos do estouro da questão social. Com a violência das manifestações com grandes greves e as matanças operárias da década de 1900, tornou-se impossível dissimular a questão.

O período entre o final do século XIX e o início do XX foi marcado por massacres da classe operária chilena, como na primeira greve geral dos operários do nitrato, em Iquique, em julho de 1890, que se estendeu a Valparaíso, e foi severamente reprimida pelo Exército; a “semana vermelha” em Santiago, em outubro de 1905, quando muitos operários foram mortos em atos de protesto contra o aumento do custo de vida. A piora das condições gerou protestos massivos que provocaram a repressão rápida e brutal por parte do Estado e do Exército. As organizações do movimento operário sofreram um forte golpe com o massacre da Escola Santa Maria de Iquique, em dezembro de 1907.¹⁴

¹⁴ Greve de grandes proporções dos trabalhadores do salitre ocorrida em Iquique, região norte do país. É considerado um marco na história do movimento operário chileno devido à forte violência sofrida pelos trabalhadores que foram massacrados, levando a morte de centenas de operários.

Praticamente desapareceu o movimento *mancomunal*, as sociedades de resistência se enfraquecem e visivelmente a luta social se vê acanhada durante um longo período. Uma greve dos portuários, em 1917, organizada como protesto pela implantação de um cartão de identificação, tomou maiores proporções e reiniciou um período de grande efervescência num quadro de crise econômica, inflação e desemprego. O movimento se canalizou na “Assembléia Operária de Alimentação Nacional”, que entre os anos de 1918 e 1919 organizou seus “motins de fome” como protesto pela alta do custo de vida. Em 1920, houve o agravamento da situação com a greve geral dos mineiros do carvão que durou 2 meses e estimulou outros conflitos coletivos. Essa mobilização ameaçou o funcionamento das principais atividades econômicas do país, abarcando cerca de 15 mil mineiros, que sofreram com a repressão.¹⁵

As causas dos protestos eram semelhantes e englobavam, em geral, a intolerância por parte dos patrões, sistema de pagamentos por fichas que implicava em abusos nas lojas da empresa, as chamadas *pulperías*, ações das autoridades em favor dos patrões e péssimas condições de trabalho.¹⁶ A questão social se manifestava através de greves, protestos, repressão estatal, que escancaravam os graves problemas relacionados às condições de vida dos trabalhadores nas cidades, refletidos em salários, moradia, alimentação, vestuário. Nesse contexto, entre os meios utilizados para solucionar estas questões, a repressão exerceu papel significativo. Os exemplos citados acima explicitam a intensidade que atingiu o conflito social no período. A resposta de curto prazo dos operários à opressão se dava por meio de greves e motins, ao mesmo tempo, na medida em que sofriam com forte repressão e que se abriam espaços legais de ação, aliavam suas práticas de luta com a fundação e o apoio a vários partidos políticos reformistas e revolucionários. A outra forma foi a formação de sindicatos.

¹⁵ As empresas expulsaram os operários de suas casas, obrigando-os a instalar um acampamento em Playa Blanca, junto ao mar. A “*olla comum*” dos grevistas, que se tratava de uma refeição coletiva, congregou uma solidariedade extraordinária na região e em vários pontos do país. Além disso, a participação das mulheres neste movimento foi decisiva. Elas pressionaram seus esposos a ir à paralisação, negando-se a fazer a comida até que começou a greve. O conflito culminou em negociações fundamentais, como aumento de salários e jornada de 8 horas. Cf. WITKER, 1984, p.100.

¹⁶ As chamadas *pulperías* compuseram o sistema de serviços que se converteram em parte do modelo cidade-empresa que cominou o desenvolvimento da mineração na primeira metade do século XX. Para mais detalhes sobre este sistema Cf. VERGARA, 2012.

Novos atores políticos

A ascensão de uma burguesia comercial, atrelada à exploração mineral no país, e das classes médias à cena política, a partir da década de 1920, também são parte deste processo que iniciou uma nova fase da disputa política. Esta burguesia teria como novo e principal elemento definidor uma proposta de desenvolvimento e de fortalecimento do sistema político, com um forte tom antioligárquico. Não obstante as cisões políticas ocorridas nos processos políticos do período, as novas propostas postulavam como objetivo central a modernização do país, que teria como principal agente promotor o Estado.

Além disso, setores médios e populares irromperam nesse processo gradual de transformação da estrutura social chilena. Isso se deu com uma maior diversificação das atividades econômicas na mineração, no comércio, na indústria, no setor financeiro, assim como com o maior desenvolvimento do aparato estatal, tanto nos serviços como na administração. (GARCÉS, 1985, p.26) O impulso à industrialização significou um aumento notável do número de estabelecimentos manufatureiros (com cinco ou mais operários) que, entre 1917 e 1927, cresceu de 8.539 para 18.328. O proletariado industrial teria saltado de 84.991, em 1926, e 287.872 em 1940, para 389.700, em 1949. (CORREA; FIGUEROA, 2001, p.162)

Num contexto em que os conflitos e pressões sociais preocupavam a elite dirigente e empresarial nacional, estes setores pautariam a estruturação de uma legislação social e trabalhista e, posteriormente, os debates que influenciaram as ideias dos partidos políticos, especialmente da esquerda e do centro, a partir da década de 1950.

Distribuição da população ativa por setores econômicos (%)			
	1930	1952	1965
Agricultura	37,5	30,1	27,7
Mineração	5,7	4,7	3,8
Manufaturas	15,9	19	18
Construção	4,3	4,8	5,7
Eletricidade, gás, água	0,8	0,9	0,8
Comércio	11,4	10,3	10,1
Transportes e comunicações	5,4	4,4	4,9
Serviços	16,1	22,2	22,8
Não especificado	2,9	3,6	6,2

Fonte: ANGELL, 1974, p.56.

Essa modificação na estrutura econômica trouxe consigo uma explosão demográfica que teve grande impacto nas cidades, como os problemas provocados pela falta de moradia e a insalubridade. Nesse momento de forte pressão das camadas populares, a promoção de uma legislação social se colocava como um novo elemento entre as prioridades dos discursos da classe dominante e da emergente classe média, na forma de “integração ao progresso”.

O momento de expansão da classe trabalhadora urbana no Chile se insere nesta conjuntura. O desenvolvimento das relações sociais de produção na mineração, na região norte e central do país, e na nascente indústria, principalmente na região central, determinou um grande desenvolvimento do proletariado, sobretudo nas explorações da prata, do cobre e do salitre, além do aumento no número de operários na construção de ferrovias. Neste processo, além do crescimento do operariado e da sua organização política o país assistia à ascensão da classe média à cena política com uma forte representação partidária num momento crucial para o desenvolvimento político nacional.

Nesse contexto de fortalecimento dos partidos políticos, a hegemonia que até então era exercida pela aristocracia latifundiária e mineira, representadas politicamente pelos partidos Liberal e Conservador, passou a ser confrontada por uma nova força social, a burguesia comercial e industrial emergente. Esta vivia a sua ascensão devido à sua vinculação com o grande desenvolvimento da exploração mineira no país, que era dominada pelo imperialismo inglês e viria a ser substituída pela agressiva introdução norte-americana, mais voltada para a exploração do cobre e de outras atividades da infraestrutura.

Assim, a disputa política chilena que tinha como demarcação dos debates a questão clerical/anticlerical no final do século XIX, – ou seja, o posicionamento dos grupos políticos e sociais frente à relação entre o Estado e a Igreja Católica e ao espaço a ser destinado a esta última nos assuntos de âmbito público – travada pelos partidos representantes da oligarquia nacional, passaria a evidenciar então o conflito de classes da sociedade chilena. (AGGIO, 1999, p.62)

O sistema de partidos pode ser definido tanto em função de diferenças doutrinárias como em termos de representação social: de modo geral, o Partido Liberal e o Partido Conservador se identificavam com a elite, proprietária de grande parte da terra e do capital;

o Partido Radical representava a classe média – em particular aos empregados públicos e aos profissionais das províncias –, assim como aos grandes latifundiários do sul; o Partido Democrático, o Partido Socialista e o Partido Comunista eram os representantes das classes populares. O Partido Obrero Socialista foi fundado pelo líder operário Luis Emilio Recabarren, fortemente ligado ao movimento operário do norte do país, contribuiu decisivamente para o fortalecimento da Federación Obrera de Chile (FOCH) e se transformou em Partido Comunista, em 1921, quando o líder o filiou a organização à Internacional Comunista. O Partido Socialista foi fundado em 1932 após o levante militar que instaurou uma “República Socialista” que durou 12 dias no poder.

Na década de 1930, portanto, iniciava-se o conflito político estruturado em dois campos contrapostos bem definidos - direita e esquerda -; coexistindo, em cada um, uma pluralidade de forças diferenciadas entre si, ainda que aglutinadas em torno de projetos compartilhados e em função da sua confrontação em relação a outro setor.

Formando a ala direita da política chilena, tem-se o Partido Conservador que, sinteticamente, pode ser caracterizado como o grupo representante da aristocracia latifundiária. Além da defesa da doutrina católica, principal elemento de oposição ao Partido Liberal, a plataforma conservadora apoiava com firmeza a livre empresa privada como fator chave no processo de desenvolvimento do país.

Formado em 1840, o Partido Liberal representava um segmento da elite orientado para o comércio. Com a proposta de laicização do Estado, da ampliação das liberdades civis e do sufrágio, e da limitação da autoridade Executiva, as forças liberais chegaram ao poder em 1861 e governaram por trinta anos, durante a chamada “República Liberal”. Ideologicamente, as diferenças entre estes e os Conservadores eram bastante tênues, em especial, após o fim da questão religiosa nos assuntos de Estado.

Durante o período de 1932 a 1964, o Partido Radical (PR) teve o maior poderio eleitoral. Protagonista de um dos governos de maior impulso modernizador, o grupo também apresenta divisões internas entre uma ala direitista que identifica sua filosofia política com a dos conservadores e liberais, e uma ala esquerdista promotora de reformas sociais. De acordo com Gabriel Salazar e Julio Pinto (1999, p.275), trata-se de uma divisão que tem suas raízes sociais e ideológicas. Sociologicamente, o PR foi dirigido pela classe

média de províncias, com um núcleo dirigente formado nas escolas secundárias do Estado e na Universidade do Chile.

Inicialmente, o anticlericalismo constituía o principal eixo ideológico do movimento dos radicais (PR), com um desenvolvimento vinculado à maçonaria e à reforma educacional, além de latifundiários do sul, de inclinação conservadora, que se transformaram em radicais pelo desejo de reformas eclesiásticas e pela desconfiança em torno da centralização política. Este era o partido do sistema político chileno que apresentava a mais variada composição, que compreendia desde operários até latifundiários. Incluía nortistas dos distritos mineiros, latifundiários do sul, pequenos comerciantes, profissionais liberais, intelectuais, artesãos, operários especializados. A sua espinha dorsal provinha da classe média.

Na esquerda, de forma muito particular no contexto latino-americano, o Partido Comunista (PC) esteve representado precocemente e de forma mais consistente do que os seus similares no subcontinente, marcando, assim, uma especificidade da esquerda chilena na América Latina, que apresentou, primeiramente, a formação de um partido comunista originado do movimento operário, para somente duas décadas depois se formar um partido socialista. O PC exerceu um papel central no movimento sindical do país durante quase quarenta anos, ao mesmo tempo em que se configurou como a principal força política entre os trabalhadores chilenos. De acordo com Pinto e Salazar, a mudança tática do partido, que passou a seguir um caminho gradualista e pacífico até o poder, seu forte impacto em círculos sindicais e intelectuais ajudou a manter a influência nacional da organização, chegando a alcançar, no ano de 1964, aproximadamente 30.000 filiados.¹⁷

O que se observa na história do Partido Comunista é a sua orientação a partir dos ditames da Internacional Comunista, o que revela, entre as décadas de 1920 e 1930, a adoção pelo PC da linha ultraesquerdista do chamado “Terceiro Período”, caracterizada por uma postura de confronto, que o isolou de outros grupos da esquerda chilena. Essa linha ditada pelo Comintern rechaçava os contatos com os partidos burgueses e objetava as “tendências parlamentares” do Partido Socialista.

¹⁷ Devemos considerar que os programas de recuperação econômica, adotados na década de 1930, além do impulso à industrialização, significaram a incorporação de um importante segmento do setor popular urbano às áreas fabris e à construção. O proletariado industrial, por exemplo, experimentou um aumento quantitativo que variou de 84.991, em 1926, para 389.700, em 1949. Cf. ATRIA; TAGLE (Edit.), 1991, p. 162.

Por outro lado, os socialistas se contrapunham à orientação ultraesquerdista dos comunistas, porque entendiam que essa postura isolaria a classe trabalhadora de outros segmentos sociais igualmente explorados, e principalmente, por entender que o posicionamento dos comunistas consistia na adoção de uma orientação externa. O abandono da linha do “Terceiro Período” pelos comunistas deu-se a partir da proposta de criação de amplas alianças, inclusive com os partidos considerados burgueses, para salvar a democracia da ameaça fascista, consolidada na coalizão da Frente Popular, em 1936.

O quadro político encontrava-se, então, dividido entre o Partido Radical, representante das classes médias (pequena burguesia e funcionários públicos), bem como de parte da burguesia nacional e dos latifundiários do sul do país; os partidos Comunista e Socialista, força emergente representante da classe trabalhadora, e pelos partidos Conservador e Liberal, representantes da elite agrária e mineira, e de parte da burguesia industrial e comercial.

Neste cenário, assistiu-se no país ao questionamento ao tipo de Estado Liberal predominante. O Estado seria encarado, a partir da década de 1930, como elemento organizador e promotor do impulso à construção de uma sociedade de matriz capitalista. Além disso, a nova configuração social chilena requeria um Estado mediador do conflito social, como elemento de coesão. (AGGIO, 1999, p.73) Este modelo se traduziu no papel assumido pelo Estado no controle dos conflitos entre capital e trabalho, a partir da implementação de uma legislação social e trabalhista.

O embate político entre a burguesia emergente e a oligarquia nacional se daria em torno do tipo de Estado que deveria prevalecer. Por um lado, os partidos Liberal e Conservador rechaçavam a intervenção econômica do Estado e atribuíam-lhe o papel de estimular e facilitar as atividades individuais. Além disso, este deveria assegurar a ordem “contra os perigos da anarquia”; deveria responder à presença política de forças sociais que desafiavam a sua hegemonia e a “legitimidade histórica” da oligarquia secular que controlava as fontes de riqueza nacionais. (CORREA; FIGUEROA, 2001, p.115) O novo papel atribuído ao Estado pela burguesia emergente, de promotor do desenvolvimento e da coesão social, e que demandava fundamentalmente uma ampliação das negociações entre grupos dominantes e subalternos, não se relacionava, portanto, com o tipo liberal com o qual o Estado era pensado até 1920.

Este questionamento ao Estado liberal teve como principal impulsionador o colapso do comércio internacional derivado da crise mundial de 1929. O “desenvolvimento para fora”, baseado na exportação de recursos naturais no contexto de políticas de livre mercado, sucumbiu ao se fecharem os mercados internacionais, sendo então substituído pela proposta do denominado “desenvolvimento para dentro”. O instrumento fundamental do novo paradigma, na concepção da burguesia do período, seria a industrialização baseada na substituição de importações. Para alcançá-la era necessário recorrer à intervenção estatal das principais variáveis da economia e à transformação do setor público em um agente regulador e produtivo. (CORREA; FIGUEROA, 2001, p. 140)

A proposta de modernização e de desenvolvimento se expandia entre as diferentes forças sociais e junto com ela a ideia da expansão e fortalecimento da democracia representativa, uma vez que a repressão a movimentos grevistas era intensa e a possibilidade de instaurar-se uma ditadura no país para conter a forte agitação social era iminente. Numa conjuntura de crise econômica marcada por agitações sociais reprimidas e da estratégia política advinda do VII Congresso da Internacional Comunista para opor-se às ditaduras fascistas, formou-se no Chile a Frente Popular (FP). A aliança de centro-esquerda foi composta pelos partidos Comunista e Socialista, sob a liderança do Partido Radical que, a partir de 1932, tornou-se uma das maiores organizações políticas das classes médias e de parte da burguesia do país.

É possível afirmar que o processo político iniciado em 1938, com a eleição presidencial da FP, marcou a consolidação do projeto de modernização do Chile e do processo de afirmação do Estado intervencionista sob uma democracia representativa, temas que possibilitaram relativo consenso na formação da aliança política. Além disso, outro fator determinante nesse processo para o decorrer do século XX foi que o movimento de esquerda fortalecia definitivamente a representação da classe trabalhadora no cenário político institucional.¹⁸

A despeito das divergências presentes na aliança, que se tornaram fator de desunião após a conquista do governo, a política conduzida pelo Partido Radical possibilitou relativo consenso em torno de temas como o fortalecimento da democracia representativa no país,

¹⁸ A coalizão conseguiu se manter como aliança somente por 2 anos, mas por mais de uma década o país viveu sob governos inspirados no modelo da gestão da Frente Popular, e tendo sempre um presidente vinculado ao Partido Radical. Cf, AGGIO, 1999.

do desenvolvimento econômico e, principalmente, a presença do Estado na economia e da defesa dos interesses sociais e políticos das camadas subalternas. A emergência dessa coalizão política garantiu maior estabilidade ao sistema político do país, assegurando aos partidos de esquerda o seu papel de representantes dos trabalhadores no quadro institucional e também uma ampliação das suas bases sociais.

O Estado emergia como a principal fonte de investimento, criando uma complexa rede de proteção e de subsídios estatais com tarifas aduaneiras e cotas de importação com câmbios diferenciados para maquinário, peças e matérias-primas. Não obstante o esforço empreendido para o desenvolvimento econômico, principalmente sob o crescimento industrial, a economia nacional não conquistou independência do setor externo. Além disso, o caráter marcadamente monoprodutor do seu setor exportador não foi significativamente modificado.¹⁹

Estes avanços na criação de uma estrutura industrial permitiram a ampliação da participação social para além dos limites de uma reduzida elite. Além da promoção da industrialização, o governo da Frente Popular é emblemático para os trabalhadores como um dos mais importantes no provimento de políticas sociais que englobavam habitação, alimentação e direitos trabalhistas, já que neste período o movimento operário obteve espaços de atuação no governo e incentivo para a mediação estatal nos conflitos entre capital e trabalho.

A reforma da saúde pública, o controle dos preços dos aluguéis e, especialmente, a proposta de reforma da educação, garantindo a gratuidade e o acesso ao ensino e a criação de institutos profissionalizantes, estão entre os pontos de destaque do programa da Frente Popular. Entre os colaboradores da nossa pesquisa, um entrevistado fez referência ao governo de Pedro Aguirre Cerda, presidente eleito pela FP. Para o comunista Inocente Santo, o governo mais democrático que houve no país porque:

se abriram as possibilidades para se organizar e, em segundo lugar, o presidente deu facilidade tanto para os camponeses como para a gente da cidade, do povo, de se educar. E fiscalizavam os preços, não subiam os preços como sobem agora, havia mais facilidades, mais franqueza, havia sinal de democracia²⁰ [tradução minha]

¹⁹ Na década de 1930, foi a área têxtil que liderou o dinamismo do setor industrial, enquanto que a partir da década seguinte, as atividades englobadas na indústria metal-mecânica cumpriram esse papel.

²⁰ Depoimento de Inocente Santo à autora. Santiago, 22 de outubro de 2011.

O país se transformou gradualmente numa sociedade urbano-industrial, mas não conseguiu assegurar um crescimento dinâmico permanente e modificar o sistema de propriedade da terra, nem elevar de maneira significativa o nível de vida da classe trabalhadora. O que se observa é que as mudanças tenderam a fortalecer as classes médias e alta. Entre 1940 e 1953, os trabalhadores assalariados, que compunham 57% da população economicamente ativa, obtiveram um aumento salarial de 7%, enquanto que os salários reais da classe média de colarinho branco aumentaram 46%, e os lucros dos proprietários reajustaram em 60%. (PETRAS, 1969, p.125)

A concentração fundiária, a impossibilidade de avançar na modernização do campo e a exclusão dos trabalhadores rurais, além do forte predomínio do imperialismo na exploração das riquezas nacionais foram elementos que não se viram alterados pelo modelo substitutivo. Em suma, a mudança do eixo produtivo centrado na industrialização via intervenção estatal durante os governos radicais foi insuficiente para provocar uma mudança significativa na ordem econômica e social excludente. As características presentes neste desenlace da modernização chilena configuram-se como elementos essenciais para o entendimento do processo de polarização política e social que vai ocorrer a partir do final da década de 1950.

A direita fez uso das suas prerrogativas como a força majoritária, tornando a correlação de forças sempre favorável a ela, o que lhe possibilitou bloquear a implementação de medidas voltadas para atingir objetivos mais democratizantes. Ela combinou a sua força eleitoral com o poderio econômico da sua classe para vetar tudo o que a atingisse diretamente, e para permitir as mudanças que expressassem os interesses das organizações empresariais.

Não obstante, os partidos Socialista e Comunista conseguiram assegurar o seu papel de representantes dos trabalhadores e permaneceram atuando como forças proeminentes da cena política nacional, ao menos exercendo pressões com as suas reivindicações. (AGGIO, 1999, p.20) Apesar do que afirma parte da historiografia, de que, no Chile, a etapa do nacional-desenvolvimentismo não traduziu exclusivamente os interesses privilegiados das elites devido à presença permanente da esquerda no cenário político, entendemos que este período demonstra a defasagem existente entre o cenário social e a sua representação política, pois, ainda que os trabalhadores tivessem garantidos os seus direitos quanto à

representação institucional, não se assistia a ganhos significativos nas condições de vida e de trabalho das camadas populares. A classe trabalhadora se encontrava em posição bastante desfavorável. Como uma das principais forças sociais, o empresariado obteve uma representação direta no Estado, além de estabelecer estreitos vínculos com lideranças políticas. Por outro lado, a oligarquia nacional resguardava todas as formas tradicionais de legitimação pelo voto: o *cohecho* (compra de votos), paternalismo e clientelismo. (CORREA, 1994)

Já o movimento operário da década de 1930 foi progressivamente se constituindo com novos perfis sociais e políticos, abarcando o proletariado urbano moderno, sem perder sua ancoragem na mineração, que também se modernizou, principalmente no cobre. E sua base passou a se apoiar principalmente no sindicalismo legal, atingindo crescentes graus de institucionalização, com orientações ideológicas expressadas principalmente através dos partidos comunista e socialista. Este processo se cristalizou com a vitória da coalizão da Frente Popular, que marcou o início de uma nova fase do movimento operário. Neste momento, o movimento encontrava-se unificado na Confederación de Trabajadores de Chile (CTCH), que teve importante papel de suporte à Frente Popular e representação em órgãos estatais, como a Corporación de Fomento (CORFO).²¹

Podemos afirmar que se teve pela primeira vez na história política chilena uma aliança política entre movimento operário, os partidos de esquerda como seus representantes e grupos de centro, em defesa de um programa governamental, na medida em que este representava uma possibilidade de atendimento das demandas essenciais dos trabalhadores. Este apoio estava condicionado à realização das reformas prometidas no programa de 1938.

Assim como na história brasileira durante o governo de Getúlio Vargas, nota-se no Chile a incorporação e os privilégios de alguns sindicatos. A este respeito, é sugestiva a aliança existente entre a FP e a Confederação dos Trabalhadores do Chile, que desde 1936, reunia a um número importante de sindicatos e organizações operárias, especialmente de setores estratégicos e de grandes empresas. Este apoio não só se traduziu na ativa participação em campanhas eleitorais ou em iniciativas estatais, como nas negociações com

²¹ O Estado criou a CORFO (Corporación de Fomento de la Producción), organismo voltado ao estímulo do desenvolvimento. O órgão visava a concessão de créditos para atividades já existentes, créditos para pesquisas e experimentação de novos processos produtivos, para a exploração mineral em novas áreas e para a preparação técnica de pessoal.

a CORFO, mas também na diminuição dos movimentos grevistas, até fins da década de 1940. Por outro lado, a situação dos trabalhadores nas zonas rurais apresentou uma posição de exclusão, já que as políticas trabalhistas eram dirigidas aos operários urbanos sindicalizados. A política da FP, sob forte pressão das oligarquias, redundou na proibição da sindicalização camponesa, e na conseqüente manutenção das tradicionais relações de dominação no campo.²²

A coalizão que teve o predomínio do Partido Radical nas suas diretrizes não atendeu às expectativas de mudança, de melhorias sociais e econômicas que foram suscitadas nos trabalhadores. Nesse sentido, a esquerda ficou impossibilitada de influenciar as resoluções da economia de maneira a alcançar seus objetivos por meio de projetos de desenvolvimento, de inclusão e de diminuição da dependência do país em relação ao capital estrangeiro.

Os governos do Partido Radical se caracterizaram pela lógica da história do partido, de ceder às pressões da direita. Sendo assim, na política do período o tema da **ordem** assumia importância equivalente ao da **mudança**. (AGGIO, 1999, p.22) Com o desprestígio dos radicais como força política governante e as divisões posteriores no interior da esquerda entre o final dos anos quarenta e início da década de 1950, o país viveu momentos de abalo na vida política e teve como presidente o ex-ditador Carlos Ibáñez del Campo, em 1952.

A esquerda retomou a unidade somente cinco anos depois. Neste histórico, podemos afirmar que um dos fatores mais destacados da trajetória da esquerda chilena foi a sua presença forte e estruturada no cenário institucional, sua constante participação no exercício da pressão política sobre o centro decisório, além da capacidade de mobilização que remonta às suas origens. Entre os partidos de esquerda, o Partido Socialista exerceu desde a sua fundação funções sociais múltiplas, tais como a mediação entre a sociedade e o sistema político no momento de emergência de novos sujeitos sociais, contribuiu para a formação de uma certa estruturação da opinião pela difusão da sua ideologia, exercendo pressão sobre as autoridades em nome das categorias que defendeu, bem como na expressão de conflitos e anseios populares.

²² A oligarquia chilena vivia o desafio de enfrentar a nova configuração política e social e procurou se adaptar, criando e fortalecendo corporações representativas dos seus interesses, como a Sociedade Nacional de Agricultura, a Câmara Central de Comércio e a Sociedade Nacional de Mineração.

De fato, este processo exerceu efeitos significativos ao longo da trajetória do movimento operário e, principalmente, da esquerda ao longo do século XX, incidindo sobre os rumos que o movimento tomaria até 1973. Este é o período que cristaliza o modelo de institucionalização dos conflitos, no qual entendemos que a centralidade do papel do Estado como fator de coesão passou a constituir o elemento comum a todos os discursos e projetos políticos em disputa, da direita à esquerda da cena política nacional.

O Estado que se configurava, ao mesmo tempo requeria uma complexa aliança devido à fragilidade dos setores empresariais vinculados à recente industrialização, à presença de uma forte oligarquia em defesa dos seus interesses e da forte pressão exercida pelos trabalhadores desfavorecidos no centro decisório. Estes, ainda que tenham conseguido atuar com maior liberdade, não viram mudanças significativas na situação da classe trabalhadora. Assim, depois de completado o ciclo econômico que havia sido colocado em curso e alterada a situação mundial com o final da Segunda Guerra, o Radicalismo não conseguiu mais reproduzir a sua estratégia e a sua política de alianças. Os grupos políticos e sociais passariam a assumir novos perfis.

Se por um lado a sociedade chilena vivenciou a partir de então a institucionalização do conflito no Estado, por outro, isso se refletiria na polarização política e social ocorrida a partir do final da década de 1950 num processo de contestação ao modelo adotado nos governos de influência da Frente Popular.

O Movimento Operário

A questão social emergiu no Chile como um tema pujante porque tomou proporções que foram muito além do que poderiam canalizar, tanto os partidos, quanto o próprio Estado, e que por isso, passou a definir em muitos aspectos o debate institucional e o próprio desenvolvimento das lutas populares. A crise oligárquica foi precedida por fortes lutas sociais, e este processo vivenciado entre o final do século XIX e a década de 1930 delineou algumas características dos principais atores políticos e sociais em emergência. Além disso, estruturou as principais vias que conduziriam o movimento operário ao longo do século, os perfis dos partidos políticos, especialmente de esquerda, principalmente, a partir do governo da Frente Popular, que cristalizou o processo.

As análises realizadas pela historiografia sobre o período convergem sobre o significado dos rumos adotados a partir da crise oligárquica no país, identificando a consolidação de um processo de desenvolvimento do capitalismo, com base na defesa de um regime de democracia liberal representativa, com a participação de diferentes setores políticos e com um modelo de industrialização e de integração social regido pelo Estado. A consolidação deste modelo foi a marca do governo da Frente Popular e dos governos que a seguiram até a década de 1950.

Dentre as medidas de integração e de controle da ordem político-social, os atores políticos adotaram reajustes nos mecanismos do Estado. Para nós, tem especial importância medidas aplicadas às relações de trabalho a partir das legislações de 1924 e 1931.²³ É importante retomar questões referentes às regras que passaram a guiar as relações de trabalho e o novo papel do Estado neste período, pois estas servirão para refletirmos sobre a dinâmica alcançada pelo movimento operário nas décadas seguintes e durante o governo da Unidade Popular.

As transformações que desembocaram na ‘institucionalização dos conflitos’, com a participação da esquerda na política institucional e o reconhecimento e legalidade do sindicalismo como meio de expressão das demandas operárias, em geral, são encaradas como mecanismos que levaram à subordinação dos movimentos de representação popular e ao arrefecimento do conflito de classes aberto.

Com a eclosão das pressões sociais, deu-se a reflexão e o debate entre intelectuais e dirigentes políticos, buscando desenvolver medidas que regulamentassem as questões referentes ao trabalho. A origem do Código Trabalhista remonta às propostas legislativas das duas forças políticas mais importantes até o início do século XX, o Partido Conservador e a Aliança Liberal. Seus projetos eram essencialmente autoritários e restritivos. Nenhum dos partidos estava de acordo com relação à necessidade mesma da legislação, já que o não reconhecimento dos sindicatos, ou mesmo a não existência dos mesmos, satisfazia à maioria dos deputados.

A preocupação dos intelectuais com a questão social, dentre eles, ativistas políticos e dirigentes partidários, os levou a desenvolver medidas de regulamentação, mais por temor ao radicalismo do movimento operário existente e tentando eliminar as influências radicais,

²³ A legislação de 1931 outorgava ao Estado a autoridade para regular as relações trabalhistas e para assegurar a democracia sindical, colocando o Estado como árbitro dos conflitos entre trabalhadores e empresários.

promovendo a formação de sindicatos controlados pelo Estado e pelos patrões. (ANGELL, 1974, p.69) Estes intelectuais entendiam que havia a necessidade de um código trabalhista para restringir e conter as atividades dos operários organizados, liderados, principalmente, por comunistas e anarcosindicalistas, que cresciam, se radicalizavam e explicitavam o conflito social com a crescente violência no choque com as forças repressivas.

Com a promulgação da legislação trabalhista, em 1924, o Estado passou a intervir diretamente nos conflitos trabalhistas e a propiciar importantes modificações na organização operária, quando passou a reconhecê-la por meio da legalização do sindicalismo, a estabelecer controle sobre ela e a limitar seus objetivos e suas normas de funcionamento. Este sistema estabelecia sete leis relativas a contrato de trabalho, sistema de seguro de doença, invalidez e acidentes, conciliação e arbitragem, sindicatos, cooperativas. Ações que, segundo as palavras do então presidente da República, Arturo Alessandri Palma, indicavam que havia chegado “o momento de ceder algo para manter a paz e a ordem”, entendido então como “o único remédio eficaz para evitar a revolução.”²⁴ (PIZARRO, 1978, p.9)

Evidentemente, a fase inicial de implementação do novo código trabalhista marcou um período de debates entre as lideranças sindicais e políticas no sentido da sua recusa ou aceitação para garantir benefícios e proteção governamental e para estender a influência dos sindicatos onde estes ainda não haviam conquistado adesão. Concebida como uma solução para a “questão social” provocada pela militância de trabalhadores, o sistema chileno oferecia reconhecimento trabalhista legal em troca de maior controle estatal, enquanto trocava coerção por integração ao sistema da ordem como uma estratégia de elite de controle social.

A conciliação e a arbitragem não eram elementos da cultura de relações entre patrões e trabalhadores, ao menos, não como prática institucionalizada e regular. Ao longo do século XIX, em diversos conflitos as autoridades locais ou regionais haviam mediado os conflitos com maior ou menor êxito, mas isso se deu como iniciativas isoladas que não constituíam um sistema oficial ao qual as partes pudessem recorrer regularmente para solucionar suas diferenças. Os conflitos entre capital e trabalho no último terço do século

²⁴ Trecho de uma carta de Arturo Alessandri Palma citado por Crisóstomo Pizarro. Esta legislação garantia o direito à organização sindical e à greve, o descanso dominical, a indenização por acidentes de trabalho, o seguro obrigatório para os operários e a limitação da jornada a oito horas diárias, respondendo efetivamente às atividades grevistas precedentes.

XIX eram caracterizados pela inexistência de leis e normas que os regulassem. A conciliação e a arbitragem dependiam do acordo entre trabalhadores, empresários e funcionários provinciais, municipais, policiais ou militares.

Segundo Grez Toso (2007) a primeira reação de trabalhadores grevistas era rejeitar a arbitragem, especialmente depois de vivenciarem tantas experiências de repressão. Ao mesmo tempo, com a recusa dos patrões em negociar, muitos setores de trabalhadores viram nestes mecanismos um escudo protetor, especialmente quando tinham que enfrentar capitalistas intransigentes. Estes mecanismos foram se generalizando a tal ponto que, até o Centenário da Independência, já constituíam uma prática relativamente difundida, ainda que sem obrigatoriedade legal, mas se generalizavam de forma a adquirir “cor de direito”.²⁵

Com o acirramento dos conflitos sociais nos anos vinte, o presidente Arturo Alessandri se tornou o maior defensor e propagandista da regulação das relações trabalhistas, aproveitando-se da sua imagem positiva no mundo popular. Depois de um longo período de resistência e repressão, até os anos trinta, a maior parte do movimento trabalhista aceitou gradativamente a troca implícita nas leis trabalhistas e começou a trabalhar com estas. Isso se consolidou durante o governo da Frente Popular. O fator determinante para se generalizar a mudança na relação do movimento operário com as propostas de mediação estatal foi a mudança de atitude do Partido Comunista ao se iniciar o período da frente anti-fascista. (ANGELL, 1974, p.70)

A greve ferroviária, a greve geral de Santiago, a hostilidade do governo Alessandri em relação às rebeliões do movimento operário e a mudança política representada pela formação da FP foram circunstâncias que permitiram um entendimento entre as tendências majoritárias dos sindicalistas, que em 1936 se uniram para formar a Confederación de Trabajadores de Chile (CTCh). Esta era basicamente uma organização de operários, estruturados em sindicatos legais; em federações nacionais, como da construção, mineração, metalúrgica, panificadores, madeireiros, uniões provinciais de indústrias têxteis e gráficas; federação ferroviária, de trabalhadores rurais e cabeleireiros.

A CTCh participou diretamente na campanha eleitoral da Frente Popular, oferecendo respaldo e uma atitude colaboracionista com o governo, participando

²⁵ Neste artigo o autor faz uma importante análise sobre a difusão da ideia de direito entre os trabalhadores. Aqui ele se remete à perspectiva do Thompson dos costumes enquanto uma prática que adquiria “cor de privilégio ou direito” ou “retórica de legitimação de quase todo uso, prática ou direito reclamado”.

diretamente da gestão governamental. O Secretário Geral da Confederação foi conselheiro da CORFO, e a CTCh designava conselheiros a outros órgãos, como a Caixa de Habitação, ao Conselho de Subsistência e Preços, à Defesa Civil e ao denominado Conselho Superior do Trabalho. Desde a campanha da coalizão, portanto, alterou-se a postura do movimento dos trabalhadores, que passava a se basear na valorização da legislação social, no contexto de uma relação de compromisso com o novo governo. A década de 1930 viveu o auge da sindicalização legal. Ao final de 1939 havia 593 sindicatos industriais, com mais de 105 mil sócios. Praticamente todo o movimento sindical anterior à legislação se legalizou.²⁶ (BARRERA, 1971, p.138)

Com a magnitude dos problemas econômicos e sociais sofridos diretamente pelos trabalhadores, a ausência de canais de atendimento das suas demandas e de pressão sobre o Estado até a criação da nova legislação, e com a importância adquirida pelo movimento operário enquanto sujeito social em meio aos projetos políticos que se discutiam no país, aquele contexto se apresentava às organizações dos trabalhadores como um momento favorável para conquistar seu espaço nas lutas institucionais, até então dominadas pela oligarquia nacional. Considerando as condições históricas, a crescente institucionalização da ação operária consistiu numa construção política eficaz para colocarem na pauta do debate público questões urgentes do conflito entre capital e trabalho e assumirem espaços que garantiram maior democratização política e social. Ao mesmo tempo esse processo marcou o início das contradições do movimento operário organizado que se desenvolveu ao longo do século, dando origem à Central Única dos Trabalhadores do Chile (CUT), em 1957.

A regulação das relações trabalhistas

A incorporação dos temas e conflitos trabalhistas aos mecanismos do Estado no Chile foi objeto de investigação, especialmente, no que se refere à estrutura criada e à influência exercida sobre o conjunto do movimento operário, bem como ao significado das relações sindicais com os partidos políticos do país. O que buscaremos demonstrar aqui é que a forte relação estabelecida com a esquerda partidária e a formação de uma estrutura

²⁶ Entre os anos de 1927 e 1931 se organizaram cerca de 85 sindicatos industriais com 27 mil sócios, nos setores econômicos mais importantes do país: salitre, cobre, carvão, fábricas metalúrgicas, têxteis, etc.

diferenciada dentro do sindicalismo forjaram condições muito específicas e importantes para a configuração de uma forte identificação entre os trabalhadores e suas entidades representativas.

Para compreendermos as relações estabelecidas entre as organizações de base, a Central Única dos Trabalhadores e o governo, em 1970, é preciso entender algumas características essenciais do movimento operário chileno. Nos aspectos que vamos analisar neste tópico estão as origens da legalidade e formação do sindicalismo e da crescente institucionalização das demandas operárias para atingir maior incidência sobre o Estado.

Apesar de estatísticas impressionantes que apontam para um grande número de trabalhadores sindicalizados, diferentes autores apontam para a existência de uma importante fragilidade estrutural do movimento sindical nacional dentro de um sistema complexo de relações trabalhistas. Na prática sindical, entre as principais medidas estabelecidas que teriam acarretado a fragilidade do movimento estariam táticas bastante restritivas quanto ao alcance e à autonomia das organizações dos trabalhadores. Dentre as suas principais características organizativas, vale lembrar que os sindicatos eram organizados por empresa, e não por setor produtivo ou categoria de trabalhadores. A partir desta regulamentação, proibia-se, por exemplo, a organização de sindicatos em fábricas que tivessem menos de 25 trabalhadores, uma restrição importante, se considerarmos que a maioria das empresas no país era constituída por estabelecimentos de pequeno porte.

Uma vez que o sindicato era um órgão representativo dos trabalhadores de uma empresa, proibia-se o envolvimento do mesmo em negociações coletivas do setor ou categoria de outro estabelecimento, ou a convocação de greves solidárias. A maioria dos operários estava organizada em “sindicatos industriais”, denominação dada aos sindicatos formados por operários, cuja filiação era obrigatória sempre que em qualquer estabelecimento de pelo menos 25 trabalhadores houvesse um voto de pelo menos 55% deles favorável à organização de um sindicato. Poderia haver um sindicato por estabelecimento e não era permitido a estes sindicatos formar federações com outros sindicatos com o fim de realizar negociações coletivas.²⁷

²⁷ A maioria dos sindicatos chilenos era pequena: em 1968, o tamanho médio dos sindicatos de empresa era de 155 membros; 63% de todos os sindicatos tinham menos de 100 membros; só 26 sindicatos tinham mais de mil membros. O sindicato industrial local, ou seja, por fábrica, consistiu na espinha dorsal do movimento sindical chileno.

Além disso, o Código trabalhista estabeleceu a distinção legal entre os trabalhadores, classificando-os entre “operários” e “empregados”, institucionalizando a sua divisão através da diferenciação entre o ofício “manual” e o “intelectual”, a diferença salarial e a discriminação social, ocasionando, se não o conflito, a dificuldade para estabelecer uma unidade de ação. Na indústria manufatureira, os empregados, em geral, funcionários administrativos, chefes ou profissionais com formação técnica, recebiam salários médios três vezes maiores do que os dos operários, com ajustes automáticos para cobrir a alta no custo de vida. Além disso, nos serviços sociais e outros benefícios (que compunham uma parte importante dos salários e aposentadorias) também se favorecia ao empregado.

A formação de Federações entre os sindicatos industriais estava restrita a fins educativos e assistencialistas, e não para a luta por direitos econômicos e sociais dos trabalhadores. Esta legislação gerou a dispersão do movimento operário sindical e a proliferação de pequenos núcleos organizacionais, o que, para Manuel Barrera significou a cristalização da orientação de colaboração entre capital e trabalho, na medida em que dificultava a realização de atividades que quebrassem a disciplina e a ordem no trabalho. (BARRERA, 1971, p.8)

A negociação coletiva também foi normatizada e devia cumprir obrigatoriamente as seguintes etapas para que a greve, caso fosse declarada, fosse considerada legal: a negociação direta prévia à conciliação, a conciliação obrigatória e a arbitragem facultativa. Além disso, as greves não podiam ser declaradas pelas Federações, Confederações ou Centrais nacionais. O novo Código Trabalhista de 1931 outorgou ao Estado a autoridade para regular as relações de trabalho e para assegurar a democracia sindical, colocando o Estado como árbitro dos conflitos entre trabalhadores e patrões. O reconhecimento do Estado passou a ser o meio da legitimidade sindical. Os inspetores trabalhistas supervisionavam os assuntos sindicais e as mesas de mediação estatal. Assim, o direito à greve estava sujeito à regulação do Estado, cujos funcionários garantiam ou negavam sua legalidade.

O Estado também exercia certo controle sobre os sindicatos em determinados aspectos, como, por exemplo, na participação nas reuniões sindicais, na revisão de documentação e no exercício do controle financeiro sobre as organizações.

Financeiramente, foi imposta uma série de limitações à estruturação dos sindicatos, na medida em que os proibia de ter fundos de resistência para o caso de declarar greves. E, ainda que muitos conseguissem burlar esta lei, era difícil, já que o Estado controlava com muita precisão os assuntos financeiros dos sindicatos. O orçamento dos mesmos tinha que ser submetido a inspetores do trabalho locais, e os tesoureiros só podiam ter às mãos uma quantidade bem pequena de dinheiro, e o restante deveria ser depositado em uma conta bancária supervisionada pelo governo.

Este poder do Estado, por vezes, submetia os sindicatos a ações de funcionários e políticos corruptos ou conservadores que atuavam de maneira a fazer vistas grossas para a burlagem do Código do Trabalho e assegurar o controle exercido pelos empresários. São inúmeras as denúncias que encontramos nos registros da Direção do Trabalho, órgão do Ministério do Trabalho responsável pela fiscalização das relações trabalhistas, apontando a conivência de inspetores e diretores com os abusos patronais devido a relações pessoais de amizade, compadrio ou sociedades com os empresários.

Em uma das cartas encaminhadas à Direção do Trabalho, o trabalhador de um posto de gasolina afirmava que havia sido destrutado pelo patrão, e que o mesmo o teria ameaçado dizendo que era compadre do inspetor do trabalho da região, e que, portanto, sua queixa não resultaria em nada. Também havia casos em que o inspetor responsável por uma determinada região ou o próprio Ministro do Trabalho era sócio de empresas citadas.²⁸ As queixas apresentadas à Direção do Trabalho envolvem muitos casos de perseguição a sindicalistas, demissões sem justificativas, abusos, ameaças. Além da ameaça de demissão, há casos de intimidação por parte do empregador de *“fazer com que ele não encontrasse mais emprego se reclamasse demais”*.²⁹ Além disso, o código trabalhista não estabelecia nenhuma sanção para os patrões que não cumprissem com seu ordenamento, enquanto que os sindicatos que não se ajustassem a eles estavam seriamente ameaçados por um bom número de penalidades.

Dessa forma, os sindicatos dificilmente conseguiam sustentar greves prolongadas, agindo geralmente por meio de uma greve curta, às vezes violenta, acompanhada freqüentemente da *toma* da fábrica, que podemos descrever como uma ocupação ou um piquete no espaço de trabalho, prática recorrentemente utilizada. Não havia meios para

²⁸ Dirección del Trabajo, Providencias, Volumen 2244. Osorno, 27 de octubre de 1965.

²⁹ Dirección del Trabajo, Providencias, Volumen 2327. Antofagasta, 22 de Julio de 1965.

sustentar uma ação prolongada. (ANGELL, 1974, p.72) Quando necessário, os sindicatos recorriam à assistência de um partido político.

Com base nestas características, as análises de Angell e de Barrera convergem para a avaliação das conseqüências negativas da estrutura do movimento sindical chileno no que diz respeito à ausência de uma estrutura mais unificada, e das dificuldades no manejo de um movimento sindical composto de um número elevado de pequenas unidades, diferentemente de um composto de federações burocráticas grandes. Assim, vêem com reticências a capacidade de mobilização das bases pelos dirigentes e de unificação das lutas:

Pode ser que o controle nominal do movimento medido pelo número de dirigentes sindicais filiados a tal ou qual partido político não signifique grande coisa quanto à capacidade desses dirigentes para mobilizar a maioria das bases para fins sindicais. Obviamente, estes fatores dizem respeito à natureza da relação dirigente-dirigido e da percepção ou consciência de um interesse comum de parte dos distintos setores do movimento. Somente no caso de os dirigentes máximos dominarem setores extensos do movimento sindical e se estes setores cooperassem se poderia superar os obstáculos estruturais que trabalham contra a militância sindical geral e a unidade no terreno político; é freqüente que seja mais notável o particularismo dos distintos setores do que a unidade de ação, e a relação dirigente-dirigido nos sindicatos chilenos tenda a ser instável, condicional e competitiva. (ANGELL, 1974, p.133)

É importante atentarmos para características estruturais regulamentadas pelo Estado que visavam fragilizar o movimento sindical. Assim se fortaleceu a ideia sobre o movimento operário de que a criação de uma estrutura sindical que não possibilitava a formação de grandes sindicatos por categorias de trabalhadores, fragmentando-os em pequenos núcleos por empresa, teria contribuído para o enfraquecimento do movimento operário do país.

Entendemos, no entanto, que se por um lado esta conformação da estrutura sindical dificultou a formação de grandes estruturas de unificação sindical, por outro lado, acabou contribuindo para a gestação de características muito particulares que fortaleceram a identificação e a legitimidade dos sindicatos industriais entre os trabalhadores, comum processo de consolidação de relações solidárias entre eles. Para nós, a sua expressão máxima se deu nos anos da Unidade Popular, com várias manifestações classistas em defesa dos seus direitos e da construção de uma nova ordem a partir da sua articulação por ações articuladas nas bases.

Evidentemente, quando se afirma que a vitória da Frente Popular, em 1938, marcou a cristalização de um novo período na história do movimento operário, isso não significa

que este evento constituiu um processo de completa ruptura do movimento operário com as suas tradições radicais de luta, de ação direta e de contestação da ordem e com a sua identidade classista. A partir da década de 1930, na qual se assiste à reestruturação econômica e social do país, o que se observa nos movimentos populares são dinâmicas distintas, de acordo com o setor e com a vinculação ideológica, fluxos e refluxos diante das ações governamentais, seja no sentido da sua política de integração ou numa direção repressiva.

Com base nestes estudos sobre a organização do movimento operário e as suas relações com o Estado é possível ter uma dimensão mais abrangente das transformações ocorridas na dinâmica das organizações dos trabalhadores e dos espaços institucionais ocupados por elas, levando-nos a visualizar conquistas e limites impostos à atuação do movimento operário na contestação da ordem. No entanto, para nós, foi fundamental recorrermos a uma análise empírica para colhermos elementos que nos permitissem compreender como se deu na prática a aplicação desta regulamentação e o seu real impacto sobre o cotidiano dos trabalhadores e sobre a formação da sua identidade.

Assim, poderemos demonstrar que a institucionalização dos conflitos não impediu o avanço organizativo e expressões legítimas da classe trabalhadora chilena ao longo das décadas. Se por um lado, não queremos sair em defesa de um legado que foi restritivo e contraditório da legislação sindical e da integração política, por outro, não é prudente cairmos no extremo oposto de enxergar o período anterior de forma idealizada, como se fosse “o reino da autonomia da classe trabalhadora”, como afirma Hélio da Costa a respeito da classe trabalhadora no Brasil. (1995, p.7) Nesta análise buscamos observar o avanço da organização dos trabalhadores ao longo das décadas, que permitiu a formação de organizações, o aprendizado político e a consolidação de laços que se estenderam e permaneceram até culminarem em formas diferenciadas de organização durante o governo popular.

Relações, condições de trabalho e política

Uma das particularidades que se pode observar no movimento sindicalista chileno é que ele era suficientemente extenso e, o que é mais importante, suficientemente representativo da força operária ativa. É certo que, com a complexidade que assumiu a estrutura sindical do país, é muito difícil estabelecer modelos precisos a respeito da dinâmica de um movimento, composto de muitos sindicatos pequenos, o que favorece situações mais diversas, como por exemplo, inúmeras situações em que a organização era controlada pelo patrão. Os estabelecimentos muito pequenos podiam favorecer com frequência um tipo de relação que dificultava a rebelião dos empregados contra os patrões, que contavam também com a conivência do Estado.

Ainda que na década de 1930 os trabalhadores tenham assegurado uma maior vigilância do Estado sobre as relações trabalhistas e a aplicação dos seus direitos, são muitos os casos de permanência da burlagem das leis e de desmandos patronais ao longo dos anos.³⁰ O cotidiano fabril revela aspectos das relações de trabalho que nem sempre eram atingidos pela regulação do Estado, ignorada pela conduta autoritária de gestores e patrões.

O trabalho infantil sob condições precárias e remunerações baixíssimas, por exemplo, foi um tema de grande repercussão quando cerca de 200 crianças e jovens operários da fábrica Cristalerías Chile realizaram um movimento grevista sem a condução do sindicato. O movimento contou com o apoio de diversas entidades sindicais de outras indústrias que organizaram *ollas comunes*,³¹ arrecadação de suprimentos para as famílias dos grevistas. Por outro lado, a polícia agia com hostilidade, dispersando as concentrações em frente à fábrica e prendendo jovens sob a alegação de ações violentas. O movimento sequer conseguiu a intervenção da Inspeção do Trabalho. (FLORES, 1998, p.98)

³⁰ Dentre as principais queixas e reivindicações postuladas nas greves entre 1916 e 1970, os temas relativos a relações de trabalho aparecem como a segunda com mais registros, ficando atrás apenas de questões salariais. Nas relações de trabalho estão compreendidos: abusos e demissões, sistemas de multas, cumprimento de acordos, convênios e contratos. Cf. PIZARRO, 1978, p.36.

³¹ *Ollas comunes* são refeições coletivas por meio das quais se alimentam os operários e as suas famílias. Essa é uma prática que se repete na maior parte dos movimentos grevistas ou em ocupações de terrenos, como veremos adiante. Em geral, a atividade é realizada com recursos dos fundos do sindicato e com doações de dinheiro ou donativos recolhidos pelos operários entre a comunidade e comerciantes locais.



Crianças operárias da fábrica Cristalerías Chile em 1941

Fonte: http://www.memoriachilena.cl/temas/documento_detalle2.asp?id=MC0030444

Se em empresas situadas na capital as condições mínimas ainda não eram asseguradas, nas minas, o maior poder patronal e o isolamento contribuíam para o agravamento da situação. Em 1941, Inocente Santo construía instalações para uma empresa de eletricidade do país em meio à neve da cordilheira dos Andes. O ex operário ainda carrega no corpo as consequências do trabalho devido às condições a que era submetido na época:

Eu trabalhei muito na cordilheira, na neve, por isso estou doente. [Vivíamos] em acampamentos, acampamentos insalubres. Tinha que lutar para que fizessem acampamentos para poder dormir, não como seres humanos, porque no acampamento tem só tábuas. A neve entrava pelas ranhuras das tábuas. Eu fiquei 20 dias embaixo da neve em 1941, 20 dias em um acampamento esmagado pela neve.³² [Tradução minha]

As condições de vida e a exploração nos foram relatadas por Carlos Massalin no depoimento em que traçou com detalhes registros da experiência vivida junto ao seu pai no início dos anos cinquenta no norte mineiro. São elementos que conformaram as experiências transmitidas entre as gerações de trabalhadores e levadas ao longo do processo de proletarianização:

Meu pai era operário de um acampamento mineiro, um acampamento mineiro de cobre de uma firma norteamericana, em Chuquicamata, que nessa época era a maior mina de cobre do mundo a céu aberto [...] Era uma mina onde não pagavam em dinheiro, só em [19]58 começaram a pagar em dinheiro. Existia um sistema de *pulpería*: a companhia dispunha a casa, ou seja, o povoado era a companhia, e havia uma *pulpería*, e davam um cartão aos trabalhadores em que

³² Em um depoimento emocionado, Inocente citou o recente acidente de trabalho ocorrido com mineiros chilenos, que teve repercussão mundial, dizendo-se identificado com aquela situação. Depoimento de Inocente Santo à autora, Santiago do Chile, 22 de outubro de 2011.

podiam retirar arroz, açúcar e pão. Não havia comércio no acampamento mineiro. E havia frutas, por exemplo, nós conhecíamos a laranja, a maçã e a banana. Essas coisas levavam. E verduras como alface, acelga era assim bastante limitado. O povoado estava dividido em dois: uma parte que era o acampamento americano e outra parte que era acampamento operário. No acampamento americano não havia só norte-americanos, mas também mexicanos. Era todo o pessoal que era chefe, que lá chamavam *roloro*, porque a eles pagavam diretamente em dólares; e tinha um sistema de *pulpería* também, mas sem cartão, ou seja, você podia comprar diretamente. [...] Vivíamos em condições bastante precárias no acampamento, tínhamos dois cômodos.³³ [Tradução minha]

Além das condições precárias em que viviam os trabalhadores, o cotidiano era marcado pelas duras relações hierárquicas. Em muitas empresas, o controle patronal estava assegurado pela combinação de paternalismo e repressão. Os depoimentos que coletamos revelam a recorrência de um modelo autoritário nas relações trabalhistas que perpassaram diferentes gerações de trabalhadores. Por meio das entrevistas e das fontes documentais observamos a recorrência destas práticas e as mudanças que se deram no comportamento político dos trabalhadores nas décadas seguintes, entre os anos de 1950 e 1970.

Guillermo Orrego, operário na empresa multinacional de telefonia, ITT, a partir do final dos anos sessenta, relata a prática autoritária nas décadas anteriores vivenciadas por seu pai:

Meu pai me contava de um gringo que era o gerente geral [da ITT] nesse tempo. Quando levavam a carta de reivindicações, ele a tomava, e as folhas ele jogava no lixo, assim, de insolentes os gringos.³⁴ [Tradução minha]

Hugo Valenzuela, operário da indústria têxtil Sumar nos relatou expressões destas práticas exercidas tanto pela figura do patrão, num modelo autoritário e paternalista, em que uma das características era a presença do empresário no chão de fábrica, quanto dos chefes de seção, no período de transição para um novo tipo de relações, com a transmissão da autoridade para uma nova figura que exercia o controle do trabalho:

O patrão era o dono da Sumar, Sr. Guillermo Sumar. Era um tipo déspota terrível; despediu um companheiro por ser feio. Um dia chegou e disse: “o que este feio faz aqui?”. Por ser feio! Depois, quando nós tomamos a fábrica, fomos buscar o companheiro e o reingressamos à fábrica. Olha, o companheiro Espinoza, eu me lembro bem porque foi uma pena terrível o que ocorreu, um trauma forte que ele provocou a este companheiro.

Éramos operários que obedecíamos o que nos diziam, havia muito abuso por parte dos chefes [...] ele que andava com o açoite aí para fazer produzir, era com ele que tínhamos mais conflitos. No entanto, eram pequenos conflitos porque

³³ Depoimento de Carlos Cortez Massalin à autora, Santiago, 04 de junho de 2009.

³⁴ Depoimento de Guillermo Orrego à autora, Santiago do Chile, 18 de junho de 2009.

entrávamos para trabalhar como ovelhas, íamos buscar o salário que nos permitisse viver e nada mais.

Márcia: Que tipo de conflitos?

Basicamente eram os de produção, de dizer “quanto você produz, está produzindo menos”, e, por exemplo, não podíamos ir ao banheiro duas vezes no dia, uma só vez, só. E se fosse pela segunda vez já ficava na lista ruim, digamos, na lista negra, como se enrolasse para não trabalhar.³⁵ [Tradução minha]

Fora da fábrica, outros fatores incidiam diretamente sobre a organização dos trabalhadores, como as conjunturas políticas. No governo de Gabriel González Videla, com a Lei de Defesa Permanente da Democracia, deu-se a cassação dos direitos políticos dos comunistas, em 1946, com a qual militantes políticos e dirigentes sindicais sequer conseguiam encontrar postos de trabalho, como nos relataram José Tohá e Inocente Santo.³⁶

Vale citar, por exemplo, o caso da empresa Montero, presente nos registros da Direção do Trabalho. Ocorrido em 1965, outra conjuntura de acirramento político, com forte organização política e sindical, os patrões temiam ainda mais a proximidade das lideranças sindicais com os demais operários. A denúncia registrada indica que o empregador teria obrigado a mulheres e empregados a não aderirem ao novo sindicato formado na empresa, e teria retaliado os dirigentes encaminhando-os a postos que não correspondiam ao seu trabalho, como arrumar caixas no depósito.

O empresário alegava que após percorrer a empresa descobriu que lá havia se formado uma espécie de “escritório de contraespionagem do governo” e que um dos dirigentes sindicais havia sido enviado pelo Partido Socialista para perturbar a empresa. Após negociações com a presença de inspetor do trabalho ele afirmou que reintegraria os sindicalistas, mas em outros postos, para *evitar que mantivessem contato com os demais do setor*. Um dos dirigentes foi encaminhado à cidade de Arica, onde sequer a empresa tinha filiais. Segundo a denúncia, o empregador tinha um acordo com o subsecretário do trabalho.³⁷

Além do férreo controle exercido sobre a produção, portanto, a circulação de ideias era vigiada, e a única forma de representação tolerada era o sindicato “apatronado”, como

³⁵ Depoimento de Hugo Valenzuela à autora, Santiago, 10 de junho de 2009.

³⁶ Dependendo fortemente do financiamento norte-americano num contexto de Guerra Fria, o apoio dos comunistas às greves contra a política do governo e as permanentes críticas feitas à relação do Chile com os Estados Unidos proporcionaram ao presidente González Videla a justificativa necessária ao rompimento com os comunistas. Para conseguir conter a pressão do PC e a agitação operária, apoiada pelos comunistas, o governo decretou, em 1948, a Lei de Defesa da Democracia, proscrevendo o Partido Comunista e atingindo diretamente os direitos e liberdades sindicais. José Tohá relatou ainda que passou a ser encaminhado pela empresa a diferentes postos de trabalho em diversas cidades.

³⁷ Ministerio del Trabajo. Subsecretaria del Trabajo. Acta. Santiago, 13 de agosto de 1965.

destaca Winn, a respeito da fábrica Yarur. Sob este rígido sistema de controle, o desvio das normas de lealdade incondicional era informado pelos delatores, chamados “sapos”, e castigado com transferência a seções indesejáveis, suspensões ou demissões, como relatamos acima. O exemplo de conflito permanente entre as tradições políticas dos trabalhadores e o controle social exercido pelas empresas foi relatado por trabalhadores ao pesquisador.

Um mês depois de contratada pela fábrica, a funcionária e outras companheiras tiveram que fazer um juramento. A prática era, no mínimo, curiosa:

Um empregado da Yarur as levou a uma sala escura na base do edifício da administração onde encontraram o “Padre” Concha, um empregado da Yarur vestido como padre, e linhas paralelas de homens e mulheres trabalhadores esperando para fazer seu juramento. “Em uma mesa punham um pano preto e estava Nosso Senhor crucificado e sob o Cristo uma caveirinha pequena”, [...] “Então nós tínhamos que sentar-nos ou parar diante da mesa e pôr as mãos na mesa e o padrezinho Concha nos fazia jurar”. [...] me fizeram jurar que seria fiel aos patrões, não participar de nada contra o patrão, nem política, nem sindicatos... (WINN, 2004, p.28) ³⁸ [Tradução minha]

Na entrevista concedida para a nossa pesquisa, José Gomez, operário que ingressou na Têxtil Yarur no ano de 1956, relatou os obstáculos encontrados para a obtenção de pequenos direitos dentro da empresa devido à inexistência de um sindicato, à autoridade exercida pelos chefes e pela dificuldade de acesso ao patrão. O operário relatou também a prática do ritual de juramento, cristalizada na sua memória:

Quando eu cheguei, puseram um púlpito, onde se confessa aos padres, aí colocaram um pirata [caveira] para confessar à pessoa que nunca se ia levantar contra a empresa [...] um punhal assim [...] para jurar alí que nunca íamos estar contra a empresa. [...] Era um costume que tinha o empresário para que o trabalhador nunca formasse um sindicato [...] você tinha que jurar que nunca ia fazer nada.³⁹ [Tradução minha]

O sindicato industrial da Têxtil Yarur nasceu dessas conversas informais entre os operários, dentre os quais, simpatizantes e militantes de esquerda. Questionado sobre perseguições aos operários que estavam formando o sindicato na fábrica Yarur, Gomez declarou a existência de capatazes armados na empresa para intimidá-los. O resultado não só foi infrutífero, como o movimento dos trabalhadores da indústria Yarur veio a se tornar um símbolo das lutas operárias durante a Unidade Popular, como veremos no capítulo IV.

³⁸ A Yarur consistia na maior fábrica têxtil do país e era parte de um império econômico da família Yarur, que incluía o segundo banco mais importante do Chile, empresas de seguros, emissoras de rádio e um conjunto de fábricas e distribuidoras têxteis.

³⁹ Depoimento de José Gomez à autora, Santiago do Chile, 23 de julho de 2010.

Em grande parte dos depoimentos coletados, os trabalhadores relataram as dificuldades encontradas para a obtenção de conquistas em função das relações estabelecidas entre os sindicatos ou comitês de fábrica e os patrões, evidenciando a permanência do controle exercido pela empresa mesmo depois da regulamentação do Código Trabalhista. Isso contribuiu para gerar os denominados sindicatos “apatronados”. A aceitação e introjeção das relações paternalistas e da legitimação deste controle por parte de alguns trabalhadores, gerando relações de confiança entre patrão e operário, conseqüentemente, dificultava a criação de órgãos representativos com maior liberdade dentro da empresa, como nos relatou Hugo Valenzuela:

Quando eu entrei [na fábrica] não havia sindicato ainda, então tinha uma espécie de representação sindical, e esta representação sindical tinha como cabeça um rapaz que se chamava Manríquez, que era do *Patria y Libertad*, que era como a UDI de agora, uma coisa assim, um movimento de extrema direita. Então, havia delegados por seções e esses delegados formavam depois uma espécie de assembléia geral, que era presidida pelo Manríquez. Então, quando conseguiam fazer alguma petição de tipo econômico, se fazia o que o Manríquez dizia, o que lhes dizia o patrão. Então, não havia muitas possibilidades de que os trabalhadores conseguissem suas reivindicações econômicas. Nós não tínhamos refeitório para almoçar, não tínhamos creche, não havia absolutamente nada.⁴⁰
[Tradução minha]

O fortalecimento das relações paternalistas e dos laços de confiança entre operário e empregador se dava, além da manutenção do controle sobre o sindicato, através de premiações e de privilégios, como a facilidade de acesso ao patrão. Como uma forma de demonstrar proximidade e confiança naquele funcionário, o empregador valia-se das diferenças e divisões dentro da própria classe trabalhadora, do anseio por privilégios e do medo de perder o emprego por parte de alguns operários.

Nesta relação estão os denominados “sapos”, aqueles funcionários que não se envolviam nos conflitos e mobilizações dos trabalhadores contra a empresa e delatavam aqueles articuladores do movimento. Assim, se beneficiavam dentro das relações paternalistas estabelecidas pelos patrões, através de empréstimo de dinheiro, do aluguel das casas da empresa, demonstrando um comportamento muitas vezes ambíguo com relação aos companheiros de trabalho e rompendo com os laços de solidariedade estabelecidos no chão de fábrica, em geral, alegando “não gostar de política”.

⁴⁰ Depoimento de Hugo Valenzuela à autora. Santiago do Chile, 10 de junho de 2009.

Entre os arquivos do Ministério do Trabalho, encontramos o registro de um conflito ocorrido entre os trabalhadores na fábrica de plásticos Bernabé, no qual um grupo ocupou a fábrica exigindo, dentre outras coisas, a demissão de um funcionário, sob a alegação de que este fosse pelego. Localizamos e entrevistamos este ex-operário citado como “sapo” no processo, e questionamos sobre a relação que ele mantinha com os demais operários. Luiz Lopez afirmou que era “boa e ruim”, numa maneira de dizer que variava de acordo com o posicionamento dos demais, ou seja, nas suas palavras, aqueles que eram mais “revolucionários” não gostavam dele, enquanto que os outros gostavam. Já sobre a relação com o patrão, respondeu:

Com meu patrão, muito boa. Boa, boa, boa! Boas relações. Ele me chamava no escritório. Ele me chamava no escritório e é onde os outros se sentiam mal [...] Se você quiser, eu te mostro uma bandeja escrita, me felicitando como o melhor trabalhador da Plásticos Bernabé, o patrão. Quando eu tinha 21 anos, me premiou em um dia pela Páscoa. [...] escrevia no quadro negro “Luiz Lopes, um exemplo para a nossa Plásticos Bernabé”. Depois, me condecoraram como melhor trabalhador e me chamavam no escritório para me fazerem perguntas, assim como você está me fazendo. [Márcia: Que tipo de pergunta?] Se eu estava metido em sindicato [...] E eu lhe dizia, “não, não estou metido em sindicato, eu não gosto, eu gosto do meu trabalho, meu trabalho. Eu gosto de trabalhar tranquilo, eu gosto de cumprir”. Mas, em parte eu dizia que não estava de acordo com ele porque não me pagava bem, era um salário muito mínimo. Eu não estava contente com ele por causa do meu salário [...] uma miséria. E como eu não me metia muito em sindicato... então, por isso, senhorita, se não, não dura tanto. [Márcia: E ele te perguntava sobre os outros operários?] Claro, claro. Eu dizia, “olha... você que tem que saber, eu não posso estar te apontando as pessoas, porque depois estas pessoas vão me ver mal, podem me ‘pegar’... eu não posso andar dizendo coisas para você.”⁴¹ [Tradução minha]

Este operário, que trabalhou por 25 anos na indústria, ingressou na empresa como ajudante geral, trabalhando na limpeza, no pacote e outras atividades, alcançou um posto como a gerência, mas nunca passou ao status de empregado porque “os patrões são assim, sobretudo os ricos. Eu estou sentido com os patrões”, referindo-se ao fato de ter sido preterido pela empresa a partir do processo de modernização da fábrica, que passava a ser gerida por administradores qualificados e não mais pela velha figura do patrão. O relato de Luiz demonstra os dois lados desta relação, uma a do empregador, que utilizava da postura mais conservadora do seu funcionário para obter informações sobre os demais operários e de utilizá-lo como exemplo de que a ‘boa conduta’ trazia reconhecimento e recompensas. Por outro lado, o operário Luiz, que afirma não gostar de sindicato, buscava recompensas

⁴¹ Depoimento de Julio Lepez à autora, Santiago do Chile, 14 de julho de 2010.

com a sua fidelidade, numa espécie de estratégia individual por reconhecimento e privilégios.

Além de imputar-lhes valores relacionados ao trabalho e à ascensão social, através de mecanismos, como a fixação de cartazes nos murais da fábrica com frases de incentivo à produção, a prática da premiação era muito utilizada em uma das maiores empresas instalada no país, desde os anos trinta, a fábrica de calçados de origem checa, Bata. Os relatos dos ex-operários desta fábrica coincidem neste aspecto.⁴² Hilda Tobar e Ana Gutierrez se recordam com nostalgia das premiações por tempo de trabalho na empresa com objetos, como relógios, e com dinheiro. Os prêmios eram entregues pelo empresário e filho do fundador da empresa, Thomas Bata. As premiações se davam na eleição de categorias como “melhor operário”, seção mais limpa da fábrica, entre outras.

Durante as entrevistas com os operários da Bata, também pudemos constatar uma característica comum a trabalhadores que vivenciaram a transição do modelo de gestão nas empresas do país, na qual a figura do déspota que exigia maior produtividade e aplicava sanções contra os trabalhadores já não mais era associada aos patrões, mas, sim aos chefes de seção. Os patrões da indústria Bata, em geral, checos, não eram vistos no chão de fábrica. Alguns ficavam reclusos em seus escritórios, voltados para a administração, enquanto que o proprietário viajava uma vez ao ano para visitar a empresa e premiar os funcionários mais antigos:

Os gringos eram muito bons, muito bons os gringos, muito humanitários [...] o chileno é diferente de um gringo para mandar. O Sr. Plier e o Sr. Cliver eram muito bons. Sempre estavam incentivando com algo. Todos os anos, por exemplo, saía a melhor companheira, todos os anos, por exemplo, faziam a festa de primavera, tiravam uma rainha, organizavam um carro alegórico, e eram muito desportistas [...] Então, se participava de tudo.⁴³ [Tradução minha]

Alguns [chefes] eram muito exploradores, era uma linha muito exploradora dos chefes, mais do que dos gringos, mais do que os gringos, porque eles, quanto mais produção tem, ganham mais. Resolvem a situação deles e os trabalhadores ficam... Se exige, se exige, se exige! Por exemplo, se uma mulher ou um homem tem que fazer um trabalho, vinte pares por hora e não tiram na hora, te tiravam, te trocavam na hora, faziam o que queriam, explorando as pessoas; gente que não entende que tem que ser respeitado por seu trabalho, que a dignidade do homem é se fazer respeitar o seu trabalho. Então, essa gente abusava deles. [...] Eram piores os chefes do que os executivos estrangeiros.⁴⁴ [Tradução minha]

⁴² Depoimento de Gonzalo Ahumada à autora, Peñaflor, 28 de julho de 2010.

⁴³ Depoimento de Hilda Tobar à autora, Peñaflor, 31 de julho de 2010.

⁴⁴ Depoimento de Ana Gutierrez à autora, Peñaflor, 08 de agosto de 2010.

Aqui, as trabalhadoras personalizaram uma relação de exploração que não se restringia à truculência de um determinado indivíduo. Os chefes tornavam-se os alvos da revolta porque eram responsabilizados pelo ambiente de trabalho desfavorável, eximindo a empresa e seus diretores-proprietários da responsabilidade pelos conflitos cotidianos e pelo ambiente de trabalho hostil. (REZENDE, 2012, p.282) A culpa recaía sobre os chefes, principalmente sobre os chilenos e mais autoritários, pelo ritmo de trabalho intenso, pelas metas de produção e pelas rígidas normas internas. Esta relação paternalista vivenciada na indústria Bata acarretou um comportamento diferenciado destes trabalhadores com relação ao governo da Unidade Popular, como veremos no capítulo IV.

A organização e a representatividade no cotidiano

Mesmo com estas contradições no interior da classe trabalhadora e sob forte controle, os problemas enfrentados pelos trabalhadores no cotidiano eram experiências compartilhadas e que ficaram registradas nas suas memórias. As mais diversas questões eram objeto de comentários durante as pequenas pausas nos corredores, no futebol e durante o horário das refeições, fosse nas calçadas ou em refeitórios, mas sempre com cautela por receio de que os “sapos” os denunciassem à chefia.

As reações aos abusos e à exploração se deram na formação de organizações políticas, mas estiveram presentes também em pequenas ações cotidianas que envolviam sabotagem, enfrentamentos e atos de rebeldia. Hugo Valenzuela nos descreveu situações vivenciadas na fábrica têxtil Sumar, como a falta de liberdade para ir ao banheiro, as ações da figura autoritária do patrão e as dificuldades para reivindicar melhorias no local de trabalho, conforme já vimos. Como um exemplo das dificuldades cotidianas ele citou a ausência de condições mínimas de alimentação no trabalho:

Nós não tínhamos um refeitório onde almoçar [...], não havia absolutamente nada. Inclusive, quando chegava a hora do almoço nos davam um sanduíche e uma bebida. Tínhamos que comer sentados no pátio, no chão. Eu me lembro que minha primeira experiência de... digamos... rebeldia nisso foi que nos deram um sanduíche em que o presunto estava estragado. Então, um companheiro parou e jogou o sanduíche na janela, e começou todo mundo a jogar os sanduíches até que se formou uma montanha de sanduíche.⁴⁵ [tradução minha]

Na indústria Segundo Gómez, em 1965, o gerente da indústria solicitou a intervenção de um representante da Direção do Trabalho devido a uma paralisação total

⁴⁵ Depoimento de Hugo Valenzuela à autora. Santiago do Chile, 10 de junho de 2009.

realizada pelos operários, que exigiam a demissão do chefe de produção. Naquela ocasião, eles haviam decidido parar a produção por 15 minutos a cada hora como forma de advertência e protesto contra as atitudes arbitrárias e a contínua falta de respeito com os trabalhadores por parte deste chefe.

No processo registrado na Direção do Trabalho, o chefe de produção afirmava que naquela ocasião ele havia tido a necessidade de tomar medidas de organização interna, as quais teriam colocado fim a uma “série de abusos cometidos pelos operários”. O argumento do chefe era de que, ao deixar de trabalhar na linha de produção com móveis, a indústria passou a se dedicar exclusivamente ao mobiliário de máquinas de costura. Assim, o trabalho teria se simplificado de tal forma que permitia controlar de forma mais efetiva a produtividade de cada operário, o que antes era praticamente impossível, dada a complexidade do trabalho que eles executavam. “Antes eles podiam dissimular o trabalho. Agora não é possível, pela simplicidade dele”.⁴⁶

O controle exercido por chefes e capatazes também não impediu o avanço da organização e as importantes conquistas dos trabalhadores, que englobavam desde a simples instalação de um refeitório, o respeito aos seus direitos trabalhistas, até a formação de cooperativas para a construção de casas para os operários. É o caso, por exemplo, da indústria Bata, que mesmo com um discurso de harmonia social e compartilhando da fidelidade de muitos dos seus operários, não deixou de registrar um extenso histórico de greves e ocupações da fábrica ao longo dos anos.

Hilda Tobar pode ser citada como um dos exemplos dos operários da indústria Bata que recorda com gratidão da empresa, aponta críticas aos trabalhadores mais engajados, que para ela, “sempre exigiam demais”. No entanto, reconheceu que as conquistas foram obtidas com a luta e a organização dos operários e recordou com satisfação dos momentos de sociabilidade vivenciados nas conjunturas de greve, mostrando que também compartilhava de episódios de resistência à exploração:

Eu participava porque eu gostava das greves. Eu adorava quando havia greves. Porque nos juntávamos todos, tínhamos um sindicato grande aqui, um edificio, aí nos juntávamos, saíamos pra pedir... eu adorava as greves. Todos os dias ter que ir trabalhar, já estava cansada. Então com a greve tirava a gente da responsabilidade de ir todos os dias. Nos juntávamos no sindicato e aí nos falavam se tinha aumentado ou se não tinha aumentado [o salário]

⁴⁶ Dirección del Trabajo. Inspección Departamental del Trabajo de Arica. Ofício 2510, Libro 2- 31j, 29 de noviembre de 1965.

“-Ah, que pena, acabou o conflito [risos] Tem que voltar a trabalhar [...] Íamos pros sítios pedir batatas [...] Fazíamos *ollas comunes*. Levávamos um prato e nos davam comida, eram boas as comidas. Todos os comércios nos davam carne, os açougues... É que a Bata era Peñaflor [cidade], sem a Bata, Peñaflor não era nada.”⁴⁷ [Tradução minha]

O trabalho de Flores (1998, p.69) sobre a fábrica Cristalerías Chile mostra as tensões presentes nas relações entre os trabalhadores, decorrentes da postura assumida por parte dos operários diante da resistência ou mobilização coletiva ou da sua posição no processo produtivo. Este é o caso dos “companheiros capatazes”, como estão denominados nos registros de uma assembleia no Livro Ata do sindicato industrial da empresa. Tais “companheiros” teriam encaminhado uma reivindicação especial à gerência e solicitado a intervenção por parte do sindicato em prol do seu pedido. O Sindicato recusou-se a agir por um acordo especial com aqueles que eram considerados “inimigos dos operários”, que eram chamados a “informar sobre a atuação dos próprios companheiros”, levando à demissão de muitos. Outro caso muito significativo foi a recusa do sindicato em permitir o sepultamento de um capataz no mausoléu do sindicato. Ele era conhecido como “negrero”, por gostar de manter sob seu controle os trabalhadores de uma seção no subterrâneo da fábrica. Deste mausoléu eram excluídos trabalhadores considerados pouco leais, indesejados ou aqueles que furavam greves.

Carlos Massalin, que em 1970 trabalhava em uma fábrica de explosivos, nos explicou com detalhes as dificuldades para a articulação desta nova representatividade mediante relações hierárquicas desiguais entre mandos autoritários e trabalhadores com pouca experiência em articulação política e com medo de enfrentar os patrões. Ao mesmo tempo, o mais importante é observar que esta articulação se deu a partir da iniciativa própria dos operários e notar a importância da experiência vivida por Carlos na sua origem em um acampamento mineiro e nas atividades nas ocupações de terrenos e formação de acampamentos urbanos. Mas também que, mesmo com pouca ou nenhuma experiência em militância sindical, a prática cotidiana em pequenas ações de organização e articulação contribuía para essa nova etapa:

Na seção onde eu estava brigamos, digamos, por um bônus por produção, então, me tocou ir falar com mais 4 operários porque eu tinha um nível maior de manejo, se pode dizer, por minha história familiar, e pelo fato da experiência de ter trabalhado nos acampamentos organizando as pessoas. Ganhamos esse prêmio da produção, então quando veio a eleição para o sindicato, eu nunca havia falado

⁴⁷ Depoimento de Hilda Tobar à autora. Peñaflor, 31 de julho de 2010.

na assembléia; então, a seção onde eu trabalhava me propôs como candidato. Naquela época também não estava muito democratizada a central sindical aqui no Chile, ou seja, quando havia uma eleição, se podia votar em até 5 candidatos, mas os que tinham mais de dois anos [de serviço na empresa] tinham direito a 10 votos [...] e os que tinham menos de 2 anos tinham direito a 5 votos [...] O que aconteceu foi que, sendo uma seção pequena, onde eu trabalhava havia muita gente antiga e que deram os 10 votos para mim, então tirei uma quantidade de votos importantes e fui eleito para a direção. [...] E uma das primeiras coisas que fizemos foi começar a reivindicar primeiro as condições de vida da gente. As pessoas estavam bastante assustadas, pela falta de experiência, por vir das províncias, digamos, se esconde, tem medo, tem menos habilidade. [...] Além disso, nós tínhamos como chefes somente militares retirados, o gerente era um tenente coronel retirado, o subgerente era um capitão de corveta retirado, os dois oficiais e todos os chefes de seções eram suboficiais [...] o gerente e o subgerente eram de direita. Então, o gerente exigia que se enquadrasse militarmente quando um ia falar com ele, e se tinha um acesso muito restrito à direção.

Então, num sábado, depois da hora extra, nos reunimos, a direção mais outras pessoas, que eram como os líderes naturais, os que sempre organizavam os jogos de futebol, os que faziam a coleta, digamos quando alguém estava doente, todo esse tipo de coisa. Nos demos um prazo de duas semanas para que cada um de nós conversasse na sua seção para saber qual era o problema que mais afetava às pessoas. Depois de 15 dias, quando voltamos a nos reunir o problema que mais preocupava as pessoas era o refeitório, a comida.⁴⁸ [Tradução minha]

Na Cristalerías Chile, a experiência parecida de rearticulação do sindicato se deu devido à tendência de concentração do poder entre os mesmos líderes sindicais, observada por jovens trabalhadores no início dos anos sessenta. Observa-se que o silêncio dos operários acanhados deixava o campo livre para “os que sabiam falar” decidirem os pontos de reivindicação e o curso das negociações. Essa posição era reforçada em casos de contatos pessoais de líderes sindicais com políticos e autoridades do trabalho. Se por um lado essa estrutura sindical não impedia desvios e excessos, por outro, a convivência cotidiana dos trabalhadores com suas lideranças e com os temas sindicais permitiam o questionamento ao seu funcionamento e a sua rearticulação.

O que podemos concluir é que o sistema de relações trabalhistas, de fato, gerou grandes dificuldades para o desenvolvimento de um movimento operário grande e unificado, pela estrutura formada, pelo controle exercido por um sistema paternalista predominante, bem como pelos limites do controle estatal sobre os desmandos patronais. No entanto, tal estrutura encontrou os seus limites na extensão do controle que se poderia exercer sobre a geração de laços de solidariedade entre os trabalhadores, de uma identidade classista, de filiações ou simpatia política por projetos transformadores, que se forjaram a

⁴⁸ Depoimento de Carlos Cortez Massalín à autora. Santiago do Chile, 04 de junho de 2009.

partir da sua experiência coletiva cotidiana. Elementos que num momento de mobilizações políticas diferenciadas no país, eclodiram em práticas revolucionárias.

No mundo do trabalho, ao longo dos anos, ainda que os industriais preferissem contratar trabalhadores rurais recém migrados e seus filhos por se originarem de locais onde ainda prevaleciam relações paternalistas e forte controle social, contando, portanto, com uma suposta passividade e obediência, estes trabalhadores viviam em comunidades onde a natureza das interações sociais e da vizinhança transmitia, reforçava e consolidava um forte sentido de solidariedade e de identidade de classe. Alguns deles eram de cidades de província e levavam com eles as visões de mundo do centro mineiro do norte e de Antofagasta, das minas centrais de carvão, da cidade industrial de Concepción, ou dos portos centrais de Valparaíso ou San Antonio, os quais têm suas tradições de luta. Massalin é parte desta trajetória:

Meu pai era sindicalista na seção onde ele trabalhava. A primeira vez que eu fui a uma reunião sindical tinha cinco anos. Os professores emprestavam a escola, então, enquanto meu pai estava em uma sala na eleição, eu estava no pátio; e eram cerca de 5 mil trabalhadores, mas eu conhecia muitos deles porque iam em casa. [...] Meu pai sempre conversou muito, ele nos explicava porque tinha que estudar, que os patrões não pagavam o que correspondia. Como todo mundo trabalha no mineral, quando estavam em greve, não é como na cidade, que se um está em greve um tio, um primo, um amigo pode ajudar. Lá, todos estavam em greve. Então, a gente dependia da solidariedade de outras minas, como El Teniente, Potrerillos, que nesse sentido havia muita solidariedade. Nos chegava o açúcar, a farinha [...] ⁴⁹ [Tradução minha]

Entre os trabalhadores urbanos, a experiência de vida na mesma comunidade contribui para o compartilhamento de um mesmo modo de vida, de pensamento, para o reconhecimento de interesses em comum e da oposição de classes ao identificar nas suas dificuldades a ausência da garantia de direitos básicos e os privilégios garantidos a poucos na cidade. Os valores vividos, surgidos em vínculo com a vida material e com as relações materiais, que iam forjando as suas ideias. (THOMPSON, 1981, p.194) Citando como exemplo a población em San Miguel, a “comuna roja”, Winn corrobora a importância da sociabilidade na comunidade de trabalhadores:

A linguagem e a política de classe os cercavam, como o hábito da solidariedade e a tradição de luta. Em geral, a influência da escola e da igreja era menos importante que as da família e dos amigos. As expectativas dos adultos e as interações com grupos pares reafirmavam um forte sentido de identidade de classe, e a experiência dos menores com o mundo fora da población freqüentemente corroborava a lição de que o Chile era uma sociedade de classes.

⁴⁹ Depoimento de Carlos Cortéz Massalin à autora, Santiago do Chile, 04 de junho de 2009.

Para a maioria, a consciência de classe trabalhadora começava em casa. Eram os familiares, amigos e vizinhos que formavam suas visões iniciais da sociedade chilena e seu lugar dentro dela. (WINN, 2004, p.126) [tradução minha]

Acertadamente, Borón (1975, p.111) também indica um dos fatores que contribuem para essa socialização dos trabalhadores dentro de uma “tradição proletária”. Para ele, a rigidez da estrutura de classes na sociedade chilena e suas baixas taxas de mobilidade social fizeram com que várias gerações de operários vivessem em uma situação de classe homogênea e relativamente “isolada”, de forma que crescem e se socializam dentro desta tradição, na qual a ideologia de esquerda constituiu um dos elementos da sua identidade e da orientação das suas lutas. Este compartilhamento de experiências de vida fora do âmbito fabril será o tema do próximo capítulo.

Desde a crise das atividades salitreiras gerada pela Grande Depressão, o mercado de trabalho do centro do país recebeu um significativo número de operários que reinverteram a direção do processo migratório que antes era do campo para as minas. Além dos trabalhadores rurais, boa parte deste contingente foi absorvido pelo crescimento industrial e, deste modo, a experiência de organização e de luta destes setores do proletariado chileno, composto de mineiros, que detinha o maior contingente de filiação sindical, artesãos, portuários, núcleos de operários se transmitiu ao longo do processo de constituição dessa moderna classe operária industrial.⁵⁰

Nesta corrente de transmissão política e de aprendizado organizativo, vale citar o exemplo dos mineiros. O setor da mineração abrigou o mais importante núcleo do movimento operário ao longo do século XX. A falta de condições mínimas de habitação e de higiene, as péssimas condições de trabalho, das quais decorria a alta mortalidade, o arbitrário sistema de pagamentos e a constante repressão às rebeliões dos trabalhadores foram as condições para o nascimento e expansão das organizações entre os operários do salitre, cobre e carvão.⁵¹ Ao longo do século, os sindicatos dos mineiros do carvão das minas de Lota e Coronel, com forte influência comunista, estiveram entre os mais atuantes

⁵⁰ Numa crise do setor registrada no início dos anos vinte, milhares de trabalhadores eram enviados a albergues na cidade de Santiago e suas reuniões, a circulação de ideias políticas foram registradas pelas autoridades locais como motivo de preocupação pelo atentado à ordem que isso representava.

⁵¹ A exploração do salitre esteve no centro da economia nacional até o início do século XX. Importantes movimentos grevistas e rebeliões deste setor foram reprimidos e resultaram em mortes de trabalhadores. Entre eles, a greve geral dos salitreiros do pampa Tamarugal, em julho de 1890. Cf. BARRÍA, 1971, p.17.

do país, protagonizando sucessivas greves e movimentos de protesto. Estas minas foram estatizadas logo no início do governo da Unidade Popular.

O setor da construção civil também absorveu grande parte dessa mão de obra e constituiu um dos mais importantes elementos do movimento operário ao longo do século XX no país e um dos setores mais atuantes do governo da Unidade Popular. Neste ramo, a estrutura sindical foi assumindo diferentes subdivisões, de acordo com categorias profissionais, mas a organização por empresa ou por obra adquiriu extrema importância no movimento operário desde a sua formação, sendo um dos setores responsáveis pela conformação da IWW no Chile, sob influência anarquista, no início do século passado. É provável que a incorporação da mão-de-obra desempregada das salitreiras tenha ajudado a consolidar a influência comunista, a partir dos anos trinta.⁵²

A ação política do trabalhador da construção civil alcançou forte tradição e sempre exerceu importante influência sobre o movimento operário. E isso se deu apesar das particularidades que acompanham este ramo, como a transitoriedade. Ao contrário, devido a essa insegurança, a relação habitual do operário era de desapego com relação à empresa que o contratava. Por estar acostumado a conseguir trabalho frequentemente, estava disposto a abandonar o trabalho se as condições não o satisfaziam, fazendo-o valorizar ainda mais a sua independência.

Isso permitia um permanente enfrentamento com o patrão quando este não cumpria as aspirações do operário. Na fábrica, contudo, prevalece o interesse pela segurança no trabalho, ainda que ao custo de calar as injustiças. (FLORES, 1993, p.130) Esta rotatividade também contribuiu para o compartilhamento das ideias de organização política, levando à formação de comitês e sindicatos nas obras pelas quais os operários passavam, levando-os a experiências políticas similares também, como a perseguição por fatores políticos.

Os depoimentos que citamos aqui denotam uma conjuntura onde jovens trabalhadores na época, animados pelas mudanças no cenário político nacional, se lançaram à ação sindical. Ainda que, em geral, eles retratem processos de formação de novas organizações ocorridos entre as décadas de 1960 e 1970, o desenvolvimento do movimento operário se deu ao longo das décadas, sofrendo fluxos e refluxos, de acordo com as condições de trabalho, as conjunturas políticas, as ações do Estado e o autoritarismo

⁵² Nos anos quarenta o Comitê Central Único da Construção chegou a reunir cerca de 15 mil operários em Santiago, San Antonio, Puente Alto, San Bernardo e Talca. Além de uma organização similar formada em Valparaíso.

patronal. As experiências cotidianas relatadas pelos entrevistados demonstram também a permeabilidade do sistema de relações trabalhistas gerado ao longo dos anos, onde, a partir da sociabilidade intensa nos processos de greve, como as *ollas comunes*, assembleias, piquetes, campeonatos de futebol e, principalmente, nas relações no chão de fábrica, se articulavam ideias e estratégias para alcançar melhor representatividade:

85% dos trabalhadores da fábrica vínhamos direto das províncias, sem experiência sindical prévia, ou seja, buscava assim... em termos de abuso, inclusive do sindicato ao qual eu cheguei, que já estava na fábrica [...] então, a gente, para poder manter esse sindicato elegeu ao que nós chamamos o mais amarelo, o mais “apatronado”. Então, por dois anos se manteve o sindicato, enquanto por baixo, digamos, iam armando uma estrutura que depois permitiu greves e tudo isso.⁵³ [Tradução minha]

O relato de Valenzuela se dá no mesmo sentido, de articulação de uma representação legítima entre os trabalhadores que pudesse buscar melhorias nas condições de trabalho, a partir dos contatos diários:

Nós começamos a entrar em acordo com outros delegados de seção e começamos a buscar a possibilidade de trocar este Manríquez e formar um sindicato sério, então assim o fizemos. E quando chegou o momento de formar uma comissão, que era a comissão que ia apresentar a carta de reivindicações aos patrões. Uma vez ao ano se apresentava uma carta de reivindicação, então se nomeou uma comissão onde eu integrava também. Uma comissão de 5 companheiros, com a ausência de Manríquez, ou seja, nomeamos uma comissão onde não estaria Manríquez, então fizemos uma assembléia, e a assembléia por unanimidade concordou em nomear esta comissão sindical. [...] apresentamos uma carta de reivindicações que teve bastante êxito, e depois disso, então, formamos o sindicato finalmente.⁵⁴ [Tradução minha]

É importante observar na constituição do movimento sindical chileno a configuração de um sistema com níveis diferenciados de representação que se caracterizaram quase como estruturas distintas. O movimento operário se constituiu de pequenos sindicatos industriais e de comitês sindicais de representação dos trabalhadores das pequenas empresas que não podiam organizar-se em sindicatos, ou seja, composição muito diferente da organização mais ampla, que gerou uma estrutura hierárquica verticalizada, gerida por lideranças políticas que acabaram se distanciando do cotidiano operário. Esta estrutura está representada na Central Única dos Trabalhadores, a partir da sua formação, em 1957.⁵⁵

⁵³ Depoimento de Carlos Cortez Massalin à autora. Santiago, 04 de junho de 2009.

⁵⁴ Depoimento de Hugo Valenzuela à autora.

⁵⁵ Representatividade sindical da indústria manufatureira ao final da década de 1960: cálculos com base no número total de trabalhadores industriais, pouco mais de 30%; baseado unicamente nas empresas que empregavam a dez ou mais trabalhadores, obtém-se um nível de 60%; mas se considerar somente as fábricas que tinham 25 ou mais trabalhadores – o

De fato, ao longo dos anos, esta configuração do movimento articulado em pequenos e numerosos núcleos de representação gerou dificuldades ao movimento operário no sentido do exercício da pressão política sobre o Estado e o empresariado. Por outro lado, entendemos que, além de impedir o desenvolvimento de uma estrutura sindical burocrática, essa conformação se configurou como um importante espaço para o aprendizado organizativo e político dos trabalhadores, na formação e no fortalecimento de laços de solidariedade, na capacidade de organização e no poder de mobilização numa dinâmica política diferenciada como o processo da Unidade Popular.

Esta formação acabou por configurar sistemas legítimos de representação, uma vez que os líderes desses núcleos seguiam nas suas atividades fabris, em contato com os demais trabalhadores e com os problemas do cotidiano operário. Até o ano de 1965, por exemplo, os dirigentes sindicais não deveriam receber compensações mensais pelos soldos perdidos no desempenho dos seus cargos sindicais, e se esperava, de fato, que trabalhassem turnos completos em seus empregos normais. Assim, teve a vantagem de reduzir a distância entre os dirigentes sindicais e as bases, transformando os dirigentes em reconhecidas lideranças dos trabalhadores. Havia exceções somente nos sindicatos onde conseguiam um acordo com os patrões e graças a estatutos especiais, como dos sindicatos da marinha mercante e dos trabalhadores do cobre.⁵⁶

É possível afirmar que o efeito desta estrutura foi aumentar a importância relativa da atração que exerce o compromisso político como motivação para ocupar cargos sindicais, uma vez que não havia qualquer outro tipo de atrativo, como financeiro ou de poder. O anseio por conquistas de melhorias e as limitações sofridas diante do controle patronal foram os aspectos mais citados pelos trabalhadores como motivação para a formação de órgãos representativos nas entrevistas realizadas.

Baseado em outros estudos acerca do movimento sindical, Angell afirma que os sindicatos médios, com 100 a 200 membros, tamanho freqüente entre os sindicatos chilenos, detinham participação mais ativa. Nesse porte de fábrica, especialmente onde a

mínimo legal para formar um sindicato – o nível de sindicalização atingia 70%. Fábricas que empregavam entre 10 e 14 trabalhadores só podiam formar “comitês” sindicais, aos quais só era permitido cumprir algumas funções; estes tinham menos propensão a formar sindicatos. No entanto, estes comitês apresentam um alto grau de mobilização por reivindicações. Dados do número de reivindicações no ano de 1964 apontam que do total de 525 demandas dos sindicatos industriais, 297 foram apresentadas por comitês sindicais. Cf. ANGELL, op cit, 1974, p.56.

⁵⁶ Em 1965 foi aprovada a emenda que dava o direito à compensação. Se a assembléia permitisse, os dirigentes recebiam salário e gastos dos fundos do mesmo quando tinha que atender assuntos sindicais no horário de trabalho. Cf. ANGELL, op cit, 1974, p.71.

sindicalização era obrigatória, as circunstâncias favoreciam uma relação estreita entre dirigentes sindicais e dirigidos, bem como a discussão dos assuntos entre um número muito elevado de membros. A autonomia dos sindicatos favorecia a autêntica participação, além do permanente contato para as discussões, conversas, realização de paralisações de protesto e piquetes, além da responsabilidade das lideranças diante dos companheiros no cotidiano. O sindicato local de trabalhadores de uma só fábrica se mostrou bastante democrático dentro do movimento sindical.

No Chile, o tamanho reduzido dos sindicatos, sua debilidade financeira e as restrições legais ao pagamento dos dirigentes inibiram o desenvolvimento de uma direção burocrática institucionalizada que em outras partes substitui com frequência a democracia por uma oligarquia trabalhista. Dessa forma, os dirigentes sindicais chilenos raras vezes sentiam uma diferença de categoria entre eles e as bases, e voltavam a tomar a posição de trabalhadores comuns sem nenhum esforço aparente, nem econômico nem de outra natureza. Esta característica mostrou-se extremamente importante para manter a participação e a representatividade nos sindicatos, uma vez que eram “dirigentes trabalhadores”, o dirigente era “só mais um trabalhador”, conforme afirmou Massalin.

Mas, nas pequenas e médias empresas eles sofreram maiores dificuldades na defesa das suas reivindicações frente aos patrões. Isso se traduziu numa relativa fragilidade dos sindicatos, os quais para suprir suas deficiências buscaram apoio em diferentes frentes no sentido de exigir solução da parte das autoridades e de vencer o conflito frente aos patrões. Estas reivindicações eram encaminhadas a outros sindicatos operários em geral, às federações operárias, à CUT, às organizações estudantis, às entidades de bairro e aos partidos políticos. Em geral, a ajuda que os grevistas recebiam era econômica, mas também organizativa, moral, e se expressava em paralisações de solidariedade, em trâmites, em atendimento profissional gratuito, em ocupações, em boicotes, etc. (BARRERA, 1971, p.150)

No exercício da pressão política para a resolução de conflitos e para avançar nos trâmites burocráticos nota-se nos registros da Direção do Trabalho importante intervenção parlamentar. Em geral, são ofícios encaminhados por deputados e senadores ao Ministério do Trabalho e às direções regionais do trabalho, denunciando os problemas enfrentados

pelos trabalhadores e solicitando a mediação dos órgãos públicos. Os registros se referem a empresas de Santiago e de outras partes do país, como da região Norte.⁵⁷

Dentre outros exemplos podemos citar a carta encaminhada ao Ministro do Trabalho pelo deputado por Coquimbo, Arturo Valdés Phillips, denunciando que a Direção do Trabalho permitiu que a Indústria Embote-Andina contratasse funcionários para suprir a ausência de trabalhadores grevistas e dar continuidade à produção. A resposta dada pelo inspetor do trabalho era a de que diante da abundância de mão de obra disponível, nada poderia ser feito pelo órgão governamental.

Na carta do deputado por Concepción, Mario Mosquera Roa, além de denunciar demissões sumárias e perseguição a trabalhadores que tentavam formar sindicato na indústria Sigdo Cooper, o também ex operário da mesma companhia cobrou uma postura de defesa aos trabalhadores por um representante do governo Democrata Cristão, que defendia a “Revolução em Liberdade”:

Isso se agrava muito mais, Sr. Ministro, quando o senhor já conhece por meu intermédio a verdadeira perseguição que existe aos dirigentes operários que tiveram a ideia de formar um sindicato; porque na pessoa do administrador Sr. Julio Diestre, este não admite a formação do sindicato, e de uma ou outra maneira o destrói, lançando ao desemprego os operários que querem formá-lo. [...] Sr. Ministro, o Deputado que comunica isto não aceita que o regime de Revolução em Liberdade possa cometer esses atropelos e venho solicitar que tome as medidas urgentes do caso.⁵⁸ [Tradução minha]

Por outro lado, os depoimentos que coletamos fazem referência às práticas recorrentes nos movimentos grevistas, como as *ollas comunes*, as reuniões na sede sindical, e à importância do envolvimento da comunidade para a manutenção do protesto, o que também pode ser interpretada como uma forma de conquistar apoio e legitimidade entre a população local. Encontramos registros de intervenção da secretaria municipal de Quinta Normal junto ao Ministério do Trabalho, em 1965, solicitando a intervenção do órgão na resolução do conflito na Indústria ODIS. A greve se prolongava devido à negativa do empregador em conceder o reajuste reivindicado, e também pela demissão de dirigentes sindicais. O ofício da secretaria pedia ainda suprimentos e apoio financeiro aos grevistas.⁵⁹

⁵⁷ Dirección del Trabajo, Oficios, Volumen 2350, 15 de octubre de 1965.

Dentre as denúncias registradas, grande parte refere-se a descumprimento da lei quanto a pagamento de salários, perseguição a sindicalistas, demissões injustificadas, abusos e intransigência patronal.

⁵⁸ Dirección del Trabajo, Oficios, Volumen 2348, 25 de septiembre de 1965.

⁵⁹ Dirección del Trabajo, Oficios, Volumen 2244, 11 de Enero de 1965.

Entre os panfletos das associações comunitárias de poblaciones encontramos campanhas de solidariedade aos trabalhadores em greve, como no jornal Renca Comunitario, da década de 1960. Este panfleto que era destinado à denúncia e debate dos problemas estruturais do bairro, também dedicava algumas páginas ao tema político, como campanhas eleitorais, e a questões do trabalho, como a campanha de solidariedade aos grevistas de fábrica local.



Renca Mundo Comunitario. Año I, n.4, Renca, 14 de diciembre de 1969.

Os sindicatos e os partidos

A busca de apoio também se dirigia aos partidos políticos de esquerda para manter e fortalecer o movimento de trabalhadores. Para Angell (1974, p.13), a consequência disso seria uma maior dependência do movimento em relação aos partidos e a geração de uma “lealdade conflitiva”, já que para defender os interesses econômicos de seus membros, precisavam conciliar este objetivo com a lealdade dos seus líderes a um partido particular.

Angell conclui que o movimento operário desenvolveu essas lealdades políticas fortes e radicais devido aos efeitos das leis trabalhistas, da atitude dos patrões e das atividades do Estado que se combinaram para enfraquecer a posição dos sindicatos quanto à negociação coletiva, obrigando-os a buscar aliados e soluções políticas. Este, seguramente, pode ser um dos fatores da lealdade, mas não o único. A tradição de esquerda tem aspectos

culturais que não podem ser ignorados. Tanto os dirigentes como as bases, são em maior ou em menor grau criadores e/ou partícipes de um movimento sindical que, em conjunto, estava muito politizado, ou seja, atrelado a discursos e práticas presentes na esquerda que expressam a luta entre capital e trabalho, a realidade dos trabalhadores e os seus anseios em projetos políticos.

Quando questionamos sobre a militância ou simpatia política, o operário Osvaldo Espinoza dá uma amostra dessa relação que ultrapassa a funcionalidade da adesão partidária, ao afirmar que se era “pobre e trabalhador não podia estar de outro lado”, que não do Partido Comunista.⁶⁰ Nesse aspecto, concordamos com a posição de Angell, de que isso não implica em estar controlados pelos partidos. A relação é muito mais complexa, perpassando a identificação com seus projetos e com discursos questionadores da ordem estabelecida, em defesa dos seus direitos e da participação política.

Em estudo sobre os sindicatos, Barrera aponta que os dirigentes sindicais chilenos pareciam capazes de distinguir suas convicções políticas de longo prazo e sua conduta efetiva nos assuntos sindicais cotidianos. Para ele, a luta sindical chilena visava uma ligeira melhoria das condições sociais e econômicas, não sendo nem revolucionária nem reformista da ordem social. Hugo Valenzuela, que acabava de ingressar no movimento sindical e na militância partidária, em 1970, nos deu mostras dessa tentativa de distinção de atividades:

Olha, nós participamos como militantes do Partido Socialista mais do que como dirigente sindical, ou seja, eu tratava nesse tempo de separar as coisas para que não tivesse mal entendido com os representados sindicais. Então, eu participava fora da empresa como militante, participava nas campanhas políticas, na rua, andávamos pregando cartazes, fazíamos de tudo. Depois, quando eu entrava na fábrica, entrava como presidente do sindicato, e fazia a voz política também, e toda a gente sabia que eu era militante do partido, mas tratava de manter uma separação, uma separação aceitável, digamos, eu não me separava da coisa política porque entendia que era muito necessário o partido político porque era o instrumento que nos permitia aprender.⁶¹ [Tradução minha]

A militância e a fidelidade partidária se mostram uma constante entre a maioria dos dirigentes, mas os assuntos do cotidiano fabril, até pela pressão diária direta dos companheiros de trabalho, impunham-se de maneira que a sua dedicação devia se dar na resolução de problemas concretos e urgentes, sem se abstrair para os temas da ideologia

⁶⁰ Depoimento de Osvaldo Espinoza à autora. Santiago do Chile, 13 de julho de 2010.

⁶¹ Depoimento de Hugo Valenzuela à autora. Santiago do Chile, 10 de junho de 2009.

partidária. Questionado sobre os conflitos políticos ocorridos entre os simpatizantes das diferentes tendências políticas dentro da empresa e do sindicato, Valenzuela indicou a maneira como essas diferenças se refletiam nos assuntos do cotidiano fabril:

Essas brigas aconteciam mais fora da fábrica, na disputa política, nas casas, nas ruas, se distribuíam panfletos dizendo que no comunismo iam comer as crianças, ou que as crianças iam ser enviadas para a União Soviética, bom, contavam barbaridades. Mas, na fábrica o conflito era outro, não era tanto a disputa política pura, aqui se mesclava a reivindicação econômica, se mesclava a personalidade do “gallo” [cara], se o dirigente sindical era simpático ou não. A gente se preocupava nessa época, eu dizia de brincadeira, nos preocupávamos até dos calos dos pés que os trabalhadores tinham [...] éramos um pouco paternalistas nesse sentido. Então, era outra a relação que o sindicato tinha com os trabalhadores, e a política não se dava... a guerra política não se dava tão feroz como fora.⁶² [Tradução minha]

Ao mesmo tempo, a identificação de um trabalhador como um membro ou simpatizante de um determinado partido é uma característica comum entre os chilenos, e não é diferente entre os dirigentes sindicais. Isso pode não se explicitar no envolvimento do militante com os temas de caráter mais amplos e abstratos da ideologia partidária, mas está presente na defesa e na identificação com os elementos do discurso e do projeto político que mais se aproximam dos aspectos da sua realidade e da sua identidade. Isso se verifica, principalmente, durante períodos eleitorais, quando os sindicalistas e demais militantes ajudavam na formação de comitês eleitorais nos sindicatos, buscando traduzir os elementos dos programas políticos para a linguagem dos trabalhadores:

Bom, o discurso que tínhamos dentro era exatamente o discurso que havia fora. Nós reivindicávamos a necessidade de mudar o sistema social, tinha que mudar todo o governo, o país tinha sido governado 160 anos pela direita, nós sentíamos a necessidade de que um presidente se encarregasse do país; entendíamos e éramos a favor de nacionalizar as riquezas básicas, de estatizar os monopólios. O nosso discurso como dirigentes sindicais era exatamente o mesmo que o de fora; nós não fazíamos nada mais que entender do ponto de vista do trabalhador: nós queremos nacionalizar as riquezas básicas por que razão? Porque isso vai trazer benefícios, porque vamos ter mais dinheiro nas contas do governo para poder fazer trabalhos de tipo social, vamos ter estatizadas as fábricas porque vamos acabar com os monopólios, vamos ter mais acesso para comprar as coisas, ter mais dinheiro. Bom, o discurso sindical puramente dito traduzia a parte política na parte sindical.⁶³ [Tradução minha]

Na prática, a maioria dos trabalhadores sindicalizados chilenos se comportava como se as suas principais preocupações fossem o salário e as condições de trabalho, e as pesquisas entre os dirigentes sindicais indicam claramente que esta é a que declaram ser sua

⁶² Depoimento de Hugo Valenzuela à autora. Santiago do Chile, 10 de junho de 2009.

⁶³ Depoimento de Miguel Pizarro à autora. Santiago do Chile, 08 de julho de 2010.

principal preocupação. Em uma pesquisa realizada, no ano de 1968, acerca da ideologia política entre os dirigentes sindicais no nível das fábricas, foi colocada uma pergunta acerca dos objetivos dos sindicatos a três grupos (FRAP, DC, independentes)⁶⁴, entre os quais somente 2% dos dirigentes afiliados à FRAP declararam que era “despertar a consciência política”. No nível dos objetivos secundários se observa uma diferença ideológica: 15% da FRAP, contra 2% dos independentes e 0% da DC acreditam que o sindicato pode ou deve ser um instrumento de atividade política. Mas, questionados sobre o grau de mudança social que o Chile precisava: 42% FRAP, 28% da DC e 22% independentes desejavam uma total e imediata reestruturação da sociedade. Esta pesquisa indica não somente o reflexo do posicionamento das diferentes tendências políticas naquela conjuntura entre os sindicalistas, como também os diferentes papéis atribuídos aos sindicatos na luta de classes pelos partidos. (LANDSBERGER, 1968)

Apesar dos discursos dos sindicalistas, apontando para uma perfeita distinção entre a atividade sindical e a fidelidade partidária, nota-se que historicamente esta relação se mostra mais complexa. Se no relato de Valenzuela a sua afirmação se dá no sentido da distinção entre as atividades, o que também pode ser uma reconstrução da sua memória, o comunista Miguel Pizarro admite que as atividades sindical e militante partidária caminhavam juntas, o que demonstra que não havia uma regra neste aspecto do comportamento sindical, especialmente se considerarmos a conjuntura política. Além disso, o discurso em torno da necessidade de mudanças e melhorias congregava elementos dos projetos políticos teorizados nos discursos partidários e defendidos pelos trabalhadores na linguagem sindical, como confirmou Pizarro.

Podemos observar, por exemplo, o período do governo da Frente Popular, no qual os índices de conflitos não seguem a orientação mais geral das cúpulas sindicais e partidárias. Entre mineiros e manufactureiros, registrou-se 59% das greves no período entre 1938 e 1945, apesar do apoio dado ao governo pelo setor. (BARRERA, 1971, p.137) Por outro lado, tem-se a influência partidária direta nos temas trabalhistas, como ocorreu na orientação encaminhada pelo diretório comunista para o encerramento de uma greve na Cristalerías Chile, para que o movimento “não atentasse contra um regime democrático”

⁶⁴ Como veremos nos capítulos seguintes, a Frente de Ação Popular (FRAP) foi uma aliança conformada pela esquerda, em 1957, liderada por comunistas e socialistas e com apoio da CUT, que lançou a primeira candidatura à presidência da República de Salvador Allende, no ano seguinte.

num contexto de luta antifascista. (FLORES, 1998, p.130) Algumas lideranças agiam de acordo com as exigências partidárias que a conjuntura política demandava ou com a relação pessoal que mantinham com alguma liderança política. Esta tensão está muito presente no período da Unidade Popular, como veremos adiante.

O ponto essencial é que a prática de dirigente sindical e de membro de um dos partidos marxistas deve ser vista como duas facetas complementares da mesma tradição, do mesmo sistema de crenças e como elementos da identidade destes trabalhadores. A sua consciência política podia não se expressar numa atividade revolucionária, tal como apregoado nos discursos partidários, mas as bases da sua consciência política foram construídas ao longo dos anos e com a experiência cotidiana, contribuindo para que o sindicato atuasse como importante agente de politização e de mobilização política das bases. Isso não impediu divergências internas nos sindicatos relativas às filiações partidárias, mas a relação entre sindicalismo e militância política não foi capaz de anular a autonomia dos trabalhadores nas resoluções dos temas trabalhistas. Dessa maneira é necessário distinguir a maneira como se deu essa vinculação no nível de representação local, nas fábricas, da relação mantida entre lideranças no nível da CUT e partidos.

Os historiadores Franck Gaudichaud (2004, p.51) e Sandra Soto (2009, p.123) defendem que seriam as “lealdades conflitivas” apontadas por Angell que gerariam, durante o governo da Unidade Popular, as fortes contradições no nível da cúpula dirigente dentro da CUT e entre as bases, evidenciando a necessidade de transformar as suas características orgânicas. Esta forte vinculação entre o movimento sindical e os partidos políticos teve sua maior expressão dentro da CUT, de acordo com Soto, uma vez que a organização teve que conciliar distintas visões sobre a ação sindical que portavam os militantes partidários de centro e de esquerda para a manutenção da unidade operária.

Além disso, esta relação ficava escancarada no sistema de *cuoteo*, ou seja, de divisão de cargos entre os diferentes partidos representados dentro da CUT, que regia o mecanismo de eleição dos dirigentes sindicais, o qual permitia a ingerência dos partidos nas orientações do movimento. Através deste sistema, as decisões eram tomadas na CUT mais por meio de negociações entre os partidos do que pela direção oficial dos diferentes sindicatos representados. A este sistema de divisão do poder se somava a sua estrutura altamente hierarquizada, dividida em organismos locais, dentro das fábricas, em níveis

intermediários, por comunas, as quais eram reconhecidas por Federações e Associações; todas ligadas, por fim, ao Conselho Nacional da CUT. Evidentemente, era um sistema que lhe garantia representação em nível nacional e importante influência no nível político.

Além da limitação imposta ao movimento sindical para o seu alcance entre os trabalhadores das pequenas e médias empresas, é importante destacar o impacto que teve neste processo o caráter burocrático da CUT, pautado em instâncias articuladas em diferentes níveis, mas com o processo deliberativo centrado essencialmente no nível superior, despojando do poder os grupos de níveis locais. Esta estrutura acarretou o distanciamento do “órgão máximo de representação dos trabalhadores” dos problemas cotidianos dos seus representados, bem como a formação de gestores voltados para assuntos institucionais e para grandes mobilizações em torno de temas nacionais.

Neste aspecto, o papel mais importante desempenhado pela Central na mobilização dos trabalhadores se deu em ocasiões de convocação de greves gerais contra a repressão do Estado, contra a alta no custo de vida e por melhores políticas salariais, em conjunturas de governos conservadores e durante o governo da Democracia Cristã, que representou uma das fases de maior politização do movimento operário devido às disputas entre a esquerda e o partido de centro.⁶⁵

O fim da autonomia?

O que podemos observar ao longo deste processo é que muitas das transformações ocorridas a partir das décadas de 1920 e 1930 foram resultado das propostas impulsionadas do cenário político, mas que surgiram como uma resposta dentro daquela sociedade às mudanças que vinham se produzindo com o processo de desenvolvimento do sistema capitalista no país. Mudanças, como o grande crescimento demográfico sustentado numa progressiva migração do mundo rural e mineiro para os centros, com o conseqüente surgimento de uma nova realidade urbana e, principalmente, da significativa organização da classe trabalhadora.

A partir das nossas análises podemos afirmar que os trabalhadores buscaram formas de reagir à exploração e impuseram pressões aos capitalistas e ao Estado, que responderam com violência e também passaram a buscar soluções atendendo às demandas destes

⁶⁵ Três destas greves ocorreram durante o governo de Carlos Ibáñez del Campo, em 1954, 1955e 1956. Duas greves foram decretadas no governo de Jorge Alessandri, em 1960 e 1964. No governo de Eduardo Frei Montalva ocorreram três mobilizações, em 1966, 1967 e em 1970.

trabalhadores. A conquista dos direitos trabalhistas, das melhorias nas condições de trabalho e de políticas de bem estar devem ser interpretadas, portanto, como resultados das pressões e lutas dos trabalhadores. Do contrário, poderemos incorrer numa leitura que avalize estas transformações como ações benéficas de uma elite ilustrada empossada num Estado bem feito ou manipulador, como se todos os problemas da sociedade chilena tivessem sido “resolvidos de um modo puramente técnico e sincrônico” e os movimentos populares fossem “os grandes ausentes do processo formal de construção e reconstrução do Estado”, como interpreta o historiador Gabriel Salazar. (2009,p.21)

Leitura muito semelhante faz Manuel Barrera (1971, p.152), para quem com o período de incorporação da classe operária à sociedade política e o surgimento de “organizações sindicais mais funcionais para o conflito operário”, o sentido da greve como rebelião ou motim desapareceu. Para ele, o Estado institucionalizou a organização sindical de base, mas esse teria sido essencialmente o órgão de dominação da burguesia mineira e industrial, dos latifundiários e do capital estrangeiro.

O caráter das lutas operárias até a década de 1920 tinha estreita relação com a inexistência de canais institucionais para a resolução dos conflitos. Assim, o traço característico do movimento operário chileno era a organização e a independência em relação ao Estado, sendo denominado de sindicalismo revolucionário pela historiografia, certamente, muito em função da ausência de possibilidade de outros grupos sociais ocuparem espaços de representação institucional no contexto de hegemonia oligárquica que prevalecia no país. Verificamos que ao longo das décadas, as formas de organização operária e as influências políticas sobre elas foram se modificando, buscando novos mecanismos de luta e de mobilização refletindo, principalmente, nas relações com a política partidária e institucional, mas sem abandonar suas práticas de mobilização cotidianas.

O que procuramos mostrar foi que estas modificações se deram ao longo dos anos sem que isso implicasse no fim das expressões de ações coletivas de resistência à opressão e à exploração, em reação a questões do cotidiano do trabalho ou na formação das suas organizações, dentre as quais, os sindicatos, que contribuíram para interações sociais e influências políticas. Neste processo, as diferentes formas de luta se complementaram e constituíram importantes recursos para as conquistas sociais ocorridas no país ao longo do século XX e para o questionamento ao sistema de poder social e político.

Como afirma Thompson (2001, p.209), jamais houve época em que a dialética da imposição da dominação e da resistência a essa imposição não fosse central no

desenvolvimento histórico, e temos um movimento no qual a pressão vinda de baixo é contida no alto, absorvida, o que conduz a uma modificação da estrutura, seguida por uma nova pressão de baixo. Pudemos observar a recorrência da mútua influência entre o movimento operário e a ideologia partidária na formação da identidade dos trabalhadores chilenos. Com a participação direta dos partidos populares no sistema político, a partir dos anos trinta, os trabalhadores adquiriram maior poder de pressão sobre o Estado e passaram a adquirir maior espaço para a colocação das suas demandas. Iniciava-se neste contexto uma nova relação da esquerda com o Estado e com o espaço institucional, o que influenciaria também a orientação dos movimentos populares nas décadas seguintes, que encarariam este espaço como garantidor de direitos.

Estas modificações passaram a ocorrer, principalmente, a partir do governo da Frente Popular e dos governos Radicais que se sucederam até 1952. Tais governos estabeleceram bases de desenvolvimento do capitalismo no país, baseado num regime de democracia liberal representativa. Sua proposta pautada no estímulo à industrialização dirigida pelo Estado com garantias de integração social via dispositivos de um “Estado de bem-estar” não alcançou extensões significativas e frustrou sua base de apoio.

Podemos afirmar que o denominador comum da ideologia dos diferentes grupos políticos e sociais desde então passou a ser aposta na luta institucional pelo poder do Estado. E isto não foi diferente na cultura política da esquerda, o que influenciou diretamente os movimentos sociais. Este processo demonstrou também o funcionamento daquele sistema excludente estabelecido sob a hegemonia econômica burguesa, que ao constituir um Estado primeiro como opressor e mantenedor da ordem, e em seguida como o espaço da institucionalização dos conflitos buscava neutralizar a tendência à ação coletiva dos trabalhadores que eclodia e cuja ação visava ocupar aquele mesmo espaço.

Neste aspecto, entendemos que a avaliação de Crisóstomo Pizarro (1978, p.7) é muito acertada quando ele afirma que o conflito coletivo pode ser considerado como um dos antecedentes fundamentais da evolução da sociedade chilena para formas mais democráticas, na medida em que garantiu o estabelecimento de regulações e direitos nas relações de trabalho. E esse processo se aprofundou, a partir de meados dos anos cinquenta, quando o país vivenciou uma reunificação da esquerda e do movimento operário que foi decisiva para a inserção definitiva dos seus partidos na vida política nacional e para a difusão das ideias em torno das mudanças estruturais.

De acordo com Stabili, “necessidade de Estado e de regulamentação legal no Chile são características da sociedade, que existe e se reconhece na medida em que faz parte do Estado ou luta por fazê-lo. Isto significa que independentemente da integração material que consiga realizar, encontra-se enraizado o princípio que faz do Estado o artífice da coesão social. (STABILI, Apud AGGIO, 1999, p.34) O Estado chileno demonstrou que a proposta de democratização que foi incorporada por ele, passou a ser na realidade o meio pelo qual se expressava a crise de hegemonia da classe dominante e, simultaneamente, a expressão formal da fragilidade do consentimento das classes dirigidas.

Neste aspecto, nossa avaliação se dá no sentido da análise de Mario Garcés, de que a partir do governo da Frente Popular, deu-se a clivagem do movimento operário chileno, que passou a se caracterizar por um forte apelo constitucionalista e por uma crescente institucionalização do conflito. (GARCÉS, 1985, p.11) O Estado era pensado pelas classes dominantes como elemento da ordem, mas pelas classes dominadas passou a ser encarado como fator de produção de uma nova sociedade e de espaço para a resistência contra o capital. Ao mesmo tempo, com a ascensão da coalizão em 1938, as forças representativas do proletariado se integraram definitivamente ao sistema político, passando inclusive a fazer parte do sistema da ordem e passando a vivenciar contradições decorrentes disso.

O que se nota é que houve graves deficiências por parte do empresariado para assumir os custos da política de bem estar que começou a ser propalada pelo Estado a partir dos anos trinta, e muito do que se valorizou foram as formas de controle propiciadas pelo mesmo Estado. Este modulou uma estrutura sindical de forma a não permitir o fortalecimento do movimento operário e acabou configurando um sistema que favorecia a cooptação e o controle dos dirigentes sindicais pelos patrões por muitos anos. Mas, por outro lado, como vimos, isso acarretou na formação de lideranças legítimas, próximas dos trabalhadores e inseridas no cotidiano operário. Novas gerações, advindas do processo migratório de regiões de tradição no sindicalismo e nas lutas operárias foram incorporadas a esse processo contribuindo para o seu desenvolvimento. A partir das suas experiências cotidianas, que se vincularam às doutrinas partidárias, foram se gestando as possibilidades para uma mobilização diferenciada, como na formação dos chamados Cordões Industriais, ocorrida em 1972.

Evidentemente, num espaço curto de tempo como é o período analisado, entre a formação destas novas lideranças sindicais, em meio a um contexto de radicalização política, e o fim do governo da UP, com o golpe militar de 1973, não poderíamos fazer

qualquer afirmação sobre possíveis resultados futuros, como a verticalização e burocratização do movimento operário. Por outro lado, não podemos afirmar que a “gestação do Estado Liberal” acarretou a perda de soberania dos trabalhadores ou a sua subordinação a doutrinas que os teria transformado em simples massa reivindicatória, como afirma o historiador Gabriel Salazar.

Uma vez que se observa no final do século XIX tradições radicais no nascente movimento operário de diferentes regiões do Chile, não é possível estabelecer rupturas ou cortes rígidos na postura destes trabalhadores frente às condições de exploração a que eram submetidos, utilizando como marco para a sua suposta subordinação a inserção deste movimento no processo de modernização do país e da sua vinculação com o movimento institucionalizado. Uma interpretação como esta parte do princípio de que a criação de uma legislação trabalhista e de que a adesão do movimento operário à luta institucional serviram como elementos de rompimento com toda uma tradição de luta e resistência. Ela não é capaz, portanto, de visualizar o movimento operário para além da estrutura burocrática constituída nas suas centrais, e deixa de valorizar também o protagonismo destes sujeitos nas suas práticas cotidianas de reação e de organização e na sua vinculação ativa com projetos transformadores.

As pequenas lutas cotidianas, as irrupções populares, como as *tomas*, a partir da década de 1930, as greves e motins que se intensificaram nos anos cinquenta não podem ser encarados como surtos momentâneos de requisição de soberania dos trabalhadores frente a um Estado que os teria “encapsulado”, mas, sim, como elementos de continuidade que conformavam uma tradição entre os trabalhadores do país, em lutas pelo reconhecimento dos seus direitos por parte das instituições e de tentativas de dar um novo ordenamento a elas. A identidade de classe desses trabalhadores e a sua tradição de luta foram se articulando também em torno da sua relação com os partidos, seus projetos e, conseqüentemente, com o Estado. Nestes movimentos está presente, sim, a vinculação de suas demandas com ideologias, mas a partir da sua própria lógica política expressada nas suas ações autônomas, numa relação de influência mútua, forjando novas demandas para transformar um Estado excludente.

Capítulo II. Construindo identidades: as lutas do cotidiano

As ações dos trabalhadores possibilitaram uma ampliação do espaço de participação política e a garantia de alguns direitos, principalmente no mundo do trabalho. Por outro lado, nas décadas seguintes, escancarou-se nas cidades chilenas a permanência do caráter excludente daquela sociedade em muitos outros aspectos. A luta pela conquista de direitos sociais fora do espaço de trabalho daria a tônica das mobilizações sociais intensificadas a partir dos anos cinquenta, e estendidas até a quebra do regime democrático, em 1973.

Abordamos no primeiro capítulo o contexto de redefinição do papel do Estado na economia e no conflito social do país, destacando a inserção de novos atores sociais no cenário político. Demonstramos que tais mudanças se desencadearam a partir da efervescência das lutas sociais que se desenharam nas principais cidades chilenas e da ocupação dos espaços políticos por novos grupos representantes destes setores em evidência. Analisamos o impacto destas transformações especialmente no âmbito das relações de trabalho e nos seus espaços representativos.

No presente capítulo vamos apresentar outro aspecto fundamental deste processo de formação da classe trabalhadora urbana chilena que consistiu na ocupação do espaço urbano, mobilizada a partir de ações diretas dos trabalhadores na luta por moradia. Vamos analisar as experiências vivenciadas pelos trabalhadores, abarcando diferentes categorias, de maneira a demonstrar que apesar das especificidades que elas guardam, há elementos essenciais nas condições de vida que são comuns aos diversos segmentos produtivos, como as experiências de luta compartilhadas nas suas trajetórias. Entendemos que o processo de formação da classe trabalhadora e da sua identidade inclui outros aspectos envolvidos na inserção no processo produtivo nas cidades, como as precárias condições de vida que enfrentaram no seu cotidiano e as estratégias de sobrevivência adotadas por eles.

Portanto, para compreendermos este processo com maior amplitude, vamos analisar as formas de inserção destes trabalhadores na capital do país, destacando as diferentes condições de habitação às quais os trabalhadores tiveram que recorrer ao longo das suas trajetórias, como os cortiços, chamados *conventillos* ou *cités*, a formação de *poblaciones*, que são os bairros populares, e os *acampamentos*, num desenvolvimento que congregou nas etapas de ocupação urbana, as fases do conflito social e da luta política.

O importante a destacar é que nestas experiências, juntamente com as dificuldades e as lutas cotidianas vivenciadas pelos trabalhadores, observa-se o desenvolvimento da sociabilidade que envolve laços de solidariedade e também conflitos que configuraram o aprendizado político vivido através de práticas de ação coletiva. Práticas que se generalizaram, principalmente, a partir dos anos cinquenta com as *tomas* e assumiram formas mais complexas através de relações mais estreitas com grupos políticos e com os canais do Estado, assumindo as formas do que se convencionou chamar de movimento de pobladores.

Ao enfatizar a importância das lutas cotidianas no processo de formação desta classe, entendemos que é importante não despolitizá-lo, não só pela inquestionável presença do elemento político na identidade dos trabalhadores chilenos, mas porque a sua ação foi de vital importância para a construção de redes políticas e sociais, para forjar a sua identidade coletiva, para a ampliação do debate político em torno dos impactos da estrutura capitalista e para uma maior democratização daquela sociedade, na medida em que eles travaram lutas para garantir direitos básicos, como a moradia.

Para fazermos esta análise, vamos demonstrar como se davam os contatos entre os trabalhadores, perceber os mecanismos por eles utilizados para atuarem sobre o processo de ocupação do espaço urbano, num movimento que articulou estratégias de sobrevivência, resistência à superexploração e mobilização política, o que os transformou em atores fundamentais da dinâmica política que se seguiria. Iremos observar o desenvolvimento destas ações que, numa relação tensa, articulou em muitas ocasiões organizações comunitárias com outras formas de organização, como sindicatos, partidos de base popular e o Estado.

A partir desta análise, pretendemos contribuir para uma compreensão mais multifacetada da experiência política dos trabalhadores chilenos naqueles anos. E, dessa maneira, demonstrar que a mobilização por moradia configurou um dos principais aspectos da radicalização política e social de meados dos anos cinquenta, que começaram a perfilar as tensões entre as lutas sociais e as ações institucionais, num contexto em que se encontravam em pleno desenvolvimento formas autônomas de luta, por um lado, e a institucionalização dos conflitos por outro.

O processo de extraordinária expansão urbana e industrial vivida no período de desenvolvimento econômico em Santiago colocou inúmeros desafios aos trabalhadores, tanto na adaptação ao campo da produção, quanto no âmbito das novas condições de vida. Na cidade, emergiram problemas relacionados à especulação imobiliária e na estrutura urbana de maneira geral, além de importantes modificações no mercado de trabalho relacionadas à aceleração da industrialização e à diversificação do setor de serviços. Tais fenômenos interferiram diretamente na vida dos trabalhadores que eram parte agente e receptora do grande impacto da migração para a capital.

Os trabalhadores expressaram e confrontaram os desafios dessa transformação de diversas maneiras, e dentre as estratégias de sobrevivência neste mundo novo, eles estabeleciam redes sociais, baseadas na maioria das vezes em relações informais entre familiares, amigos, conterrâneos e membros da comunidade. Tais estratégias foram fundamentais não apenas para o processo de migração, mas também para o enfrentamento das dificuldades da nova vida urbana, e da inserção, adaptação e enfrentamento dos problemas do mundo do trabalho. Estas redes e relações informais também constituíram a base de uma verdadeira auto-organização e de boa parte da ação política experimentada pelas classes populares na cidade naquele período.

Assim como enfatizamos no capítulo anterior sobre as questões relacionadas ao mundo do trabalho, defendemos que a relação dos pobladores com os canais e atores institucionais foi uma relação ativa, na qual os trabalhadores reorientaram políticas partidárias e exerceram decisiva pressão sobre o poder público para terem suas demandas e direitos reconhecidos, numa ação que dialeticamente contribuiu para fortalecer o seu senso de unidade e de coletividade, que se expressaria cada vez mais fortemente.

Mas, fundamentalmente, a *toma* foi o elemento central na formação da identidade política daqueles trabalhadores, já que esta consistiu na principal forma de expressão das ações coletivas engendradas na sua luta por melhorias nas condições de vida. Como pudemos constatar no capítulo I, a prática da ocupação já estava presente entre os trabalhadores no âmbito dos conflitos trabalhistas, sendo recorrente em contextos de greves e paralisações.

A partir das lutas *poblacionales*, as *tomas* se generalizaram como a principal forma de contestação dos trabalhadores chilenos até o final do governo da Unidade Popular,

envolvendo estratégias imediatas para a ocupação de um espaço, meios de exercer pressão sobre o poder público para reivindicar o reconhecimento dos seus direitos e, durante o governo popular, para exercer o que eles passaram a entender como o exercício do seu direito, que era o confisco de propriedades privadas, num mecanismo direto de resistência à ordem capitalista.

Assim, entendemos que mais do que ocupar um espaço para estabelecer a sua moradia, estes sujeitos estabeleceram estratégias de sobrevivência e de organização coletiva que assumiram diversas formas de acordo com a conjuntura e se desenvolveram ao longo dos anos, resultando em diferentes modelos de organização. Grandes e importantes bairros populares da periferia de Santiago que foram constituídos através do movimento de pobladores, como La Légua e La Victoria são marcos de luta e resistência, antes, durante e ainda depois do governo da Unidade Popular.

As Origens

É possível visualizar a luta por habitação em Santiago em movimentos de trabalhadores desde os anos vinte, movimento que se intensificou durante décadas, conforme o aumento do fluxo migratório para a cidade. Estes trabalhadores iam viver nos *conventillos* (cortiços) e nas *callampas*, que podemos caracterizar como favelas formadas principalmente às margens de córregos, em áreas de lixões, e em terrenos baldios da cidade, em geral, em áreas desconectadas do tecido urbano existente.

A demolição de cortiços durante o processo de remodelação urbana, o retorno de trabalhadores do norte salitreiro num período de forte crise do setor, e o aumento da migração campo-cidade são reconhecidamente as causas que influenciaram o agravamento do problema da habitação popular, entre os anos trinta e cinquenta. No entanto, há outras causas que pesaram tanto ou mais que as indicadas, tais como a baixa taxa de construção de moradias, as deficiências da indústria da construção, a ausência de uma política eficiente do Estado, os baixos salários e os efeitos da inflação sobre os mais necessitados de moradia, além dos efeitos dos desastres naturais no país afetado por terremotos. Nos anos cinquenta, a pobreza urbana se tornaria mais visível.⁶⁶ É neste contexto que começa a se desenhar uma

⁶⁶ Uma pesquisa realizada em 1957 apontava que 36% da população de Santiago haviam nascido fora da cidade. Entre outros aspectos, a pesquisa demonstrou que a procedência da migração era predominantemente urbana, as pessoas

dinâmica de mobilização pela moradia e por melhorias nas condições de vida destes trabalhadores.



Interior de um *conventillo*, Santiago, 1920. Luces de Modernidad archivo fotográfico Chilectra. Larrea Impresores, Santiago de Chile, 2001. <<http://www.memoriachilena.cl>>

Os moradores passaram a ser afastados pelo processo de remodelação e pelos valores que deviam pagar pelos aluguéis e começaram a se instalar em assentamentos precários em terrenos de pouco ou nenhum valor comercial, as citadas *poblaciones callampas*. Existem diferentes versões para a denominação ‘*callampas*’ (cogumelos) ser aplicada a estas nascentes *poblaciones*. Uma delas se relaciona ao fato de se localizarem, geralmente, em terrenos muito úmidos. Outra explicação tem relação com a operação mesma de instalação e forma de crescimento, uma a uma, por agregação:

A instalação de uma *callampa* constituía uma operação ilegal, a qual geralmente se realizava no amparo da noite. Uma ou mais famílias, tendo escolhido ou encontrado um terreno, deslocavam-se para ele com seus utensílios e armavam sua *mejora* ou “barraco”. Em dias sucessivos, às vezes, ao longo de vários anos, outras famílias iam se agregando ao assentamento, crescendo com extrema rapidez, abundância, sem que ninguém os advertisse ou tivesse planejado. Em outras palavras, cresciam como *callampas*. (ESPINOZA, 1988, p. 246) [Tradução minha]

chegavam de centros urbanos povoados por mais de dez mil habitantes; 63% desta população eram provenientes desses centros.

Através de relatos é possível compreender as motivações que levavam as pessoas a se instalarem nas *callampas* e, principalmente, as condições subhumanas às quais estavam submetidos nestas moradias. A pobladora Guillermina Farías nos aproxima desta realidade por meio de um depoimento bastante realista. Ela afirmou que a estas *poblaciones* chegavam milhares de homens, mulheres e crianças que migravam para a capital em busca de melhores condições de vida, mas que “depois de perambular pela cidade” se davam conta de que precisavam de um lugar onde instalar-se e que não havia moradia para eles. Surgia então o conselho de um amigo ou um parente para formar uma *callampa*, e para isso bastavam umas *fonolas*⁶⁷ e materiais descartados. A ideia quase sempre era passar o mau momento, “*pasar la mala racha*”, esperar que as coisas se ajeitassem, mas a verdade é que “uma vez ali”, na *callampa*, “era muito difícil sair”, e completou:

“... ali reinavam a miséria e as doenças múltiplas, apesar de que nesse tempo já existia uma certa lei que alguma coisa resolvia. As mães que tinham filhos recém-nascidos deviam dormir toda a noite com a luz acesa, para evitar que os ratos os mordessem”.⁶⁸ [Tradução minha]

Outros elementos são bastante elucidativos nos depoimentos dos pobladores, especialmente no que se refere a sua procedência, evidenciando sua origem operária, em geral, de setores mineiros; as trajetórias de exploração e de militância, o destino quando da chegada a Santiago. Os solteiros ou famílias que conseguiam algum trabalho imediatamente, geralmente se instalavam em pensões ou *conventillos*, onde eram recebidos por parentes ou amigos que indicavam estes locais.

Membro de família operária, Carlos Massalin teve uma pensão como primeira estadia quando migrou do norte para Santiago. Então, passou a conviver com outros migrantes:

Eu, supostamente, vinha estudar aqui, mas na verdade vim ver futebol. Eu cheguei em Cienfuegos com Alameda, uma pensão, alugando um quarto no segundo andar, a 30 metros da sede da minha equipe de futebol favorita [Colo Colo], muito bem localizada. Mas, um mês depois, mudei para o setor Mapocho, porque aí chegava a linha do trem do norte, e aí estava o terminal de ônibus nesse tempo, do norte. Então, a gente sempre preferia ficar perto, porque se vinha gente, ou quando um vinha das férias com as malas... e por aí se reuniam muitos nortinos. Um ia conhecendo outros... Naquela época havia mais vida social, e havia um centro de filhos de Antofagasta [Norte]. [...] Então, nos sábados, quando um estava sozinho ou entediado, ele ia e se encontrava... tinha gente,

⁶⁷ Podemos caracterizar as fonolas como placas de papelão prensado com aplicação de um tipo de piche utilizado para cobrir os barracos.

⁶⁸ Depoimento de Guillermina Farías. In: GARCÉS, 2002, p.122.

tinha almoços, normalmente nas tardes de sábado tinha bailes.⁶⁹ [Tradução minha]

Osvaldo Espinoza, operário que passou a viver em acampamentos, nos relatou as suas memórias da infância destacando as difíceis condições de vida dos mineiros:

Tínhamos uma casa no sul, essas casas ruins, casas ruins, todas iguais. Vivíamos ao lado de um rio grande, era como uma palafita [...] Tinha três pisos a casa porque todos os anos o rio subia, o rio Carahue sobe e vai aumentando, até que vai comendo, comendo, vai aumentando e vai subindo, mais ou menos cinco ou seis metros. [Quando passou a viver em Lota, cidade mineira] Me lembro das pessoas, dos mineiros tão sofridos, ganhando tão pouco dinheiro. O mineiro estava metido no vinho, não sei se era para se esquecer da grande pobreza que tinha em sua casa. Aí sempre se via uma grande greve, como a de dois meses mais ou menos, me lembro que chegou uma repressão e mataram várias pessoas lá, foi no ano de 51. [Tradução minha]

As precárias condições de vida em espaços reduzidos, divididos entre muitas pessoas, péssimas condições de higiene, e especialmente os baixíssimos ou inexistentes salários para pagar o aluguel dos cortiços, levavam as pessoas a buscarem outros espaços para viver, como as ocupações *callampas*. Os depoimentos de pessoas que passaram por cortiços expressam essa precariedade estrutural e das relações humanas, revelando aspectos de violência presentes nesta convivência.⁷⁰

A concentração e o crescimento da indústria, do aparato administrativo estatal e dos serviços públicos e privados em Santiago, unidos à crise agrária e do salitre e à decomposição do artesanato provincial, fizeram com que a capital se tornasse um polo de concentração demográfica. Como consequência, se modificou o perfil da sua estrutura de classes. Os setores populares urbanos começaram a adquirir sua configuração definitiva; ao lado do proletariado industrial em expansão e do artesanato em processo de decomposição, começou a ter peso um grande contingente de trabalhadores que desempenhava funções instáveis e de baixa renda.

Assim, o crescimento da população de Santiago durante a década de cinquenta e a diminuição do emprego em relação ao aumento da força de trabalho ampliaram o volume da população com baixo nível de vida, que viviam em zonas com a mínima infra-estrutura

⁶⁹ Depoimento de Carlos Cortez Massalin à autora. Santiago do Chile, 04 de junho de 2009.

⁷⁰ O depoimento de Mary traz detalhes das relações entre os moradores do cortiço onde viveu, relatando as brigas quase cotidianas e, inclusive, cenas de violência sexual que presenciou. In: **La organización fué como nacer de nuevo**. Santiago: Taller de Acción Cultural, 1986.

urbana e equipamento social. Foram estes setores que participaram das duas principais expressões dessas deficiências: a *callampa* e a ocupação organizada de terrenos.

Nesse período, começaram as ocupações organizadas na cidade. Data de 1946 o início da ocupação dos terrenos do setor chamado Zanjón de la Aguada, quando da chegada das primeiras famílias despejadas dos *conventillos*. Desde então, o processo continuou se acentuando até se converter em um amplo movimento social, que chegou a reunir entre 10% e 15% da população da Grande Santiago, em 1970. E foram diferentes as respostas do Estado para essa mobilização nas diversas conjunturas destas décadas.

Por um lado da crise que se desenhava estavam os conflitos e problemas trabalhistas que afetavam os mais diversos setores da economia, por outro lado, a exclusão social, econômica e cultural de amplos grupos urbanos da periferia de Santiago e de outras grandes cidades. A expressão mais evidente desta situação eram os problemas de habitação que, em quantidade e qualidade afetavam estes setores.

Ambos os problemas, salário e condições de vida, eram parte de uma realidade social que vinha piorando desde o final dos anos quarenta. Carlos Ibáñez del Campo venceu as eleições presidenciais em 1952 sob a promessa de fazer frente a estes temas. No entanto, até 1955 a realidade havia se tornado mais grave. Os salários começaram a ser reajustados abaixo das altas do custo de vida, ao mesmo tempo em que a ação reivindicativa dos trabalhadores organizados passou a ser enfraquecida de maneira sistemática pelo governo. Por sua vez, a ação social do Estado, principal recurso dos setores populares da época para fazer frente às suas necessidades mais importantes como habitação, saúde e educação, viu-se enfraquecida pela crise que afetou as finanças públicas e pelas políticas de corte liberal.

A tensão social era permanente, em particular ligada à esfera do trabalho, derivada de baixas salariais, das condições de trabalho, do descumprimento das leis trabalhistas ou do desemprego que ameaçava diferentes setores da produção. O aumento do desemprego atingiu diversos ramos da produção, como o caso do salitre, no qual 15 mil pessoas foram afetadas em Antofagasta e Tarapacá e passaram a migrar para o sul. A zona carbonífera de Lota e Coronel, que envolvia cerca de 20 mil operários, passou também por uma séria crise. Além disso, o governo decretou a proibição do comércio ambulante que garantia renda para muitos desempregados na cidade. (MILOS, 2007, p.59-60)

Além disso, foi significativa a paralisação na construção civil. Sua depressão tinha implicações sociais na população das grandes cidades tanto pela perda de trabalho, como pelo impacto que a baixa na construção gerava no já agudo problema da falta de moradias. A principal causa da diminuição no ritmo da construção era – nas palavras dos operários – a “ineficácia do governo para realizar um plano de obras efetivo”. O índice de desocupação no setor chegou a 25,2%, o que significava cerca de 46.150 operários desempregados. (GARCÉS, 2002, p. 118)

O que se assiste a partir do final dos anos quarenta, portanto, são importantes reflexos da crise estrutural pela qual passava o país na estrutura urbana e nas condições de vida dos trabalhadores. Na medida em que eles eram retirados dos cortiços no centro da cidade, passaram a constituir diferentes tipos de habitação popular que se desenvolveram com as ocupações e com as políticas habitacionais. Entre elas estavam as *callampas*, que citamos acima; por vezes, se formavam as chamadas “*mejoras*”, que são *poblaciones* com origem na ocupação ilegal e organizada de terrenos baldios, geralmente formada por agregados que tiveram que abandonar as *callampas* divididas.

A *población* de erradicación era formada por ex moradores de *callampas*, transferidos por órgãos oficiais, principalmente pela CORVI (Corporación de Vivienda), a terrenos preparados com base em uma programação especial e em pontos mínimos requeridos dos moradores, com critérios familiares e de pagamentos de quotas.⁷¹ Estas contavam com as bases mínimas de uma moradia e com serviços elementares. Essa política foi adotada no governo do presidente Jorge Alessandri, entre os anos de 1958 e 1964.

As *poblaciones* industriais eram aquelas construídas pelas empresas nos arredores dos seus estabelecimentos. Seus ocupantes eram operários qualificados ou gestores, que em geral alugavam essas casas obtendo este benefício por seleção da empresa. E por fim, muitos bairros se constituíram através dos programas da Corvi, com moradias construídas por empréstimo desta entidade ou das associações de poupança e empréstimo. Eram casas definitivas, caracterizando-se seus moradores por terem condições superiores de saúde, educação e emprego.

⁷¹ A CORVI era o órgão encarregado da execução, urbanização, reestruturação, remodelação e reconstrução de bairros e setores compreendidos no Plano de Habitação e nos Planos Reguladores elaborados pelo Ministério de Obras Públicas. Criada em 1953, ela também estava encarregada do estudo e fomento da construção de moradias econômicas. Pela primeira vez o Estado organizava sua ação com relação ao problema habitacional através de um “plano” específico. Cf. GARCÉS, 2002.

Somente a partir de 1948 se estabeleceram iniciativas substanciais do setor privado, por grupos de empresas de construção “modernas”. Em 1953, a CORVI mudou o planejamento da construção e a entrega de conjuntos residenciais, respondendo a certas condições que lhes tornaria aptos a serem propriedades somente de famílias de renda média. Em cinco anos, os indicadores mostraram que o déficit habitacional aumentou assim como o desequilíbrio financeiro dos órgãos públicos responsáveis pelo planejamento. Em 1959, importantes modificações foram introduzidas. O novo governo se orientou para o investimento público de infraestrutura e a ajuda às empresas de construção que se dedicavam exclusivamente à produção de “moradia econômica”. Mas, as políticas habitacionais ainda mostravam uma lógica segregacionista. (PUMARINO, 1971, p.127)

“Ocupando” seus espaços

A característica principal dos assentamentos *callampas* estava na sua completa precariedade, pela fragilidade das moradias, que muitas vezes não eram mais do que cabanas; a total ausência de urbanização, de água potável, luz, sistema de esgoto, pavimentação, e a carência de serviços básicos, como de educação e saúde. As condições precárias do local incidiam nas moradias amontoadas umas às outras, construídas com pedaços de papelão, latas velhas e trapos, sem serviços de higiene e de água potável, e o que é pior, erguidas sobre terrenos que anteriormente acolhiam lixões. Em geral, um cômodo abrigava toda a família, a cozinha era externa com fogão à lenha; havia um tanque de água para cada 1.500 pessoas, e a água para lavar era obtida nos canos fora da *población*. E uma latrina era utilizada por 500 pessoas (quando não havia latrina, recorria-se ao rio, como no caso da Población Pino).⁷²

Os moradores sofriam com as doenças, freqüentes enchentes e incêndios no local. No caso de Zanjón de L’Aguada, um cordão de miséria que superava os demais em extensão – uns 5 km de extensão por 100 metros de largura – e também em população, cerca de 35.000 pessoas, agrupadas em 10 “setores” *poblacionales*, o problema do incêndio se agravava, claro, devido aos materiais utilizados nas construções, e devido à extrema poluição das suas águas. Alguns dos incidentes, inclusive, originaram-se da inflamação de

⁷² Latrinas são buracos cavados no chão, como fossas, que têm construídas no seu entorno paredes de madeira na altura de um adulto. O filme “Machuca” retrata este ambiente na cena em que o garoto do bairro nobre visita o menino Machuca no acampamento onde ele vivia e, ao pedir para usar o banheiro, tem náusea quando se depara com uma latrina.

materiais químicos que a água levava. Entre 1947 e setembro de 1957, foi registrado um total de nove incêndios que atingiram cerca de 600 casas. (ESPINOZA, 1988, p.249)

Num contexto de ineficiência da gestão administrativa e de crise econômica global registrou-se a formação de vários comitês de sem-casa, e a organização de um tipo de reunião administrativa municipal aberta a todos os moradores, o “Cabildo” aberto, com a participação de diversas *poblaciones*. Nesta conjuntura, ocorreu a emblemática *Toma de La Victoria*, uma das ocupações mais importantes do movimento de pobladores, e os motins de abril de 1957, contra o aumento do custo de vida que reuniu pobladores, operários e estudantes em protesto.

Nestas mobilizações, os comitês de sem casa tiveram significativa importância, pois estes representavam um salto no grau de organização dos pobladores, e eram formados especialmente em conjunturas críticas, nas quais tinham que tomar decisões, como uma ocupação, e articular os moradores para uma determinada ação conjunta. Além da importância da ação de agentes institucionais, os laços de amizade, de parentesco e as relações de trabalho constituíam o principal meio de divulgação da existência dos comitês e da organização das ocupações.

Estes Comitês se estenderam por vários setores de Santiago e passaram a ser o meio de aglutinação, organização e articulação entre os pobladores. Em geral, os amigos convidavam uns aos outros para fazerem parte de algum comitê da região onde viviam, fosse em *conventillo* ou *callampa*. Assim, agregavam-se cada vez mais famílias, que faziam reuniões periódicas e organizavam a ocupação de um terreno.

Especialmente, a partir dos anos cinquenta, começaram a se difundir variadas formas de organização para fazer frente a estes problemas. Em meados da mesma década, estas organizações começaram a adquirir algumas características mais definidas e, inclusive, denominações que prevaleceram e foram institucionalizadas posteriormente, como *juntas de vecinos* e *centros de madres*. Grande parte deste trabalho foi realizada por iniciativa dos pobladores e também com a ação de agentes externos, como religiosos, profissionais diversos, estudantes, líderes sociais e políticos. (WILSON, 1988, p. 44)



Foto de uma *callampa*. URRUTIA, Cecilia. *Historia de las Poblaciones Callampas*. Colección *Nosotros los chilenos*, n.11. Santiago: Editorial Quimantu, 1972, p.42.

O movimento de pobladores então foi se convertendo no ator urbano mais dinâmico da cidade de Santiago, sobretudo quando uniu suas lutas pela moradia com as propostas de mudança e de justiça social que mobilizavam o conjunto da sociedade. Foi nesta etapa que os pobladores majoritariamente deixaram para trás os cortiços e as *callampas* para viver em *poblaciones* estáveis e definitivas e, mais tarde, a compor os acampamentos.

A luta pela moradia, que envolvia a pressão sobre o Estado e a formação de comitês e organizações de bairro surgia do reconhecimento de interesses comuns. Se a instalação na *población* podia ser individual, na medida em que esta crescia e se consolidava, os pobladores sentiam a necessidade de solucionar seus problemas em conjunto. Além disso, o crescimento desordenado em certo momento obrigava a estabelecer certos acordos, como para o uso da água, por exemplo.

A *población callampa* chamada Colo Colo pode ser citada como um exemplo dessas ocupações que adquiriu importante organização interna por iniciativa de seus moradores. Um livro ata tem registrados os problemas, as reivindicações e as ações retratadas nas assembléias realizadas pelos moradores, entre os anos de 1954 e 1956. O livro foi organizado pelo morador Ibador Castro, então secretário do Comitê de Pobladores. Visualizamos nestas atas as características da organização interna da *población*,

especialmente a busca pela resolução dos problemas internos, não somente coletivos, como a instalação da rede elétrica, da coleta de lixo e da instalação de tanques de água, como também problemas individuais ou restritos a algumas famílias, demonstrando o laço de solidariedade que se formava entre os pobladores.

Entre esses atos de colaboração destaca-se a lista de pobladores que necessitavam de materiais de construção, uma coleta de dinheiro entre os moradores para ajudar às famílias no caso de falecimento ou doença grave de algum dos seus membros.⁷³ A sociabilidade também está presente nas organizações coletivas em datas festivas, como Natal, comemoração da Independência, em 18 de setembro, e no Dia das Crianças. Estas práticas também foram citadas em muitos dos relatos que coletamos.

Os conflitos eram parte importante da organização interna e podem ser considerados como parte constitutiva desta experiência organizativa vivenciada pelos pobladores, bem como das diferenças que conformam as identidades. Como exemplo, podemos destacar outra discussão ocorrida na mesma *población* referente ao uso dos recursos que haviam sido arrecadados entre os moradores. A polêmica teria ocorrido devido a uma soma em dinheiro coletada entre eles, e que estava guardada na intendência de Santiago.

Em assembléia do dia 26 de setembro de 1954, os moradores decidiram que os recursos seriam destinados à construção de uma sede social, na qual funcionariam um posto médico, um clube esportivo e uma escola. Na reunião ocorrida em dezembro do mesmo ano, registrou-se uma grande discussão em torno da denúncia de que antigos moradores da *población* estariam se reunindo paralelamente ao diretório para decidir o destino destes recursos. Neste debate, o poblador Manuel González se manifestou dizendo que:

Antigos e novos pobladores têm o mesmo direito pelo motivo de que esse dinheiro foi depositado em nome e fim da coletividade, e que os “*cabecillas*” que estão fazendo estas diligências não são mais que elementos que procuram o egoísmo e discórdia entre pobladores e dirigentes.⁷⁴ [Tradução minha]

Estes conflitos indicam que a presença dos laços de solidariedade não suprimem diferenças, conflitos e disputas entre eles. Nestas discussões, as noções de direitos, de “espírito combativo”, de legitimidade dos representantes escolhidos pelos moradores e de

⁷³ O secretário Ibador Castro era filho de um militante comunista e declarou ter sofrido grande influência política de seu pai na sua formação. **Livro de Atas**, Población Nueva Colo Colo. Santiago, 1954-1956. Archivo del siglo XX, Fondo de Historias Locales.

⁷⁴ **Livro de Atas**, Población Nueva Colo Colo. Santiago, 1954-1956. Archivo del siglo XX, Fondo de Historias Locales, 1954.

união da coletividade compõem o seu discurso político. Trata-se, portanto, de um componente fundamental da aprendizagem política, na medida em que se pratica o debate democrático e a tomada de decisões em coletividade. Com a organização dos moradores, formou-se uma cooperativa que os permitiu abrir uma poupança no Banco do Estado, e com uma negociação junto a CORVI e à presidência da república foram transferidos a uma *población* definitiva.

Estas experiências, por mais simples que fossem, habituavam os trabalhadores a dirigir as suas atividades, nas quais eles aprendiam na prática a opor a solidariedade e o coletivismo às hierarquias, ao controle e, principalmente, à ausência do poder público enquanto garantidor de direitos. Apesar do rígido controle exercido sobre a organização operária nos locais de trabalho, como vimos no capítulo anterior no exemplo da fábrica têxtil Yarur, a cultura de classe estava presente entre os trabalhadores e se estendia às *poblaciones callampas* e aos atos de ocupação do espaço urbano. As suas condições de vida específicas somadas a sua cultura formada por uma rica tradição política operária permitiram o surgimento de um forte senso comunitário que foi fundamental para a compreensão da vida social e da luta política em nível local; senso que se imbricou com a criação de uma identidade *poblacional*, forjada no cotidiano e nas experiências de luta por seus direitos básicos.

O fenômeno das *poblaciones* foi parte de uma gama complexa e heterogênea de organizações que expressavam o processo formativo de uma classe multifacetada com diferentes valores comunitários. No entanto, apesar da diversidade de associações, é possível encontrar espaços de articulação e interação entre muitas dessas organizações, particularmente em momentos críticos como greves e protestos, bem como elementos comuns das origens e experiências de vida, compartilhados por estes trabalhadores como notamos nos exemplos citados.

Antes de qualquer intervenção governamental, os moradores buscavam suprir as deficiências de estrutura local por meio do trabalho coletivo. As experiências de trabalho em conjunto na *población* Villa Francia nos foi relatada por Eugenio Cabrera:

A modalidade da construção era de autoconstrução, que significava que os pobladores se organizavam em grupos em tempos de trabalho para ir levantando as casas, para ir construindo as casas. [...] Nos primeiros meses não havia luz elétrica. Então, essa luz elétrica tinha que ser 'retirada' das ruas principais das outras *poblaciones*, e começaram a esticar até um ponto da Villa Francia, aí

desses cabos ligavam todos os moradores. Portanto, a luz ficava no final para cada morador como vela, não tinha potência.⁷⁵ [Tradução minha]

No processo de ocupação do setor de Lo Hermida, o operário da construção Luiz González participou ativamente de todo o processo de estruturação da *población*:

Eu mesmo me mobilizava com os chefes da obra. Eu pedi, quando chegamos aqui, os postes, porque não tínhamos luz, água, nada... eu pedi os postes e com o dinheiro das pessoas compramos os fios [...] E pra poder solucionar o problema da água, falei com o chefe da obra, lhe disse que estávamos na *población* nova [...] então ele nos ajudou também com mangueiras [...] e nós compramos as chaves e as coisas pequenas que faltavam, mas também a *población* ficou com água também.⁷⁶ [Tradução minha]

O início da organização dos pobladores é relacionado por eles ao período em que teriam chegado ao setor de Zanjón, ao longo da década de 1950, “operários com trajetória política”. Neste contexto, começaram a se organizar comitês por quadra, a serem realizadas reuniões e coordenações com políticos de esquerda, especialmente comunistas e socialistas. Relatos de pobladores e de Orlando Millas, dirigente do PC, indicam a importante participação do Partido Comunista na ocupação de La Victoria, nos terrenos em Puente Alto e da ex-chácara La FERIA. Os comitês de sem-casa se estenderam por vários setores de Santiago nos anos cinquenta e existem evidências de conversas com CORVI, praticamente desde a fundação deste órgão público. Como afirma Ida:

Nós começamos a nos organizar, os dirigentes dividiram o terreno [...] Em torno do ano de 1963 começa uma organização mais vasta e mais estruturada, nós começamos pagar os terrenos, isso não foi uma esmola, nós não queríamos isso, esse não era nosso objetivo, todas as pessoas que vivem aqui pagaram seus terrenos. Nós começamos a instalar a eletricidade, a água potável, tudo era pago com as cotas das pessoas, ao fim não foi fácil [...] aqui nada foi mendigado, tudo era comprado, cada tábuia de madeira, cada estaca, tudo era comprado, nós nunca mendigamos nada...⁷⁷ [Tradução minha]

O ano de 1957 foi emblemático para os protestos sociais, pois marcou a mobilização popular que articulou pobladores, sindicatos e estudantes contra os efeitos da política econômica adotada pelo presidente Carlos Ibáñez, a qual rompia com a política da Frente Popular, que acentuava o papel interventor do Estado na economia. Depois de um período de desmobilização política da esquerda, assistiu-se nesta conjuntura a um retorno dos partidos políticos como mobilizadores das demandas populares.

⁷⁵ Depoimento de Eugenio Cabrera à autora. Santiago do Chile, 21 de setembro de 2011.

⁷⁶ Depoimento de Luiz González à autora. Santiago do Chile, 18 de julho de 2010.

⁷⁷ Entrevista n.29, Ida. In: SEGUEL-BOCCARA, Ingrid, op cit, 1997, p. 88.

Neste contexto, o lema “*trabajar sin transar, hasta la casa conquistar*” começava a delinear a *toma* como o principal recurso de ação dos trabalhadores. Pode-se interpretar esta ação como resultado de um conjunto de iniciativas frustradas frente ao Estado e de promessas não cumpridas de planos habitacionais. Em depoimentos estampados nas páginas dos jornais que relatavam as ocupações, as queixas contra os trâmites burocráticos são constantes. Demonstra-se uma vontade de mudança radical que toma uma forma violenta simbolicamente: a apropriação ilegal de um terreno pertencente ao Estado.⁷⁸ Violenta por sua característica de desobediência civil, uma negação da autoridade do Estado. (SEGUELL-BOCCARA, 1997, p.86) Enfrentava-se a proteção à propriedade privada, e era uma ação autônoma no sentido da estratégia de luta e de organização. Tratava-se de um movimento de revolta que repousa sobre uma organização comunitária forte.

A Toma de La Victoria, ocorrida em 1957, consistiu na mais marcante atuação deste movimento que seria protagonista das mobilizações populares a partir de então, iniciando esta forma de ação direta, a ocupação em massa, cuja recorrência seguiria até o final do governo da Unidade Popular. A origem desta ocupação está no setor do Zanjón de La Aguada. A composição do “Campamento La Victoria”, que depois passaria a ser “Población La Victoria” era de 2168 famílias provenientes de Zanjón, 446 de La Légua, 736 de outras poblaciones.

A formação do acampamento La Victoria tem a sua origem num incêndio ocorrido na callampa do Zanjón que atingiu centenas de famílias. Já havia algum tempo, segundo relatos, que se planejava a ocupação, que foi precipitada pelo episódio. “Nos sentíamos como os judeus fugindo dos nazistas”, foi como a pobladora Guillermina descreveu a sensação do momento da ocupação do terreno. Em geral, todos se reuniam à noite nos comitês para então saírem em direção ao terreno, com alguns paus, lençóis, carrinhos de mão com alguns pertences e uma bandeira chilena nas mãos; os grupos saíam a pé, em caravanas durante a noite, e madrugada adentro para se instalarem naquele espaço. Esta prática se explica pela ilegalidade do ato e para evitar maior repressão por parte da polícia.

⁷⁸ “Violento desalojo de pobladores en Barrancas.” **Las Noticias de Última Hora**. Santiago, 9 de Febrero de 1969, p.16. “La ocupación de terrenos de primero de mayo. 1200 familias resuelven su problema habitacional en Renca”. **Las Noticias de Última Hora**, 2 de mayo de 1969, p.3. “Nacio la población Pablo Neruda. Años de tramitaciones lós enpujaron a ocupar terrenos”. **El Siglo**. Santiago, 27 de octubre de 1969, p.6.

Neste episódio se destacou a importante atuação da Igreja Católica a partir da intervenção do Cardeal José María Caro junto ao Presidente da República para impedir que os militares agissem e desalojassem as famílias.

O loteamento dos terrenos e a organização do espaço, segundo a lógica dos moradores, o imprevisto e a solidariedade delinearão a sua distribuição. Ao mesmo tempo, os pobladores começaram a se organizar em blocos para debater a resolução dos problemas. Serviços básicos, como água e luz, e a maior parte das tarefas de urbanização foram realizados pelos próprios pobladores. As ruas não puderam ser pavimentadas, mas eles rebaixaram os terrenos para fazer as calçadas e construíram valas para o escoamento da água das chuvas. Os moradores se reuniam em comitês e se organizavam em comissões especiais, como a de vigilância, subsistência, saúde, etc. Entre outras coisas, sempre era preciso fazer novas pesquisas, porque chegavam novos grupos agregados ou instalados em novas barracas. (GARCÉS, 2002, p.139-140)

Antes de ocuparem um terreno, alguns trabalhadores circulavam pelo espaço durante o dia para conhecê-lo e saber como seria dividido entre os moradores, como afirma Javier Navarro, dirigente do acampamento Lenin, que foi planejado três meses antes de ser instalado:

Para saber quantos cabíamos, tivemos que vir jogar bola e “tanquearnos” o terreno antes da ocupação. Tampouco estiveram fora os fotógrafos, um companheiro nosso conseguiu sobrevoar a área e tirar fotos aéreas para determinar qual era o melhor lugar para ocupar...⁷⁹ [Tradução minha]

A organização interna e as melhorias dependiam do grau de mobilização e dos laços de solidariedade entre os pobladores. Assim como outras *poblaciones*, a construção da *población* La Victoria foi fruto de um enorme exercício de auto-organização dos pobladores a partir do imprevisto dos acampamentos; uma tarefa coletiva em que foi necessário somar esforços e inventar os recursos, já que o governo se negou a colaborar na construção da nova *población*, insistindo na ilegalidade da ação. A ocupação que deu origem a La Victoria é emblemática porque tornou os pobladores visíveis como atores sociais para a sociedade e para o Estado. E entre seus moradores, e pobladores em geral, a toma e as experiências de organização autônoma do seu espaço passou a marcar o significado político do seu discurso.

⁷⁹ NAVARRO, Javier. Exnovicio franciscano dirige Campamento “Lenin”. In: **Punto Final**, Santiago, Ano IV, Martes, 9 de junio de 1970, n.106, p. 24.

Estado, partidos e pobladores

Com a pressão popular sobre o direito à moradia, o debate parlamentar acerca do déficit habitacional foi um divisor de águas entre esquerda e direita, a partir do final dos anos cinquenta. A direita via a necessidade de gerar condições a partir do Estado para estimular o investimento na construção de moradias (créditos, poupança, liberdade de preços, etc.), enquanto que a esquerda insistia na proteção dos trabalhadores que, devido aos seus baixos salários, não estavam em condições de destinar senão uma mínima parte da sua renda para a moradia. Razão pela qual deveria ser um dever do Estado desenvolver planos de habitação de acordo com o poder aquisitivo real dos trabalhadores, e não para aumentar os lucros das construtoras. O argumento era de que a moradia não deveria ser considerada uma mercadoria, mas um direito social e, por consequência, uma tarefa do Estado.

Adquirir a casa própria significava deixar de pagar aluguel, o que representava grande economia no apertado orçamento das famílias trabalhadoras. Além do fator econômico, a casa própria tinha um grande valor cultural. A configuração do próprio espaço e a segurança familiar como garantia básica contra as incertezas do mercado de trabalho eram valores associados diretamente à aquisição da moradia própria pelos trabalhadores. (FONTES, 2008, p.35)

As péssimas condições de estrutura urbana conflitaram com muitas das expectativas dos próprios trabalhadores e criaram espaço para a atuação de várias correntes políticas que procuraram relacionar-se com esse novo contingente de trabalhadores. Foi a partir desta conjuntura que começou a se dar a participação de agentes institucionais, para além da Igreja, entre as frentes de pobladores. Esta articulação, como poderemos observar, deu-se de forma dialética, marcada por consensos e conflitos, e assumiu características diversas ao longo dos anos. Entre estes agentes, estão a Igreja, os partidos políticos, e o Estado.

Os partidos políticos de esquerda representados na FRAP⁸⁰ manifestavam constantemente o seu apoio em pronunciamentos parlamentares, cobrando ações governamentais, e também prestavam apoio jurídico. (ESPINOZA, 1988, p. 257) Mas, a sua vinculação às suas organizações ainda era limitada. Esta característica se devia ao fato de esta população não ser composta somente pelo setor operário industrial, e,

⁸⁰ Frente de Ação Popular (FRAP). Coalizão dos partidos de esquerda na década de 1950.

principalmente, porque as questões que envolviam as suas lutas não estarem diretamente associadas ao espaço da produção e aos temas sindicais. E apesar de o discurso dominante da esquerda política nestes anos tender a limitar todas as práticas populares com relação à “classe operária” no sentido estrito, vislumbrando o operário da indústria moderna como o sujeito histórico por excelência, já se evidenciava que as práticas do movimento dos trabalhadores eram mais amplas e diversas do que a atuação sindical ou partidária.

O argumento central para essa postura da esquerda era de que o enfrentamento principal com o sistema deveria se dar onde ocorresse a contradição principal do sistema capitalista, ou seja, na esfera da produção. A luta por moradia se enquadrava, assim, nas reivindicações de consumo, por derivar de uma contradição secundária, e não poderia chegar a gerar um enfrentamento estratégico com o sistema. Para a esquerda, o poblador não saberia identificar o inimigo principal da classe trabalhadora. (PASTRANA; THREFALL, 1974, p.42)

O Partido Comunista e o Partido Socialista exerceriam forte influência entre os pobladores e teriam ativa participação na mobilização de ocupações e na organização dos acampamentos e *poblaciones* por meio do trabalho dos seus militantes. Isto nota importante desencontro entre a prática de militantes envolvidos com o movimento dos pobladores e a elaboração teórica e propostas políticas desenvolvidas pelos partidos. (GARCÉS, 2002, p.147)

O PC reconhecia que na década de 1950 novos atores sociais começavam a participar das lutas sociais e políticas, devido às mudanças que se deram na população chilena. Mudanças que tinham a ver com a diminuição da população rural e com o crescimento nas cidades da população burguesa, do proletariado e do “semiproletariado”. Nas lutas de rua participavam muitos destes trabalhadores jovens, segundo o partido, politicamente atrasados e sem suficiente clareza, nem orientação.⁸¹

Os partidos podiam julgar a atuação política das massas “politicamente atrasadas” em função das suas próprias definições políticas frente à conjuntura do país. Afirmavam que correspondia aos partidos operários e populares “educar e dirigir pelo bom caminho esta nova massa que irromp[ia] a vida social”. Foi durante o governo de Alessandri que se

⁸¹ COLLAO, Luis. “Informe de la Comisión Política al XXIV Pleno del Comité Central del Partido Comunista de Chile”. *Principios*, n.42, Mayo de 1957, p.12.

delineou a prática dos comunistas entre os pobladores, principalmente depois da Toma de Santa Adriana, na qual se combinariam lutas legais e ilegais. Essa prática se massificaria ao longo da década de sessenta e ampliaria as bases dos partidos.

Isso se deu por meio da articulação entre o movimento das bases e a atuação partidária. No trabalho de formação dos comitês de sem casa, de organização das reuniões e das atividades da ocupação, o papel dos militantes partidários era fundamental, mesmo que estes não pertencessem às *poblaciones* em que atuavam, como nos relatou Inocente Santo, Além de ajudar na formação de outras *poblaciones*, ele atuou na toma de La Victoria, onde passou a viver posteriormente:

Não, eu não vivia aqui [...] mas eu ajudei no mesmo dia em que tomaram essa *población*. [...] Como eu era comunista sabiam onde eu vivia e sempre me procuravam os companheiros do setor, e me conheciam. Me tiraram da cama pra buscar mercadoria pras pessoas. Eu cheguei de Rancagua [onde trabalhava] no dia 30 de outubro pela manhã, havia deitado meia hora, uma hora, tomei café da manhã [...] eu era o único que tinha carro, então tive que levantar pra cooperar com os companheiros, e naquele tempo não havia a locomoção que tem agora... tinha estrada, estradas com cavalos. Chegaram e disseram “Companheiro, olha, se trata disso, disso e disso... você tem que cooperar com algo, porque te conhecem”, colocou a bandeira chilena... e saímos pra buscar a feira e trouxemos vários mantimentos aí.⁸² [Tradução minha]

O trabalho de articulação e de organização dos trabalhadores para efetuar as ocupações era exercido por muitos destes militantes, e adentrou os anos sessenta. Eliana Parra, militante comunista desde os 15 anos de idade, relatou que participou da ocupação que deu origem à *población* 1 de Mayo, após um período de dois anos participando de reuniões dos comitês de sem casa e tentando adquirir a moradia por meios legais, sem sucesso. Esta articulação entre diferentes comitês tinha importância fundamental durante todo o processo:

No segundo dia, estávamos colocando as *fonolas* que nos deram e o vento passava voando, era um vento imenso. A chuva seguia também. A notícia da *toma* corria por todos os lados. Começava a vir gente de todos os lados, das outras ocupações de terreno. Nos traziam caminhões, alimentos, traziam de tudo... vinham da *población* Violeta Parra, de Barrancas, de Conchalí. Nos traziam carvão, *fonolas*, roupa, alimentos, nos traziam de tudo. Também vieram muitos senadores e deputados, a Gladys Marin, a Mireya Baltra, Jorge Montes, todos de esquerda. [...] Quem tomou o terreno foi o Partido Comunista, ninguém mais. Por isso, quando os padres iam se meter, os tirávamos...⁸³ [Tradução minha]

⁸² Depoimento de Inocente Santo à autora. Santiago do Chile, 22 de outubro de 2011.

⁸³ Depoimento de Eliana Parra. Cf. MURPHY, 2004, p.31. A oposição à participação dos padres se dava porque, diferentemente de alguns líderes religiosos ligados à Teologia da Libertação que participavam da organização e intervinham a favor dos pobladores, alguns eram ligados à Democracia Cristã e a ações do Caritas, instituição de caridade administrada pela Igreja, e visavam alcançar uma negociação menos onerosa para o governo. “Caritas. Monpólio de la miséria”. **Punto Final**. Año I, n.13, octubre de 1966, p.16.

Filho de um operário da construção militante comunista, Felix Morales nos relatou como se dava também a participação destes militantes na construção da *población*:

Ele participava no nível do sindicato dos operários da construção. Posteriormente, digamos, ele veio pra cá e se dedicou a toda a parte fundacional da *población*. Aí, com toda a sua experiência, bom... de todos os trabalhadores, fizeram tudo o que foi a orgânica da *población*: comitê de pobladores, comitê central que eles chamavam, junto com a direção da *población*... em função de ir organizando em todos os níveis, na saúde, na educação. Eles construíram a escola, a policlínica e tudo isso.⁸⁴ [Tradução minha]

Ao longo da formação dos bairros, os trabalhos seguiam através dos comitês partidários instalados nas *poblaciones*, da atuação de grupos como as Juventudes partidárias. Eugenio Cabrera, que foi morador da *población* Villa Francia nos falou da presença do núcleo das Juventudes Socialistas, denominado “Revolução Cubana”, e sobre a importância de se incorporar a este mundo político na sua formação quando da sua chegada ao bairro.

Felix Morales, enfatizando que a sua escolha nada teve a ver com a influência paterna, também relatou a experiência que teve junto a essas bases. Explicou que a sua trajetória no Partido Comunista teve início na sua juventude devido à presença e influência direta exercida pelas células do partido:

O mecanismo que havia aqui de participação era muito massivo. Então, por exemplo, eu jogava bola, tocava guitarra, eu gostava de cantar... então, esses ambientes se davam nas Juventudes Comunistas. Era a organização com maior força, digamos, e influência na *población*. [...] Entrei na célula, na base Violeta Parra que se chamava. Então, existia uma base da “Jota” que era a Violeta Parra e a Base (Jovem Guarda). Era como dois polos que competiam entre si para fazer mais e melhor seu trabalho do ponto de vista de influência.⁸⁵ [Tradução minha]

Um papel fundamental exercido pelos militantes e figuras políticas nesta relação com os trabalhadores se deu na intermediação da sua relação com o Estado para a realização dos trâmites burocráticos, legalização da situação dos moradores e nas reivindicações por melhorias estruturais.

Um exemplo bastante significativo deste último aspecto é o da comuna de La Granja, onde 400 famílias de ‘sem casa’ das 5 mil existentes no local ocuparam terrenos adjacentes a uma estrada, chamada Santa Rosa. Estas famílias, que pertenciam à *población callampa* ‘2 de julio’, participaram da ocupação organizada por um comitê de pobladores

⁸⁴ Depoimento de Felix Morales à autora. Santiago do Chile, 22 de outubro de 2011. Guillermo Orrego e Miguel Pizarro também destacaram a importância da Juventude Comunista nas suas aproximações com o PC.

⁸⁵ Idem

apoiados pelos representantes da comuna e parlamentares da FRAP. O prefeito da comuna de La Granja era comunista, e a maioria dos vereadores era de membros da frente de esquerda.

Os terrenos ocupados pertenciam a um particular. Um decreto do prefeito lhes permitiu, primeiramente, permanecer na beira da avenida, onde passaram grande sofrimento devido ao intenso frio do inverno, que gerou a morte de muitas crianças afetadas pela pneumonia e outras doenças. Após a ocupação, os pobladores realizaram uma assembleia, onde se decidiu, entre outras coisas, manter o nome da población de origem e formar guardas de vigilância para evitar a entrada de pessoas estranhas. Para manter a ordem no assentamento, proibiu-se o consumo de vinho no local, declarando-a “zona seca”, e toda pessoa que fosse surpreendida consumindo álcool perderia o direito ao terreno. Uma semana após a ocupação, o número de famílias chegava a 1200.

A comuna de La Granja, que registrava 68.400 habitantes, estava entre as mais pobres de Santiago. Somavam-se 12.360 casas, das quais 2.500 eram insalubres e quase totalmente inabitáveis. Na comuna, 5700 famílias não tinham casas, compondo com as 2500 anteriores um enorme conglomerado humano com urgente necessidade de habitação.

Segundo dados da Revista Empresa, cada família abastada da comuna de Las Condes (uma das mais ricas da cidade), integrante do denominado bairro alto, consumia 23 vezes mais do que uma família típica de La Granja. Enquanto em 82% das casas do Bairro Alto havia refrigerador, 84% televisor e 65% máquina lavadora, em La Granja, nem 1 em mil das casas dispunha de algum destes artefatos.

Além disso, 82% dos moradores de La Granja não recebiam sequer a dieta alimentícia mínima indicada pelo Serviço Nacional de Saúde, levando 136 de cada mil crianças que nasciam na comuna a morrerem antes de completar 1 ano de vida. (GIUSTI, 1968, p.60-61) Houve a proposta oficial de mudá-las de lugar, para a comuna de Barrancas, mas com a pressão das famílias, a repercussão na imprensa e os meios legislativos, foi-lhes designada a zona onde se encontravam. Através de intensa pressão e negociação, os pobladores conseguiram a urbanização completa do lugar.

Outra mostra de que a situação política local somada à articulação dos trabalhadores em seus comitês de sem casa eram fatores decisivos para o andamento do processo de

ocupação está na formação de um dos setores da *población* La Legua, relatada por Rigoberto Fica, ex operário da Industria Têxtil Sumar:

Nós viemos pra cá porque era a única forma de ter uma casa nessa época. Isso foi uma toma e... esse terreno era de uma senhora. E ela tinha sem semear, sem fazer nada. Então, um vereador que era Sr. Luiz Cabezas, que era do Partido Socialista, me disse: “olha, em tal parte tem um lugar que a prefeitura viu que é de uma pessoa e essa pessoa não tem aí nenhuma ocupação. Poderíamos chegar lá, porque inclusive ele se pôs em contato com a senhora”. A senhora disse: “se vocês me pagarem”. [...] Então quase não houve toma, se fez tudo o que era trâmite... e eu era como um secretário desse grupo [comitê de sem casa].⁸⁶
[Tradução minha]

A esquerda não desenvolvia propostas de articulação das lutas cotidianas dos pobladores com seu projeto mais amplo de Libertação Nacional, não conseguindo visualizá-los como sujeito de ação coletiva ou como sujeito político capaz de atuar na transformação da estrutura social. Esta concepção começaria a mudar a partir da experiência de La Victoria. Os efeitos mais positivos dessa política se deram no sentido de difundir uma noção de “direitos sociais” que a esquerda estimulou no mundo dos trabalhadores chilenos. Em contrapartida, o movimento de pobladores conseguiria, pouco a pouco, ampliar entre a esquerda nacional a concepção em torno do conflito de classes e da luta contra o capitalismo.

A Democracia Cristã entre os pobladores

Mesmo com a atuação de militantes da esquerda, a Democracia Cristã se tornaria um dos principais agentes políticos entre os pobladores a partir dos anos sessenta. Tratava-se de um partido relativamente novo que cresceu junto com o movimento *poblacional*, através da sua inserção nas bases e de propostas políticas específicas para os problemas enfrentados pelas camadas populares. Isso se deu num contexto em que a DC tinha adquirido uma legitimidade incontestável (pelo fato, entre outros, do carisma do seu líder Eduardo Frei) e que a direita viu a possibilidade de a esquerda chegar ao poder.

A DC organizava comitês para recrutar bases sociais e conseguir participação popular nos planos de habitação. Diante do avanço da luta popular, o partido foi perdendo o controle político dos comitês, que começaram a exercer importante papel nas ocupações. O partido de centro formava estes grupos, principalmente, em *conventillos* e com aqueles que

⁸⁶ Depoimento de Rigoberto Fica à autora. Santiago do Chile, 18 de julho de 2010.

eram agregados em *poblaciones*, enquanto que os partidos de esquerda e as organizações operárias começavam, principalmente, nas fábricas e sindicatos.

Dentre as propostas da DC estava a de “Promoção Popular”, que visava “integrar os setores marginalizados da população chilena” à sociedade.⁸⁷ A originalidade desta proposta estaria na tentativa de solucionar o problema do imenso déficit habitacional vivido pela cidade de Santiago através da articulação das ações do poder público com este setor da população. Ao longo do governo de Eduardo Frei (1964-1970), a Promoção Popular desenvolveu mecanismos para canalizar as lutas dos pobladores nas vias institucionais. Para tanto, foram criadas ou simplesmente institucionalizadas as organizações que já existiam, como os Clubes de Mães e Juntas de Moradores, atuando como centros de articulação e discussão dos pobladores, “como superação da marginalidade e como incorporação”. (VANDERSCHUEREN, 1971, p.69)

Esta população, que tinha historicamente como formas de organização as Juntas de Moradores e Comitês de sem-casa, participou ativamente dos projetos governamentais como uma maneira de ver os seus problemas de falta de moradia ou de infraestrutura solucionados. Mas, ao longo desse processo, a DC não só não conseguiu solucionar a questão do déficit habitacional, como passou a enfrentar inúmeros conflitos com pobladores. Muitos se davam em função da questão organizacional nos acampamentos e *poblaciones* (que mesmo havendo bairros já constituídos por moradias populares, enfrentavam o problema da falta de recursos, como água, saneamento e energia), do conflito entre a luta autônoma requerida pelos moradores e a intransigência de um governo que os via como uma massa desorganizada, quando os pobladores recorriam às suas práticas de luta contra a morosidade das instituições nas resoluções dos problemas.

O trabalho de expansão da Promoção Popular se concentrou em três áreas: no desenvolvimento de uma rede de organizações de base, destinadas a contribuir para a “integração interna dos marginais”. Este processo foi referendado através da Lei de *Junta de Vecinos* e organizações comunitárias que concederia estatuto jurídico a estes grupos. A segunda atribuição da Promoção estava relacionada ao trabalho de “conscientização”, através da capacitação de moradores. E ainda nos “serviços”, que, segundo Espinoza (1988, p.294) foi um campo que incorreu no paternalismo, na medida em que limitava a

⁸⁷ Este tema será abordado mais detalhadamente no Capítulo III.

autoconfiança das organizações, que se constituíram em canais de recepção e distribuição de ajuda material.

Na proposta da DC, falava-se em participação receptiva da “sociedade global”, o que envolvia a necessidade de transformar a base econômica. E participar contributivamente nas estruturas decisórias requeria a transformação de grande parte da institucionalidade tradicional chilena. Nenhuma destas duas tarefas foi desenvolvida a fundo pelo governo democrata-cristão, o que abriu duas brechas através das quais o trabalho dos setores políticos da esquerda se fortalecia entre os pobladores. Essa inserção ampliava a mobilização dos sem casa em ocupações de terrenos, especialmente pela incapacidade do sistema para resolver estas demandas. E por outro, durante o governo da Unidade Popular, desenvolveria as formulações de um “poder popular”, que implicava numa nova forma de organização.

Os programas habitacionais, como a Operación Sitio, apareceram como a grande possibilidade de solução para o problema das famílias sem casa no Chile. No entanto, em dois anos de aplicação atingiu pouco mais de dez por cento das famílias inscritas, escancarando a defasagem entre as ofertas iniciais do governo e as expectativas dos pobladores. Este projeto passou a ser denominado pelos pobladores, ironicamente, como “Operación Tiza”, em referência aos terrenos que eram entregues sem a mínima infraestrutura, somente lotes demarcados com giz. As queixas dos pobladores se voltavam contra os trâmites burocráticos na CORVI, a insensibilidade do governo, as promessas não cumpridas, afirmando sempre a responsabilidade do Estado na solução do problema da moradia popular.⁸⁸

A dinâmica social no final da década de 1960 tomaria seus próprios rumos, a de ampla mobilização dos pobladores para obter terrenos e moradias na cidade, alterando não só os planos de habitação do governo, mas também as diversas previsões acerca da integração dos pobres da cidade. No contexto da crescente mobilização dos sem-casa no biênio 1969-1970 pouco importava estar organizado conforme a lei, em *Juntas de Vecinos*, e mais eficientes seriam os “comitês” e “comandos” de pobladores sem casa. Para se ter

⁸⁸ “Se inició traslado de callampas a sitios sin urbanización alguna”. *El Siglo*. Santiago, 27 de diciembre de 1968, p.4. “Denuncian condiciones de vida de nivel sub-humano” *Las Noticias de Última Hora*. Santiago, 10 de marzo de 1969, p.5. “800 familias dejadas a su suerte en “operación sitio”” *Las Noticias de Última Hora*. Santiago, 11 de noviembre de 1969, p.15. “2200 familias entregadas a su suerte en Conchalí: empezaron enfermedades.” *Las Noticias de Última Hora*. Santiago, 16 de noviembre de 1969, p.4.

uma ideia da intensidade que adquiriria a mobilização dos pobladores, em 1967, foram registradas 13 ocupações de terrenos urbanos em Santiago, enquanto que no ano de 1970, houve 103 registros na cidade.⁸⁹ Uma expressão disso foi a “Toma Violeta Parra” que mobilizou, em 1968, cerca de 5.000 pessoas. A resposta da política de integração cristã até o final do governo neste contexto de grande pressão popular foi a forte repressão, que culminou, por exemplo, no massacre de Puerto Montt, em 1969, que deixou 8 mortos e inúmeros feridos.⁹⁰

Os pobladores, por sua vez, participaram, na sua maioria, da institucionalidade que o Programa de Promoção Popular do governo Frei desenvolveu. Mas, desde o fim desse governo (1968-70), os sujeitos populares iniciaram um processo de ascensão nas suas mobilizações e começaram a ultrapassar a institucionalidade, responderam aos variados estímulos recebidos do Estado e dos partidos políticos, somando-as às suas próprias aprendizagens, desenvolveram múltiplas experiências de organização e politização, a partir das bases. Estes sujeitos sociais se fortaleceram e esta situação se expressou no aprofundamento dos conflitos trabalhistas, agrários e urbanos do país. A heterogeneidade com predomínio na colaboração, de início, deu passagem à heterogeneidade com ênfase no conflito, cenário que marcou o começo da década de 1970. (COFRÉ, 2007, p.36)

Com a dinâmica adquirida pelas lutas populares em torno da reivindicação habitacional, a questão da ocupação urbana passou a ser um dos principais eixos da luta social no Chile no período que antecedeu as eleições presidenciais de 1970. O que se assiste é uma reorientação na condução das principais organizações partidárias que fizeram deste tema uma questão central nas suas orientações.

Para os pobladores havia se aberto vias de ocupação e de conquista dos seus espaços. A iniciativa então foi passando das mãos do Estado às mãos dos próprios pobladores e da esquerda política que pressionaram ou impuseram ao Estado sua própria política de habitação: a ocupação extensiva da cidade através das “tomas de terrenos”. Mas a intensificação do conflito urbano não se dava no vazio, mas em um contexto de crescente politização que, como afirma Garcés, democratizava conflitivamente a sociedade na medida

⁸⁹O número de ocupações em propriedades urbanas que foi de 26 em todo o país, em 1969, atingiu a marca de 352 no ano seguinte. Cf. PASTRANA; THREFALL, 1974.

⁹⁰“Sangriento desalojo policial en Puerto Montt: seis muertos”. **Las Noticias de Última Hora**. Santiago, 9 de marzo de 1969, p.1. “La matanza de Puerto Montt.” **Punto Final**. Suplemento de la edición n.77. Santiago, 25 de marzo de 1969. “Diputado DC reconoce: se masacro a la gente en Puerto Montt.” **El Siglo**. Santiago, 1 de junio de 1969, p.1.

em que se havia posto em discussão o *status quo* e junto com isso os modos de construir a sociedade do futuro.

Nesta conjuntura, o que se observa é uma forte tendência mobilizadora dos trabalhadores que passaram não só a ocupar o espaço urbano, dando um novo ordenamento a ele a partir da sua iniciativa e organização e da pressão que passaram a exercer sobre os atores políticos, como também passaram a mostrar também uma importante transformação nas suas atitudes e nas suas relações. Esta mudança se expressaria tanto nas iniciativas encaminhadas a gerar mudanças sociais, políticas e econômicas, como no plano da identidade ou das formas de organização dos setores populares. Esta transformação deve ser entendida então como pressão social organizada frente ao Estado e como mudança nas formas de vida desse setor. (GARCÉS, 2002, p.337)

Esse processo, que apropriadamente Garcés (2002) e Pinto (2001) interpretam como uma etapa de politização, já esboça muitos dos elementos que vão orientar as ações dos trabalhadores durante o governo da Unidade Popular. Já que essa politização se fundava numa visão classista da sociedade e exacerbou a luta de classes como condição para corrigir os problemas sociais e se articulou em torno da esquerda no período de 1970 a 1973 numa relação de influência mútua.

Participavam destas dinâmicas organizativas os partidos de esquerda, particularmente o PC e o PS, desde, pelo menos, os anos quarenta. O que se assiste ao final dos anos sessenta é a forte vinculação do *Movimiento de Izquierda Revolucionario* (MIR) com as organizações de pobladores. O MIR surgiu no movimento estudantil de Concepción e iniciou o seu trabalho junto aos setores populares, em 1969. Adotando métodos de ação que convergiam mais à pressão e ao enfrentamento do que à negociação com as autoridades, sua estratégia de luta armada começou pouco antes, através da realização de uma série de assaltos bancários. Sua estratégia revolucionária tinha como base discursiva a luta armada para a conquista do poder. Assim, as experiências de politização que propiciaram junto aos movimentos dos trabalhadores estimularam a germinação de poder alternativo e popular e de estímulo ao enfrentamento com as instituições e com as classes dirigentes.

Os acampamentos e a radicalização do discurso político

A formação e o desenvolvimento dos acampamentos consistem na principal expressão desta nova fase atingida pela luta popular urbana entre os trabalhadores chilenos. A partir deste novo fenômeno urbano, os pobladores experimentaram importantes avanços na sua forma de vida, nas suas relações, identidades e tipos de organização e ao mesmo tempo na sua relação com o Estado. As suas demandas e mudanças tiveram um caráter revolucionário, já que passaram a se vincular com projetos de transformação geral da sociedade e tenderam a favorecer o fortalecimento de uma identidade coletiva dos pobladores. Houve um estímulo às relações de solidariedade entre eles e de enfrentamento com as classes dominantes, ao mesmo tempo em que motivaram o desenvolvimento de uma organização comunitária permanente que buscasse resolver os problemas imediatos dos pobladores. (COFRÉ, 2007, p.13)

O acampamento era resultante de uma ocupação massiva e concertada, sobre uma base organizada antecipadamente pelo acordo de vários comitês de sem casa. Essas tomas quase sempre eram dirigidas por uma força política. No I Congresso dos Sem Casa, em abril de 1970, sob a presidência de Víctor Toro, uma das principais lideranças populares de Santiago, forjou-se de fato o termo *Campamentos*, com o qual passaram a ser denominadas estas novas unidades residenciais, formadas em conflito aberto e permanente com a legalidade e estritamente organizados por militantes políticos.

Este “estilo” dos acampamentos miristas (MIR) marcou um salto qualitativo no movimento de pobladores, na medida em que permitiu o desenvolvimento de formas coletivas de direção, organização das lutas e trabalho, e as outras formas assentamentos foram influenciadas por essa imagem criada.

A convocação de um Congresso de Pobladores estabelecia elementos que inspirariam novos acampamentos e definiriam um novo discurso político que se tornaria corrente nas organizações de pobladores a partir de então, identificando nos pobladores “uma parte importante do potencial revolucionário” do povo chileno. Este grupo revolucionário estabeleceu suas lideranças e métodos de ação e organização, acolheram, potencializaram ou modificaram tradições organizativas dos pobladores associando-as com o debate político.

Por outro lado, o projeto democrata-cristão visava um maior esforço para constituir aos pobladores, a partir do Estado, em um sujeito social reconhecido, teoricamente sustentado e juridicamente estabelecido. Os anos sessenta selaram a aprendizagem dos pobladores no que se refere a organizar suas demandas frente ao Estado, legitimar socialmente a luta pelo seu direito a um terreno e à casa própria. O que ocorreu é que no contexto da mobilização social os aspectos legais da organização social podiam ocupar um lugar secundário. Isso não quer dizer que a ação do Estado não fortaleceu ao movimento dos pobladores, ao contrário, junto a outros fatores da conjuntura o projetou estrategicamente para encarar o déficit habitacional. (GARCÉS, 2002, p. 338-339)

Neste sentido, as ações do Estado e da Igreja contribuíram significativamente para ampliar e fortalecer as dinâmicas organizativas *poblacionales*. No entanto, historicamente, além deste enorme esforço estatal para organizar os pobladores, estes vinham ensaiando suas próprias práticas organizativas desde muito antes que a lei sancionasse sua existência jurídica, e as práticas organizativas geradas nos acampamentos demonstraram o fortalecimento do movimento pela experiência vivida.

O desencontro entre a política governamental de integração social e as reais demandas e expectativas populares teve o seu marco no ano de 1967, no qual se assistiu à Toma Herminda de la Victoria, considerada um passo importante da retomada das ocupações de terrenos e dos novos meios de organização local, após a grande mobilização dos anos cinquenta. A toma de La Herminda não foi a única *toma* importante, mas revelou uma capacidade organizativa e de mobilização que demonstravam o fortalecimento do movimento de pobladores. Além disso, os organizadores começaram a questionar a suposta hegemonia que havia atingido a DC no mundo poblacional.

Para Vicente Espinoza (1988, p.282), a *toma* La Herminda marcou o ponto de quebra dessa hegemonia. O incremento do recurso à toma no último triênio do governo Frei demonstraria isso. A organização promovida pelo Estado representava agora uma demanda tão grande que já não podia ser absorvida, e foi onde a esquerda encontrou um espaço. Sem dúvida, o processo e as estratégias adotadas tinham como referência o sistema político. Os pobladores se organizaram diante de uma proposta surgida do sistema institucional, e na medida em que não tinham suas demandas atendidas, buscaram respaldo em outros agentes

do sistema. A politização e ideologização do movimento através dos vínculos agora mais estreitos com os partidos da esquerda, também ficam mais evidentes.

A toma de La Herminda foi organizada pela Agrupación Comunal de Pobladores de Barrancas y Quinta Normal, de longa trajetória na comuna, fundada em 1959, e que dava continuidade ao trabalho de suas antecessoras, como a Agrupación de Comités de Adelanto de Quinta Normal y Barrancas, de 1948. Estes grupos se propuseram a trabalhar pelo progresso das *poblaciones*, no controle de loteamentos irregulares e na organização interna destas unidades. O discurso dos pobladores e dirigentes do Comitê de Barrancas denota uma clara posição esquerdista e de questionamento aos trâmites legais para a obtenção de moradia.

Esta ocupação movimentou durante toda a madrugada a população, que além de carregar os pertences, acender fogueiras para se proteger do frio e levantar as barracas, enfrentou as forças policiais que já tentavam desocupar os terrenos. Contra a desocupação, os pobladores contaram com o forte apoio de parlamentares comunistas, como Orlando Millas, e socialistas, como Laura Allende, Carlos Altamirano e Salvador Allende. Entre os diversos confrontos com a polícia e tentativas de negociação, o acampamento ia se consolidando, através do esforço e da solidariedade, como a ajuda de bombeiros, que levavam água para os moradores, vizinhos que preparavam chá e café, e delegações de outras *poblaciones* que chegavam com doações de roupas e alimentos. Os moradores, por sua vez, organizaram uma junta de vigilância para impedir incêndios, brigas e furtos, assim como para controlar a entrada de álcool ou moradores embriagados. Para comprar remédios ou instalar latrinas, eram realizadas coletas de dinheiro.

Menos de dois anos depois, a mesma região de La Herminda viveria outra grande ocupação que teria traços ainda mais marcadamente ideológicos, expressos nas disputas entre as lideranças locais. A toma Violeta Parra, em fevereiro de 1969, foi muito expressiva da nova realidade que estava se constituindo ao final do governo de Frei e em torno da conjuntura eleitoral de 1970.⁹¹ Primeiro, as expectativas geradas pela Operación Sitio estavam se tornando incontornáveis pelo governo, no sentido de que a pressão dos pobladores estava aumentando.

⁹¹ “6 mil sin casa ocuparon sus sitios.” *El Siglo*. Santiago, 10 febrero 1969, p.3.

Segundo, estava se gerando também uma crescente politização dos pobladores, de tal modo que já não só a esquerda, mas também o próprio partido do governo começaria a participar na organização dos sem casa e em sucessivas *tomas* de terrenos. Terceiro, no conflito urbano que cresceria e se estenderia pela cidade, o governo se moveria entre o recurso à repressão policial das *tomas* – com base no argumento de que elas transgrediam a lei – e a negociação direta com os pobladores, que envolvia dirigentes comunitários, diversos parlamentares e principais autoridades do Ministério da Habitação.

Sob este último aspecto, é importante observar que este recurso às ações legais e ilegais tornava-se prática também dos representantes da esquerda, como podemos notar na participação de Francisco Pizarro, do Partido Socialista, e Secretário Nacional do Departamento de Habitação, que afirmou:

Nós orientamos este movimento, respondendo a uma solicitação dos próprios pobladores, e de acordo com o que foi aprovado no Congresso de Chillán do PS, no sentido de não respeitar as normas tradicionais da Constituição burguesa, e confiando no poder criador da classe trabalhadora.⁹² [Tradução minha]

Nesta declaração, Pizarro refere-se ao Congresso realizado pelo Partido Socialista que, com o efeito da ameaça democrata cristã sentida pelos socialistas, definiu uma tendência que defendia a necessidade do confronto de classes e da insurreição popular como a única possibilidade de construção do socialismo no Chile. O documento de 1965 assegurava que as “condições objetivas” para a revolução chilena já estavam dadas, e que o problema residia nas “condições subjetivas”. Era necessário preparar o partido para a “inevitabilidade do confronto”. No Congresso de Chillán, o partido declarou-se marxista-leninista e adotou o centralismo democrático, afirmou-se como vanguarda da classe trabalhadora e um partido de classe, além de enfatizar o caráter continental da revolução.⁹³

Quando foi efetivada a aliança da Unidade Popular, o processo de ocupações foi acelerado com uma importante participação dos partidos Socialista e Comunista, formando, por exemplo, o acampamento Unidad Popular, na região de La Florida. Estes acampamentos articulavam a luta por moradia com a estratégia política de formação dos comitês da Unidade Popular, que eram órgãos de mobilização de base criados durante a

⁹² PIZARRO, Francisco. Un ejemplo de combate popular. In: **Punto Final**, Santiago, Año II, Martes, 25 febrero, n.75, 1968, p.26.

⁹³ Em 1969, Raul Ampuero, um dos defensores da tese insurrecional, teceu duras críticas aos comunistas e a Allende, denominando-os de eleitoreiros; além de acusar o Comitê Central de abolir a democracia interna. O dirigente havia sido expulso do partido, em 1967, possivelmente, por disputas pela liderança. Suas críticas estão no seu livro **La izquierda en punto muerto** de 1969. Esse tema será abordado no Capítulo III.

campanha eleitoral. Neste momento é que se nota uma reorientação das práticas da esquerda partidária em relação ao movimento de pobladores, no sentido de concebê-los como agentes políticos e estabelecerem uma aliança estratégica com vistas à implementação de um novo projeto político.⁹⁴

Como afirma Castells (1983, p.436), os acampamentos adquiriram um importante significado social por sua concentração no tempo e no espaço, por sua especificidade no quadro do processo de transformações sociais, já que escancarava o nível mais baixo do consumo individual e coletivo, aproximou-se dos agentes políticos, ao mesmo tempo em que afrontava um sistema institucional e uma estrutura social que não podia tolerá-los. Assim, o acampamento se configura para nós como um terreno importante para a análise dos aspectos da mudança social e do desenvolvimento da organização e da identidade coletiva dos trabalhadores.

As condições em que surgiam os acampamentos os colocavam em contradição com muitos dos aspectos da ordem social, o que os obrigava a recorrer a formas diversas para resolver os problemas da vida cotidiana, evoluindo, inclusive para uma normalização social própria, que incluía questões relacionadas desde a vigilância até a educação. Isso se tornou a semente de novos modos de vida e de novas relações.

Este novo modelo de organização tentava aglutinar os diversos grupos de pobladores, não só de Santiago. Assistiram ao Congresso Provincial de Pobladores representantes de outros 7 acampamentos de Santiago, de 32 comitês de sem casa da cidade, delegações de Puerto Montt, Talcahuano e Concepción, assim como estudantes universitários e dirigentes sociais e políticos, entre os quais se destaca Clotario Blest, ex presidente da CUT, um dos fundadores do MIR e do comitê dos sem casa.

A proposta do Congresso foi a de intensificar o recurso às *tomas* de terrenos como principal forma de luta dos pobladores. Por outro lado, se estabeleceu a conexão entre “interesses imediatos e interesses de classe” e a discussão orientou-se para a necessidade de definir as causas da totalidade dos problemas dos trabalhadores, entre os quais, a habitação.

O acampamento 26 de Enero teve início na ocupação ocorrida em janeiro de 1970, nas mesmas condições da maioria dos processos citados: pobladores que estavam

⁹⁴ Em 1971, o número de moradores de acampamentos atingiu 300 mil; pessoas que um ano antes viviam em *callampas* e *conventillos*. Cf. CASTELLS, 1974, p.271.

aguardando uma solução da CORVI decidiram ocupar terrenos pertencentes a esta instituição.

O discurso inaugural de Víctor Toro, líder do acampamento “26 de Enero”, era evidentemente o “discurso da revolução”, da mudança revolucionária socialista, que entrava em polêmica com o discurso da “via chilena ao socialismo”, que proclamava a Unidade Popular, e em especial, o Partido Comunista chileno. Era, sem dúvida, uma das principais “novidades” que o discurso mirista incorporava à sociedade chilena de fins dos anos sessenta, que se distanciava da tradição de negociação institucional que o PC promovia entre os pobladores e, principalmente, inseria a luta pela moradia dentro de uma pugna anticapitalista mais ampla. (GARCÉS, 2002, p.413)

O discurso político de conflito também começava a tomar nova forma, como demonstra o excerto desta carta enviada à Revista Punto Final, denunciando a existência de um esquadrão da morte que estaria perseguindo a pobladores, e onde é possível constatar também, o repasse de dinheiro aos acampamentos pelo MIR, advindo das práticas de assaltos a bancos praticados pelo grupo:

[...] Os pobladores farão justiça, tomarão os terrenos e castigarão aos inimigos do povo. Senhores banqueiros, o dinheiro que os companheiros do Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) nos entregaram foi o que vocês nos roubaram diariamente. **Expropriar o rico não é delito! Casas ou morte!**⁹⁵ [Tradução minha] [Grifos meus]

Inicialmente, o acampamento não apresentava muitas diferenças em relação a outras tomas, pois ainda tentava-se estabelecer a negociação com as autoridades do governo. No entanto, estas tentativas eram consideradas meros trâmites burocráticos que dificilmente levariam a resultados satisfatórios. De todos os modos, é evidente que se estava assistindo à emergência de um novo discurso entre os pobladores. O exemplo do enfrentamento difundido pelos pobladores do acampamento “26 de Enero” e a definição de um discurso político pautado no reconhecimento dos interesses de classe podem ser notados na declaração que pobladoras fizeram enquanto estavam em greve de fome e acampavam em frente ao Congresso Nacional, exigindo resoluções acerca de terrenos ocupados:

Nosso candidato é um espaço. E a nossa tarefa é criar a sociedade socialista. Daqui mandamos saudações revolucionárias a nossos companheiros [...] Porque somos operárias, e os operários não têm direito nem a ir ao banheiro [Não lhes foi permitido usar o banheiro do Congresso], nem a uma casa, nem a nada. Os folgados sim, para eles há terrenos e apartamentos, enquanto nós vivemos

⁹⁵ TORO, Víctor. “Proceso a una clase”. **Punto Final**, Año IV, Martes, 14 de abril, 1970, p.33.

afundados na merda, sem teto, nem escola, nem policlínica. Mas a sangue e fogo temos que ir ganhando, como na “26 de Enero”.⁹⁶ [Tradução minha]

O que se observa é que o discurso e a prática do MIR adquiriam cada vez mais força entre os pobladores, pois respaldavam uma tradição presente entre eles dentro de uma conjuntura em que o poder público, mantendo um modelo político e social excludente já não respondia satisfatoriamente às suas crescentes demandas. Também houve maior distanciamento com relação aos mecanismos institucionais, especialmente quando estes novos acampamentos conseguiam apoio de grupos diversos para auxiliar nos serviços internos. Como, por exemplo, quando os pobladores do acampamento não conseguiram atendimento médico em um dos hospitais da região, obtiveram o apoio de uma equipe médica para atender gratuitamente na policlínica do próprio acampamento.⁹⁷

Outros trabalhadores, mesmo não vivendo nestes acampamentos, contribuíam na sua estrutura, como Carlos Massalin, que trabalhou na toma que se chamaria mais tarde acampamento “Fidel Castro”, como vemos em seu depoimento:

Nesta época eu estava em Renca, porque nesta época eu trabalhava em acampamentos, em *toma* de terreno. [...] Eu, em toda a minha vida, estive metido em trabalho social. Eu fazia trabalho social no norte, como estudante do Liceu. E ao chegar aqui em Santiago, nós íamos jogar bola na Vicuña Mackenna, [...] que nessa época havia muitos campos de futebol e nos fins de semana eu ia jogar lá. Então, no começo dos anos setenta, indo jogar lá, próximo de uma *toma* [...] tinha uma *toma* de pobladores e estavam cortando árvores para fazer latrinas, então nós fomos ajudá-los. Eu comecei a ajudar a construir as latrinas, e eu tinha conhecimentos de primeiros socorros, básico, e comecei a participar da parte de saúde desse acampamento. Eram 2700 famílias, um acampamento grande. Nós começamos a organizar com as mulheres a parte sanitária, dividimos o acampamento em quatro setores [...] ⁹⁸ [Tradução minha]

O grau de organização interna era evidente na estruturação básica do local, que contava com a instalação de luz elétrica, através de ligações clandestinas, com uma policlínica e com um centro cultural; na distribuição de cerca de mil refeições coletivas diárias através das *ollas comunes*, que eram feitas com a colaboração das feiras livres da área.⁹⁹ No âmbito da educação, a experiência de autogestão na escola foi instrumento de pressão para atrair a atenção do Estado para o problema educacional. Destacam-se experiências de acampamentos onde a alfabetização foi empregada como instrumento de

⁹⁶ “Sin casa doblan la mano al gobierno”. **Punto Final**, Año V, n.112, Martes, 1 de septiembre, 1970, p.7.

⁹⁷ ‘Dice Victor Toro: “Campamento ‘26 de Enero’ mostro un método de lucha”.’ **Las Noticias de Ultima Hora**. Santiago, 7 de mayo de 1970, p.5.

⁹⁸ Depoimento de Carlos Cortez Massalin à autora. Santiago do Chile, 04 de junho de 2009.

⁹⁹ “Acción directa de los sin casa.” **Punto Final**, Año IV, n.98, 17 de febrero, 1970, p.31.

educação política. O acampamento Nueva La Habana, que figura como o maior exemplo de organização sob influência mirista estabeleceu a partir da sua Frente de Cultura a educação para crianças e adultos no acampamento com a aplicação do método Paulo Freire.

Seguramente, a grande inovação destes acampamentos incidia na organização das Milícias Populares, que surgiram da prática das guardas de vigilância que se formavam habitualmente nas *tomas* para proteger os terrenos. Elas tiveram o seu desenvolvimento discursivo e material nos acampamentos, na aplicação de normas e sanções aos pobladores.

A situação de ilegalidade objetiva dos acampamentos obrigou-os, sobretudo na primeira etapa, a estabelecer um aparelho de autodefesa, contra uma eventual agressão policial, e a criar um sistema próprio de prevenção e de repressão da marginalidade, capaz de ser ao mesmo tempo juiz e árbitro nas desavenças devidas à vida comum no acampamento: guarda, comitês de vigilância e/ou milícias populares, estritamente ligadas à evolução do acampamento, adquiriram uma autoridade particular numa situação de confronto, mas perderam-na uma vez superada esta situação. (CASTELLS, 1983, p.439)

A experiência da justiça popular não se traduz apenas pelo aparecimento de novos órgãos de poder, mas também pela emergência de uma nova justiça embasada na afirmação de valores sociais, como na definição de alguns delitos; proteção de valores coletivos e individuais, que a lei relega à esfera privada. Como já ocorria em outros assentamentos, o álcool era proibido, e em outros, proibia-se a entrada daqueles que chegavam embriagados. Esta era uma questão muito séria para os pobladores, que se justifica especialmente pelas experiências negativas vivenciadas pelas famílias devido à convivência com o uso abusivo do álcool na cultura operária. Elemento que tem a ambigüidade de reproduzir o disciplinamento da classe, mas ao mesmo tempo também de exercer a organização interna e evitar a ingerência da força do Estado na vida do acampamento.¹⁰⁰

A criação das milícias tinha como fundamento a concepção mirista em torno da polícia como protetora da propriedade privada, entendendo, portanto, que os pobladores só poderiam ser tratados pelo corpo armado do Estado com repressão; além de entenderem que a vida nos acampamentos requeria um controle da ordem em prol do bem comum dos pobladores. As milícias deveriam estar a serviço das organizações do acampamento e se instruírem politicamente. (COFRÉ, 2007, p.56)

¹⁰⁰ “Seis mil personas en peligro de muerte.” **Las Noticias de Ultima Hora**. Santiago, 19 de Julio de 1970, p.2.

O discurso de Víctor Toro, referindo-se aos problemas dos acampamentos e *poblaciones*, como alcoolismo, prostituição, jogos de azar, chama a atenção para a necessidade de mudanças e da construção do homem novo. Suas palavras inserem no discurso político do movimento por moradia a necessidade da transformação cultural dos trabalhadores para a construção de uma nova sociedade:

Os pobladores conhecem perfeitamente a existência de muitos problemas dentro dos acampamentos e *poblaciones*. O alcoolismo, causador de crimes de todo tipo, os jogos de azar com seus vícios, em alguns casos a prostituição, etc., constituem uma constante ameaça para a classe operária. Nos grupos humanos marginalizados da educação e da cultura, explorados pelos capitalistas, mergulhados na miséria e no desespero da fome é fácil entender a existência de tais problemas. No entanto, nem por isso podemos justificá-los e permanecer passivos diante deles. Estamos lutando para formar uma sociedade socialista para homens novos no sentido total da palavra. Este trabalho já começou, e com ele devemos prestar atenção na retificação de todos os erros. Dentro dos acampamentos e *poblaciones*, as assembléias gerais de pobladores deverão aprovar códigos de justiça, fixando normas com suas correspondentes sanções, que as milícias populares se encarregarão de fazer cumprir fielmente.¹⁰¹
[Tradução minha]

Somavam-se a estas milícias principalmente jovens desempregados que assumiam funções de controle da entrada no acampamento, serviços como construção de latrinas, disposição do lixo, *olla* comum, etc. As milícias se converteram no principal referencial da organização local, expressavam então a tentativa de resolver ou administrar de maneira inovadora uma série de problemas que se apresentavam nos acampamentos e no setor *poblacional* em seu conjunto.

Elas se converteram numa das principais organizações do acampamento, levando para o espaço da decisão coletiva questões de âmbito privado, estabelecendo assim novos modelos de relações sociais naquelas comunidades. Por exemplo, situações de brigas de casais ou entre pobladores que eram debatidas em assembléias, e que podiam ocasionar a expulsão dos envolvidos do acampamento em caso de não aceitação da deliberação coletiva. Ao mesmo tempo, as milícias expressavam os anseios dos setores políticos envolvidos nestas mobilizações, para quem elas representavam os germes de um futuro socialista e um meio de resistência ao capitalismo.

¹⁰¹ “Los sin casa de Santiago hacen oír su protesta”. *Las noticias de la Última Hora*, 28 de Marzo, 1970, p.5.

Os acampamentos e “uma nova maneira de viver”

A radicalização do movimento de pobladores exercia a sua pressão sobre a Unidade Popular, que à época já fazia sua campanha. As cobranças se davam no sentido de articular as propostas com a realidade dos trabalhadores, que viviam em condições precárias, por vias que fossem diferentes das adotadas pelos governos até então. Exigia-se também a incorporação ao projeto da UP de elementos inseridos pelo MIR nos acampamentos:

Nossa experiência nos indica que os partidos da esquerda tradicional, reunidos na Unidade Popular, não compreendem estas ideias novas, estes métodos revolucionários. Não entendem, por exemplo, que estas mobilizações massivas criam as ideias e dão a oportunidade ao povo de resolver uma série de problemas que a burguesia não resolveu nem jamais poderá fazê-lo. Por exemplo, o roubo, os jogos de azar, o alcoolismo, as brigas entre pobladores, a limpeza de cada moradia e do acampamento em geral, etc. O povo, através das milícias, assume responsabilidades e aprende a utilizar sua própria capacidade. Daria muito o que pensar aos golpistas se a campanha da Unidade Popular fosse levada nesses termos.¹⁰² [Tradução minha]

Ao analisar o discurso revolucionário adotado pelos pobladores miristas, Espinoza (1988, p.317) afirma que a elaboração de um discurso totalizador acerca da sua realidade não era feita pelos pobladores enquanto tais, mas enquanto militantes de um ou outro partido. Cumpria-se desta maneira o objetivo estabelecido inicialmente com o trabalho *poblacional*: os pobladores se transformavam em “combatentes pelos direitos do povo”, e que assim o problema é que não tenha se constituído nesse caminho uma identidade de poblador. Entendemos, no entanto, que essa etapa marcava uma fase de politização, na qual o discurso dos pobladores se tornou mais complexo na medida em que se articulou com questões mais gerais e amplas da luta da classe trabalhadora.

O Primeiro congresso provincial de pobladores tinha como objetivo expandir a experiência do acampamento 26 de Enero. O desenvolvimento deste novo tipo de organização e politização dos pobladores em Santiago procurou se transformar em um referencial sócio-político e se expandir pela capital e o país. Para isso, os dirigentes do acampamento organizaram o encontro de pobladores. Nele se evidenciou a diferença nas postulações e na posição frente ao Estado. Por outro lado, críticas da esquerda institucional, principalmente do PC, eram dirigidas ao MIR, acusando-o de divisionista. As diferenças entre ambos evidenciaram que a experiência do acampamento 26 de enero havia se tornado um referencial para outros pobladores.

¹⁰² “Tomas de terrenos seguirán en Santiago”. **Punto Final**, Año IV, n.109, Martes, 21 de Julio, 1970, p. 29.

Ainda que a influência do MIR não tenha sido hegemônica entre os acampamentos, o movimento exerceu forte influência sobre estes setores. A forma de organização adotada pelo MIR em conjunto com as bases, suas ações diretas e, possivelmente, a forma de se dirigir aos trabalhadores, abrindo uma clara perspectiva de conquista a partir das suas próprias ações, foram elementos que contribuíram para atrair um grande contingente para as suas fileiras.

Os acampamentos Elmo Catalán, Fidel Castro, Ranquil, 26 de Julio são alguns dos exemplos da nova experiência que trazia a organização mirista entre os pobladores. As formas de vida, de relações e de organização se transformavam e se desenvolviam através de mobilizações mais intensas, através das ocupações de terrenos, das marchas, barricadas e *tomas* de repartições públicas para exercer pressão sobre o Estado. E internamente, com as conversas, assembleias e reuniões que se politizavam cada vez mais, transformando a percepção daqueles sujeitos em torno dos problemas e objetivos da luta.

Os depoimentos dos trabalhadores que vivenciaram este processo nas suas trajetórias retratam o significado desta experiência:

[...] Eu participava porque tomei como um compromisso. Foi tão linda a experiência da Nueva La Habana, não sei... havíamos sofrido tanto antes de chegar aqui; aprendemos tanta coisa e o mais lindo é que a organização do acampamento fazia com que todos os pobladores fôssemos como uma só família. [...] todos estávamos por uma mesma coisa. [...] Todos defendíamos a *población* como se fosse tudo de um.¹⁰³ [Tradução minha]

A partir do depoimento de Laura, que havia participado de comitês de sem casa antes de tornar-se moradora do acampamento Nueva La Habana, é possível compreender as mudanças que se davam na identidade e na forma de conceber a luta cotidiana, concepção na qual o problema da habitação passava a ser visto como parte de um sistema desigual e a luta entendida de forma coletiva. Nos discursos dos moradores, o *nós* é um elemento significativo dessa identificação, fruto de um forte senso de identidade comunitária.

Foi a partir destas experiências que se deu o nascimento do acampamento Nueva La Habana, que se transformou num símbolo dessa nova forma de vida e de resistência. Santimiano Roa, operário da construção que havia vivido em *conventillos* nos relatou também o significado que teve em sua vida a experiência em Nueva La Habana:

¹⁰³ Depoimento de Laura. In: **La organización fue como nacer de nuevo**. Santiago: Taller de Acción Cultural, 1986. *Momio* era a expressão pejorativa utilizada para designar os burgueses. Retomaremos o tema no capítulo IV.

Eu gostei porque havia uma organização que te acolhia [...] uma disciplina que cativava as pessoas, o companheirismo que havia. A disciplina que ninguém podia entrar no acampamento se vinha “*tomado*”. [...] Nada de brigas, não se podia levantar a voz para uma mulher, era bem estrito nesse sentido.

Com família ser solidário é outra coisa que ser solidário com outras pessoas [...] e eu gostei. Gostei do trato político que havia nesse tempo, como era o movimento, como se atuava quando tinha que ser solidário... Isso me impactou no fundo...¹⁰⁴

[Tradução minha]

Além da vigilância e do disciplinamento interno, em geral associados ao trabalho das milícias dos acampamentos, quase todos os demais aspectos da vida comunitária passavam por deliberação e trabalho coletivos, tornando esses assentamentos muito mais equipados do que as *callampas*, por exemplo. As atividades dos acampamentos se articulavam em três frentes, sendo elas, as mobilizações de pressão sobre o Estado – que depois da vitória da UP também se mesclou com manifestações de apoio – a organização da vida interna do acampamento e o trabalho de formação política.¹⁰⁵ Assim, o trabalho era dividido entre os moradores em atividades que envolviam desde a limpeza das latrinas coletivas até o trabalho nas Frentes de Saúde.



“Nuestra lucha es más grande que la casa, es por la revolución socialista”. Fonte: CONGER, Amy. **Bienvenido to Nueva Havana**. Santiago Chile, 1972 and 1973. Colorado: Nolvido Press, 2010, p.6.

Para possibilitar a incorporação da grande massa presente nesses acampamentos ao processo de debate, de deliberação e de controle sobre os diversos temas internos, como saúde, educação, disciplina, vigilância, trabalho, etc, o assentamento era organizado por

¹⁰⁴ Depoimento de Santimiano Roa à autora. Santiago do Chile, 25 de setembro de 2011.

¹⁰⁵ “Comités de UP: barricadas para defender la Victoria”. **Las Noticias de Última Hora**. Santiago, 1 de noviembre de 1970, p.2.

meio de um esquema de divisão territorial em unidades básicas, os *Comités de Manzana*. Dessa forma, cada quarteirão passou a ter membros representantes nos comitês para que ninguém fosse excluído do trabalho ou das decisões.

Os dirigentes do acampamento Ranquil, sob a condução do MIR, por exemplo, quiseram demonstrar aos pobladores, de forma bastante primária, o que era uma sociedade socialista: implementaram estatutos de disciplina que não permitia que os homens batessem nas companheiras, que houvesse roubo entre os trabalhadores, que houvesse pessoas sem fazer nada todo dia dentro do acampamento, organizaram brigadas sanitárias, milícias e brigadas de trabalhadores voluntários. (COFRÉ, 2007, p.80)

Assim como as atividades diárias, a solução dos problemas internos e a organização das atividades, bom como o exercício diário de formação política tinham o seu espaço nas assembleias, onde “todas as pessoas tinham voz e voto”. Sobre o trabalho no acampamento Nueva La Habana, o depoimento de Hilda denota algumas das tarefas:

A gente trabalhava, cooperava muito bem. [...] Limpar dentro... cada poblador dentro do seu quarteirão. Isso quase sempre as mulheres faziam: varrer, juntar o lixo, e os homens se encarregavam de recolher com pás, jogar nos carrinhos e ir jogar fora. E todo esse tipo de coisas, a gente aceitava e trabalhava. Sei lá, tem que arrumar a luz pública, mudar os fios que estão ruins. [...] E a gente fazia.¹⁰⁶
[Tradução minha]

Além dos direitos, a cultura da vida comunitária era pautada nos deveres de cada morador. Muitas das atividades eram obrigatórias, como a participação nas reuniões e o cumprimento da tarefa designada a cada grupo ou membro. Santimiano nos detalhou aspectos da organização e rotina internas:

Foi organizado até um corpo de bombeiros dentro do acampamento, eu também integrei o corpo de bombeiros aqui... Colégios, trouxeram quatro classes de ônibus, daí instalaram as mesas e as cadeiras e lousa e aí tinham aulas. Ou seja, tínhamos escola dentro do acampamento, mas com ônibus velhos. Latrinas, tínhamos que fazer para poder ter onde fazer as necessidades. [...] Daí também as organizações. Cada quarteirão tinha sua latrina, repartiam suas latrinas, 6 e 6 para homens e mulheres. E essas latrinas tinham que ter a limpeza. Como se dividia a limpeza: na quadra tinha sessenta e tantas pessoas, a 3 pessoas lhes tocava as latrinas na segunda-feira, na terça-feira, a 5, 6 ou 7 latrinas, na quarta, quinta sexta, sábado e domingo, outras... Ou seja, nunca ficava a latrina suja, sempre, sempre estava a limpeza. E se não, se a pessoa não cumpria [...] nas reuniões lhe passavam um *raspacacho* [advertência].¹⁰⁷ [Tradução minha]

¹⁰⁶ Depoimento de Hilda. **La organización fue como nacer de nuevo**. Taller de acción cultural, Santiago, 1986, p.75.

¹⁰⁷ Depoimento de Santimiano Roa à autora. Santiago do Chile, 25 de setembro de 2011.

No acampamento Nueva La Habana, a Frente de Saúde é um dos exemplos de trabalho coletivo que se consolidou através da mobilização local, que além da tarefa diária dos moradores no atendimento aos demais, principalmente com trabalho das mulheres, incluiu a construção de uma policlínica. Esta funcionou em parceria com o governo da UP, que encaminhava médicos para trabalharem no acampamento. Alguns dos profissionais, inclusive, demonstraram resistência para enquadrar-se na organização comunitária e, principalmente, à prática da deliberação coletiva e igualitária.

A Frente de Cultura, que promovia atividades criativas, como o teatro, e a Frente de Educação, consistiam em braços importantes do trabalho de educação política e do fortalecimento da identidade coletiva entre os moradores. As escolas, que funcionavam em carcaças de ônibus no acampamento, tinham aulas que retratavam a história dos trabalhadores desde as primeiras organizações mineiras, a trajetória de luta dos pobladores, os problemas do campo e a vida dos trabalhadores rurais, e outros temas sociais. As peças teatrais recorriam a símbolos, histórias e personagens associados à luta operária e da esquerda.



Ônibus escola ao fundo. CONGER, Amy. *Bienvenido to Nueva Havana*. Santiago, Chile, 1972 and 1973. Colorado: Nolvido Press, 2010.

Dentre as atividades políticas, havia também aquelas realizadas fora do assentamento, que envolviam a ajuda a outros acampamentos, marchas e manifestações:

Se fazia assembleias quase todos os dias porque tinha que organizar marchas ao centro, pra ir brigar por terreno... e cartazes, tinha que pintar cartazes... uma infinidade de coisas que tinha que reunir, tinha que sair. [...] E se dava a informação por alto falante todas as atividades do dia. “Tem uma marcha companheiros, tem que trazer tinta, quem tiver tinta, quem tiver tela, quem tiver paus, tem que trazer pra se preparar pra marcha”.¹⁰⁸ [Tradução minha]

Dentro do sistema de organização, além das milícias populares, considerada uma das principais inovações na organização social trazida pelos acampamentos, a Frente de Trabalho pode ser apontada como um dos principais elementos da transformação social que representavam a vida nestes assentamentos.

O eixo desta transformação estaria, especialmente, sob dois aspectos que são, primeiramente, uma demonstração prática do rompimento com uma divisão ideológica praticada por diversas tendências políticas entre o “poblador” e o “trabalhador” como sujeitos distintos, passando a atuarem num projeto político enquanto classe trabalhadora contra os efeitos do sistema capitalista sobre as suas vidas. Nessa proposta da Frente de Trabalho, os trabalhadores passaram a exigir que a construção das suas moradias definitivas permitisse solucionar, ao mesmo tempo, o problema habitacional e do desemprego.¹⁰⁹

Em segundo lugar, por meio da ação dessas brigadas, os trabalhadores ampliavam o seu espaço de participação na tomada de decisões em outros âmbitos do sistema quando intervieram diretamente também nos projetos de construção de suas casas. Os pobladores se opuseram ao fato de suas casas serem construídas por empresas sob critérios puramente econômicos e sem nenhuma discussão prévia de adequação às suas necessidades.¹¹⁰

Os métodos adotados pela CORVI também eram alvo de críticas, uma vez que não havia nenhum espaço para a participação dos pobladores no processo. O órgão do governo se limitava a apresentar as maquetes no acampamento. E essa participação dos trabalhadores não se daria apenas no papel de operários, mas de forma a projetar e

¹⁰⁸ Depoimento de Santimiano Roa à autora. Santiago do Chile, 25 de setembro de 2011.

¹⁰⁹ Sobre este aspecto é bastante significativo o fato de que 28% dos pobladores do acampamento trabalhavam no setor da construção civil, compondo com 300 trabalhadores o quadro de 500 operários que trabalharam na construção destas casas. Cf. COFRE, 2007, p.111.

¹¹⁰ Vale citar um segundo caso, no qual pobladores exigiram um programa de remodelação do local que fosse de caráter mais popular, alegando que a proposta oficial visava um “embelezamento com fins comerciais” que acarretaria, inclusive, em desapropriações. “Pobladores se pronuncian por remodelación popular.” **Las noticias de última hora**. Santiago, 12 de octubre de 1969, p.2.

consolidar o modo de vida comunitária que estava em construção, através da proposta da geração de espaços comuns, como refeitório e lavanderia popular, praças e instalações comunitárias. Essa experiência de execução direta por parte dos pobladores contribuiu para o nascimento do Departamento de execução direta da CORVI que chegou a ter 32 obras a seu cargo com cerca de 7 mil trabalhadores contratados. (COFRÉ, 2007, p.152)

Este é um dos exemplos que permite afirmar que a experiência vivenciada nos acampamentos, especialmente aqueles que desenvolveram maior organização e mobilização, como os dirigidos pelo MIR, possibilitou um processo de politização daqueles trabalhadores que os permitiu conceber a luta política e social de forma mais ampla, consolidando sua ação coletiva e também a sua dinâmica autônoma frente ao Estado.

Se o governo da Unidade Popular permitiu que eles consolidassem as suas experiências, isso deve ser entendido como o resultado de uma nova dinâmica desse movimento social que se mostrou com forte autonomia e unidade nas suas reivindicações, não permitindo que esta fosse imposta “de cima”.¹¹¹ As experiências na educação, na qual dirigentes e pobladores requeriam professores que atuassem de acordo com a causa do acampamento, o funcionamento da policlínica dentro dos marcos da organização interna, e o modelo de construção adotado selaram esta postura autônoma na relação com o Estado.

Os pobladores e a luta de classes

Evidentemente, a experiência da luta coletiva, como parte do processo de formação da classe trabalhadora, explicita nos momentos mais agudos as diferenças internas a esse grupo, suas divergências culturais e políticas e os limites impostos ao desenvolvimento da organização decorrentes destes obstáculos. Se considerarmos o tempo de vivência destas transformações, a quantidade e diversidade de sujeitos envolvidos, a conjuntura política e social e a forte presença do elemento político nas suas identidades, torna-se ainda mais complexa a compreensão da mobilização dos pobladores.

Dentre alguns exemplos das dificuldades encontradas para a implementação das mudanças e da consolidação de uma unidade de luta, podemos recorrer ao exemplo das milícias populares. Se inicialmente as guardas de vigilância se formavam nas tomas com a

¹¹¹ “El Presidente Allende inició debate com pobladores.”. **Las Noticias de Última Hora**. Santiago, 27 de noviembre de 1970, p.2. “Tiene color el plan habitacional de 1971”. **Las Noticias de Última Hora**. Santiago, 21 de diciembre de 1970, p.4.

função de resguardá-los de um ato violento de desocupação, bem como da própria violência urbana, como os casos de roubos a moradores, posteriormente, os pobladores definiram em assembleia funções de controle interno, como a mediação de conflitos e a aplicação de sanções nos casos de desvio das normas internas.

Essa inovação logo apresentou seus limites e dificuldades expostas na atuação de forma prepotente dos milicianos entre os pobladores, perdendo assim a perspectiva da razão da sua formação. A falta de formação política suficiente, a definição pouco clara do seu papel na construção de uma nova sociedade, bem como a indefinição dos delitos que davam margem a desvios e excesso dos milicianos podem ser algumas das causas que expliquem o surgimento de problemas.¹¹²

Ainda que tenham sido raros os casos, as divergências políticas também podiam ser um elemento de dificuldade para a manutenção da unidade de ação em alguns casos, por exemplo, quando trabalhadores simpatizantes do centro ou da direita política tentavam formar organizações paralelas à coordenação já existente no acampamento, como *Juntas de Vecinos* vinculadas à DC ou ao Partido Nacional. (COFRÉ, 2007, p.185) Dirigentes do acampamento Ranquil também destacaram a dificuldade de formação organizativa entre comerciantes e feirantes, atingindo mais rápido aos operários de indústria. Isso pode ser explicado pela experiência com relações coletivas de trabalho e de associação adquirida por esses operários, diferentemente da prática vivenciada por autônomos.

Isso também podia acarretar na resistência à participação nas atividades coletivas, mostrando que muitos se mantinham nos assentamentos exclusivamente pela obtenção da moradia, sem desenvolver uma identificação com o projeto de vida comunitária, e relacionando-a com uma proposta muito radical, e alegando “não gostar”. Em depoimento, Héctor Urrutia, mostrando-se um admirador da “ordem”, afirmou que o que havia de mais positivo naquela experiência era “a disciplina trazida pelo MIR”.¹¹³

Entendemos que estas diferenças, no entanto, também são parte constitutiva do processo de formação de novas relações sociais e de um amplo processo de politização como o que foi vivenciado pelo movimento de pobladores ao longo das décadas. Além

¹¹² A abstenção nas atividades ou reuniões estava entre os atos passíveis de repreensão. Mas, a embriaguez consistia num dos atos mais reprimidos. Entre as sanções estavam um processo de autocrítica, leitura de textos revolucionários, advertência, e casos de repressão física ou confinamento. A pessoa podia ser mantida numa casinha separada quando chegava embriagada. Em casos mais graves, a medida extrema era a expulsão. Cf. EURE, 1972, p.61. Em seu relato, Massalin confirmou ações, como o confinamento, em caso de embriaguez.

¹¹³ Depoimento de Héctor Urrutia à autora. Santiago do Chile, 02 de outubro de 2011.

disso, ao observarmos as nuances destas ações coletivas, da sua consolidação e da organização resultante destas experiências, entendemos que o movimento de pobladores conseguiu explicitar para a sociedade chilena e, principalmente, para os partidos políticos que aquele não era um movimento secundário dentro do quadro de lutas de resistência ao sistema excludente contra os quais aqueles se projetavam.

As *poblaciones* não se caracterizam por ser a residência dos setores com relação incerta com o processo produtivo, mas, ao contrário, por ter uma proporção de operários muito mais alta que a média da Grande Santiago. Segundo Castells (1974, p.255), sua composição social era fundamentalmente operária, e inclusive operária industrial, mas com um baixo nível de renda.¹¹⁴ E este é um fator importante a ser destacado, uma vez que ele determinou diferentes interpretações pelos grupos políticos do país, que entendiam que a população das *poblaciones* era constituída por um lumpemproletariado. Isso ocasionou por muito tempo a exclusão destes setores dos seus projetos políticos, reproduzindo o equívoco de uma fragmentação mais teórica do que prática da classe trabalhadora a partir das suas especificidades constitutivas.

Grande parte dos operários têxteis das fábricas “Yarur” e “Sumar”, que exerceriam papel fundamental nos cordões industriais durante o governo da Unidade Popular, viviam na Zanjón de la Aguada, setor formado por *callampas*. Além dos trabalhadores industriais, quase a totalidade dos operários da construção civil da cidade, que como vimos anteriormente, tinha um histórico importante de organização, vivia em *poblaciones callampas*. (GARCÉS, 2002, p.103) Mas, a composição desta classe trabalhadora era heterogênea, uma vez que grande parte se inseria em atividades que iam além do setor industrial, com mulheres que se ocupavam lavando e passando, trabalhando como empregada doméstica ou cozinheira. Os jovens, maiores de doze anos, ainda que atuassem como aprendizes em fábricas – têxteis, de calçado ou da construção – também trabalhavam como ambulantes.

Essa questão carrega uma diferença essencial entre a vinculação dos partidos da esquerda tradicional, o Comunista e o Socialista, e a vinculação estabelecida pelo MIR com

¹¹⁴ Nos acampamentos, os operários industriais representavam 41% dos moradores, enquanto que nas demais *poblaciones* estes atingiam a marca de 30%. Ao mesmo tempo, estes assentamentos mostravam porcentagens mais altas de trabalhadores da construção e dos serviços de baixa qualificação em relação às *poblaciones*; e a porcentagem de desempregados também era mais alta. Quase a metade das mulheres que exerciam atividade remunerada era empregada doméstica. Já o grau de sindicalização era equivalente em todos os setores poblacionales, em torno de 30%. Cf. PASTRANA; THREFALL, 1974, p.49.

os pobladores. Ela estaria na concepção que estes dois diferentes movimentos tinham a seu respeito e, por consequência, no tipo de prática política adotada. Poderíamos dizer que, mesmo tendo atuado em ocupações de terrenos e apoiado a formação de acampamentos, os partidos comunista e socialista atuaram em prol da conquista da habitação para uma “população pobre”, buscando a pressão e a negociação com o governo democrata-cristão.

Ao distinguir um discurso totalizante acerca da classe operária aplicado nos sindicatos e fábricas, e um tipo de ação social e mediadora no campo *poblacional*, esta visão de certa forma corroborava a leitura democrata cristã, que concebia os pobladores como um setor “marginal”. Estas ações, do ponto de vista da difusão de uma concepção da luta por direitos são inquestionáveis, no entanto, não inseriam este conflito no marco geral da luta anticapitalista.

Podemos afirmar que o que a atuação mirista depositou de inovador na sua relação com os pobladores foi a concepção do movimento dos sem casa enquanto um sujeito político coletivo que estaria na base da formação de uma nova sociedade. Via neste movimento uma luta pela superação das condições precárias de vida a que estava submetida a classe trabalhadora, e a célula de um movimento político mais amplo desta classe. E estabelecia relações diretas entre discurso e prática de um movimento por habitação, colocada como uma questão estrutural, e a construção de uma nova organização política e social no país.¹¹⁵

Evidentemente, a contribuição da Democracia Cristã esteve em identificar, legitimar o movimento de pobladores e em propor a sua integração social e política. Frente a isso, as formulações da esquerda mostravam-se insuficientes. Ao mesmo tempo, ela exerceu um importante papel no aumento na autoconfiança sobre a capacidade de organização dos trabalhadores ao expandir entre eles a dinâmica da reunião e do debate em associações e, principalmente, de dialogar com o poder público para a conquista de direitos básicos, ainda que sob um modelo controlado de “cima”. Mas, com a incapacidade gestora do governo com relação a um problema que ele mesmo havia apresentado como prioritário aumentou a pressão popular sobre a demanda de serviços coletivos em torno do qual haviam sido organizados.

¹¹⁵Esta análise e crítica feita pelas lideranças do MIR já aparecem publicadas nos primeiros números da Revista Punto Final. Capítulo IX. **Punto Final**, n.5, noviembre de 1965.

Nesse aspecto, apropriadamente Salazar afirma que o *funcionalismo sociológico* dos anos sessenta, presente na Teoria da Marginalidade, também contribuiu para negar historicidade ao “*bajo pueblo*”, a partir do momento em que acentuou o componente *racional e integrativo* para outorgar a um indivíduo a categoria de sujeito. Entendia-se que frente a um conflito, os sujeitos deveriam evitar cair em condutas “anômicas”, que atentassem contra a necessária coesão social. Por isso é que, além de mobilizar-se e entoar um discurso, deviam apresentar propostas que abrissem o caminho para a negociação e a solução “racional” do conflito. Sujeito social popular podia ser o operário organizado, mas não o povo insurgente. (SALAZAR; PINTO, 1999, p.96)

Entendemos que os trabalhadores urbanos que vivem nos mesmos bairros, associando-se uns com os outros no trabalho e em casa em suas horas de lazer, estão mais propensos a desenvolver uma perspectiva comum e reconhecer a comunidade de interesses que compartilham uns com os outros, em oposição aos interesses da classe opositora. Trabalhadores de diferentes localidades que entraram em contato uns com os outros e com as suas experiências são formados sob o impacto de sua situação comum que, por sua vez, reforça o sentimento de pertença a uma classe, com os seus próprios interesses distintos de outros. É aqui, aliás, que o contraste entre a sua condição de classe e as vidas das pessoas de outras classes é mais revelado.

Nossa percepção sobre este processo de fortalecimento de uma identidade entre os trabalhadores a partir das lutas cotidianas se baseia na perspectiva de Thompson (2001, 274), na qual se afirma que as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo, identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe.

Como afirmam Zeitlin e Petras (1970), a cidade é o símbolo e a realidade da civilização industrial moderna. Concentram-se pessoas que se juntaram por nada mais do que trabalho e a necessidade de ganhar a vida na indústria ou serviço. As condições de superlotação, a ausência de privacidade, os contrastes visíveis a centenas de milhares de pessoas, entre riqueza e pobreza, entre criminalidade e proteção conferida pela autoridade para os ricos e privilegiados, são em si mesmas lições da luta de classes.

O entendimento da relação entre ser social e consciência social permite apreendermos a maneira pela qual, ao se confrontar com as necessidades da sua existência,

homens e mulheres formulam seus valores e criam sua cultura, intrínseca ao seu modo de vida. Assim, a consciência social e o ser social não podem ser compreendidos separadamente. (THOMPSON, 2001, p.261) Os trabalhadores conformam um grupo muito vulnerável no sistema de distribuição desigual de recursos materiais, e essa constituição de redes comunitárias, de identidades entre grupos com interesses comuns e o desenvolvimento de estratégias de sobrevivência que estão além das lutas desenvolvidas nos locais de trabalho, constituem respostas a este sistema e contribuem para o desenvolvimento da consciência desta classe.

Buscando estratégias para lidar com as incertezas da vida diária, os trabalhadores buscam diversas táticas para cuidar dos problemas que os afligem, que vão desde a luta contra seus empregadores, à demanda de amparo estatal à tessitura de apoio nas vizinhanças. E o olhar sobre este movimento de pobladores nos permitiu ver aspectos da vida cotidiana como um dos eixos da classe social. Ao longo de décadas, os trabalhadores adotaram a estratégia de insistir na participação institucional e de negociação com os representantes como o mecanismo mais adequado para melhorar suas condições de vida. Permanentemente, exigiram leis, mecanismos e organizações destinadas a sua proteção, repertório que variava de acordo com o contexto. O que se nota é que estas ações transcenderam os anseios individuais e se colocou em pauta temas coletivos.

Demonstrou-se durante este processo a força da ação coletiva dentro da sua própria lógica de organização para conquistar os seus direitos e também para a manutenção das suas formas de organização local, estabelecendo-se uma relação com o poder público que se pautou pela negociação e pelo conflito, tendo este último prevalecido nos últimos anos do governo de Eduardo Frei e numa conjuntura política favorável diante da possibilidade de vitória da Unidade Popular. Além disso, a politização entrava em ação, dando aos trabalhadores uma predisposição para assumir a defesa das liberdades populares, desafiando as autoridades em movimentos de protesto social, onde o conflito subjacente dos pobres contra os ricos tornou-se claramente visível.

Vale chamar atenção para o fato de que este foi um processo de influência mútua entre movimento político e social. Da mesma forma que é central a importância da politização dos trabalhadores envolvidos no movimento *poblacional*, a reorientação dos projetos partidários e a possibilidade de inserção de uma nova proposta política entre estes

sujeitos, como ocorreu com a proposta do MIR, teve como resultado uma etapa de potencialização das mobilizações sociais de caráter coletivo e classista e, principalmente, de aprendizagem política para todos os atores envolvidos.

É interessante notar estas etapas, onde os trabalhadores aprendiam a expandir e a gerir a própria luta concomitantemente à ampliação da sua concepção em torno daquela mobilização. Chama a atenção como Laura, ingressante no movimento de pobladores e que viveu no acampamento Ranquil, aprendeu o que era uma barricada, que foi fazendo:

A Pelusa [militante] me disse: “companheira, tem que juntar todo o lixo que puder... porque temos que fazer uma ‘operação relâmpago’ na parada 20 da Santa Rosa. [...] E me pus pra fazer esse trabalho, eu havia pensado que seria como lavar, costurar, ou algum trabalho que se paga pra fazer. Um dia, chegou a Pelusa pra me buscar: “vamos, companheira”. Eu pensava que se juntaria o lixo e a parafina, só. Não tinham me dito que tinha que levar e ajudar a colocar o lixo no meio da rua, espalhar a parafina, enquanto os carros faziam fila dos lados. Nós coríamos e alguém ficava para acender o fogo. Aí soube que isso era uma barricada.¹¹⁶ [Tradução minha]

Carlos Massalin falou sobre a junção de duas formas de atuação:

Éramos um grupo de gente que vínhamos dos acampamentos, éramos como 16, 17, ou seja, isso influenciou muito na formação que eu tive no aspecto social. Então, depois de entrar no MIR, foi mais fácil, digamos. Porque o MIR vinha de uma organização fundamentalmente estudantil para os pobladores e depois para os trabalhadores. Então, a dificuldade que tinham os membros originais do MIR era o trabalho social; dificuldade que no meu caso, no caso das outras pessoas que trabalhamos com o Sr. Clotario no âmbito da Teologia da Libertação, os cristãos pelo socialismo e tudo isso, nós vínhamos com um trabalho social concreto já, ou seja, nos faltava a outra “*pata*” [parte], que é a “*pata*” teórica.¹¹⁷ [Tradução minha]

A experiência vivida ao longo da trajetória de organização dos pobladores, especialmente a partir da vinculação com os partidos de esquerda possibilitou que os pobladores desenvolvessem e fossem diferenciando a forma de conceber a sua posição no sistema e o significado da sua luta. Uma das expressões mais significativas desta transformação está na linguagem com a qual passaram a ter contato e a adotar no cotidiano:

Apesar de entender porque estava ali, não compreendia outras coisas, por exemplo: o que era burguesia, o que eram os *momios*, o que significava paredão, o que era consciência, e tantas outras coisas que se diziam nas conversas. [...] Quando a companheira Pelusa [militante] dizia combatividade, todas essas palavras eram desconhecidas para mim. E eu pensava [...] “esses meninos não me

¹¹⁶ Depoimento de Laura. In: **La organización fué como nacer de nuevo**. Santiago: Taller de Acción Cultural, 1986, p.49.

¹¹⁷ Depoimento de Carlos C. Massalin à autora. Santiago do Chile, 04 de junho de 2009.

deixam participar melhor”. Sem pensar que eles precisavam de mim.¹¹⁸ [Tradução minha] [Grifos meus]

Massalin também falou sobre o estranhamento com a linguagem política:

A primeira vez que me chamaram para entrar no MIR, eu não entendi o que me disseram, porque uma menina que era de trabalho social da Católica [universidade], que hoje está desaparecida [...] se aproximou e me disse... Eu usava outro nome, porque eu vi que os outros que andavam comigo, eu os conhecia com outro nome. Então, ela me disse: “Ei, Hernán, quer ser orgânico?”. E eu lhe disse, “olha, eu estou indo pra Renca porque tem um ladrilheiro lá...”. Eu não tinha ideia do que era ser orgânico, tampouco quis dizer. Bom, depois me acostumei com isso. [...] *Eu não vinha do mundo partidário, vinha do mundo social.*¹¹⁹ [Tradução minha] [Grifos meus]

Estes depoimentos denotam que a influência era recíproca, o aprendizado político se dava nas duas partes da relação dos partidos com os movimentos sociais. Especialmente no estabelecimento de um diálogo com uma linguagem que não tinha muito sentido para aquelas pessoas, principalmente, porque muitas ainda não faziam parte de movimentos sindicais ou partidários.

Ao mesmo tempo, os partidos se inseriram na lógica organizativa e de mobilização resultante de quase duas décadas. O convívio, portanto, foi estabelecendo uma aprendizagem mútua, que acarretou na legitimidade das ações da militância e dos dirigentes entre os pobladores, os quais de forma recorrente afirmam terem aprendido muito com os membros partidários nos debates, conversas sobre os problemas sociais e a política. A presença destas lideranças e uma certa imagem de autoridade que detinham no movimento não tolhia a iniciativa contestadora dos trabalhadores. Assim como Santimiano, que afirmou gostar da política do MIR pela liberdade que havia, e do direito “a voz e voto” de todos, o relato de Hilda destaca este fator:

Eu penso que se há uma boa organização, se pode conseguir tudo. [...] Eu acatava quando eram ordens que eu sabia que eram boas. E se eram ruins, eu criticava. E se você sabe que a coisa vai mal, e porque é dirigente é um pouco mais que o outro, e você fica calada, então está cometendo um erro e está formando uma organização mais ou menos, não bem feita.¹²⁰ [Tradução minha]

Podemos concluir que a importância do processo de ocupação dos terrenos urbanos se encontra precisamente na sua relação com a questão do poder e do enfrentamento ao sistema político e econômico, ou seja, com as limitações do Estado e com a propriedade

¹¹⁸ Depoimento de Laura. In: **La organización fué como nacer de nuevo**. Santiago: Taller de Acción Cultural, 1986, p.53. *Momio* era a expressão pejorativa utilizada para designar os burgueses. Retomaremos o tema no capítulo IV.

¹¹⁹ Depoimento de Carlos Massalin à autora. Santiago do Chile, 04 de junho de 2009.

¹²⁰ Depoimento de Hilda. In: **La organización fué como nacer de nuevo**. Santiago: Taller de Acción Cultural, 1986, p.74.

privada. O que é mais significativo é o papel diretamente político destas ações e reciprocamente, a determinação de seu conteúdo pela conjuntura especial na qual elas se desenvolveram.

As *tomas* se generalizaram como forma de pressionar o governo a responder de forma imediata aos problemas do trabalhador chileno, no quadro de não realização de um programa de habitação previsto. Durante o governo da Unidade Popular, a lógica seria diferente, era um governo dito do povo, que legislava sobre a expropriação. A noção de propriedade estava sendo redefinida através de uma legislação da expropriação e do seu uso social, as *tomas* não eram mais que uma consequência lógica dessa associação *expropriação legal – governo do povo*. (SEGUELL-BOCCARA, 1997, p.249) Nessas circunstâncias que os pobladores, o campesinato, os operários nas fábricas usaram massivamente essa forma de reivindicação, não somente como meio de pressão, mas por ser o que era considerado como um direito. Nessa lógica, começou a se falar em *tomas* legais e *tomas* ilegais.¹²¹

Além da prática das *tomas*, adotadas como um meio de luta pelos pobladores, todas as suas estruturas construídas ao longo do processo de formação do movimento poblacional se encontravam num estágio avançado de organização e de imbricação no movimento político. As *tomas* eram encaradas como canais legítimos de luta, organização e mobilização, representando, assim, os principais espaços onde se gestaram as formas embrionárias de poder local durante o governo da Unidade Popular.

Durante a sua participação no governo da UP, em vários momentos os trabalhadores e suas entidades conseguiram unificar reivindicações, ultrapassando na prática as fronteiras entre as lutas nas fábricas e nos bairros.¹²² Essa suposta divisão entre morador e trabalhador foi muitas vezes superada por uma ação política baseada em uma noção de classe muito mais ampla, incluindo várias dimensões da vida dos trabalhadores e trabalhadoras.

¹²¹ Já ao final do governo DC, pobladores e dirigentes do partido de centro também realizavam ocupações nos moldes da organização de esquerda, especialmente em ações que denominavam “tomas preventivas”, nas quais ocupavam terrenos que estavam sendo pagos e destinados às suas casas, mas que revelavam ser um processo longo de trâmites burocráticos. “Toma “preventiva” de terrenos en Las Barrancas efectuaron pobladores. **Las Noticias de Última Hora**, Santiago, 14 febrero de 1969, p.16.

¹²² Nas décadas de 1950 e 1960 circulavam em muitas poblaciones jornais comunitários que veiculavam notícias sobre temas da población e também das fábricas e lutas operárias do local. “Carboníferos impulsan petitório frente a insuficiente reajuste del Gobierno”. **El Popular**. En la Zona del Carbón. Concepción, 30 de Enero de 1964, p.3. “40 días de huelga en “El Polvorin””. **Renca**. Mundo Comunitario. Año I, num. 4, 14 de Diciembre de 1969, p.6. “Todo ‘El Mirador’ contra la fabrica”. **Renca**. Mundo Comunitario. Año I, n.7. Renca, 25 de Enero de 1970.

Os pobladores já demonstravam a superação política desta barreira em diferentes momentos das suas trajetórias, por suas ações autônomas, como nos motins de abril, mas essa prática foi massiva e determinante durante o governo da UP quando eles assumiram as Juntas de Abastecimento e Preços e atuaram junto com outras frentes, como nos *Comandos Comunales*. O tema do “poder popular”, que posteriormente seria colocado em pauta, tinha a ver com a emergência de processos de democratização que uniam e articulavam territorialmente a jovens, mulheres, trabalhadores e trabalhadoras de diversas categorias da classe trabalhadora organizada em diferentes níveis.

É possível estabelecer uma distinção entre a mobilização vivida no governo da Democracia Cristã e o governo da Unidade Popular. Mais do que a noção de luta por direitos – e daí estabelecer diálogos com os canais institucionais, participar de associações criadas ou fortalecidas pelo governo, ou realizar motins para pressionar o poder público – a mobilização vivida durante os anos de 1970 e 1973 pode ser entendida como ação em torno de um projeto político transformador compartilhado pelos trabalhadores que passaram por um longo processo de aprendizagem e de politização, tornando a sua identidade cada vez mais coletiva, classista e confrontacional. Neste aspecto, veremos que as ações diretas passaram a ser entendidas, mais do que como expectativa em torno da conquista de direitos, como meio de atuação e de sustentação a um governo que era visto como “seu”.

CAPÍTULO III. A hora e a vez da Revolução: projetos de transformação nacional.

Nesta proposta de análise do desenvolvimento histórico da mobilização dos trabalhadores chilenos, que foi o elemento fundamental no governo da Unidade Popular, a década de 1960 merece destaque. Esta importância se explica especialmente pela disputa entre dois projetos de governo que centralizaram as atenções e opções eleitorais, sendo um representado pela esquerda, e outro apresentado pela mais nova força política do país na época, o Partido Democrata Cristão, que governou o Chile no período de 1964 a 1970.

A Democracia Cristã (DC) apareceu em meados dos anos cinquenta, mas foi nas eleições de 1964 que se afirmou como uma alternativa política com uma proposta de grandes mudanças sob o slogan da “Revolução em Liberdade”, transmitindo a ideia da combinação entre mudança e estabilidade. A estratégia adotada pelo partido foi a de reforçar a imagem de um partido original, independente, revolucionário e democrático. Tendo como um dos principais elementos do seu projeto a proposta de “integração social”, suas atenções se voltaram sobretudo para os setores populares, buscando ocupar os espaços que até então não figuravam como centrais nos projetos políticos da esquerda.

Vamos apresentar os componentes e pressupostos do projeto democrata-cristão e as principais medidas do seu governo, especialmente aquelas voltadas para a “integração social”. O mais importante para nós será avaliar como se deu esta ação governamental projetada para canalizar as ações populares em torno do Estado e do seu partido. Além disso, analisar o momento de reorientação das ações populares a partir da relação que se deu entre as experiências locais, como as que demonstramos nos capítulos anteriores, com as ações governamentais na conjuntura de questionamento deste governo, caracterizada pelo choque entre as ações de pressão social e a repressão praticada pelo Estado.

O objetivo deste capítulo é demonstrar que a compreensão do governo democrata-cristão é fundamental para analisarmos a conjuntura política e social da eleição e gestão de Salvador Allende, especialmente no que se refere à radicalização das ações e discursos políticos. Visamos demonstrar que esta é uma conjuntura chave nas raízes históricas da mobilização política dos trabalhadores ocorrida durante o governo da Unidade Popular.

A relação entre ambos os governos também se explica porque se iniciou na década de 1960 o embate entre dois projetos políticos que apresentavam diferenças fundamentais, mas que também tinham linhas de continuidade. Ainda que embasados em caracterizações

diferentes dos seus possíveis eleitores e sujeitos dos seus planos políticos, e exibindo mecanismos distintos de ação, ambos apresentaram como elementos centrais de seus projetos a apropriação da proposta de revolução, remetendo-se a mudanças nos fundamentos da sociedade chilena, e o discurso da participação, de maneira a tornar os setores populares atores coletivos legítimos perante o Estado e, conseqüentemente, perante a sociedade. Por outro lado, a Democracia Cristã pautava sua proposta de transformação com base em uma relação harmoniosa entre capital privado e trabalho, enquanto que a proposta da Unidade Popular foi elaborada e se legitimou entre os trabalhadores com um discurso de enfrentamento com setores específicos representantes do capital, que estabeleceria novas bases para a economia nacional, no intuito de superar as experiências reformistas vividas pelo país, especialmente a do governo democrata-cristão.

Entendemos que tanto a tentativa de harmonização proposta pelo então presidente democrata-cristão, Eduardo Frei Montalva, através do incentivo à sindicalização e à organização popular foi surpreendida por um processo diferenciado de mobilização vivido numa conjuntura de radicalização social, quanto a proposta da UP de enfrentamento com um limitado setor do capital também encontrou bases em um contexto de mobilização que ampliou em muito o projeto de estatizações e de participação, como veremos mais adiante. Sendo, então, ambos superados pelas expectativas e ações da classe trabalhadora.

A expectativa da mudança

Desde meados dos anos cinquenta, o sistema político chileno conheceu uma nova configuração que iria prevalecer, em linhas gerais, até a quebra do regime democrático, em 1973. Esse período se caracterizou por uma tripartição de forças configurada com a esquerda unificada na Frente de Ação Popular (FRAP), a direita, ainda que com progressivo enfraquecimento, e o novo centro político que se apresentava independente, e não com a tendência pendular característica do Partido Radical. Essa característica da Democracia Cristã modificou o funcionamento do sistema político que, desde o final dos anos trinta, atuava com um centro mais pragmático e menos carregado de um discurso revolucionário. (MOULIAN, 1993, p. 183)

As pressões advindas das reivindicações sociais que eclodiam neste período se ampliavam e adquiriam novas características, em um transbordamento do movimento de

pobladores e na reorganização do movimento sindical após a criação da CUT, conforme destacamos nos capítulos anteriores. A efervescência política e social daqueles anos, que tinha como cerne o questionamento àquele modelo de desenvolvimento excludente, evidenciava às oligarquias e aos seus representantes a sua incapacidade de se adequar a uma lógica social e eleitoral totalmente distinta.

Esse contexto da década de 1960 pode ser caracterizado pela tendência à aposta no fim dos compromissos políticos característicos das décadas anteriores, e pela expectativa da mudança expressada em diferentes facetas dos projetos de transformação do país. Estes projetos foram desenhados a partir de concepções que pensavam aquela sociedade em termos de atraso e subdesenvolvimento, bem como do questionamento da viabilidade daquele modelo capitalista para o desenvolvimento do Chile.

No meio intelectual, a generalização da ideia do atraso e do desajuste entre a “estrutura política – já vista como avançada para os padrões latino-americanos – e a sócio-econômica”, subdesenvolvida, consistiu numa das principais características dos debates e das formulações teóricas e políticas que vieram a animar os grupos de esquerda nestes anos. Enquanto que as formulações da CEPAL apresentaram alternativas de desenvolvimento, que alimentaram o projeto da Democracia Cristã.¹²³ Neste momento de refundação das propostas políticas nesse quadro de novas demandas e da possibilidade de transformações profundas, nota-se também um momento de refluxo dos partidos tradicionais. (CURY, 2007, p.88-89)

A aposta na mudança estrutural adquiria legitimidade entre os mais diversos setores, especialmente na esquerda, mas também no centro emergente. Ecoava no país o questionamento que se propagava em grande parte do mundo, o questionamento ao capitalismo, a proclamação da necessidade da mudança, de abandonar o “caminho da frustração” e de construir um mundo novo de justiça social. Inicialmente, as direitas ficaram encurraladas neste contexto de questionamento da viabilidade daquele modelo capitalista na América Latina, especialmente quando começou a impor-se um *ethos* revolucionário inspirado no processo cubano, expressado pela esquerda na alternativa “socialismo ou fascismo”. (CORREA; FIGUEROA, 2001, p.210) Naquela conjuntura, a

¹²³ CEPAL- Comissão Econômica para a América Latina. Comissão criada em 1948 pelo Conselho Social e Econômico das Nações Unidas.

direita chilena terminava o seu governo de forma bastante desgastada e temerosa de que nas eleições presidenciais de 1964 se concretizasse a vitória da esquerda.¹²⁴

Portanto, para as classes dominantes havia a necessidade de políticas de integração que evitassem que as camadas populares se passassem ao campo da revolução social. Nesse quadro, desenvolveu-se uma filosofia política que estabelecia o ideal de uma “nova cristandade”, a partir da qual começou a ser aplicada em alguns setores da Igreja um modelo de pastoral de aproximação dos operários, visando estabelecer a “verdadeira redenção do proletariado” frente à “falsa libertação do marxismo”. (MOULIAN, 1982, p.136) A proposta da Democracia Cristã se desenhou com estes elementos da doutrina social da Igreja e da filosofia social de Jacques Maritain¹²⁵, cuja proposta projetava uma imagem ideal de sociedade, pretensamente diferente do capitalismo e do socialismo.

Assim, de um lado do espectro político chileno, vivia-se o processo de “desestalinização” da esquerda e uma nova confiança na possibilidade do socialismo em função da vitória da Revolução Cubana. De outro lado, havia a expectativa em torno da ascensão de John Kennedy, nos EUA, em 1961, com a sua nova política para a América Latina, pautada no auxílio ao desenvolvimento do subcontinente representada na Aliança para o Progresso, e que constituía uma resposta ao desafio cubano.¹²⁶ Esta conjuntura foi muito favorável à projeção da imagem progressista, renovadora e, principalmente, alternativa da Democracia Cristã, como uma força diferente dos extremos do cenário político.

A Democracia Cristã e a Revolução em Liberdade

Diferentemente do Partido Radical, que consistia em uma grande organização de camadas médias, abarcando profissionais e elites provinciais, além de um núcleo de empregados do Estado, a Democracia Cristã, ainda que articulasse setores médios no seu núcleo, caracterizou-se como um partido policlassista, num leque que abarcava desde a burguesia industrial, do ramo da construção e finanças, até operários e trabalhadores rurais.

¹²⁴ O país acabava de vivenciar o governo liberal de Jorge Alessandri.

¹²⁵ Filósofo francês de orientação católica que viveu entre 1882 e 1973, cujas obras representam um dos pilares da renovação do pensamento tomista no século XX.

¹²⁶ A Aliança para o Progresso era um pacto no qual o governo dos EUA oferecia cooperação nos esforços com os quais se comprometia cada governo latino-americano para alcançar nos dez anos seguintes níveis de desenvolvimento econômico que pudessem resolver os problemas mais agudos para a população e que poderiam provocar revoluções. Os planos específicos a serem aplicados em cada país seriam desenhados em cada um deles, mas seriam avaliados por um comitê de especialistas da Aliança para o Progresso.

Essa capacidade de articular setores operários ficou evidente com o importante espaço conquistado dentro da Central Única dos Trabalhadores.

A origem do partido localiza-se essencialmente numa geração chilena da pequena burguesia intelectual e também católica integrada à política, e na Falange Nacional, grupo que participou de diversos governos anteriores até a composição do partido de centro. O novo partido se embasava nos enfoques desenvolvimentistas das análises elaboradas pela CEPAL. Outro fator importante no desenvolvimento da ideologia democrata-cristã chilena em relação aos problemas do subdesenvolvimento foi a sua vinculação com os democrata-cristãos europeus e com as suas concepções acerca de políticas sociais de integração. Essa aproximação lhe garantiu, inclusive, financiamento externo para o seu programa conhecido como Promoção Popular, o qual trataremos adiante.¹²⁷ (YOCELEVSKY, 1987, p. 106)

Sob tais influências, desenvolveram-se duas propostas que permaneceram em debate dentro do partido em torno da definição e das linhas condutoras do projeto alternativo para o país: uma que vislumbrava um programa sem filiação com nenhum outro modelo, original, denominado comunitarismo, e uma que estabelecia um projeto autodefinido diferente dos socialismos históricos, mas que também buscava substituir o modelo de propriedade privada dos meios de produção, denominado socialismo comunitário. A disputa entre ambas adentrou o governo de Eduardo Frei e gerou tensões internas, principalmente, a partir de 1967, que acarretaram na formação de outros partidos, como o Movimiento de Acción Popular (MAPU) e da Izquierda Cristiana (IC).¹²⁸ (MOULIAN, 1982, p.138)

Eduardo Frei defenderia para aplicar no seu governo um projeto nomeado via de desenvolvimento não capitalista. Com ele, a Revolução em Liberdade propunha construir uma sociedade que conciliaria valores cristãos com justiça e liberdade. Buscaria o desenvolvimento e a modernização, integrando à vida social a população considerada “marginalizada”. Para tanto, as metas traçadas no programa incidiam numa maior

¹²⁷ Essa relação foi proporcionada pelo jesuíta Roger Vekemans, presente no Chile desde 1957. Além de ideólogo da política social adotada pela DC, ele foi peça fundamental na obtenção dos citados recursos, enquanto diretor da Escola de Sociologia da Universidad Católica e do DESAL (Instituição Desenvolvimento para a América Latina).

¹²⁸ Baseando-se nas interpretações de um dos ideólogos da Democracia Cristã, Claudio Orrego, o autor Yoclevsky indica, dentro das duas linhas do partido, três frações que se distinguiam basicamente pela forma de conceber a sociedade comunitária. A tendência oficialista, liderada por Eduardo Frei, entendia que a construção da sociedade comunitária requeria um processo “ético e um movimento democrático”. Segundo Yoclevsky, essa era uma forma de justificar a reticência de Frei em adotar a reforma das empresas que conferiria poder aos trabalhadores. Esta era uma proposta da fração denominada terceirista. Enquanto que o socialismo comunitário seria defendido pelos rebeldes.

distribuição das riquezas, sendo a reforma agrária um elemento central deste objetivo; maior autonomia econômica, a partir da maior participação do Estado na produção e distribuição das principais riquezas produzidas no país, especialmente o cobre; uma política social que pretendia atenuar problemas dos serviços essenciais, como da saúde, habitação e educação, e principalmente a promoção da participação dos “marginalizados” através do estímulo à sindicalização e às organizações comunitárias.

Com um discurso que diferenciava o seu projeto daqueles apresentados pelos extremos da cena política, a proposta reforçava a atuação do Estado como o elemento que garantiria o desenvolvimento social, sem, contudo, violar o direito à propriedade privada. Seu papel seria, portanto, compatibilizar as relações entre mercado e Estado de modo a garantir trabalho e o uso do capital para o desenvolvimento. Para garantir esse desenvolvimento, entendia-se que bastava superar as deficiências do sistema e possibilitar a crescente integração da população.¹²⁹ A Alemanha Ocidental e a sua economia social de mercado era citada por Eduardo Frei como um modelo de sociedade onde o capital havia sido colocado a serviço do homem.

Ainda que o seu programa apresentasse propostas pontuais que pudessem indicar uma faceta de ruptura com aquele sistema, como a reforma agrária e a sindicalização rural, podemos afirmar, em acordo com Rosenkraz e Pollack (1976, p.219), que a percepção do processo de transformação social como a busca de uma espécie de “harmonia consensual” parece ter sido a tônica da ideologia democrata cristã, e que seu governo perseguia a implantação de uma utopia mistificadora de camuflagem do conflito de classes num momento de efervescência social, difundindo a ideia de cooperação entre as classes. Portanto, a linguagem que anunciava uma mudança de estruturas e a construção de uma sociedade não capitalista apontava para um governo que não iria além de um conjunto de medidas neocapitalistas e participativas.

¹²⁹Uma importante referência na análise de um projeto de governo que teve como elemento esta compatibilização entre o mercado e o Estado, com a regulação deste último sobre as relações entre capital e trabalho é o livro de Angela de Castro Gomes sobre o trabalhismo no Brasil. Cf. GOMES, Angela C., 1994.

A Libertação ou o Comunismo

A força do discurso que combinava mudança e estabilidade ficou evidenciada no resultado das eleições presidenciais de 1964. Contando com amplo apoio da Igreja Católica e dos EUA, Eduardo Frei venceu a disputa com 56% dos votos, contra 39% de Salvador Allende. Mesmo ciente de que a DC não cederia espaços no seu programa, nem num possível governo, defensivamente a direita também contribuiu com apoio decisivo, inclusive renunciando à candidatura própria, por entender que o quadro político tripartido daria a possibilidade de vitória à esquerda.

Vários são os elementos apontados para explicar a vitória de Eduardo Frei. Além do perfil do candidato, descrito como carismático, com uma propalada imagem de político tecnocrata, competente e sério, a estratégia de campanha adotada por seu partido obteve grande êxito numa conjuntura de grandes expectativas. A sua campanha se baseava nas linhas do programa do partido, ou seja, era orientada de maneira específica para cada setor que ele tentava atrair, como a classe média, os jovens, as mulheres, os trabalhadores rurais ou entre os trabalhadores urbanos organizados, espaço no qual queriam disputar influência com a esquerda.

Suas concentrações eram organizadas de modo a atrair estes eleitores com um ambiente mais festivo, com músicas mais comerciais e de pouco conteúdo político. Outro mecanismo importante, voltado especialmente para as mulheres pobladoras, dava-se com a realização de massivas ações sociais de caridade, através de organizações como o Instituto Caritas, e desempenhadas por mulheres da DC que distribuíam produtos importados dos EUA. (YOCELEVSKY, 1987, p.139)

Defendendo propostas de grande relevância social, como o incentivo à organização popular, a distribuição de renda, a atenção ao tema da moradia e da reforma agrária, a Democracia Cristã obteve importante apoio popular. Como afirmam Zeitlin e Petras (1970, p.17), em um nível teórico seria um exagero questionar se a DC servia como ideologia funcionalmente equivalente à de protesto dos trabalhadores, uma vez que não se referia explicitamente à classe trabalhadora como agente de mudança histórica, como o marxismo faz. No entanto, com sua retórica de participação em massa na reconstrução da sociedade chilena e sua ênfase na dignidade dos pobres, sem dúvida teve um apelo entre eles.

Soma-se a todos estes subsídios mobilizados na campanha democrata-cristã aquele que pode ser apontado como mais um dos principais elementos: o discurso anticomunista. O tom explícito de disputa entre a liberdade e o totalitarismo é o referencial da sua mensagem nas campanhas eleitorais de 1964 e 1970, perpassando todo o seu governo e a sua ação opositora durante o governo da Unidade Popular.

A pátria é um sincronismo de espíritos e de corações [...] Essa é a Pátria – a Doce Pátria nossa -, que está implícita na revolução democrata e cristã dela, “através dela”, a feliz realidade comunitária de uma verdade mais pura e uma vida mais digna. Fidel Castro jamais poderá dizer algo parecido. Sua “perturbação política” nunca mostrará tampouco esta limpa hierarquia da revolução em liberdade do Chile. “Na nossa verdadeira revolução o caminho comunitário não se esgota no **neoesquerdismo do ódio de classes**. O comunitário proclama, contudo, a exigência cristã do ódio ao ódio para a mais clara acepção do amor. Ou seja, **promove a cooperação de classes**, não o seu choque, como o recurso mais eficaz do progresso social.”¹³⁰ [Tradução minha] [Grifos meus]

Com mais da metade dos fundos da campanha administrada pela CIA, a campanha contava ainda com os meios de comunicação do país que pertenciam aos setores tradicionais da sociedade chilena. Os jornais estampavam os perigos do comunismo:



Fonte: *La Nación*, Santiago, 23 de agosto de 1964, p.8.

Visando projetar o Partido Democrata Cristão como a opção mais progressista e moderada, a propaganda era dirigida especialmente às mulheres, adotando um forte apelo emocional, evocando os perigos que a opção marxista poderia significar para as suas famílias, esposos e filhos. Essa estratégia afetou, inclusive, a campanha da esquerda, que praticamente eliminou de suas propagandas as referências ao processo cubano. As campanhas também eram veiculadas através de emissoras de rádio, periódicos, revistas e murais. No excerto seguinte, Correa e Figueroa ilustram o tom dessa campanha:

¹³⁰ “Revolución, no perturbación.” *La Nación*, Santiago, 6 de septiembre de 1966, p.3.

Um destes anúncios publicitários, divulgado pelas emissoras de rádio, começava com os disparos de uma metralhadora e os gritos de uma mulher pela morte do seu filho nas mãos dos comunistas; na continuação, uma voz masculina dizia: “para evitar isto no Chile, vote em Eduardo Frei”; para concluir com outra salva de metralhadora e uma dramática música de fundo. (CORREA; FIGUEROA, 2001, p. 242-243)

Estas mensagens geraram vinte spots de rádio por dia em Santiago e em quarenta e quatro estações de rádios de províncias, além da transmissão de doze minutos de propaganda, cinco vezes ao dia, em três estações de rádio de Santiago e vinte e quatro em províncias. Além da divulgação de fotos de tanques soviéticos e do Exército cubano.

A candidatura de Frei contou com o apoio organizado das mulheres no movimento nacional das Mulheres Freístas, que estampavam nos jornais a identificação com as propostas do candidato democrata cristão que “entendia as angústias das mães de família”. Na mensagem destinada às chilenas, a presidenta do movimento afirmava que as mulheres não temiam o termo revolução.¹³¹ Mas, a transgressão da ordem e o radicalismo certamente estão entre os elementos que contribuíram para a opção por Eduardo Frei entre as mulheres nas eleições de 1964 e também de 1970, como podemos constatar nos depoimentos quando questionamos sobre as preferências entre os candidatos do período:

[votei] em Frei. Era bom o que dizia o Allende, porque o Allende ajudava, mas também desorganizava, era violento, ia pela violência [...] houve uma divisão com o Allende porque havia uns de ultra [extrema esquerda], e esses arruinavam o resto. Então a gente não gostava deles, porque quase todas as pessoas que eram do Allende eram violentas.¹³² [Tradução minha]

A campanha mostrou o êxito almejado entre as mulheres no resultado eleitoral.¹³³ Acertadamente, Yoclevsky (1987, p.140) indica alguns fatores que explicariam esta diferença no comportamento político adotado por homens e mulheres naquele processo. Os fatores estariam na própria estrutura social que fizeram com que as mulheres adotassem uma postura mais conservadora, como a menor integração no setor economicamente ativo e maior influência da Igreja Católica entre elas. Havia, por exemplo, a reunião de trabalhadores na Juventude Operária Católica, principalmente de mulheres, com atividades voltadas para a sociabilidade, com canções de valorização do trabalhador, mas entendida

¹³¹“Movimiento Nacional y Popular de Frei es la candidatura de la mujer chilena.” *La Nación*, 3 de agosto de 1964, p.8.

¹³²Depoimento de Ana Gutierrez à autora. Peñaflor, 08 de agosto de 2010.

¹³³ Nas eleições presidenciais de 1964, o candidato Eduardo Frei obteve 62,8% dos votos femininos, enquanto que Salvador Allende atraiu 31,9% deste eleitorado. Já entre os homens, a diferença da porcentagem obtida por ambos não atinge os 5%, com 44,8% dos votos para Allende e 49,2% da preferência por Frei.

como uma socialização “sem conotação política”.¹³⁴ Dessa forma, elas tinham menor envolvimento com outras organizações políticas, uma vez que a presença da esquerda nas *poblaciones* ainda era menos estruturada. Já nas províncias classificadas como mineiro-industriais ou exclusivamente mineiras, como Tarapacá, Antofagasta, Atacama ou Concepción o voto se dirigiu na sua maioria à esquerda.

O partido democrata cristão também demonstrou força entre os camponeses, ao dirigir confederações de assalariados, a confederação de assentamentos, de cooperativas camponesas e de pequenos proprietários. De acordo com Moulian (1982, p.139), esta penetração nos setores populares pela Democracia Cristã, que impedia a unificação destes em torno da esquerda, pode ser compreendida, entre outros fatores, por consistir numa organização do campo católico, por propiciar mudanças profundas, e por mobilizar trabalhadores que eram antimarxistas, por ideologia ou por experiências negativas em suas relações com os partidos de esquerda. O partido mostrou grande capacidade e preocupação em elaborar, sistematizar e divulgar suas concepções, com a utilização de aparatos culturais que, segundo o autor, podia comparar-se com a dos partidos marxistas, o que foi um elemento primordial no seu êxito político.

O discurso antimarxista também tinha grande força entre os homens que optaram pela Democracia Cristã:

[...] se falava muito que esse país ia ser um país cubano, então por isso eu não gostava, porque eu sempre gostei da Democracia Cristã. Mas, não sou político, não gosto de andar metido nessas coisas, revoltas [...] [gostava do Allende] por sua simplicidade, os benefícios que dava, sempre que ajudava ao pobre. [...] também gostei muito da *toma* porque tenho minha casa, mas essa maneira de *toma* assim eu não gostaria de novo porque se arma muita revolta, muita política, *mucho leseo*, eu não gostaria disso, eu gostaria de uma coisa mais sana.¹³⁵
[Tradução minha]

Esse depoimento denota o temor às ações diretas, ao radicalismo político e ao mesmo tempo denota as contradições presentes nos atos políticos dos sujeitos. Julio Lepez, que já havia se beneficiado de um ato de ocupação para conquistar a casa própria, evidencia o funcionalismo da sua ação quando reprova o ato transgressor da *toma*, maior expressão do radicalismo político da classe trabalhadora chilena. Assim afirmou não ser mais favorável a revoltas que atentavam contra a ordem, e por isso ter preferência pela DC, que

¹³⁴ Depoimento de Hilda Tobar à autora. Peñaflor, 31 de julho de 2010.

¹³⁵ Depoimento de Julio Lepez à autora. Santiago do Chile, 14 de julho de 2010. A expressão mantida no original, *mucho leseo*, pode ser interpretada como burla e malandragem.

se legitimava por meio da assimilação das lutas populares inserindo-as nos mecanismos institucionais.

A Revolução em Liberdade em marcha

O governo de Eduardo Frei se iniciou envolto em uma grande expectativa. A Revolução em Liberdade, como era conhecido o seu plano de reformas, consistia num projeto de mudanças que alcançaria todas as esferas da vida social. O plano de medidas contemplava uma ampla gama de setores e proponha, por exemplo, reformas institucionais que previam uma maior “democratização do regime político”. Para tanto, foi aprovado durante o governo o projeto de Lei que ampliava o direito de voto aos analfabetos e aos jovens a partir dos 18 anos de idade, modificando a regra que garantia este direito aos 21 anos. Essa lei teve a sua aplicação a partir de 1970. Outra reforma importante foi uma mudança constitucional que garantia ao Presidente da República a permissão para convocar plebiscitos para decidir temas importantes para a sociedade.

Dentre as medidas propostas e implementadas visando uma maior redistribuição de renda, dois passos importantes foram dados, como a criação de um imposto patrimonial, por meio da reforma tributária, o reajuste dos salários para cobrir as altas no custo de vida, e o aumento do salário mínimo rural para torná-lo equivalente ao salário mínimo industrial. Estas ações eram parte da política de crescimento econômico e se somavam à iniciativa de incentivo às empresas. O apoio aos empreendimentos era pensado em escalas de prioridade para beneficiar indústrias que produziam em grande escala para o consumo popular, para as que produziam para exportação, as que adotavam mais força de trabalho e o uso da capacidade ociosa. (YOCELEVSKI, 1987, p.156)

Dentro deste planejamento se incentivou a expansão da indústria do aço, da indústria automotriz, da petroquímica e da produção de celulose. Ainda que textos referentes ao governo democrata-cristão enfatizem o incentivo à pequena indústria (SEPÚLVEDA, 1984, p.82), é importante destacar a vinculação do governo com o capital estrangeiro que modificaria a estrutura econômica nacional naqueles anos por meio da política de incentivo governamental aos grandes grupos econômicos, com a facilitação do crédito e da entrada destes recursos no país. Segundo Yocelovski (1987, p.178), a industrialização dos anos 1960 teria significado uma segunda substituição de importações,

desta vez, de bens de consumo duráveis, o que teria implicado numa mudança no padrão de consumo das classes médias, mais do que no acesso a estes bens pelas camadas populares.

Como parte das políticas sociais foi criado em 1965 o Ministério da Habitação, com o intuito de promover uma extensa política habitacional para suprir um grande déficit que pudemos visualizar no capítulo anterior. Projetava-se a construção de 360 mil moradias. A reforma educacional e o incentivo às organizações populares completavam o projeto de “Promoção Popular”.

O incentivo à formação de cooperativas e a reforma empresarial que propunha a possibilidade de representação dos trabalhadores junto à empresa e a sua participação nos lucros, também eram medidas previstas nas políticas sociais. Este projeto se pautava na concepção do partido sobre a empresa, definida como uma “comunidade humana de trabalho”.¹³⁶ Nesta concepção não cabe, portanto, a visão de antagonismo entre capital e trabalho, uma vez que ambos constituiriam um só organismo, a empresa, para o qual as duas partes deveriam colaborar. Nela se reforça o discurso da dignidade do pobre operário como “centro vital” do desenvolvimento nacional.¹³⁷ Diante dos compromissos do governo com setores empresariais, esta reforma jamais foi levada adiante. Além disso, a forte relação existente entre trabalhadores e sindicatos com os partidos de esquerda poderia conferir mais poder a estes grupos, o que fez com que a Democracia Cristã repensasse os benefícios políticos de tal reforma.

As tentativas de mudanças no âmbito do trabalho se deram principalmente em torno da organização sindical. No intuito de se aproximar das organizações operárias e diminuir a influência da esquerda sobre os sindicatos, a Democracia Cristã atuou em diferentes frentes, como na instrução de líderes sindicais, no projeto de lei que permitiria a existência de mais de um sindicato por empresa, que não foi aprovado pela esquerda, e no apoio à formação de uma central paralela à CUT. A perspectiva de William Thayer – um dos intelectuais ligados à DC, advogado trabalhista e Ministro do Trabalho do governo de Frei – sobre a política sindical coadunava com a proposta conciliatória e consensual em torno das relações de trabalho. Sua visão sobre os sindicatos era a de que a orientação classista destas organizações era uma interferência que distorcia a sua função. O sindicato deveria buscar a

¹³⁶ Partido Demócrata Cristão. **Informe preliminar para un programa de gobierno de la Democracia Cristiana**. Santiago de Chile: Imprenta del Pacífico, 1962, p.30.

¹³⁷ “Haremos una revolución en libertad cuyo motor principal serán los trabajadores”. **La Nación**, Santiago, 1 de septiembre de 1964.

integração da fábrica como uma unidade de produção na qual capital e trabalho estariam associados e a contribuição com a sociedade no sentido de buscar o bem comum.¹³⁸

A tentativa de exercer maior influência entre as organizações operárias acarretou na formação de novas lideranças, no apoio à gestação de novos sindicatos e na postulação de novos modelos de organizações. A indústria calçadista Bata, por exemplo, vivenciou esse processo de mudança após uma grande greve que ocasionou a ocupação da empresa, ocorrida em 1965.

Na ocasião, houve a aproximação de um assessor ligado à Democracia Cristã:

Chegou essa greve e aqui se mete um pouco mais a política [...] trouxeram um assessor sindical que era um tipo muito audaz, muito *patudo*, de bons conhecimentos, e que era o caolho no país dos cegos. [...] Ninguém pode negar que a influência desse cara foi fundamental. [...] Era ele que dirigia o carro da vitória, era assim que chamava o carro da campanha de Frei. Eu vi quando o trouxeram, eu não tinha ideia de quem era, os sindicatos trouxeram e eu me lembrei, ele era o motorista do carro da vitória.¹³⁹ [tradução minha]

Este assessor propiciou a orientação dos líderes sindicais para inseri-los nesta nova concepção em torno do papel do sindicato na economia “humanista” ditada na ideologia democrata cristã, na qual “as organizações dos trabalhadores ser[iam] cada vez mais a expressão de um grupo “funcional” e não de um setor “social” na vida econômica”.¹⁴⁰ Sua orientação se daria no sentido de gerar novos meios de ação e de obtenção de recursos para a promoção de uma política de bem estar conjuntamente com a empresa. Estimulou-se a criação de um fundo de compensação e de indenização a ser administrado pelo próprio sindicato, e a ampliação de uma cooperativa habitacional dos operários sob a União de Cooperativas Bataflor.

Essa linha da política sindical se somava ao incentivo à prática de políticas de bem estar dos funcionários pelas empresas, à formação de cooperativas e da modernização das relações trabalhistas no país no sentido de melhorar a comunicação entre trabalhadores e empresários, com vistas à minimização de conflitos nas relações sociais de trabalho. Esta questão era recorrente em visitas a empresas, que registradas em matérias jornalísticas para

¹³⁸ “El sindicalismo debe adecuarse a esta nueva sociedad de trabajadores que servirá el interés común y no el de grupos de presión o privilegios”. **La Nación**, Santiago, 19 de Enero de 1966, p.1.

¹³⁹ *Patudo* pode ser traduzido como ousado, cheio de confiança. Depoimento de Gonzalo Ahumada à autora. Peñaflor, 28 de julho de 2010. Em matéria jornalística encontramos referências a um assessor do Departamento Sindical da Democracia Cristã, que seria o responsável pelo citado Carro da Vitória, chamado Jorge Muñoz. Ele se tornou gerente da União de Cooperativas Bataflor, e também teria tentado influenciar o sindicato da mina El Teniente. “Se farrean intereses de trabajadores de Bata”. **El Siglo**, Santiago, 9 de febrero de 1969, p.8.

¹⁴⁰ Partido Demócrata Cristiano, **Informe preliminar para un programa de gobierno de la Democracia Cristiana**. Santiago de Chile: Imprenta del Pacífico, 1962, p.92-93.

difundir a ideologia democrata-cristã de harmonia ente capital e trabalho. Na visita realizada à indústria Bata, por exemplo, Frei exaltava a harmonia e o desenvolvimento de uma política de bem estar, negligenciando o fato de todas as conquistas terem se efetivado após uma grande greve e ocupação da empresa impulsionada pelo movimento sindical.¹⁴¹

Quanto às cooperativas, essa proposta se baseava na crítica do partido cristão ao capitalismo liberal, “incentivador das individualidades”, contrapondo a isso a proposta de fortalecimento das comunidades.¹⁴² A formação de cooperativas foi estimulada principalmente no campo. Nesse setor, a reforma agrária e a lei de sindicalização rural figuraram como as principais mudanças estruturais apresentadas no programa democrata-cristão e foi apontada em muitos dos depoimentos, inclusive dos trabalhadores de esquerda, como o principal legado desse governo.¹⁴³

Em 1967, o governo aprovou a reforma constitucional que alterava os artigos relativos ao direito de propriedade para possibilitar a expropriação de terras tal como se propunha naquele momento. Deu-se um importante passo no caminho da reforma agrária, na medida em que se enfrentou os interesses dos latifundiários, os questionamentos da direita e do Partido Radical, principalmente, no que se referia ao significado daquela mudança em termos de produtividade e ao direito à propriedade.

Com a lei de reforma agrária estava sujeita à expropriação qualquer propriedade rural cuja superfície fosse superior ou igual a 80 hectares. Já os critérios de abandono ou má exploração da terra, que figuraram entre as principais razões de expropriação, aplicavam-se a qualquer extensão de propriedade. A Lei facilitou o pagamento de indenizações pelo Estado, já que o valor era definido por uma avaliação fiscal e dependia do motivo da expropriação.

O assentamento estava previsto provisoriamente de forma coletiva, como um tipo de pré-cooperativa. Após o período de 3 a 5 anos, os camponeses escolheriam a forma de exploração da terra, se de forma coletiva ou de propriedade individual. Essa via de

¹⁴¹ A matéria veiculada pelo jornal porta-voz do governo, La Nación, registrou a visita de Eduardo Frei à indústria de calçados Bata, com grande destaque para a “harmonia” presente na empresa, baseada na “mútua e justa conviência” e na “ausência de conflito”, bem como para o exemplo da política de bem-estar social e cultural destinada aos funcionários. “La armonia entre el capital y el trabajo há permitido el progreso de la Industria “Bata””. **La Nación**, Miércoles, 5 Enero, 1966, p.9; “Altos ejecutivos de Ford reconocen competencia de trabajadores chilenos.” **La Nación**, 21 de Enero de 1966.

¹⁴² Partido Demócrata Cristiano, **Informe preliminar para un programa de gobierno de la Democracia Cristiana**. Santiago de Chile: Imprenta del Pacífico, 1962, p.99.

¹⁴³ Por exemplo, nos depoimentos de Carlos Cortez Massalin, Margarita Fernandez, Guillermo Orrego, Osvaldo Herbach e Ramiro Lopez.

assentamento indicava a ideia da DC de fazer dos trabalhadores pequenos proprietários rurais, uma espécie de classe média do campo. Mas, isso teria gerado uma nova classe de proprietários rurais que explorava os trabalhadores menos favorecidos do setor. (SEGUEL-BOCCARA, 1997, p.118)

O êxito da política de incentivo à organização dos trabalhadores rurais também evidenciou o esforço empreendido pelos diferentes grupos políticos para exercer influência sobre as organizações dos trabalhadores rurais, gerando um novo campo de disputa aberta entre Igreja, direita e Sociedade Nacional de Agricultura, a Democracia Cristã e a Esquerda. Como exemplo das Confederações sindicais podemos citar a Unión de los Capesinos Cristianos, orientada pela Igreja Católica para evitar a influência marxista; a Confederación Nacional Campesina, sob influência da direita, recebia inclusive recursos estrangeiros; El Triunfo Campesino de Chile, ligada ao Departamento rural do partido DC; e a Confederación Nacional de Campesinos y Indigenas de Ranquil, filiada à CUT e vinculada à esquerda.

A Lei de Sindicalização rural previa a liberdade sindical e o direito de greve, criando assim os instrumentos jurídicos necessários à organização dos trabalhadores do campo. Esta medida buscava estimular a formação de sindicatos rurais, bem como reforçar as bases da DC. A legislação que impulsionou estas organizações esteve na origem de uma intensa mobilização camponesa que adentraria o governo da Unidade Popular.¹⁴⁴

A aplicação das reformas propostas dependia em grande medida daquela que seria a espinha dorsal do plano econômico do governo: a política do cobre. Essa política não previa a nacionalização da principal riqueza do país – que era explorada por empresas multinacionais, especialmente norte-americanas – mas, sim, um acordo entre o governo e as empresas que possibilitasse um aumento da produção e maior participação do Estado nas vendas do produto no mercado internacional.

No Chile, a renda do cobre consistia na principal fonte de divisas para o Estado. E para cumprir o seu plano de governo, a solução encontrada foi o aumento dos impostos aplicados às companhias exploradoras do minério. Desde então, as negociações entre o

¹⁴⁴ Em 1970, quase 250.000 trabalhadores rurais de 300.000 estavam organizados em sindicatos, cooperativas ou outros comitês. De 22 sindicatos em 1960, se passa a cerca de 500 ao fim do mandato de Eduardo Frei. Cf. SEGUEL-BOCCARA, op cit, 1997, p.118. Até então, a lei era um obstáculo à sindicalização rural, pois estabelecia regras muito semelhantes às impostas aos trabalhadores industriais, como um número mínimo de trabalhador por propriedade e a alfabetização dos dirigentes.

governo e as multinacionais passaram por tensas etapas que renderam muitas críticas ao presidente da República por parte da oposição e dos trabalhadores organizados. Isso se deu porque, devido às pressões das empresas, diminuindo os investimentos e a produção, o governo recuou e mudou o tom nas negociações.

No que se refere à participação do Estado, o governo estabeleceu acordo para participar na exploração de algumas minas. A Connecott Cooper Corporation detinha uma subsidiária no Chile, a Braden Cooper Company, que explorava a mina El Teniente. Com o acordo, o Estado compraria 51% das ações para explorar esta mina. Já com a Companhia Anaconda, por exemplo, o Estado entraria com 25% de participação para explorar a mina La Exótica, mas não conseguiu estabelecer acordos para explorar as principais fontes de lucro da empresa, as minas Chuquicamata e El Salvador. Esta empresa se recusou a formar empresas mistas com o governo, aumentou os seus lucros e não cumpriu partes do acordo, como os investimentos em explorações geológicas. Para estabelecer estes acordos, o governo ainda adquiriu dívidas no exterior e isentou as companhias de tributação. (YOCELEVSKI, 1987, p. 161-162)

O governo sofreu forte mobilização da oposição no Congresso, na imprensa e por meio da reação dos trabalhadores organizados pela CUT em movimentos de protesto contra a denominada “nacionalização pactuada”, já prenunciando o tom da campanha antiimperialista a ser fortemente seguido pela Unidade Popular a partir de 1970.¹⁴⁵ As reivindicações apresentadas se davam no sentido de exigir uma nacionalização completa, na qual passasse ao poder do Estado a exploração e a administração das riquezas nacionais, especialmente, do cobre. Com a importante influência exercida pela esquerda entre os trabalhadores das zonas mineiras, como Lota, Coronel, Chuquicamata e outras, os partidos Socialista e Comunista conseguiram articular importantes movimentos contra a nacionalização realizada por Eduardo Frei.

¹⁴⁵ “Unión de las fuerzas populares para nacionalizar el cobre.” *El Siglo*, 12 de Julio de 1969, p.9.



Charge representativa da pressão popular e política em torno da nacionalização do cobre. “Coraje y Pantalones hacen falta para nacionalizar el cobre”. Fonte: *Punto Final*, Santiago, Año III, n.80, 3 de junio de 1969, p.1.

Após a repercussão política em torno destas negociações, em 1969, foi apresentada nova proposta de nacionalização do cobre, com a qual o governo adquiriu 51% das ações das empresas subsidiárias da empresa Anaconda, Chile Exploration Co e Andes Cooper Mining Co. Com a alta do preço do cobre no mercado, o governo obteve importante aumento nas receitas para financiar seus projetos.

A Promoção Popular: o despertar da marginalidade?

A proposta de integração apresentada pela DC que lhe rendeu importante apoio popular estava desenvolvida no projeto intitulado “Promoção Popular”. Basicamente, o eixo desta proposta estava na ideia de integração social dos setores “marginalizados”, de maneira a propiciar a sua participação e incentivar a colaboração entre estes e a sociedade. O programa previa mudanças no nível institucional que permitissem a participação dos “marginais” na tomada de decisões, bem como nos diversos sistemas sociais, como o judicial, o educacional e o de saúde para promover a sua integração. E para garantir tais mudanças, projetava-se grande liberação de recursos e a ação direta de agentes do Estado.

A concepção que deu sustentação ao projeto da Democracia Cristã foi a “Teoria da Marginalidade”, que visualizava uma desarticulação intrínseca aos pobres da cidade, basicamente os pobladores, e os trabalhadores do campo. No Chile, esta teoria ganhou força através do DESAL (Centro de Estudos do Desenvolvimento da América Latina), estreitamente ligado à política norte-americana da Aliança para o Progresso.

Uma das ideias-força em que se baseou a problemática da “marginalidade” é a que aponta para uma especificidade da ideologia e da prática dos pobladores caracterizadas pela falta de capacidade de auto-identificação como grupo ou como classe, pela apatia, falta de coesão e de solidariedade e, conseqüentemente, pela incapacidade de associar-se e organizar-se. Tais características levariam à dificuldade de interiorização dos “valores da sociedade”, a uma tendência ao desvio, à criminalidade e, como temiam alguns, “ao anarquismo”. Esses seriam os motivos pelos quais os setores definidos como marginalizados não participavam da sociedade e, portanto, seriam incapazes de promoverem a “auto-realização”. (VANDERSCHUEREN, 1971, p.69) Origina-se desta perspectiva o projeto do governo de criar a Promoção Popular que tinha a concepção do Estado como agência promotora do bem comum que organizaria a massa marginal.

Dentre os pontos básicos do seu projeto é preciso destacar o amplo programa habitacional e a criação de inúmeras organizações de base.¹⁴⁶ O plano de moradias foi instituído, principalmente, através da facilitação do financiamento dos terrenos e casas populares, o que acarretou na formação de várias das *poblaciones* da Grande Santiago. As políticas públicas do governo democrata-cristão enfatizavam, portanto, a ideia da integração social, associando, assim, os programas habitacionais a um amplo programa de “combate à marginalidade”. O acesso à moradia constituía a denominada “participação passiva” na sociedade, enquanto que a organização comunitária preencheria os requisitos da chamada “participação ativa” pensada pelo governo.

Estes consistiam na medula da promoção popular e deveriam ser os principais meios para viabilizar a integração e a participação e para que “os grupos comunitários auto-elaborassem seus programas de superação social e econômica”.¹⁴⁷ As organizações de integração deveriam se estruturar de acordo com as características da sociedade à qual se buscava a incorporação. Deveria se considerar sua “dimensão territorial”, que iria desde a

¹⁴⁶ “Nuevo paso en la Promoción Popular.” **Las Ultimas Noticias**, Santiago, 27 de agosto de 1969, p.17.

¹⁴⁷ Lei 16.880 de 4 de noviembre de 1968.

unidade local até a nacional; e a “dimensão funcional”, como atividades econômicas que poderiam ir desde o trabalho até o cooperativo.

Nessa perspectiva, devemos destacar dois elementos que foram impulsionados durante o governo: 1) a criação de uma vasta rede de organizações de moradores que serviriam de canais de participação para a comunidade e para o seu contato com as autoridades. Esse programa se destinava principalmente para os “pobres da cidade”. 2) a reforma da legislação sindical, que atuasse como um incentivo para aumentar os níveis de sindicalização e, ao mesmo tempo, diminuísse uma suposta “dependência do movimento operário em relação aos partidos”. (FAÚNDEZ, 1992, p.142) Uma das medidas buscadas por Frei foi a implementação de uma lei que permitisse a formação de mais de um sindicato dentro de uma mesma empresa, buscando ampliar os espaços de disputa do seu partido com a esquerda no movimento operário. Esta conseguiu que o projeto não fosse aprovado.

O desenvolvimento da rede de organizações de base dos pobladores foi referendado através da Lei de *Junta de Vecinos* que concedeu estatuto jurídico às organizações comunitárias. A proposta de reforma constitucional visava outorgar personalidade jurídica às organizações populares que a solicitassem. Ampliariam-se as condições para obtenção de crédito, isenção de impostos, controle de preços, fiscalização dos serviços de transporte coletivo, e em geral, todas aquelas medidas tendentes a colaborar na solução dos problemas da comunidade. Uma segunda atribuição da Promoção Popular estava relacionada ao trabalho de “conscientização”, através da capacitação de moradores. E ainda nos “serviços”, que, segundo Espinoza, foi um campo que incorreu no paternalismo, na medida em que se constituíram em canais de recepção e distribuição de ajuda material, como fogões, geladeiras e máquinas de costura, como citamos no capítulo I.

Pela proposta original, a Junta seria atrelada a um Conselho Nacional de Promoção Popular, através da qual o Poder Executivo exerceria o controle das organizações comunitárias. Após sofrer forte oposição tanto da direita quanto da esquerda, que temiam excessiva influência e controle da DC sobre os setores populares, decidiu-se que as Juntas se vinculariam às municipalidades.¹⁴⁸ A finalidade da *Junta de Vecinos* e demais organizações de base foi bem definida pela lei: dar os meios de organização para conseguir moradia, urbanização e serviços. Ao mesmo tempo, conferir um poder de controle sobre as

¹⁴⁸ “FRAP reitera rechazo a la Pomoción Popular.” *El Siglo*, Santiago, 11 de Enero de 1969, p.10.

vendas de produtos de primeira necessidade; sugeriu-se também a criação de cooperativas de consumo. Uma iniciativa positiva foi o incentivo à já existente prática da autoconstrução das moradias pelos pobladores.¹⁴⁹ Outros objetivos estão relacionados com a criação de organizações funcionais para fomentar a solidariedade e o “desenvolvimento humano dos pobladores”. Contrariamente ao propósito inicial, formulado em algumas publicações da DC, não há nenhuma alusão a mudanças de caráter estrutural, quer nas políticas habitacionais ou na real intervenção política local. Aparecem, no entanto, no texto da lei, pontos relevantes que concernem à organização de desempregados através da formação de cooperativas de produção.

Ao longo do governo, a Promoção Popular permitiu o acesso dos líderes comunitários aos canais de diálogo com o poder público para levar as suas reivindicações e para debater sobre as melhorias e serviços locais e, ao mesmo tempo, desenvolveu mecanismos para canalizar as lutas dos pobladores nas vias institucionais. A assimilação dos movimentos sociais se evidenciava nas propagandas realizadas pelo governo para difundir o programa e a tarefa das Juntas de Moradores que não seriam “destinadas a substituir as municipalidades, mas a cumprir trabalhos específicos e colaborar ativamente com essas corporações para obter um maior bem-estar para a comunidade.” Somava-se a isso a crítica à prática destes movimentos associados à esquerda:

Os partidos de extrema esquerda, que não param de se autoproclamar como a única solução possível para a reivindicação das classes marginalizadas, tratam de ignorar a ação de ideologias mais modernas e ajustadas aos novos tempos, capazes de levar a cabo a mesma tarefa sem nenhum dos inconvenientes auspiciados pela violência contida nos postulados da luta de classes. A DC responde melhor às exigências do tempo presente.¹⁵⁰ [Tradução minha]

Para tanto, foram criadas ou simplesmente institucionalizadas as organizações que já existiam, como os Clubes de Mães, centros comunitários, cooperativas, atuando como centros de articulação e discussão dos pobladores, “de superação da marginalidade e como incorporação”. Foram oferecidos mais de 17 mil cursos de capacitação, com temas cívicos e técnicos para mais de 600 mil pessoas ligadas às diversas organizações. Os centros de mães, por exemplo, eram liderados por mulheres de classe média vinculadas ao departamento feminino do Partido Demócrata Cristão. Nestes centros, as pobladoras

¹⁴⁹ “340 jefes de hogares construirán sus propias viviendas: San Felipe.” **La Nación**, Santiago, 6 de noviembre de 1965, p.3.

¹⁵⁰ “Reglamento de La Ley de Juntas de Vecinos.” **La Nación**, Santiago, 4 de marzo de 1969, p.5.

recebiam treinamento em trabalhos que cooperassem com a renda familiar, como bordados, conservas, costura, artesanato e doceria. (WHITTLE, 1984, p.61)

Com essa política, a presença dos democrata-cristãos nas *poblaciones* se tornou maciça e conseguiu atrair grande número de seguidores, especialmente entre as mulheres, organizando-as nos centros de mães ou nas juntas de moradores. Pessoas vinculadas ao movimento de pobladores constataram esta influência e nos relataram particularidades desta convivência. Carlos Massalin, por exemplo, vivenciou o processo de inserção do MIR no movimento de pobladores e a formação de novos acampamentos, e destacou como observava as diferenças entre as organizações dos moradores:

Quando a gente chegava num dos setores [das *tomas*], a gente sabia rapidamente qual era a lógica de cada um. Dos comunistas, por exemplo, era bem organizado, mas com muita insistência na mobilização, na pressão sobre “o legal”, os democrata-cristãos eram normalmente de convênios com gente de terreno, de comprar terreno [...] era muito marcado pela Promoção Popular, muito marcado por toda a estrutura da *Junta de Vecinos*, mais institucionalizado. E o dos socialistas e do MIR era distinto, porque era assembleia e acampamento. Nós, nos acampamentos tínhamos postos de entrada, tínhamos guarda que eram os próprios pobladores, havia brigadas sanitárias para o lixo [...] ¹⁵¹ [Tradução minha]

Essa diferença na tática adotada gerava conflitos, como destacou a então operária Sra. Guacolda, que chegou ao bairro de Villa Francia por meio de uma ocupação. Parte do bairro já estava constituída por construções de programas habitacionais do governo. O setor onde ela vive foi formado através de ocupação de terrenos e de *tomas* de apartamentos de empreendimentos de construtoras no bairro para venda. Os serviços de água e luz foram adquiridos através de instalações clandestinas pelos próprios pobladores.

Por vezes, a forma de aquisição do terreno e da casa fazia com que se estabelecesse uma diferenciação entre os moradores:

Aqui havia muita gente da Democracia Cristã. [...] muitas mulheres, muitas mulheres, bastante Centros de Mães. [M: Todas democrata-cristãs?] Ah... a maioria! E havia uma senhora que era boa para falar palavrões, dizia muita coisa feia. [...] Ela nos fazia sentir diferente porque nós chegamos aqui sem nada. Éramos diferentes porque chegamos aqui sem nada, fizemos *toma* aqui. ¹⁵² [Tradução nossa]

A influência da Igreja e do discurso anticomunista também se evidencia entre os depoimentos:

[...] com a parte mais institucional da Igreja, não é que tivesse briga, havia um método distinto. De toda maneira, havia relações, porque em um acampamento

¹⁵¹ Depoimento de Carlos Massalin à autora. Santiago do Chile, 04 de junho de 2009.

¹⁵² Depoimento de Guacolda Rodríguez Riberos à autora. Santiago do Chile, 11 de outubro de 2011.

você vai encontrar gente comunista, gente cristã, gente não cristã, e definitivamente o que une é o objetivo da casa. Agora, a forma de fazer as casas era diferente. Com quem nós [miristas] tínhamos mais semelhança era com os socialistas, mas para a *población* de Renca, também foram por parte da Democracia Cristã e da Igreja. Agora, quando alguém chegava a essas *poblaciones* a forma de resolver dessas pessoas indicava imediatamente, mais ou menos, de que lado vinha.¹⁵³ [Tradução minha]

Dóris Viveros, professora primária e militante socialista atuante no movimento de pobladores também destacou o papel da Igreja entre eles:

[...] quem mais nos prejudicou foi a Democracia Cristã, mais que a direita. Por quê? Porque a Democracia Cristã estava metida nas *poblaciones*, a direita não estava metida nas *poblaciones* nesta época, agora está metida, mas antes não estava. Quando chegavam tinham que chegar camuflados, se é que chegavam, porque a gente reconhecia imediatamente. Então, a Democracia Cristã, sim, porque aonde chegavam, chegavam pela Igreja, pela religião. Era igual, Igreja e Democracia Cristã. [...] Então, a Democracia Cristã foi um inimigo feroz, começou a dizer que o Allende ia comer os bebês, que ia matar as freiras, que ia tornar tudo estatizado, que ia tirar as terras de todo mundo.¹⁵⁴ [Tradução minha]

Como podemos observar, o incentivo à organização foi um dos êxitos mais importantes do governo democrata-cristão, por meio do apoio ao processo de sindicalização e do fomento a milhares de organizações de base com forte presença no movimento de pobladores. O número de sindicatos industriais, que em 1966 era de 990, atinge, em 1970, o número de 1440. Ao mesmo tempo, o número de trabalhadores sindicalizados atingia, em 1970, cerca de 550 mil, representando 20% da força de trabalho urbana, além de aproximadamente 20 mil núcleos de base. (FÁUNDEZ, 1992, p.158)

Mas, este cenário vai se mostrar desfavorável. A Democracia Cristã tentou gerar a harmonia social capaz de prover o necessário consenso para o seu conjunto de reformas sob a atrativa proposta de participação e integração popular, não praticadas no país até então, de forma que possibilitasse a construção de relações sociais e políticas que não significaram mais do que uma “reparação do velho aparato” já existente na sociedade chilena. (ROSENCRAKZ; POLLACK, 1976, p.216)

Para alguns autores, a DC apresentava elementos de ruptura no seu programa, na medida em que apontava para importantes reorganizações da sociedade sem se subordinar aos parâmetros fixados pelos interesses das classes dominantes. (MOULIAN, 1982, p.136) Evidentemente, isso pode ser considerado no que se refere à reforma agrária, que afetava diretamente a estrutura de dominação no campo e o núcleo político da classe dominante.

¹⁵³ Depoimento de Carlos Massalin à autora. Santiago, 04 de junho de 2009.

¹⁵⁴ Depoimento de Dóris Viveros à autora. Lonquén, 07 de junho de 2009.

Para Faúndez (1992, p.160), o governo Frei teria fracassado na sua estratégia econômica ao sacrificar seu programa de reformas para impedir um processo inflacionário, freando, por um lado, seu plano de reformas estruturais, sem abandonar o estímulo à mobilização política, ao mesmo tempo em que mantinha a obsessão da autonomia política frente aos demais partidos.

Mas, mais do que isso, entendemos que o partido e o governo democrata cristão mostraram as limitações do seu projeto de transformação na medida em que reuniam interesses de importantes grupos empresariais vinculados aos setores da construção, do capital financeiro, da indústria e das novas formas de penetração imperialista no país. Setores que exerceram influência suficiente para não permitir mudanças significativas na estrutura de dominação. Assim, a aplicação das suas reformas estruturais se mostrou bastante incipiente no que se refere à adoção de novas formas de gestão, de propriedade e de integração social. Embora atualizada em alguns aspectos, sua política mostrava continuidade com o reformismo antioligárquico adotado nos anos trinta pela Frente Popular. (AGGIO, 2002, p.102)

A distribuição de renda, por exemplo, melhorou levemente, mas favoreceu os extratos de renda média, enquanto que os operários, camponeses e trabalhadores autônomos conseguiram evitar a deterioração da sua posição relativa por meio da sua organização e pressão política. Ainda que o sistema econômico garantisse acesso gradual a certos grupos urbanos, não era capaz de absorver as demandas redistributivas da grande massa trabalhadora.

Distribuição da Renda no Chile segundo categoria ocupacional 1960-70

	1960	1964	1970
Empregadores	27,10%	36,10%	33%
Trabalhadores autônomos	21,20%	17,10%	12,40%
Empregados	29,50%	26,50%	34,20%
Operários	22,20%	20,30%	20,40%

Fonte: BITAR, 1980, p.39.

Promover a “participação receptiva” da sociedade envolvia a necessidade de transformar a base econômica para promover o acesso aos bens essenciais. E a “participação contributiva” nas estruturas decisórias envolvia a transformação de grande parte da institucionalidade tradicional chilena. Nenhuma destas duas tarefas foi desenvolvida a fundo pelo governo democrata-cristão, o que abriu brechas através das quais

o trabalho dos setores políticos da esquerda adquiriria um novo corpo, principalmente, entre os pobladores. Por um lado, com a mobilização dos sem casa em ocupações de terrenos, especialmente pela incapacidade do sistema para resolver estas demandas. E por outro, as formulações de um “poder popular”, que implicava numa nova organização.

O projeto da Democracia Cristã, que impulsionou um vasto movimento de mobilização popular, frustrou as suas expectativas depois de tê-las incentivado. Além de enfrentar os questionamentos no próprio grupo para aprofundar o plano de reformas, que acarretaria em cisões, crescia o descontentamento popular. A partir do final de 1967, o que se assistiu foi uma intensa agitação social no sentido de pressionar o governo para tornar efetivas as promessas do seu programa. Trabalhadores rurais, operários, estudantes, movimentos de pobladores e de sem-casa se mobilizaram em ações cada vez menos contornáveis pelo governo, rompendo assim os frágeis laços que mantinham a base de apoio à Democracia Cristã. Colocava-se em xeque a via proposta pelo centro e se abriam os caminhos para o questionamento àquele sistema e para uma nova proposta de transformação como uma possibilidade.

É interessante notar como a Democracia Cristã obteve êxito na influência política durante os primeiros anos do seu governo, por meio das suas políticas sociais e de integração. Mas, a assimilação das lutas sociais teve o seu contraponto no momento em que as contradições do seu governo passaram a não responder a questões sociais urgentes do país. Ao final do governo democrata-cristão e na passagem para o governo da Unidade Popular houve uma reapropriação pelos movimentos sociais das organizações institucionais criadas ou estimuladas no período. Muitos militantes da esquerda passaram a fundar ou fazer parte das organizações de base constituídas pela DC nos bairros e demais organizações, como cooperativas, sindicatos e federações para pressionar o seu fundador.

Além disso, o descontentamento popular com os resultados da Revolução em Liberdade, aliado à nova estratégia de inserção da esquerda nas diversas frentes da mobilização social, junto ao crescimento do MIR entre os diferentes movimentos dos trabalhadores e estudantes com a sua ação direta fizeram com que as organizações sofressem um rearranjo político. Dóris Viveros e Guacolda Ríberos, respectivamente, são exemplos deste processo:

Eu estava muito metida na *población*, a escola estava muito metida na *población*, então eu fiz um trabalho nas duas partes. [...] Aí formamos o sindicato e

começamos a fazer um trabalho, armamos núcleos de trabalho socialistas com um grupo de companheiras, mulheres que eram todas socialistas. Formamos um núcleo forte socialista porque nos cabia brigar com a Democracia Cristã, porque era o tempo do Frei, foi muito forte. [...] Então nós começamos a trabalhar e eu fui presidenta da *Junta de Vecinos*. Como começamos a ter muita hegemonia, e as pessoas começaram a trabalhar com a gente sem serem socialistas. O núcleo eram alguns que eram entendidos de política, mas a comunidade não, e começaram a respeitar. [...] Começamos a fazer, a tomar terrenos, organizamos *tomas* de terreno. A Laura Allende me ajudou aí, que era irmã de Salvador Allende e era deputada nessa época.¹⁵⁵ [Tradução minha]

Eu fazia alguma coisa [campanha] aqui porque aqui tinha muita gente Demócrata Cristã. Havia um deputado democrata-cristão ou prefeito, uma coisa assim. Nos acompanhava uma assistente social que era bem jovenzinha [...] e ela era de esquerda, de que partido eu não lembro. Em todo caso, ela nos ajudou muito. E o pessoal da Democracia Cristã mandava, mandavam aqui. Mas, nos demos conta que a gente da UP éramos mais e brigamos pelo Centro de Mães. E tinha que fazer a eleição. Começamos a nos situar, quantas éramos, quantas não éramos e dissemos: “você vai por este, você por este e você por este outro [cargo]”. E toda a direção saiu pela UP depois, todas partidárias do Allende. E eu era a tesoureira.¹⁵⁶ [tradução minha]

Dóris e Guacolda nos dão exemplos da reapropriação dos canais criados pelo governo, buscando fortalecer e reorganizar as lutas populares. Neste caso, utilizaram-se dos centros de mães para organizar a luta pela moradia e para a campanha política da Unidade Popular. Encontramos outros casos exemplares desta sobreposição da lógica da luta popular sobre os limites institucionais, como em episódios de mobilização contra a alta do custo e vida, de denúncias de más condições de vida dos trabalhadores mineiros, como ocorreu em Lota, e a associação de diferentes organizações para pressionar por temas diversos.¹⁵⁷

Nesta conjuntura começam a se redefinir as adesões políticas. Muitos trabalhadores aderiram à Democracia Cristã e mantiveram a firme militância no partido e nas suas organizações, definindo-o como o portador da verdadeira Revolução.¹⁵⁸ Enquanto que outros mostraram a frágil aliança com o partido de centro, unindo-se a ações diretas que atentavam contra aquele modelo promovido pelo governo de centro. Este cenário ganhou força e se radicalizou durante o governo da Unidade Popular, como veremos adiante.

Em 1969, por exemplo, os números dão indicadores da heterogeneidade que adquiriu a conformação da *Junta de Vecinos* em parte das *poblaciones* de Santiago e

¹⁵⁵ Depoimento de Dóris Viveros à autora. Lonquén, 07 de junho de 2009.

¹⁵⁶ Depoimento de Guacolda Rodríguez Riberos à autora. Santiago, 11 de outubro de 2011.

¹⁵⁷ “Denuncia centro de madres de Lota: mineros de Lota no ganan ni para comer.” *El Siglo*, Santiago, 18 de septiembre de 1969, p.7. “Trabajadores forman comando contra las alzas.” *El Siglo*, Santiago, 31 de Enero de 1969, p.9.

¹⁵⁸ “Mostremos a Fidel Castro que podemos fazer uma Revolução verdadeira e com liberdade...” Frase atribuída a um poblador entusiasmado com a visita do presidente Eduardo Frei a uma población de emergência. *La Nación*, Santiago, 5 de septiembre de 1966, p.12.

mostram a importante presença de operários sindicalizados que participavam da organização, totalizando 70%. Mas, ao mesmo tempo, a *población* Lo Ferrer apresentava a maior participação dos trabalhadores informais, registrando a integração de 94% deles.

Quando questionados se concebiam a *Junta de Vecinos* como um instrumento do governo (no sentido negativo), as *poblaciones* Villa 4 de Septiembre e Lo Ferrer lideravam a resistência, com 60% de respostas afirmativas em cada uma. Mas, nesta última, mesmo com esta percepção sobre o caráter da organização, somente 19% destes não participavam da Junta, enquanto que 60% dos que responderam afirmativamente em Villa 4 de Septiembre não participavam. Segundo Vanderschueren (1971, p.80), em Villa, boa parte da infra-estrutura já estava pronta, e em Lo Ferrer os pobladores mostravam grande consciência da sua capacidade de auto-organização e toda intervenção era vista como controle. As críticas se dirigiam ao controle organizativo por parte do Estado.¹⁵⁹

Os limites da harmonia social

A questão poblacional, tão afetada por interesses empresariais, como vimos no capítulo anterior, começava então a ultrapassar os planos do governo. As promessas da *Operación Sitio* não se cumpriam e se ampliavam as denúncias de transferências de famílias para terrenos sem estrutura, de pessoas que pagavam por suas casas ou terrenos e não os recebiam, e de longos trâmites burocráticos que não respondiam às necessidades por moradia ou infra-estrutura.

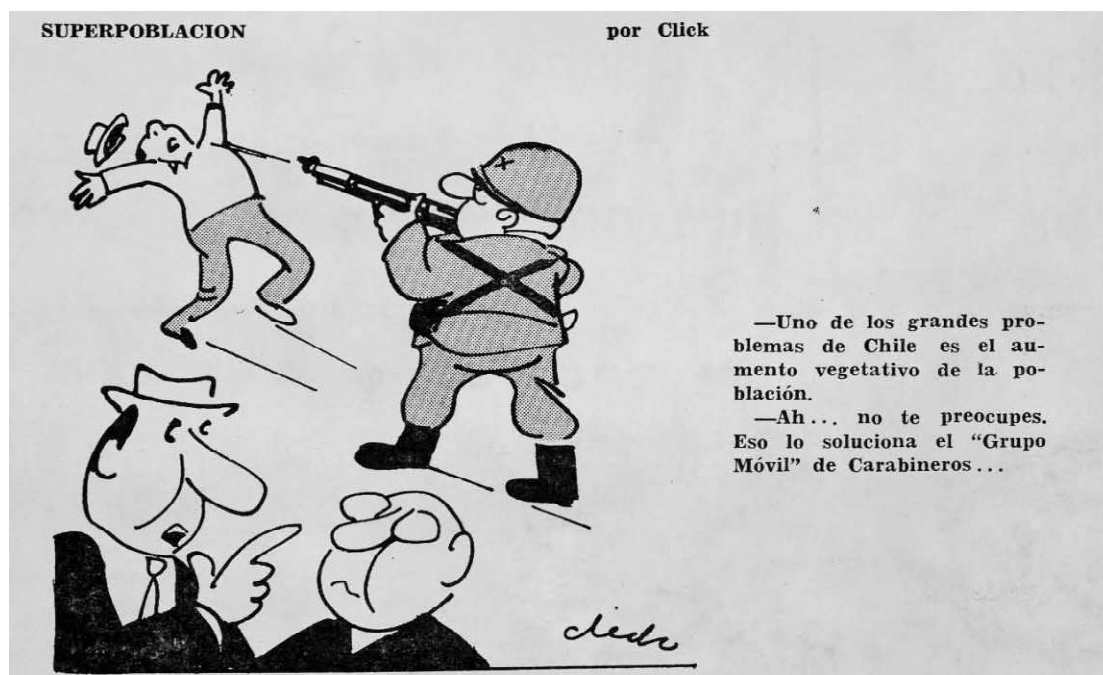
Generalizavam-se as ocupações de propriedades urbanas de tal forma que 10% da população de Santiago passou a ter acesso a terrenos ou casas por via de ocupações.¹⁶⁰ A partir daí, o dilema que se apresentou ao governo era deter ou controlar o movimento dos sem casa, pela força se fosse necessário, ajustando-os aos seus planos de habitação, ou encontrar novas formas de diálogo e integração dos mais pobres do mundo urbano. Este

¹⁵⁹ A pesquisa foi realizada em 1969 nas poblaciones Villa 4 de Septiembre, Robert Kennedy, Santa Olga, La Faena, Manuel Rodríguez e Lo Ferrer. Os trabalhadores informais, como vendedores ambulantes e carregadores, são identificados como lumpem pelo pesquisador.

¹⁶⁰ “Sin casa de Conchalí peleando derrotaron tramitación. Mil familias em toma de terreno”. *El Siglo*, Santiago, 27 de octubre de 1968, p.1. “Se inició traslado de callampas a sitios sin urbanización alguna.” *El Siglo*, Santiago, 27 de diciembre de 1968, p.5. “Marcha sobre Santiago harán sin casas de Barrancas”. *El Siglo*, Santiago, 22 de Enero de 1969, p.6. “Violento desalojo de pobladores en Barrancas”. *Las Noticias de Última hora*, Santiago, 9 de Febrero de 1969, p.16. “Denuncian condiciones de vida de nivel sub-humano.” *Las Noticias de Última Hora*, Santiago, 10 de marzo de 1969, p.7. “2200 familias entregadas a su suerte en Conchalí: empezaron enfermedades.” *Las Noticias de Última Hora*, Santiago, 16 de noviembre de 1969, p.4.

processo teve então episódios significativos da pressão popular, da radicalização e politização do movimento de pobladores, expressada na formação do acampamento “26 de Enero”, que citamos no capítulo anterior, bem como da forte repressão a que recorreria o governo, como no massacre ocorrido na *toma* de Puerto Montt, no início de 1969.

Em Puerto Montt, cidade situada há mais de mil km ao sul de Santiago, 70 famílias de sem-teto se instalaram em terrenos abandonados situados a 3 km do centro da cidade. Foi aplicada a violência contra essas famílias, que responderam com paus e pedras, mas sofreram a reação a tiros da polícia. O episódio de Puerto Montt teve grande repercussão no país, gerando, quatro dias depois, uma grande manifestação em Santiago contra a repressão policial que resultou em 9 mortes, num fato que gerou a perda de legitimidade da DC também entre os seus militantes. Os freqüentes atos repressivos do governo, praticados pelo seu então recém criado Grupo móvel da polícia, afetavam a credibilidade “humanista e revolucionária” do partido do governo que havia se comprometido a integrar socialmente os “marginalizados”.



Charge referente ao Massacre de Puerto Montt em artigo apontava a responsabilidade do governo. “Señor Frei: Ud. Es responsable”. *Punto Final*, Santiago. Año III, Martes 25 Marzo, n.77, 1969, p. 5.

Além da generalização da prática de ocupações de terrenos e propriedades urbanas, a situação no campo também se viu fortemente agravada pelas greves e pelas *tomas*

realizadas por aqueles que não tinham se beneficiado da reforma agrária, situação agravada pelo endurecimento das posições dos latifundiários em defesa das suas propriedades com a formação de milícias rurais, as chamadas *guardias blancas*. O número de greves no campo saltou de 39, em 1964, para 1580, no ano de 1970.

Os empresários reagiam, pressionando o governo para conter a reforma agrária, desestimular a organização popular, limitar o controle de preços, restringir as remunerações, deter a elevação dos impostos e facilitar o ganho de maiores lucros. O governo tentou limitar o conflito, diminuindo o ritmo da reforma, mas as pressões das bases e de setores progressistas do seu próprio partido só se ampliavam. Segundo Bitar (1980), a partir do terceiro ano de governo se escancarou a contradição da administração Frei. O ritmo de crescimento foi reduzido drasticamente com medidas restritivas, enquanto a inflação se acelerava, afetando os progressos redistributivos iniciais. O governo sofria, portanto, as conseqüências da adoção de um modelo de desenvolvimento que mantinha intacta a estrutura econômica e que ao mesmo tempo estimulava a ampliação da mobilização social.

No meio operário, os piores conflitos se deram em torno de duas questões. Primeiramente, em 1966, durante uma paralisação na mina El Salvador, e depois, em 1967, com a convocação de uma greve geral pela CUT. O primeiro episódio ocorreu quando operários da mina El Salvador decidiram paralisar suas atividades em solidariedade aos trabalhadores da mina El Teniente que se encontravam em greve havia 62 dias. O governo ordenou a retomada das atividades.

Os operários não retomaram e, enquanto se reuniam com representantes dos partidos de esquerda na sede do sindicato, o tenente coronel Manuel Pinochet, que havia sido nomeado chefe da mina, ordenou a invasão do sindicato. O saldo desta reação foi o enfrentamento entre cerca de mil trabalhadores e as forças policiais, que resultou na morte de 7 mineiros. Como em outros episódios, o governo justificou a sua ação culpando a esquerda e as ações radicais das lideranças operárias “contra os interesses nacionais”.¹⁶¹

A greve geral convocada pela Central Única dos Trabalhadores tinha por objetivo frear uma estratégia econômica a ser adotada pelo governo que prejudicaria a política salarial do ano seguinte. Enfrentando uma ampliação da demanda de bens devido ao ligeiro

¹⁶¹ “El cobre se tino de rojo”. *Las Ultimas Noticias*, Santiago, 12 de marzo de 1966, p.2.

aumento da renda das camadas populares e das camadas médias, o governo teria que solucionar o problema da falta de investimentos, que era o resultado da pressão de setores empresariais pela mudança na política econômica do governo. A pressão popular podia limitar a capacidade de acumulação do setor privado e essa tensão social foi alterando o seu comportamento, fazendo com que seus representantes passassem a preferir atividades de maior liquidez, diminuíssem cada vez mais os investimentos em outros projetos e adotassem ações de especulação e a evasão de capitais do país. (BITAR, 1980, p.42)

Para solucionar a questão, o governo enviou ao Congresso um projeto de lei que satisfazia as demandas dos investidores: a criação do Fundo Nacional, que seria criado com dinheiro deduzido dos aumentos de salário em 1968, os quais seriam pagos aos trabalhadores só parcialmente em dinheiro e o restante em bônus desse fundo. Juntamente com esta proposta, o governo tentava aprovar uma lei que restringiria o direito de greve dos trabalhadores, já temendo uma reação em massa mobilizada pela oposição. Esta proposta, que não foi aprovada no parlamento, levou ao confronto mais importante entre governo e oposição de esquerda. Durante a paralisação nacional de novembro de 1967 houve 6 mortos nos choques entre grevistas, polícia e Forças Armadas colocadas nas ruas nesta ocasião. (YOCELEVSKI, 1987, p.270)

Evidentemente, estes dois casos citados são exemplos de episódios de grande repercussão na imprensa pela grandeza da mobilização e por sua relevância política ao envolver trabalhadores do setor estratégico da economia nacional, que era a exploração do cobre. E depois pela expressiva pressão exercida pela CUT, liderada pela esquerda numa conjuntura de demarcação de espaços na disputa política que se seguiria. Mas, é importante observar a amplitude que adquiriu o conflito trabalhista e a generalização de movimentos grevistas e de enfrentamento com atos diretos.

A ampliação da participação política e o fortalecimento das organizações sociais criaram uma forte pressão sobre o sistema, que somada ao estímulo dos partidos políticos, gerou a intensificação do conflito social. Dois indicadores podem demonstrar o nível de conflito do período, sendo um deles o número de greves ocorridas e ações diretas, especialmente por meio da ocupação de fábricas até o ano de 1970:

Ano	Número de greves	Número de grevistas	Número de filiados aos sindicatos
1960	257	88.418	232.417
1964	564	138.474	270.542
1965	723	182.359	292.653
1966	1.073	195.435	350.516
1967	1.114	225.470	406.186
1968	1.124	292.794	499.761
1969	1.277	362.010	530.784
1970	1.819	656.170	551.086

Fonte: BORÓN, 1975, p.92-93.

Ocupação de propriedades, terrenos urbanos e fábricas, 1968-1970			
	1968	1969	1970
Propriedades	16	121	368
Terrenos urbanos	15	26	352
Fábricas	5	24	133

Fonte: BORÓN, 1975, p.99.

Numa conjuntura de fortes debates e pressões em torno da questão da nacionalização do cobre, o setor mineiro vivenciou uma explosão de greves e reivindicações que acarretavam num importante desafio político para Eduardo Frei e, mais tarde, para Salvador Allende. Além de reivindicações salariais, foram registradas queixas por falta de segurança para o trabalho dos mineiros. A falta de moradia para os operários nos acampamentos estava entre as queixas dos trabalhadores das minas de El Teniente e de Potrerillos, nas quais esse problema atingia cerca de 1500 trabalhadores. Eles também exigiam 70% de reajuste e o congelamento dos preços na *pulpería*. Reivindicações desta natureza estão presentes em muitos dos conflitos registrados pela imprensa, que também retratam campanhas favoráveis à nacionalização total do cobre.¹⁶²

Vale notar que muitos dos temas suscitados pela ideologia Democrata Cristã ganharam força entre os sindicatos, fosse em sua defesa ou contrárias a sua implantação. A

¹⁶² *Pulpería*, como vimos no Capítulo I, é o armazém vinculado à mineradora onde se vendiam os produtos de primeira necessidade aos operários do acampamento. “Conflictos del cobre: mañana empiezan conversaciones”. **El Siglo**, Santiago, 29 de diciembre de 1968, p.8. “Total el paro em Chuqui”. **El Siglo**, Santiago, 7 de febrero de 1969, p.4. “‘Oficina Alemania’: campo de concentración para 700 mineros del salitre”. **Las Noticias de Última Hora**, Santiago, 3 de abril de 1969, p.6. “Huelga en la Anaconda”. **Las Noticias de Última Hora**, Santiago, 30 de junio de 1969, p.7. “Lota inicia cadena de actos por la nacionalización.” **El Siglo**, Santiago, 12 de julio de 1969, p.3. “Inminente huelga de trabajadores del carbón.” **Las Noticias de Última Hora**, Santiago, 6 de agosto de 1969, p.5. “Esta mañana se inició huelga en El Teniente.” **Las Noticias de Última Hora**, Santiago, 3 de octubre de 1969, p.2.

proposta do governo de restrição ao direito de greve, por exemplo, esteve entre um dos principais motivadores de inúmeras paralisações registradas naquele ano.¹⁶³ As notícias dos jornais também nos dão indicativos da onda de mobilização, inclusive naqueles sindicatos em que houve ingerência da Democracia Cristã, como no Sindicato Bata, cujos membros da cooperativa ocuparam o Ministério do Trabalho para reivindicar o pagamento dos salários atrasados.¹⁶⁴

Já a indústria têxtil Sumar S.A, por exemplo, era dividida em diferentes setores de produção, como a Algodão, Seda, Nylon e Polyester, tendo cada um deles o seu sindicato. No ano de 1968, seus sindicatos apresentaram como reivindicações em uma greve o direito de se unirem em um só órgão representativo, o que ia de encontro à proposta do governo de descentralizar a representatividade operária nas empresas. Os sindicatos reivindicavam também o cumprimento por parte da empresa de contribuir com 5% do faturamento para a política de bem estar voltada para os funcionários, com o fomento ao esporte, o atendimento médico e, especialmente no âmbito habitacional, política amplamente divulgada pela DC.¹⁶⁵

O governo que se legitimou por meio de uma proposta de integração e de transformação via então questionada a sua reforma, especialmente quando passou a adotar a prática da repressão à mobilização social, opressão que já recorrente na história do país. O ambiente de frustração e de descontentamento se radicalizaria e ganharia força quando associado à nova estratégia da esquerda adotada em meio à já flagrante polarização política que se intensificaria posteriormente, no governo da Unidade Popular.

A Democracia Cristã ganhou força com base no discurso da mudança, que apresentava a “organização popular” como uma novidade na vida política e social no país, dando-lhe um estatuto de legitimidade porque atrelado e reconhecido pelo Estado sob o prisma da ordem. Apropriando-se das experiências já vivenciadas pelos trabalhadores, o que o governo realizou foi uma estruturação destas organizações, aproximando-as dos mecanismos institucionais para a “concessão” de direitos sociais a estes cidadãos.

¹⁶³“Textiles y metalurgicos listos para defender derecho de huelga.” *El Siglo*, Santiago, 27 de diciembre de 1968, p.4.

¹⁶⁴“Trabajadores se movilizan por su plataforma de lucha. *El Siglo*, Santiago, 9 de septiembre de 1969, p.6.

¹⁶⁴“Sindicatos rechazan presunta reanudación de faenas em Bata”. *La Nación*, Santiago, 13 de octubre de 1968, p.22.

“Obreros se tomaron Ministerio del Trabajo”. *El Siglo*, Santiago, 11 de enero de 1969, p.7.

¹⁶⁵ “Se unieron sindicatos de Sumar.” *El Siglo*, Santiago, 27 de diciembre de 1968, p.3.

Essa auto-imagem construída pela Democracia Cristã como a inauguradora de uma nova sociabilidade pautada na solidariedade e na organização foi reproduzida por uma historiografia que de certa forma visualiza neste contexto, que podemos considerar de fortalecimento das organizações, o despertar de uma marginalidade que “não tinha rosto nem lugar nas tarefas nacionais” (WHITTLE, 1984, p.61) E esta desconsidera o histórico de lutas, as diferentes experiências de organização e a capacidade de enfrentamento com as classes dominantes no Chile, que pudemos demonstrar até aqui, definindo como “novos” os mecanismos de pressão, como as *tomas* de terrenos e de fábricas, e as demandas sociais. (CORREA; CONSUELO, 2001, p.256) e (ROSENCRAKZ; POLLACK, 1976).

A década de 1960 caracterizou-se pela expectativa de mudança expressa em diferentes facetas nos projetos de mudança estrutural do país. Mas, as urgências pelas transformações suscitadas na década de 1960 foram resultado das propostas impulsionadas no mundo político, institucional e intelectual, mais como uma resposta às mudanças sociais que vinham se produzindo desde o início do século do que como uma dádiva de um grupo progressista. Mudanças, como o grande crescimento demográfico sustentado numa progressiva migração do mundo rural para as cidades, com o conseqüente surgimento de uma nova etapa de formação da classe trabalhadora, e da pressão pela incorporação de sujeitos até então excluídos da participação institucional, como os camponeses e as mulheres, grupos que passaram a constituir um novo elemento de influência.

O governo adotou uma estratégia destinada a aglutinar o apoio popular e difundir a sua ideologia sobre vastos segmentos dos setores populares. Esse programa lhe rendeu adesão em alguns setores, mas muitas organizações assumiram orientações distintas e se voltaram contra seus promotores. O que se assistiu no final dos anos sessenta foi a explosão das ações populares conjuntamente com o fortalecimento das estruturas de organização e das lideranças que contribuíram para dinamizar aquele processo de mobilização popular. Esse impulso do movimento popular já dava indícios da radicalização que seria vivida em várias frentes das linhas do antagonismo de classes, no campo, nas fábricas e nas comunidades, e dinamizando o aparato político da esquerda. (BORÓN, 1975, p.100).

A intensificação dos conflitos sociais neste contexto mostra o questionamento àquele modelo de desenvolvimento excludente. Se para alguns analistas a linha de continuidade entre a Democracia Cristã e a Unidade Popular está na proposta de ascensão

ao padrão de vida e de consumo das classes médias, definindo o período como o da “revolução das expectativas” (ROSENKRAKZ; POLLACK, 1976), entendendo que esta linha está fundamentalmente na mobilização política proposta e gerada, tendo como eixo, ainda que de formas distintas, a promoção do sujeito político. Evidentemente, o aspecto do aumento da renda e do acesso ao consumo tinha grande relevância nas suas propostas, e numa sociedade com amplas desigualdades exerce um apelo fundamental. Mas, a mobilização dos trabalhadores revela outros aspectos que vão muito além do acesso à geladeira. A essa nova etapa do conflito de classes a prédica da harmonia de interesses entre exploradores e explorados já não era capaz de dar uma resposta satisfatória. E as reivindicações dos trabalhadores em torno da participação e da atenção aos seus direitos se ampliaram e encontraram eco num novo projeto político transformador.

Os caminhos à “via chilena”

A geração de 38’ e a radicalização socialista

O período do governo da Democracia Cristã marcou definitivamente a trajetória da esquerda chilena, que assistiu o fortalecimento do partido de centro com um discurso revolucionário e a sua crescente influência entre os setores populares. A partir de então, estava posto o desafio à esquerda de reconquistar os espaços ocupados pelos cristãos e mostrar a sua capacidade de traduzir a sua ideologia numa proposta concreta e ir além no projeto de transformação estrutural da sociedade chilena.

O processo de formação da Unidade Popular pode ser visualizado desde 1957, quando se deu a união da esquerda depois de intensos debates entre comunistas e socialistas. A proposta apresentada na ocasião foi a de uma revolução democrática de trabalhadores com vistas à formação da República Democrática dos Trabalhadores, com a tarefa de realizar os objetivos dos socialistas. Tarefas como “a socialização dos meios de produção e transformações de ordem política, econômica e social, com caráter antiimperialista, classista e democrático”, no intuito de ampliar a soberania popular e criar as condições para o socialismo. Com uma pequena ampliação do bloco, a aliança passou a

se denominar Frente de Ação Popular (FRAP), e disputou as eleições presidenciais de 1958.¹⁶⁶

Este processo solidificou o início da nova fase do movimento da esquerda chilena, bem como do momento que vivia o movimento operário, desde o início da década. As mudanças na esquerda, ocorridas através da crítica aos rumos adotados nas décadas anteriores, da proximidade programática e da agenda política colocada diante dela – com a reunificação do movimento sindical, lutas populares (greves gerais de 1954, 1955 e 1956) e a necessidade de redemocratização política após um governo repressivo –, comunistas e socialistas passaram a buscar uma composição eleitoral forte para a disputa de 1958. (AGGIO, 2002, p.89) Seguindo os pressupostos da tese da Frente dos Trabalhadores, a FRAP lançou como candidato à Presidência da República, Salvador Allende, sob a ordem “*un camino nuevo, un candidato popular y un programa de lucha*”. (JOBET, 1987, p.240)

A etapa de afirmação de uma “identidade classista” começava a cristalizar em parte do grupo socialista uma proposta de aliança restrita aos trabalhadores para impulsionar um processo de transformação da sociedade chilena. É possível indicar que neste contexto começou a se afirmar a sobreposição da lógica de conflito de classes sobre a lógica presente nos anos iniciais do Partido Socialista, caracterizada por uma perspectiva de transformação mais conciliadora do que de confronto.

Neste contexto estão presentes as raízes da tensão ideológica que configurará a trajetória do socialismo até a quebra do regime democrático, em 1973, no que tange à estratégia a ser adotada rumo ao socialismo. Tensão derivada tanto dos traços das mudanças do sistema social, com novas pautas e demandas políticas e sociais, como do clima ideológico prevalecente na década de 1960.

Mas, ainda que parte da esquerda entendesse o sistema democrático como o invólucro do poder burguês, a vitória da Unidade Popular, em 1970, representava a culminação de décadas de participação socialista e comunista no sistema partidário pluralista chileno. Mais do que isso, representava também a vitória de uma geração encabeçada por Salvador Allende que teve como experiência chave da sua prática política a sua primeira participação governamental, ocorrida na coalizão da Frente Popular, era a

¹⁶⁶ A FRAP era constituída pelos grupos: Partido Socialista Popular, Partido Socialista do Chile (PS) e Partido Democrático Popular, além do Partido Comunista, que naquele momento se encontrava proscrito pela política de “democracia restrita”, aplicada pelo governo de Carlos Ibáñez del Campo.

denominada ‘geração de 38’. Como afirmou Allende, a experiência, apesar das suas limitações, foi decisiva porque o ensinou “a importância da aliança entre os trabalhadores e a classe média” e o convenceu de que “no Chile era possível construir o socialismo dentro das instituições políticas existentes”. (WINN, 2004, p.92) Linha que o guiou na consolidação da Unidade Popular.

Nascido de um contexto de lutas políticas que marcaram os anos vinte e trinta no Chile, o Partido Socialista desta geração se tornaria um partido de perfil *concertacionista*, ou seja, fundado numa base de acordos políticos e alianças. A trajetória do PS foi pautada na sua efetiva participação nos rumos políticos do país por meio de alianças e de compromissos com diferentes tendências, e por isso pode ser assim denominada.

Paulatinamente, e de acordo com as conjunturas históricas, o partido viveu um conflito interno com a predominância da lógica do conflito de classes na ideologia de outras lideranças. Essa mudança teve os seus intelectuais como idealizadores, em meio a um mosaico de ideias que compunham as teorias do partido que tinha uma base programática revolucionária e buscava assentar suas ideias fundamentalmente no modelo do socialismo científico. Essa trajetória de atuação institucional e de compromissos políticos, expressada especialmente na sua participação na Frente Popular, permite afirmar que o PS foi uma força política que contribuiu decisivamente para que a esquerda chilena adentrasse ao sistema político e o legitimasse como espaço de exercício do poder e de transformações. Mas é correto afirmar também que esse foi um dos principais motivos das suas crises internas.

Os socialistas seguiram com várias dissidências internas, tendo como pano de fundo a questão da sua identidade originária e das perspectivas quanto às formas de atuação no sistema político. As tensões vividas no interior do PS podem ser identificadas a cada década pelo impacto que os processos políticos e sociais e as suas modificações exerceram sobre o grupo, ampliando, gradativamente, o nível de radicalização desse partido.

A radicalização do socialismo chileno, característica do período de 1950 a 1970, que teve a sua germinação num momento de mudança das suas lideranças, trouxe consigo a generalização da ideia do atraso e do desajuste entre a “estrutura política” e a “infraestrutura econômica” do Chile. Esta foi uma das ideias centrais das formulações que animaram os grupos de esquerda do país. Esta nova etapa da esquerda chilena teve como

um dos seus principais fatores a atuação dos seus intelectuais na realização de uma renovação das orientações internas. Eles reconstituíram as principais categorias analíticas e do pensamento político que foram mobilizadas para concretizar um determinado projeto socialista, especialmente no intuito de acompanhar as transformações sociais do país. Estes intelectuais foram figuras centrais na defesa de tradições políticas e de esquemas ideológicos que significavam um rompimento com a cultura *concertacionista* característica do socialismo chileno até os anos quarenta. (CURY, 2007, p.46)

Esse novo pensamento era resultado do seu próprio desenvolvimento com a contribuição de elementos de origem ideológica, mas também do reflexo das pressões de certas disposições do movimento dos trabalhadores em plena efervescência no Chile. As ideias estavam em consonância com a perspectiva que se solidificaria na década de 1960, caracterizada pelo auge das propostas de transformações estruturais, e através das quais se identifica na esquerda a aposta no fim dos compromissos políticos característicos das décadas anteriores. E no novo centro político, na consolidação das ideias modernizadoras com mudanças estruturais, causando forte impacto sobre a proposta socialista e nos desdobramentos do governo da esquerda.

Todas as tensões presentes no interior da esquerda exerceriam seu impulso ao longo do governo da Unidade Popular. Os comunistas argumentavam que a coalizão comunista-socialista, nas eleições de 1958, não tinha sido capaz de captar amplos setores da classe trabalhadora, e propunham ampliar sua base popular, atraindo os setores progressistas e as bases políticas do centro. Para os comunistas, a aliança não deveria se restringir aos dois partidos da esquerda. Diferentemente do que pensavam os socialistas, para o PC, os inimigos eram as forças imperialistas e oligárquicas, e não a Democracia Cristã ou outras forças do centro. A sua proposta consistia, portanto, em constituir uma aliança ampla para as eleições presidenciais de 1970.¹⁶⁷

Os socialistas chegaram a conclusões extremas, pensando que a derrota da aliança na ocasião demonstrava ser uma ilusão esperar que os trabalhadores chegassem ao poder através do voto. No entanto, após intensos debates internos, a direção do PS concluiu que todas as formas de luta seriam adotadas com objetivos revolucionários, e que era um “falso

¹⁶⁷Esta proposição do PC se aproximava da tese do PCUS de que na América Latina a transição ao socialismo implicava a construção de um Estado Nacional Democrático, entendendo que a sua conquista não dependia do papel de vanguarda dos PCs, mas sim das forças progressistas da nação. Cf. AGGIO, op. cit, 2002, p. 106.

dilema estabelecer o embate entre via eleitoral e a via insurrecional”, fortemente imbuído da concepção instrumental acerca da democracia. Em texto redigido pelo dirigente Adonis Sepúlveda, aprovou-se o texto que defendia a seguinte ideia:

[...] o partido tem um objetivo, e para alcançá-lo deverá usar os métodos e os meios que a luta revolucionária julgar necessários. A insurreição ocorrerá quando a direção do movimento popular compreender que o processo social que ela mesma impulsionou, chegou a sua maturidade e se disponha para servir de parteira da revolução. (JOBET, 1987, p.297) [Tradução minha]

Fortalecia-se no Partido Socialista uma tendência que defendia a necessidade do confronto de classes e da insurreição popular como a única possibilidade de construção do socialismo no Chile, linha que foi confirmada nos Congressos de Linares, em 1965, e de Chillán, em 1967, como efeito da ameaça democrata cristã sentida pelos socialistas. O documento de 1965 assegurava que as “condições objetivas” para a revolução chilena já estavam dadas, e que o problema residia nas “condições subjetivas”. Era necessário preparar o partido para a “inevitabilidade do confronto”.

A forte liderança política de Salvador Allende seria decisiva nos rumos do partido nos anos seguintes. Allende não ocupava nenhum cargo expressivo na direção partidária naquele momento, sendo-lhe negada até mesmo a sua inclusão no Comitê Central (CC) do partido no congresso de 1967, já que se posicionava contra as teses da sua agremiação. No entanto, seu nome foi recomendado novamente como candidato à Presidência, em 1970. Na reunião do CC que decidiu a candidatura socialista, Allende foi indicado candidato, demonstrando a forte liderança política que era exercida pelo dirigente internamente, e reconhecidamente, entre os setores populares. De fato, o apoio popular a Allende fica demonstrado em diversos depoimentos de trabalhadores que votavam no candidato socialista, afirmando serem, mais do que socialistas, *allendistas*.

A “via chilena” ao socialismo

Eleita em 1970, a Unidade Popular (UP) congregava diferentes forças do cenário político chileno e abarcava os principais partidos da esquerda nacional, como o Partido Comunista, o Partido Socialista, e representantes menos expressivos, como o Movimento de Ação Popular Unificado (MAPU), grupo egresso da Democracia Cristã, e o Partido Radical, que havia sido uma das lideranças fundamentais do centro político e, posteriormente contou com o ingresso da Izquierda Cristiana (IC).

Durante as eleições, enquanto a direita apostava na imagem de Jorge Alessandri como a encarnação do passado patricio chileno, remetendo à tranquilidade e à tradição, a Democracia Cristã dava seguimento a sua estratégia de se apresentar como a alternativa mais responsável e moderna para o futuro do país. Ambos contavam com forte aparato institucional, o primeiro com o apoio dos EUA, a imprensa e a elite nacional, enquanto que Radomiro Tomic, da DC, tinha o suporte governamental, da Igreja e dos setores médios e populares que se mantinham fiel ao partido.

Comparativamente, várias proposições da candidatura de Radomiro Tomic eram semelhantes às apresentadas pela Unidade Popular. Seu discurso, apoiado pelos setores mais progressistas da DC, também enfatizava a necessidade de transformações estruturais importantes e da continuidade das mudanças iniciadas por Frei, com a nacionalização do cobre e uma aceleração da reforma agrária.¹⁶⁸ A política econômica também apresentava aspectos semelhantes com ênfase em medidas redistributivas, na aceleração do crescimento, no aumento da produção de bens de consumo essenciais, controle da inflação e redução da dependência externa.

A diferença entre ambos estaria, principalmente, no alcance das estatizações, uma vez que as alterações nas formas de propriedade das grandes empresas, por exemplo, não mereceu tanta atenção no programa de centro. Por outro lado, ambos enfatizavam a importância da participação dos trabalhadores. Tomic defendia a criação das “empresas dos trabalhadores”, através da aquisição de empresas privadas ou da criação de outras que seriam geridas por seus empregados e operários. Mas, assim como o projeto da UP, o programa de Tomic falava em permitir a participação “do povo organizado nos centros decisivos de poder” sem apresentar para isso um projeto claro de transformação institucional.¹⁶⁹

O projeto da Unidade Popular, apostando na imagem de país politicamente maduro e democrático, visava a construção do socialismo nos marcos da institucionalidade, por meio de amplas transformações estruturais na sociedade chilena. Baseava-se numa forte crítica às experiências de reforma adotadas por diferentes governos do país, especialmente pela Democracia Cristã, reclamando um plano de ação mais profundo para substituir a estrutura econômica dominante. Era um pressuposto que esse processo requeria uma etapa

¹⁶⁸ “Programa de Tomic.” *El Clarín*, Santiago, 14 de Julio de 1970, anexo, p.6.

¹⁶⁹ “Programa de Tomic.” *El Clarín*, Santiago, 14 de Julio de 1970, anexo, p.4.

de transição, na qual o Estado, intervindo de forma direta na economia, iria realizar as transformações destinadas à socialização dos meios de produção.

A concentração econômica e da propriedade no país e a conseqüente concentração do poder dos centros de controle estratégico de decisão acarretavam na imbricação entre o poder econômico e o poder político que dava origem a um sistema reprodutor dessa situação. E essa alta concentração implicava em que o controle podia se alterar mediante mudança nas formas de propriedade em um número limitado de grandes empresas de oligopólio e propriedades agrícolas extensas e sem uma intervenção maciça e generalizada sobre todo o sistema econômico. Este era o diagnóstico feito pela Unidade Popular para traçar a estratégia de mudanças, cujo núcleo fundamental estaria numa modificação das relações de propriedade e de controle nos centros de comando da economia.

Para compreendermos melhor como se dava essa concentração do controle dos centros estratégicos, vale citar alguns dados da economia chilena do período: no setor agrícola, em 1965, 2% das propriedades englobavam 55,4% da superfície; no setor mineiro, três companhias estrangeiras dominavam a produção do cobre, sendo que 75% das exportações do país se constituíram desse minério, em 1970, e 50% destas foram negociadas pelas empresas norte-americanas. Em 1963, 3% dos estabelecimentos industriais controlavam 51% do valor agregado, 44% da ocupação e 58% do capital de todo o setor; nas maiores 271 sociedades anônimas verificou-se que os dez maiores acionistas controlavam pelo menos 50% da propriedade, em 230 delas. Estes dados não abarcam a intersecção entre bancos e indústrias, que dão resultados ainda mais alarmantes da concentração de poder.¹⁷⁰ (BITAR, 1980, p.33-34)

No que se refere à concentração de renda, sua distribuição apontava para diferenças que permitia visualizar uma elite com um nível de vida similar ao dos extratos médio-altos dos países desenvolvidos, enquanto que uma importante proporção da população não satisfazia suas necessidades básicas: enquanto 10% dos mais pobres da população recebiam 1,5% da renda, em 1967, 10% dos mais ricos concentravam 40,2%, e 25% da população viviam em condições de extrema pobreza, em 1970. (BITAR, 1980, p.35)

¹⁷⁰ No âmbito industrial, o Banco de Chile, o Banco Sudamericano e a família Edwards controlavam, em 1970, 70% de todo o capital industrial chileno. As famílias Alessandri, Yarur, Matte e Edwards eram dominantes no ramo industrial. Através de 284 empresas, eram proprietários de 78% das ações, e em 60% destas empresas, os 10 maiores acionistas eram donos de 90% das ações; 3% dos estabelecimentos geravam 51% do valor agregado industrial com 58% do capital, e controlando 52% dos excedentes brutos. Cf. SILVA, Miguel. **Los Cordones Industriales y el Socialismo Desde Abajo**. Santiago, Lizzor, 1998, p.10.

Além disso, a modalidade de inserção da economia chilena no sistema internacional começou a mudar na década de sessenta, que passou a contar com a crescente expansão das grandes corporações transnacionais no setor industrial, possibilitando a elaboração de produtos destinados a grupos de maiores rendas, como citamos no item anterior. E, politicamente, essa relação significou uma interpenetração dos interesses dos grandes proprietários nacionais com as empresas estrangeiras.

A adoção do regime de propriedade estatal com a criação de áreas diferenciadas de economia, como a Mista e a Social, era vista pela Unidade Popular como uma solução para este problema da concentração de riqueza e poder. Portanto, os bancos privados e as empresas de seguros que monopolizavam os créditos em benefício de reduzidos grupos financeiros também seriam nacionalizados. A UP visava, assim, transformar a estrutura econômica e social do país, priorizando o seu desenvolvimento sobre o lucro privado, a planificação estatal substituiria a “irracionalidade do mercado” como mecanismo de regulação. Além disso, entendia-se que o poder das políticas governamentais influenciaria o maior número de empresas que permanecessem no setor privado ou que fossem incorporadas à área mista.

Na agricultura, o programa de reforma agrária, já iniciado no governo Frei, não só seria ampliado como teria uma nova orientação social, na qual a prioridade era formar propriedades cooperativas, e não a formação de pequenos proprietários, como no governo anterior. Assim, seriam alcançados os objetivos da Unidade Popular, de acabar com o latifúndio, o monopólio nacional e estrangeiro para iniciar a construção do socialismo. Assim, notamos que o caráter antimonopolista e antiimperialista denotava a estratégia a ser seguida pelo governo de Allende.

Outra característica central se vê na composição social de suporte da aliança. Diferentemente do caráter classista estabelecido por outros membros socialistas, Allende atribuía não só à classe trabalhadora a função de instaurar o novo regime e de cumprir o programa socialista, mas, visando ampliar a sua base de apoio, estendia a tarefa também a outros setores sociais e grupos políticos. Deveria ficar de fora do movimento quem não estivesse comprometido com a transformação do país. A lógica nação – antinação parece suplantar o nexo da luta de classes presente na proposta dos demais socialistas. Como nota-se na sua afirmação:

Se sustentarmos que no cumprimento da etapa que temos adiante devem ter participação outros setores médios e da burguesia, é lógico que contemplemos para eles um lugar destacado na instauração de um novo regime e no exercício de um novo governo. E não se trata de uma participação passiva e subordinada, mas de uma colaboração efetiva em prol de soluções que são para eles de inegável benefício.¹⁷¹ [Tradução minha]

Esta proposta de aliança ampla se apresenta na estratégia de formação da área social por meio de expropriações, quando se faz a ressalva quanto aos pequenos acionistas:

As forças populares unidas buscam como objetivo central de sua política substituir a atual estrutura econômica, acabando com o poder do capital monopolista nacional e estrangeiro e do latifúndio para iniciar a construção do socialismo. O processo de transformação da nossa economia se inicia com uma política destinada a constituir uma área estatal dominante, formada pelas empresas que atualmente o Estado possui, mais as empresas que serão expropriadas. Como primeira medida, serão nacionalizadas aquelas riquezas básicas que, como a grande mineração de cobre, ferro, salitre e outras estão em poder de capitais estrangeiros e dos monopólios internos. Todas estas expropriações serão feitas sempre com pleno resguardo do interesse do pequeno acionista.¹⁷² [Tradução minha]

Para conseguir aplicar seus projetos, a Unidade Popular se apoiaria na força e na flexibilidade das instituições políticas existentes. Dessa forma, as mudanças estruturais se realizariam mediante reformas constitucionais e legais e, em último caso, através de plebiscitos. No seu programa, um dos temas consensuais dizia respeito à participação popular. O tema, no entanto, não se apresentava como um projeto definido que esclarecesse a maneira como se daria essa participação. Esta problemática se unia a outras questões que envolviam a etapa de transição, como o seu caráter, a sua duração e o comportamento destas forças populares no governo, questões que se tornaram os principais fatores de divergência na Unidade Popular.

O que estava mais claro é que a proposta de transição ao socialismo tinha como elemento principal a implementação das mudanças pelas vias institucionais. O caráter centralizado e burocrático do Estado chileno deveria ser transformado por mudanças institucionais orientadas para o aumento da participação e para a gestação do poder popular. Uma nova constituição institucionalizaria a incorporação do povo ao poder estatal.¹⁷³

Nas palavras de Allende, não era o princípio da legalidade o que afetaria as mudanças estruturais no sistema econômico e social do Chile, e sim seus postulados, que

¹⁷¹ ALLENDE, Salvador. La via chilena hacia el socialismo. In: JOBET, Julio César; ROJAS, Alejandro Chelén, 1972, p.498.

¹⁷² Unidad Popular. **Programa de la UP**, 1969, p.6.

¹⁷³ Unidad Popular. **Programa de la UP**, 1969, p.7.

até então, refletiam seu opressor regime social. Segundo Allende, as normas jurídicas e as técnicas ordenadoras das relações sociais entre os chilenos respondiam às exigências do sistema capitalista. Assim, no regime de transição ao socialismo as normas jurídicas iriam responder às necessidades do povo para a edificação da nova sociedade.

A conquista do poder popular era traçada como uma meta:

Legalidade haverá. Que à legalidade capitalista suceda a legalidade socialista conforme as transformações socioeconômicas que estamos implantando, sem que uma fratura violenta da juridicidade abra as portas a arbitrariedades e excessos que, responsavelmente, queremos evitar. [...] a construção do novo regime social encontra na base, no povo, seu ator e seu juiz. Ao Estado corresponde orientar, organizar e dirigir, mas de nenhuma maneira substituir a vontade o povo. Tanto no econômico como no político, os próprios trabalhadores devem deter o poder de decidir. Consegui-lo será o triunfo da revolução.¹⁷⁴ [Tradução minha]

O que se nota no programa de governo é que a proposta de transformação econômica aparece mais elaborada do que o plano político, cujo projeto se apresentava como uma proposta mais anunciadora do que um programa definido. O Programa da UP refletia a sua estratégia política de uma aliança de classes e, ao mesmo tempo, evidenciava o limite latente entre o objetivo de longo prazo de construção de uma hegemonia, declarado no programa de governo e na sua intensa propaganda, e a necessidade de uma aliança com outros setores, na medida em que os interesses se mostraram antagônicos ao longo do governo.

Salvador Allende insistia na distinção entre ordem pública e nova ordem social. *Ordem pública obedece a normas jurídicas, em normas legais. A ordem social implica realidades materiais, posições de classe, enfrentamento de interesses diferentes.* As transformações seriam realizadas em um marco legal e jurídico para que a revolução chilena tivesse um custo social mínimo. O Partido Comunista convocava a classe trabalhadora para apoiar o processo de mudanças, e para exercer a sua criatividade, mas sempre orientados ao aumento e à garantia da qualidade da produção, sem referências a sua atuação nos centros de poder político.

As conquistas dos trabalhadores eram importantes, mas a conquista fundamental da classe operária seria a conquista do governo pela UP, do qual deviam cuidar e fortalecer.¹⁷⁵ Com uma concepção mais estrita de participação dos trabalhadores, nota-se que o partido se

¹⁷⁴ ALLENDE, Salvador. La via chilena hacia el socialismo. In: JOBET; ROJAS, op. cit., 1972, p. 498.

¹⁷⁵ José Cademártori (PC). *La Nación*, Santiago, 4 de dezembro de 1971.

prendia essencialmente à criação de uma frente antiimperialista com vistas a cumprir tarefas da “Revolução Democrático Burguesa”.

Por outro, o Partido Socialista vocalizava a proposta de participação mais ativa no processo de mudanças no plano da produção, e no âmbito político seria conduzida pela vanguarda revolucionária, representada no próprio PS, para a destruição do Estado burguês. Carlos Altamirano, principal porta-voz da ala radical do partido defendia que as reformas econômicas, entre elas as estatizações, só teriam êxito a partir da substituição de uma classe pela outra no controle do Estado. Enquanto que, fora da Unidade Popular, o *Movimiento de Izquierda Revolucionario* (MIR) propugnava a instauração imediata do regime socialista, no qual os trabalhadores exerceriam o poder econômico e político a partir da criação de um Estado Operário-Camponês. Miguel Enriquez, principal líder do movimento, afirmava que as medidas iniciais do governo eram positivas, mas que o governo se enfraqueceria por não “incorporar as massas ao processo e não atacar ao aparato do Estado”, e ao se colocar como “árbitro na luta de classes”. (SILVA, 1998, p.109)

Estas divergências se tornaram mais evidentes quando aparecem os primeiros sinais de estancamento econômico, com o aumento da inflação e com o desabastecimento, no final de 1971, e, principalmente, a partir do ano seguinte quando teve início o processo de boicote dos empresários que deram origem à paralisação de outubro. Este evento estava estreitamente ligado à perda de iniciativa política por parte do governo popular e dos partidos de esquerda, por um lado, e da forte mobilização social, por outro.

Diferentemente de outras análises que apresentam esta divergência tal como ela era estabelecida pelos atores políticos envolvidos, ou seja, como um conflito entre uma proposta reformista e outra revolucionária, entendemos que essa visão é equivocada e simplificadora dos matizes que se manifestavam nesse processo. Por um lado, a esquerda chilena tinha uma formação discursiva comum pautada no marxismo da III Internacional, com suas concepções acerca do Estado, do poder e da revolução que remetiam a uma tradição insurrecional, que identificavam a revolução com a tomada do poder.

Por outro, é preciso compreender que o discurso de Allende se apresentava como uma expressão que buscava se adequar ao histórico pluralista da vertente socialista chilena. E, ainda que seu projeto encontrasse respaldo entre os comunistas, compartilhamos com Cancino a ideia de que sua proposta se aproximava mais das ideias do que se denominaria

Eurocomunismo, no qual passou a se questionar a vigência de um único paradigma revolucionário para todas as sociedades. Nesta perspectiva, o socialismo deveria preservar as liberdades e direitos pré-existentes e aprofundá-los, mas reconhecendo na democracia representativa uma aquisição histórica das lutas democráticas e populares. (CANCINO, 1988, p.440)

Evidentemente estes debates partidários exerciam influência nas organizações dos trabalhadores, e a lealdade partidária tinha um importante papel no seu comportamento, mas visamos demonstrar que, em geral, os conflitos entre os partidos não se sobrepunham aos interesses de classe entre seus militantes. Como exemplo desse fator, podemos citar a participação nos Cordões Industriais, que, apesar de não terem o apoio da cúpula do Partido Comunista, contava com a participação dos seus militantes trabalhadores, assim como militantes e simpatizantes da Democracia Cristã. É preciso considerar, sim, os conflitos com causas partidárias, mas também a importante base trabalhadora desses partidos que obedeciam às suas próprias iniciativas de classe. E apesar das distintas concepções que guiavam a proposta de participação, prevaleceu o forte apelo popular na campanha socialista e este foi o nexo que possibilitou uma mobilização jamais vista entre os trabalhadores chilenos, que deram a sua interpretação àquela proposta de socialismo.

A unidade do popular

O contexto das eleições era de forte disputa ideológica, no qual o centro e a direita seguiam a ofensiva anticomunista para evitar a vitória da esquerda, mas a Unidade Popular construiu um forte discurso *obrerista*, a partir de elementos culturais retomados da história dos trabalhadores, contribuindo para a consolidação de uma identificação popular com o seu projeto político. Na campanha eleitoral, Allende ganhava as canções, os muros, as ruas e as *poblaciones* da cidade.

Sua campanha foi sustentada pelos partidos e por seus dedicados militantes. Mas, foram especialmente os trabalhadores que assumiram a campanha através dos denominados Comitês da Unidade Popular (CUPs), dentre os quais se encontravam militantes partidários, independentes, allendistas e aqueles que eram simplesmente favoráveis às mudanças. Foi por meio dos comitês que os bairros foram tomados por cartazes e propagandas com discursos e eventos culturais. (WINN, 2004, p.108)

Nas fábricas, estes comitês foram numerosos e muito ativos. Os dirigentes sindicais também podiam formar organizações em apoio aos candidatos do seu partido dentro de alguns estabelecimentos onde trabalhassem, como os comunistas e os socialistas colaboraram com os comitês de apoio a Allende que se estabeleceram em 1964 e em 1970, com o objetivo de mobilizar os operários para a causa. Ainda que a lei proibisse atividades políticas nos sindicatos, os mesmos podiam prover algum tipo de organização que pudesse ser posta a serviço dos candidatos quando se aproximavam as eleições. A criação dos comitês eleitorais era uma maneira de desviar este obstáculo e de tomar parte nos enfrentamentos entre partidos dentro do sindicato. Os depoimentos são muito significativos para ilustrar as formas de participação e o clima da época. Luis Tohá, por exemplo, que era comunista e representante da CUT, narra um dos episódios de preparação para receber Salvador Allende na cidade onde estava atuando:

[Eu participei] de todas as maneiras. Em Copiapó nos juntamos com os caras que eram da Unidade Popular [...] e daí formamos vários tipos de coisa referente ao Allende. Porque o Allende foi a Copiapó nessa época e fizemos uns arcos com ramos de palmeiras, com os arames firmávamos os ramos, ficava bonito. O Allende passou e nem nos deu bola [risos] [...] Buuuu... cheia a praça de Copiapó, foi muito bonito. Não tanto do partido [comunista], mais da Unidade Popular. E esses ajudaram muito também a estar aí presentes quando o companheiro passasse e pra fazer o recebimento como se merece. [...] E depois, o chefe deu bronca neles e descontou o dia. Ahhh..., nós não estamos nem aí em mentir, porque o chefe era democrata-cristão, o chefe da obra, então ele estava com [Radomiro] Tomic, um candidato, o nosso candidato era o Allende.¹⁷⁶ [Tradução minha]

O comunista Guillermo Orrego, à época funcionário de uma multinacional, descreve o início do acirramento dos conflitos ideológicos dentro da empresa:

Era comum a empresa festejar o 18 de setembro, que é nossa independência nacional. A companhia fazia um almoço, havia atividades [...] Era muito ameno, muito bonito, e o gerente geral compartilhava com todos, ia em escritório por escritório dando um abraço em todo mundo [...] Mas, nesse 18 de setembro de 70 houve um almoço, e nós, um grupo de caras jovens, começamos a cantar Venceremos, que era o hino. E o gerente fez uma locução etc, e jogou a taça no chão dizendo que “eram tempos difíceis”, se irritou, e a taça de champanhe que ele tinha ele jogou no chão. Bom, nós pensávamos que se aproximavam os tempos de tempestade, nós supomos, e não em vão. Houve várias dificuldades no plano de negociações.¹⁷⁷ [Tradução minha]

¹⁷⁶ Depoimento de Luis Tohá à autora. Santiago do Chile, 22 de outubro de 2011.

¹⁷⁷ Depoimento de Guillermo Orrego à autora. Santiago do Chile, 18 de junho de 2009.

Já na fala de Miguel Pizarro, nota-se a disciplina do trabalho militante dos comunistas e a importância que ele notou nesta atividade para atrair a adesão dos trabalhadores para a proposta da esquerda:

Nós tínhamos uma estrutura que funcionava muito potente a partir do sindicato. Eu acabava de te contar que o sindicato se compunha de quatro comunistas; de cinco, quatro eram comunistas. [...] Trabalhamos muito, se faziam propagandas internas, colávamos cartazes, na saída dos turnos havia pequenas concentrações, se entregava muitos volantes aos trabalhadores. Havia uma pressão, tanto interna, da parte do partido, quanto externa para as empresas em geral, que era... digamos... a forma como se gerava a propaganda. Assim se fazia, assim íamos conquistando adeptos, gente que ia se somando aos processos. [...] As pessoas tinham muito entusiasmo, muitas dúvidas, e perguntavam “o que vai acontecer se o Allende ganhar?” “Qual é o projeto?”. Então, nós explicávamos o que a gente entendia que tinha que passar. [...] Tínhamos nesse tempo o diário Clarín, que era partidário da Unidade Popular, [...] El Siglo, que saía praticamente todos os dias, era o diário do Partido Comunista. [...] Então, a gente estava recebendo muita informação a respeito do que era a mudança.¹⁷⁸ [Tradução minha]

Como a renda dos sindicatos era muito baixa, inclusive para cobrir os custos do fundo de resistência para as greves, é evidente que os partidos ajudavam a subsidiar tais atividades dos sindicatos. E como mecanismo de fortalecimento da identificação entre os trabalhadores e a proposta socialista, os periódicos e os panfletos dos partidos tornaram-se importantes meios de comunicação para os sindicatos. Havia poucos periódicos sindicais no Chile, e como pudemos averiguar em pesquisa de campo, nem a CUT detinha publicações regulares. Mesmo assim, as ligações entre sindicato e partido são, obviamente, destacadas nestes poucos jornais, e este tipo de publicidade fortalecia a identificação dos trabalhadores sindicalizados com seus partidos.

A forma com que Hugo Valenzuela foi atraído para o Partido Socialista também ilustra a importância da presença dos quadros partidários dentro das empresas. Foi por meio da atuação de um comitê da UP que o operário teve contato com as ideias do partido. Sua militância na campanha ainda se estendeu para fora do ambiente fabril:

Eu tinha entrado na fábrica e os partidos já estavam trabalhando na campanha das eleições do presidente Allende. Então, eu entrei no partido, e o partido enviou uma companheira que era encarregada da educação política dos quadros que entravam. [...] Nós participamos como militantes do Partido Socialista, mais do que como dirigente sindical, eu tentava separar as coisas para que não tivesse mal-entendido. [...] E participava como militante político, pregando cartazes nas ruas, fazíamos de tudo. [...] Íamos às *poblaciones*, nós tínhamos muito contato com as *poblaciones*, tanto que depois envolvemos as fábricas com as *poblaciones*.¹⁷⁹ [Tradução minha]

¹⁷⁸ Depoimento de Miguel Pizarro à autora. Santiago do Chile, 08 de julho de 2010.

¹⁷⁹ Depoimento de Hugo Valenzuela à autora. Santiago do Chile, 10 de junho de 2009.

Todas essas experiências corroboram a importância da presença e proximidade das lideranças sindicais e militantes partidários com os trabalhadores no ambiente de trabalho, conforme enfatizamos no primeiro capítulo. Nesta conjuntura eleitoral o que se viu foi a maior expressão dessa organicidade que foi decisiva não só para a eleição de Allende, como para a efetiva mobilização durante o seu governo.

Ainda que Allende enfatizasse a importância de outros setores nas mudanças a serem implementadas, a campanha da UP seguiu a tônica do discurso *obrerista* assumido, principalmente, pelo PS. O “povo”, termo associado diretamente aos trabalhadores, assumia o papel de sujeito ativo das transformações em todos os âmbitos. Era mantida na proposta da esquerda a linha de promoção do sujeito político na construção de uma nova sociedade.

Mesmo com referências ao papel a ser desempenhado pelas classes médias, as “forças populares” adquiriam seu protagonismo:

As transformações revolucionárias que o país precisa só poderão ser realizadas se o povo chileno tomar nas suas mãos o poder e o exercer real e efetivamente. As forças populares e revolucionárias não se unirão para lutar pela simples substituição de um Presidente da República por outro, nem para substituir um partido por outros no Governo, mas para levar a cabo as mudanças de fundo que a situação nacional exige sobre a base da transferência de poder dos antigos grupos dominantes aos trabalhadores, ao camponês e setores progressistas das camadas médias da cidade e do campo. A vitória popular abrirá caminho assim ao regime político mais democrático da história do país.¹⁸⁰ [Tradução minha]

O desenvolvimento e a valorização do elemento popular na cultura nacional, com destaque para a música e as representações gráficas dos murales, indicam uma nova forma de fazer cultura e de enxergar (se) nela. É importante destacar o significado dessa produção cultural enquanto um projeto de hegemonia para a legitimação de um projeto político, fortalecendo a identificação popular em torno da ideia de um novo Chile, da vez do povo, e que, conseqüentemente, contribuiu para uma mobilização popular sem precedentes. Considerando a forte vinculação existente entre os trabalhadores e a esquerda nas suas trajetórias narradas até aqui, é possível dimensionar o alcance e a força que adquiriram estas mensagens entre aquelas pessoas que, como veremos, passavam a se sentir de fato e de direito sujeitos de um processo de transformação.

A participação dos partidos de esquerda nas lutas populares, a associação da ideia de emancipação com a proposta do socialismo, a identificação com as suas reivindicações se

¹⁸⁰ Programa de la UP, p.5-6. <http://www.salvadorallende.cl/Unidad_Popular/ProgramadelaUP.pdf>

expressaram também na produção artística, criando uma épica popular que favoreceu essa capacidade de apropriação, criando-se uma memória coletiva que associava as lutas populares com a esquerda. Isso permitiu, por conseguinte, selar a identificação entre os trabalhadores e o projeto socialista, e conduziu à configuração complexa desta relação que se exprimiu durante o governo da Unidade Popular.

A comparação das representações do processo revolucionário de transição ao socialismo presentes, por exemplo, na propaganda visual dos principais partidos da UP condiz com as posturas assumidas pelo PS e pelo PC no debate político. Esta produção cultural evidencia que, ao mesmo tempo em que existia um consenso entre os integrantes da UP a respeito da necessidade de uma revolução cultural (baseada no modelo leninista) como condição imprescindível para o êxito da construção do socialismo no Chile, esta unidade diluía-se ao discutir-se a forma, o sentido e a orientação do processo.



Cartaz de campanha da Unidade Popular. Fonte: http://www.salvador-allende.cl/Unidad_Popular/afichesUP.html

As mensagens presentes nas imagens procuravam difundir, conforme o entendimento de seus produtores, as tarefas do povo chileno no processo *nacional, popular e revolucionário* em desenvolvimento. Mais do que um modelo estético, as preocupações político-culturais presentes nas imagens definiram-se a partir de programas que visavam difundir os compromissos, e mais tarde, as conquistas do governo. As pinturas murais da

Brigada Elmo Catalán (BEC) e da Brigada Ramona Parra (BRP), bem como a arte gráfica expressa nos cartazes incorporaram o debate sobre a função da arte e da cultura no interior da *experiência chilena*.



Mural do período de disputa eleitoral (1969-1970)

Tais relações deram a esta propaganda política visual um caráter pedagógico-cultural com o propósito de “conscientizar”, conquistar o apoio e envolver a maioria do povo chileno, através da participação eleitoral e de tarefas legadas pelo governo na efetivação da transição ao socialismo num contexto democrático. Sob esse objetivo a propaganda política transforma determinadas concepções do processo de mudança social, política e cultural em imagens e símbolos e, sendo assim, estabelece representações coletivas que se pretendia consolidar. As representações desse novo imaginário social se colocaram, por um lado, em constante oposição às representações da ideologia capitalista que a UP buscava deslegitimar e, por outro, explicitaram as divergências internas da coligação do governo quanto à forma de levar a cabo a transição no decorrer do embate político. (DALMÁS, 2005, p. 2)

Outro elemento de extrema relevância foi a produção artística engajada da Nova Canção Chilena, anunciando a possibilidade, ou a necessidade de um novo Chile. A originalidade desse movimento residia nos temas que eram tirados da tradição oral popular a partir de uma compilação efetuada pelos próprios compositores e por pesquisadores universitários. Nas obras dos criadores da Nova Canção se observa uma inclinação a resgatar e reivindicar acontecimentos e personagens históricos vitais para a identidade coletiva da esquerda, e um interesse por musicalizar poemas com ressonância militante de autores como Pablo Neruda e Bertold Brecht.

Ao final dos anos sessenta, e à medida que o país entrava no processo de radicalização das forças políticas, de aceleração das demandas sociais e políticas e exigências de maior participação, viveu-se este momento intenso no mundo da cultura popular. O engajamento político desse movimento ficou claro desde o início, por meio dos trabalhos de artistas, como Isabel e Àngel Parra (filhos de Violeta Parra), Patricio Manns e Victor Jara. O protagonismo popular está presente nas canções de protesto e nas músicas que marcaram as eleições de 1970 e o governo da UP, como a canção do grupo Inti Illimani, citada por Guillermo Orrego no seu depoimento sobre a festa na empresa, o “hino” *Venceremos*:

*Aquí va todo el pueblo de Chile,
aquí va la Unidad Popular.
Campesino, estudiante y obrero:
compañeros de nuestro cantar.*

*Concerniente de nuestra bandera
la mujer ya se ha unido al clamor.
La Unidad Popular vencedora
será tumba del yanqui opresor.*

*Venceremos, venceremos
con Allende en septiembre a vencer.
Venceremos, venceremos
la Unidad Popular al poder.*

*Con la fuerza que surge del pueblo
una patria mejor hay que hacer,
a golpear todos juntos y unidos
al poder, al poder, al poder.*

*Si la justa victoria de Allende
la derecha quisiera ignorar
todo el pueblo resuelto y valiente
como um hombre se levantará.¹⁸¹*

Assim como o hino *Venceremos*, outras canções ficaram marcadas para os trabalhadores que citam a alegria e o ambiente festivo das marchas e concentrações. A música do grupo Quilapayun, *El Pueblo Unido*, está entre uma das canções que embalaram aquele processo, cujo refrão simboliza aquele processo:

*“... Y ahora el pueblo que se alza en la lucha
con voz de gigante gritando: ¡Adelante!
El pueblo unido jamás será vencido,
¡el pueblo unido jamás será vencido!...”¹⁸²*

¹⁸¹ Canção de Victor Jara. **Venceremos**. Disponível em: <http://www.vagalume.com.br/victor-jara/venceremos-2-version.html#ixzz1sbl5pDgE>. Consultada em março de 2012.

¹⁸² QUILAPAYUN. **El Pueblo Unido**, 1973.

De acordo com Correa e Figueroa (2001, p.231), se a Nova Canção funda suas raízes musicais no folclore, suas composições se caracterizam por um marcado compromisso político com o destino das classes populares, com a sua condição presente e com a sua projeção futura, conforme o projeto da esquerda, cujas campanhas e manifestações animaram os cantores e conjuntos musicais do movimento, especialmente na campanha de 1970.

No discurso da esquerda partidária, as experiências de luta e a organização do movimento operário, vivenciadas desde o século XIX, foram retomadas como as primeiras bases da sua emancipação, visando a constituição e a construção de uma identidade de luta no povo. *Povo* caracterizaria quase sistematicamente a população desfavorecida, a massa dos que não gozam de nenhum privilégio e vivem somente do fruto do seu trabalho manual em oposição à *classe exploradora* ou à *burguesia*. O burguês, o imperialismo e seus símbolos tornaram-se então objeto de crítica.



Charge “El triunfo del pueblo en Chile”. In: *Punto Final*, Santiago, n.113, año V, 15 de septiembre de 1970.

Na charge anterior, está expressa a posição do MIR frente a vitória da Unidade Popular. O movimento que defendia a luta armada para a conquista do poder e a formação de milícias populares, declarou o seu apoio à Unidade Popular, mesmo reafirmando o erro de insistir nas vias institucionais. Como veremos adiante, o grupo se manteve fortemente vinculado às organizações dos trabalhadores e consistiu num dos principais elementos de pressão política ao governo de Salvador Allende. O povo armado e vitorioso sobre o imperialismo representa a defesa da luta insurrecional.

Através desse trabalho de teorização e difusão das concepções a respeito da sua realidade, realizado pelos intelectuais da esquerda chilena, o marxismo consistiu num componente importante da cultura política nacional e se desenvolveu como um dos sistemas hegemônicos no âmbito das ideologias políticas, cuja influência podia ser sentida para além dos partidos de esquerda. Nessa tarefa, transplantaram conceitos e concepções teóricas para a interpretação da sociedade da qual faziam parte e traduziram as teses da linguagem filosófica e política do marxismo em ideias-força ou símbolos mobilizadores no socialismo chileno, de maneira a se concretizarem em comportamentos e ações políticas, especialmente através da formação de militantes.

Nesse sentido, não podemos desconsiderar a importância do patrimônio ideológico socialista para o questionamento da situação histórica chilena e para a inserção de reivindicações políticas e sociais dos setores populares na pauta política do país, que resultou na mobilização de projetos que consolidaram uma tradição de esquerda no Chile. É importante destacar que a esquerda foi capaz de exercer uma forte influência político-cultural naquela sociedade. No entanto, essa eficácia ideológica não proviria do marxismo como sistema teórico, mas, segundo Moulian, da capacidade simbolizadora que adquiriu o discurso operista e anti-reformista dentro do setor mais radicalizado da esfera popular.

Nas palavras do autor:

Dentro de uma sociedade com forte heterogeneidade estrutural e bastante dividida este discurso operava como princípio de identidade, fixava os limites que singularizavam e diferenciavam a uma parte dos setores populares. O discurso marxista em uso serviu para separar o popular-revolucionário-operário do popular-reformista-pequeno-burguês, para delimitar e, por isso, para cristalizar a existência de cada universo [...] A influência cultural da esquerda repousa nesta capacidade de criar identidade. Sua força expansiva residia na capacidade de gerar ideias-força e símbolos que o colocavam em relação com certos núcleos básicos da cultura popular radicalizada. (MOULIAN, 1983, p.87) [Tradução minha]

Estes intelectuais conseguiram de fato difundir elementos de uma cultura socialista revolucionária ao produzirem elementos de identificação entre a ideologia e as lutas populares e a teoria marxista, construindo um grande movimento de adesão e participação no projeto de construção de uma nova sociedade. Por outro lado, será possível observar que o dilema colocado por grande parte da esquerda entre reformismo e revolução fechou as possibilidades para um debate no interior do movimento revolucionário que fosse capaz de apreender manifestações democráticas de luta que carregavam propostas de novas relações políticas e sociais, no sentido de articular as manifestações populares às bases programáticas da esquerda.

Mesmo com o apelo às tradições populares e às suas vinculações com a história da esquerda, poderemos visualizar ao longo do governo de transição ao socialismo que no momento das disputas entre as forças sociais explicitou-se uma ausência de organicidade nesta relação devido a dois fatores: por um lado, os intelectuais socialistas estavam imbuídos de uma concepção vanguardista de partido político e das suas funções enquanto teóricos e dirigentes; ao mesmo tempo, ficou evidenciada a divergência na esquerda na condução da transição socialista, dificultando a direção do processo por um caminho único. Nota-se durante o processo revolucionário a ausência de um nexo entre os intelectuais e as classes subalternas, bem como de um diálogo permanente com as percepções do senso-comum para a construção da sociedade socialista.

Nas publicações partidárias temos uma clara percepção da concepção que tinham esses intelectuais sobre a relação entre partido e bases. A ideia mais geral de “povo” era a representação do nacional e se dividia entre vanguarda e massa, sendo que esta constituía a parte do povo sem a consciência de seus próprios interesses e que, por essa razão, não se organizava para defendê-los. Já a vanguarda assumia a função de educar e dirigir as massas de acordo com seus interesses. Esta concepção dos intelectuais socialistas desconsiderava as experiências e a consciência dos trabalhadores que constituíam o elemento de sustentação daquele processo.

Esta era uma visão que ia além dos dirigentes do partido e era parte da formação do quadro de militantes que atuavam junto às organizações populares. Como foi possível constatar no relato de Dóris Viveros, militante socialista à época, a teoria organizativa leninista servia, inclusive, como um forte elemento de identificação entre os militantes

socialistas, na medida em que significava para eles uma rica ferramenta de organização do povo.¹⁸³

Assim, a concepção vanguardista, com demasiada importância ao papel dos intelectuais e do partido na formação da consciência operária estava na base da ideologia socialista. Era conferido ao PS o papel de aglutinador e esclarecedor da luta operária. O pensamento de parte da intelectualidade socialista, de implementação do Estado dos Trabalhadores, articulava-se pelo nexo partido/ sindicatos/ movimento popular, no qual a postulação marxista desempenharia o papel central de aglutinadora e esclarecedora desses elementos. A teoria seria o ponto de partida do partido na condução das massas rumo à revolução socialista.

De fato, podemos identificar nestas colocações a forte influência exercida pela teoria organizativa leninista, a partir da qual o intelectual concebia o partido socialista como um instrumento de educação política dos trabalhadores. Nas obras analisadas, podemos observar claramente a visão teleológica acerca do movimento operário, onde o elemento definidor da evolução das lutas dos trabalhadores é a vinculação deste movimento à luta político-partidária. A classe operária teria, primeiramente, uma escassa consciência de classe e seria imatura; junto ao campesinato, estariam alheios às questões políticas e compunham a “forma embrionária da luta”. (JOBET, 1987)

Os intelectuais partidários, enquanto organizadores da vida política, deveriam se mostrar capazes de manter-se conectados com as necessidades e com o desenvolvimento das lutas de parte importante do movimento popular, fortalecendo uma unidade para a transformação social. Neste aspecto, compartilhamos da concepção gramsciana, na qual o intelectual ligado a uma classe, ou pelo menos parte deles, deve ter a capacidade de organizar a sociedade. Assim, a mesma unidade dialética que deve haver entre teoria e prática na filosofia da práxis, deve haver entre intelectuais e simples. (GRAMSCI, 1987)

A atuação desses intelectuais em meio a um clima ideológico de plena expectativa por mudanças por parte da sociedade chilena teve um papel decisivo para a formulação das orientações internas. Isto se dava na medida em que eles buscavam imprimir categorias analíticas e políticas que se apresentassem como legitimamente revolucionários na mobilização de um determinado projeto de socialismo. No entanto, ao tentar destacar as

¹⁸³ Depoimento de Dóris Viveros à autora. Lonquén, 07 de junho de 2009.

especificidades da sociedade chilena na formulação do projeto socialista, bem como defender a construção de um poder popular, estes intelectuais buscaram mais legitimidade enquanto representantes do movimento revolucionário nacional do que a apresentação de um verdadeiro projeto genuíno que permitisse a construção de novas relações sociais.

O que se assistiu na década de 1960 foi a emergência de uma proposta de ruptura que realizou uma leitura da realidade chilena que era legitimadora da linha insurrecional para o socialismo daquele país, a partir da concepção mecanicista de transplantação de um modelo revolucionário insurrecional. Essa perspectiva se chocou com a proposta institucional de Salvador Allende, por um lado, e não apreendeu as manifestações autônomas da população, por outro, gerando contradições irreversíveis naquele processo.

Se neste aspecto da elaboração e difusão teórica é possível dimensionar o alcance e a responsabilidade dos teóricos sobre este processo político, e considerar a dimensão que assumiu a referência intelectual na sistematização e difusão de concepções de mundo, podemos dimensionar também o importante papel organizativo desempenhado por outras lideranças que se destacaram neste processo.

O intelectual orgânico de uma classe, formado a partir das relações sociais e políticas estabelecidas no partido político entre todos os estratos que o compõe, é aquele que desempenha uma função que é essencialmente diretiva, organizativa e educativa de uma classe que ambiciona a construção da hegemonia do grupo social fundamental. Diante disso, é possível afirmar que a mais importante atuação de organizadores da mobilização dos trabalhadores foi desempenhada por aqueles sujeitos que estavam mais próximos das lutas cotidianas e que contribuíram decisivamente para fortalecer o compartilhamento de projetos políticos entre os trabalhadores e a esquerda chilena. Entre eles estavam os mais diversos militantes, estudantes, sindicalistas, pobladores, que não estavam entre os teóricos partidários, mas atuaram como mediadores entre a esfera institucional do partido e das práticas da classe trabalhadora.

Se num primeiro momento a mobilização social foi incentivada por meio de discursos de apelo popular e *obrerista*, convocando os trabalhadores para a construção de uma nova sociedade, vamos observar nos próximos capítulos que durante o governo as práticas das organizações sociais não foram suficientemente consideradas nas discussões partidárias referentes aos rumos do governo no que tangia à ampliação da participação

popular, e estas mobilizações foram assumindo facetas e caminhos diferenciados. Na perspectiva dos dirigentes partidários, as ações dos trabalhadores deveriam garantir a manutenção da produção e da distribuição, ficando restritas ao âmbito do processo produtivo. Assim, não alcançaram uma proposta de transformação das estruturas institucionais que ampliassem os marcos democráticos para a participação e que abarcassem a proposição de novas relações sociais no interior da sociedade projetada.

Demonstramos até aqui as experiências cotidianas dos trabalhadores chilenos, que articuladas às suas vinculações e vivências políticas possibilitaram a culminação de um processo como o do governo da Unidade Popular, que entendemos ser o momento de maior expressão da identidade e de uma consciência revolucionária destes trabalhadores. A proposta das páginas seguintes é esmiuçar as formas que adquiriram esta consciência e a mobilização popular, analisando, junto com isso, as imbricações desta histórica relação entre as organizações de base e os partidos de esquerda que permitiram o compartilhamento de projetos políticos até chegar a uma conjuntura de reapropriação do projeto socialista pelas bases sociais. Longe de negarmos o papel dos diversos segmentos políticos e sociais do Chile e das conjunturas no trágico desfecho do governo da Unidade Popular, será possível apontar os limites de um processo que apresentava a possibilidade histórica de construir o socialismo, mas que sucumbiu diante dos conflitos entre interesses que se revelaram antagônicos e vivenciou, mais que uma derrota, o fracasso de um governo.

Capítulo IV. *Trabajadores al Poder!* Da participação proposta à participação vivida

Baseada numa plataforma nacionalista e antiimperialista, visando obter o apoio de amplos setores sociais, a campanha e os rumos da Unidade Popular assumiram contornos diferentes, característicos da sua principal base, a classe trabalhadora. Uma classe forjada ao longo de experiências de décadas e a partir de transformações geradas por processos como a migração, a industrialização e a sua inserção nas cidades, como vimos nos capítulos anteriores.

Um amálgama bastante heterogêneo conformado por uma velha classe operária advinda das minas e parte da recente industrialização, e que vivenciou a experiência da Frente Popular como um marco na sua formação política; pelas novas gerações, filhas daqueles operários, mais jovem, mais urbana, que teve mais acesso à educação formal e que aprendeu muito da consciência de classe de seus pais, na cultura e nas lutas dos bairros populares, com a velha, a nova classe e com a presença partidária; além destes, encontravam-se os migrantes rurais. (WINN, 1976, p.71)

Em 1970, portanto, foi esta classe trabalhadora, com suas diferentes formas de expressão da sua consciência e de posicionamento político que protagonizaria o processo da Unidade Popular. Essa heterogeneidade, que comportava atitudes mais paternalistas, mais radicais, reformista ou revolucionária não permite desconhecer, no entanto, que as experiências em comum de uma longa história de luta de classes vivenciada dentro ou fora do âmbito de trabalho geraram, acima de tudo, uma consciência coletiva capaz de impulsionar uma grande mobilização, que já se desenhava desde o final dos anos cinquenta, e que transformaria a “experiência chilena” no cenário de maior expressão dessa identidade operária ansiosa por transformações.

Vamos analisar no presente capítulo as formas de expressão desta identidade e de organização dos trabalhadores no momento em que estes se engajaram no processo de construção do socialismo. Entendemos que o seu comportamento em relação aos primeiros passos da participação direta naquele processo político já mostrava sinais de que prevaleceria uma lógica popular de atuação, ou seja, mais direta e mais radical. Uma lógica que será verificada em diversas formas de manifestações de pressão, como nas ocupações de fábrica, no enfrentamento cotidiano dentro das relações de trabalho, contra os patrões e

chefes, contra representantes do governo ou líderes da alta cúpula sindical, denotando assim o que entendemos expressar uma apropriação do projeto socialista.

Os primeiros passos

Quando Allende venceu as eleições, em setembro de 1970, o pânico frente a sua proposta de estatização tomou conta da burguesia chilena, o que se refletiu imediatamente na economia e na tentativa de um golpe. Allende saiu fortalecido, e no final daquele ano a nova política econômica destinada ao benefício popular começou a mostrar resultados. Inicialmente, tal política criou condições favoráveis às mudanças preconizadas pelo governo, especialmente na questão das propriedades.

Isso gerou um aumento da popularidade do governo que se refletiu nas eleições municipais de 1971. Enquanto Allende obteve 36,3% dos votos na eleição presidencial, os partidos da UP obtiveram 50,9% dos votos em 1971. Com isso, a situação após a eleição de abril era extremamente favorável à Unidade Popular. (SWEEZY, 1973, p.2) Os aumentos de remuneração e a expansão do poder de consumo dos primeiros meses deram maior segurança ao governo e neutralizaram a oposição. Por outro lado, os fatores negativos desta política seriam sentidos posteriormente.

Nesta experiência da esquerda, diferentemente da Frente Popular, a UP foi liderada pelos partidos da classe trabalhadora e buscou se concentrar nas suas queixas históricas, com congelamento de preços e aumento dos salários, programas públicos de trabalho e aceleração da reforma agrária, gerando distribuição de renda, com maior acesso ao consumo de bens básicos, e expansão de programas de obras públicas, que induziu uma queda igualmente espetacular do desemprego. (WINN, 1976, p.74)

A extensão dos programas de governo melhorou o nível de vida dos trabalhadores, que contou também com a construção de moradias populares, programas de melhorias da nutrição com distribuição de leite para crianças, clínicas de saúde, contribuindo para a queda significativa da mortalidade infantil. O aumento do acesso à oportunidade de educação, o investimento em praças e parques nos bairros populares, em programas culturais, esporte e recreação popular, mostravam que pela primeira vez os recursos do Estado pareciam comprometidos com o bem-estar dos trabalhadores.

O programa da Unidade Popular visava transformar a solução socialista para os problemas nacionais em propostas concretas, combatendo a dependência econômica com uma ampliação do controle estatal, com a recuperação das principais riquezas nacionais que se encontravam sob controle estrangeiro, através da nacionalização. A exemplo da aquisição das minas de cobre chilenas efetuadas no governo Frei, a mineração de ferro, salitre e carvão também passaria para o controle governamental.

No seu programa, o Estado estava posto no centro do processo de transformação, com a noção vaga de Estado justo ou popular. A constituição do poder popular tinha assim duas hipóteses no programa. A “política”, que pressupunha a transformação das instituições com a sua maior democratização, com a constituição da Assembléia do Povo, transformação que exigiria maioria absoluta no Parlamento, que a UP jamais obteve. E apesar da possibilidade de usar um referendun para realizar as transformações, a Assembléia do Povo manteve-se palavra morta até o Golpe de Estado. Além do Congresso e da maioria dos tribunais, organismos como a Controladoria Geral encarnavam a hostilidade do aparelho de Estado a toda transformação social e seu caráter de classe. (GAUDICHAUD, 2005, p.137)

A “sócio-econômica” visava a constituição de uma nova estrutura produtiva colocada a serviço das grandes maiorias do país, o “aprofundamento da democracia e do direito dos trabalhadores”, que correspondia às liberdades sindicais e ao direito de participação desses organismos em diferentes níveis do aparelho estatal. O que se observa é que o tema da democratização econômica se relacionava mais ao aumento da renda dos mais pobres, enquanto que a questão da incorporação das classes populares à administração direta da economia, na forma de controle operário é quase ausente, voltado à participação no funcionamento das empresas nacionalizadas, e principalmente à participação da CUT nos centros de poder.

Neste âmbito, o programa visava separar setores da economia em áreas de gestão diferenciada em: Área de Propriedade Social (APS), que seria controlada pelo Estado, e incluiria setores da grande mineração, os monopólios industriais estratégicos, o comércio exterior, os bancos e as grandes empresas dos setores-chave de distribuição, energia e transporte. A ideia inicial da UP foi criar um Setor Social da economia, constituído por 150 das maiores empresas da mineração e da indústria, as maiores empresas de distribuição,

todo o setor financeiro, cerca de 80% do ramo de exportações, 60% das importações, parte da indústria de comunicações e todas as propriedades de mais de 80 hectares. Ou seja, aquelas atividades que condicionavam o desenvolvimento econômico e social do país, tais como a produção e distribuição da energia elétrica, o transporte ferroviário, aéreo e marítimo; as comunicações, a produção, refino e distribuição do petróleo e seus derivados, incluindo o gás liquefeito; a siderurgia; o cimento; a petroquímica e a química pesada; a celulose; o papel.

Criaria também um setor misto composto por empresas que combinavam capitais do Estado com os particulares, a Área de Propriedade Mista, estabelecida em alguns setores tecnologicamente avançados de produção, na qual o Estado e o capital privado formariam empresas conjuntas. E, por fim, a Área de Propriedade Privada, constituída por empresas médias e pequenas. A aceleração da reforma agrária e a ampliação do seu alcance, com o fim de integrar completamente os trabalhadores agrícolas, bem como agregar o setor agrícola ao restante da economia, também estavam entre os principais objetivos do governo.¹⁸⁴

Imediatamente depois das eleições municipais de 1971, o governo tomou dois caminhos principais para assumir o controle das grandes empresas: a negociação, na qual adquiria ações das empresas e a requisição/intervenção, que se aplicou principalmente no caso das indústrias têxteis e de materiais de construção.¹⁸⁵ Segundo as disposições legais da época, o Estado podia assumir a direção de empresas aonde os conflitos trabalhistas prolongados afetassem o abastecimento normal de produtos essenciais. Esta tomada de controle das empresas era temporária e não alterava o regime de propriedade, que continuava em mãos privadas.

Segundo Bitar (1980, p.133), a estatização das grandes empresas industriais constituiu o foco dos conflitos durante o governo, já que para a grande burguesia nacional,

¹⁸⁴ Em dois anos, a UP expropriou quase o dobro de terras do que o governo Frei o fez em seis anos, nacionalizou 150 empresas (incluindo o setor de mineração), obteve o controle de 90% das instituições de crédito, promoveu aumentos dos salários e da renda geral, queda do desemprego, de 8% em dezembro de 1970, para 3% em 1972. Cf. ZIMBALIST; STALLINGS, 1973, p.3.

¹⁸⁵ Algumas negociações recebiam destaque na imprensa. “Importante empresario vende paquete de acciones a la CORFO”. **La Nación**. Santiago, 19 de Enero de 1972, p.5. Segundo Bitar, a reação das empresas variava se fossem nacionais ou estrangeiras. No caso das estrangeiras, o investimento no Chile geralmente era marginal, portanto, estavam mais dispostas a negociar. Já a posição dos capitalistas locais era diferente. Seus bens no Chile eram a base do seu poder econômico e político. Além disso, sua posição negociadora frente ao Estado era mais fraca, e corriam o risco de uma indenização muito baixa. Diante desta desvantagem, passaram a atuarem em uma frente comum, se opondo à venda e entrando com recursos contra as intervenções. “Empresarios presionan a sus trabajadores”. **Puro Chile**. Santiago, 26 de Enero de 1972, p.8.

as grandes empresas eram o seu pilar de sustentação. E para a Unidade Popular esta frente de ação era decisiva. Apesar de fundamental, o alcance do programa de estatização não estava definido e foi sendo delineado de acordo com as circunstâncias e as pressões sociais.

A participação proposta

O programa de governo mostra que dentro da estratégia da Unidade Popular a mudança na estrutura econômica tinha uma relevância essencial, dentro da qual a formação da Área de Propriedade Social era uma prioridade. Evidente também ficou a divergência dentro da coalizão no que se refere à forma de participação operária nesta nova estrutura, divergência que se dava na raiz do projeto.

Nas palavras de Salvador Allende, a participação indicava o modelo de sociedade projetada:

[...] instaurar o socialismo significa substituir o modo de produção capitalista mediante uma mudança qualitativa das relações de propriedade e uma redefinição das relações de produção.

O estabelecimento da área de propriedade social não significa criar um capitalismo de Estado, mas o verdadeiro começo de uma estrutura socialista; dirigida conjuntamente pelos trabalhadores e os representantes do Estado. [...] Não serão empresas burocráticas e ineficazes, mas serão unidades altamente produtivas que encabeçarão o desenvolvimento do país e conferirão uma nova dimensão às relações trabalhistas.¹⁸⁶ [Tradução minha]

Por um lado, Salvador Allende e o Partido Comunista concebiam o processo de mudanças dentro de uma transição gradual que conduziria ao socialismo, por meio de tarefas democratizantes, de caráter antioligárquico e antiimperialista, na qual a participação dos trabalhadores se daria por meio das suas organizações, especialmente a CUT, ou seja, através da inserção da central nos espaços decisórios. Enquanto que os socialistas vislumbravam uma ampliação dos meios de participação dos trabalhadores, tornando-a mais ativa, não somente no âmbito do trabalho, mas do poder político, através da criação de espaços como a Assembléia do Povo.

Na proposta do governo, as estruturas de participação só seriam estabelecidas nas empresas da Área Social e naquelas da Área Mista em que o Estado fosse sócio majoritário, excluindo, assim, os trabalhadores das empresas privadas (em geral, pequenas e médias), que conformavam a sua maioria. Integraram-se cerca de 50 mil trabalhadores à área social e

¹⁸⁶ ALLENDE, Salvador. Primer Mensaje al Congreso. Disponível e: <http://www.salvador-allende.cl/Discursos/1971/Primer%20Mensaje%201971.pdf>. Consultado em 09 de agosto de 2012.

ao seu esquema de participação, ficando uma esmagadora maioria fora desse espaço. Para estes trabalhadores das empresas privadas foi permitida e incentivada a formação dos denominados Comitês de Vigilância, que tinham a tarefa de resguardar a produção mediante possíveis sabotagens por parte dos proprietários e do mercado negro. Mas estes podiam se organizar para melhorar seus salários e formar sindicatos democráticos e ativos. Assim eram definidos tais comitês:

Corpo constituído por trabalhadores, dependente do sindicato que tem como objetivo principal vigiar para que a produção não diminua, mantenha seu ritmo normal e que seu crescimento seja conforme os programas fixados pelos organismos governamentais. [...] será responsabilidade de cada trabalhador vigiar a normalidade da produção no seu local de trabalho, e informar de imediato sobre os problemas que ocorram ao comitê de vigilância da sua seção ou departamento. [...] vigiar para que haja um efetivo aumento da produção; preocupar-se e vigiar a boa qualidade permanente da produção; prevenir paralisação parcial ou total por razões injustificadas. Comitê Superior de Vigilância da Produção: formado por pelo menos 3 dirigentes sindicais. Será sua responsabilidade vigiar todo o processo produtivo da empresa, apoiando-se no trabalho e informação dos comitês de vigilância dos departamentos ou seções. Supervisionar o funcionamento dos comitês de vigilância de cada seção. Dar conta dos problemas de produção da empresa à respectiva CUT comunal, departamental ou provincial, aos escritórios da Dirinco e resolver com os executivos da empresa os problemas apresentados. Informar sobre a capacidade instalada da indústria. Possibilitar o aumento da produção e propor novos turnos de trabalho onde for necessário, como uma maneira de incorporar maior número de trabalhadores às indústrias, o que permitirá absorver a mão de obra desocupada. Vigiar a boa qualidade permanente dos produtos.¹⁸⁷ [Tradução minha]

Os trabalhadores das empresas da área social passariam a exercer o controle através dos seus representantes e dos membros do governo. A organização da produção deveria seguir sem maiores mudanças e os trabalhadores se tornariam responsáveis pela qualidade e eficiência da produção. Mesmo sem ser previstos, alguns elementos do aspecto disciplinar sofreram significativa mudança; em alguns casos, o controle vertical de comando já não funcionaria como antes. Era possível, por exemplo, organizar abertamente os sindicatos dentro da empresa, sem as represálias e o rígido controle que eram exercidos pelos patrões anteriormente, e esse simples fato já alterava e ampliava o sentido da “participação”.

As regras que regeriam a participação dos trabalhadores nas empresas da área social foram apresentadas no documento firmado pelo convênio entre a CUT e o governo. Em geral, o documento reiterava a necessidade da participação dos trabalhadores numa ação

¹⁸⁷ “Comité de Vigilancia: O que é e como funciona.” *Central Única*, mayo de 1971, p.15.

conjunta, denominada de co-gestão, para o avanço do processo político a partir da atuação dos seus órgãos representativos:

Primeiro, o que se refere à participação dos trabalhadores como classe, ou seja, como conjunto de todos os trabalhadores do Chile. Neste nível, a participação tem como objetivo principal a complementação das propostas dos trabalhadores e as do governo na tomada de decisões relativas ao planejamento da economia nacional. Para tornar efetivo este poder, os trabalhadores estarão integrados através dos representantes da Central Única dos Trabalhadores e das Federações e Confederações, nos organismos de planejamento do desenvolvimento nacional, regional e setorial [...] [Tradução minha]

O documento traça também elementos gerais das formas de participação no processo produtivo, os quais veremos ao longo do texto juntamente com a sua aplicação prática, apontadas com o seguinte aspecto:

Um segundo nível de participação corresponde à direção pelos trabalhadores das empresas da área social e mista. Com relação a este nível, o Programa de Governo da Unidade Popular diz: “em relação às empresas do setor público, seus Conselhos Diretivos e seus Comitês de Produção devem contar com mandatários diretos de seus operários e empregados”. A participação permitirá aos trabalhadores transformar-se de simples engrenagens da máquina produtiva capitalista em elementos ativos que decidam consciente e responsavelmente sua participação no processo econômico e social, depositando toda sua experiência, iniciativa e poder criador.¹⁸⁸ [Tradução minha]

Além de distinguir as empresas da área social e mista, uma segunda diferenciação se estabelecia de acordo com o porte da empresa, se esta estava concentrada em uma só planta ou mais. Os órgãos de participação a serem implementados em cada empresa eram: Assembléia dos trabalhadores de cada empresa, Assembléia das unidades produtivas (seção ou departamento), Comitês de Produção das unidades produtivas, Comitê Coordenador de Trabalhadores da empresa e Conselho Administrativo. Este último, teoricamente composto de cinco representantes dos trabalhadores (sendo 3 deles do setor administrativo), cinco representantes do Estado e um administrador indicado pelo Estado. Na prática, somente umas poucas da maioria das empresas seguiram este esquema.

Temas financeiros e de gestão econômica – investimento, plano de produção, estratégias de fluxo de caixa, políticas de preço, etc – foram os mais difíceis de descentralizar. Somente nas maiores fábricas os representantes dos trabalhadores participaram na tomada de decisões desses temas. (ZIMBALIST, 1974, p.41) Como

¹⁸⁸ Presidencia de la Republica; Central Única de Trabajadores de Chile. Normas básicas de participación de los trabajadores en las empresas de las áreas social y mixta, mayo 1971, p.1. Archivos Salvador Allende. < http://www.salvador-allende.cl/Unidad_Popular/participacion%20mayo_71.pdf>. Consultado em 16 de junho de 2012.

observamos, a participação dos trabalhadores estava projetada para o controle no chão de fábrica, de questões como o fluxo de materiais e o ritmo da produção.

O discurso de Salvador Allende enfatizava o grande objetivo a ser buscado pelos operários na sua “nova função” dentro do governo popular, ganhar a “batalha da produção”. O que se evidencia na sua fala são os papéis a serem exercidos por cada um: o de produtor, pelos operários, e o de gestor da produção pelo Estado:

Devemos assegurar o crescimento permanente da produção neste ano: propor todas as iniciativas para economizar, para diminuir os custos, aproveitar melhor as matérias-primas, cuidar dos nossos equipamentos e máquinas, vigiar a sua manutenção, organizar melhor os métodos de trabalho, elevar as condições de segurança, acabar com o absenteísmo e as licenças médicas, e para isso contamos com a gigantesca experiência de trabalho acumulado de nossos operários. [...] Elevar as condições de vida das grandes maiorias nacionais significa [...] produzir mais e melhor e significa ganhar a batalha da produção dos *momios*.¹⁸⁹

[...] o grande combate, a grande batalha do Chile é agora e será sempre a produção [...] que se grave aqui e para sempre, no cérebro e no coração, repito, a batalha de agora e de sempre é a batalha da produção. Tem que produzir mais, e para aumentar a produção a longo prazo necessitamos também aumentar os investimentos, os excedentes das empresas. Os lucros das empresas servirão em parte para melhorar os salários dos que ali trabalham, mas a mais alta porcentagem desses excedentes devem estar destinados a serem investidos para criar novas fontes de trabalho, para mobilizar a capacidade ociosa de muitas empresas.¹⁹⁰ [Tradução minha]

No nível do chão de fábrica, foram formados comitês de produção autogeridos. Mas, estes comitês também lidavam com questões da produção. Sugestões e informações fluíam do chão de fábrica para o conselho administrativo através do comitê coordenador. Este último era dirigido pelo presidente do maior sindicato (operário ou empregado). (ZIMBALIST, 1974, p.39)

Inúmeras empresas que passaram à Área Social o foram por meio de uma “intervenção” do Estado ou pela “requisição de empresas”, permitida por diversos decretos do código de trabalho. No caso da intervenção, o governo nomeava um "interventor", ou seja, um administrador responsável pela organização da produção. Este procedimento permitia ao Estado a transferência do controle da empresa temporariamente, enquanto a propriedade permanecia legalmente nas mãos dos empregadores. A apropriação definitiva requeria a cooperação do Congresso, cooperação que Allende nunca obteve (deixando

¹⁸⁹ “Hay que ponerle el hombro a la producción.” **Central Unica**. Suplemento Especial, Diciembre de 1971, p.5.

¹⁹⁰ “Llamamiento a los trabajadores.” **Central Única**. Junio 1971, n.2, p.7.

aberta uma questão tão vital para o golpe). Assim, a cada ano, dezenas de empresas estatais ("sob intervenção" ou "requisição") retornaram ao setor privado.¹⁹¹

O que fica evidente no plano de participação é a formulação de uma estrutura que criava organismos consultivos e de assessoria, mais que deliberativos. A proposta governamental não alcançava dessa forma a promoção de uma transformação das relações de produção, de forma a abolir a sua hierarquização e promover o controle efetivo das empresas pelos trabalhadores por meio da sua atuação direta e da rotatividade nos assuntos administrativos das empresas.

Foram criadas duas formas de participação na área social. A primeira, a Assembléia Geral de Trabalhadores, que elegia representantes ao Conselho Administrativo e revisava seu trabalho. A segunda forma eram as Assembléias de Unidades de Produção, as quais formavam comitês de produção e eram órgãos consultivos para o chefe de produção. Neste regime de co-gestão, o Estado intervinha sobretudo na composição do Conselho de Administração, o mais importante organismo do sistema, e na nomeação do diretor da empresa, enquanto que os sindicatos interferiam na convocação da Assembléia Geral e na composição do Comitê Coordenador.

Em geral, os trabalhadores tendiam a compreender e participar nos assuntos relacionados ao sindicato, como segurança, níveis salariais, regras de trabalho, etc. Outros temas administrativos, como contratação e cursos de treinamento, também foram progressivamente dominados. Assim, a participação se expandia para outras áreas, os trabalhadores ativamente faziam recomendações e decidiam sobre o ordenamento físico e reorganização da produção, modificando uma dinâmica que em geral passa ao trabalhador um sentido de ignorância e impotência olhando seu ambiente de trabalho.

¹⁹¹ Para proceder à requisição/intervenção (nacionalização), os especialistas da UP recorreram a um decreto de 1932 (decreto-lei 520) que conferia ao Estado o direito de requisitar os estabelecimentos paralisados (por exemplo, por um conflito social não resolvido) ou por especulação, em nome da defesa da economia nacional. O decreto foi utilizado pela primeira vez na têxtil BellaVista Tomé, fazendo o patronato reagir imediatamente. Em resposta, os trabalhadores tomaram a empresa e bloquearam a produção. Muitas empresas sofreram intervenção e requisição ao mesmo tempo. No que se refere a empresas estrangeiras, o governo buscava meios amigáveis, negociação para transferência de capital. A maioria das empresas da APS foi integrada por meio de mecanismos jurídicos tradicionais, ou seja, pela compra de ações por um organismo estatal (CORFO). Assim, a nacionalização se deu às custas do endividamento do estado, endividamento que repercutia sobre os trabalhadores. In. GAUDICHAUD, 2005, p.153-156.

A participação vivida

Neste processo de construção de novas relações, portanto, as experiências assumiram diversas facetas. Em quase todas as fábricas socializadas, a diferença salarial foi drasticamente reduzida, o que produziu uma divisão menos injusta e mais solidariedade no seio da classe trabalhadora. Em alguns depoimentos, esse tema foi lembrado. Victor Ali, ex operário da Sumar, referiu-se à questão, afirmando não haver mais status, “se fez o refeitório onde comiam tanto operários quanto empregados, éramos todos iguais. Começaram a corrigir os salários, porque tinha gente que por ser puxa-saco ganhava mais que outro que fazia o mesmo trabalho.”¹⁹²

Assim, se por um lado, a participação direta nas resoluções das empresas da APS foi ainda limitada, a possibilidade de mobilização e organização nas fábricas resultou em práticas transformadoras das condições de trabalho e da consciência política dos trabalhadores. A implementação do sistema de participação exerceu um efeito não esperado, levando muitos trabalhadores a questionarem a manutenção de relações verticalizadas tradicionais, e a aspirarem uma participação mais ativa no controle e direção das fontes de trabalho. Como afirma Zapata (1976, p.55), quando o trabalhador começa a vislumbrar a possibilidade de expor sua opinião sobre o seu trabalho e sobre o funcionamento da oficina e da empresa, o seu comportamento já começa a experimentar uma transformação. Começa a se dar um dilema na sua percepção das relações tradicionais de produção.

A partir das expectativas em torno da possibilidade de participar da gestão da empresa, os trabalhadores questionavam a real eficiência e o alcance das normas de participação, queixando-se da falta de clareza sobre a função de cada organismo de participação e da estrutura verticalizada implementada.¹⁹³

Numa entrevista concedida ao jornal Chile Hoy, por operários da unidade algodão da indústria têxtil Sumar, foram apontados os principais problemas que se davam nesta direção: afirmavam que o único órgão deliberativo era o Conselho Administrativo, os demais se limitavam a circular informações; que os problemas das seções não chegavam ao comitê coordenador porque estes eram compostos somente por chefes de departamento; problemas básicos, como a falta de uma peça, eram levados ao presidente do comitê, o qual

¹⁹² Depoimento de Victor Ali Soto à autora. Santiago do Chile, 01 de julho de 2010.

¹⁹³ “Participación”. **Chile Hoy**, 16-22 de junio de 1972, p.2.

deveria levar os problemas para o órgão superior, e nunca se solucionavam os problemas; desorganização dos órgãos superiores e falta de transparência quanto ao grau de produção, que poderia levar à suspeição em torno das figuras superiores. “Não há informação da parte administrativa para baixo”.¹⁹⁴

A estrutura verticalizada comandada por representantes governamentais, cujo papel deliberativo se concentrava em apenas um dos órgãos dificultava a real participação dos trabalhadores na gestão das empresas. E isso não permitia a transformação das relações sociais de produção, ao manter a divisão do trabalho e o controle da produção por parte de gestores. Pode-se constatar essa problemática nos depoimentos de trabalhadores e interventores, como Andrés Van Luncken, interventor da têxtil Yarur:

A participação não tem funcionado como deveria por motivos regulamentares e do âmbito de decisões. E vemos como estas ficam entregues ao critério de um burocrata do Comitê Têxtil ou de outro organismo. Assim, é um engano falar de participação. A única coisa que pode ser garantia de que realmente este processo seja em benefício dos trabalhadores é que estes tenham um poder verdadeiro de decisão em todos os níveis; enquanto isso, qualquer funcionário poderá “dar um jeito” ou negociar o programa da UP.¹⁹⁵ [Tradução minha]

Dentre as críticas apontadas no setor têxtil, por exemplo, os representantes dos trabalhadores das indústrias Sedamar, Ex Said, Caupolicán Renca, Rayón Said, Ex Sumar, Textil Progreso, Fabrilana e Bellavista Tomé afirmaram: que se formou uma estrutura onde não se via participação, que havia muitos trâmites burocráticos para a resolução de qualquer assunto e distanciamento dos representantes do governo em relação aos trabalhadores. Dentre as propostas apresentadas por eles, estavam a maior rotatividade nas funções dos trabalhadores nos comitês, o distanciamento do sindicato em relação ao conselho de administração e modificações no convênio da Cut com o governo para que pudesse haver “censura” aos representantes do governo.¹⁹⁶

Uma pesquisa realizada, em 1973, entre os trabalhadores da Compañía Cervecerías Unidas nos dá indicadores do grau de conhecimento e das expectativas que havia entre os operários em torno da participação na Área Social. Com números bastante expressivos, 89% dos operários e 96% dos empregados afirmaram ter conhecimento sobre a participação na Área Social enquanto “Integração à tomada de decisões e rendimentos para os trabalhadores chilenos”. Outro aspecto importante desta pesquisa indica a importância do

¹⁹⁴ “La participación de los trabajadores I.” **Chile Hoy**, n.5, julio de 1972, p.16.

¹⁹⁵ “Los interventores también opinan.” **Chile Hoy**, n.8, 4-10 de agosto de 1972.

¹⁹⁶ “La Participación II. Una visión desde las bases.” **Chile Hoy**, n.8, 4-10 de agosto de 1972, p.16.

trabalho de conscientização e divulgação entre os trabalhadores por meio de folhetos e revistas: 42% dos operários e 34% dos empregados afirmaram ter tomado conhecimento sobre o assunto por meio de fontes escritas.

Questionados se tinham ou não acesso à administração da empresa, 92% dos operários e 96% dos empregados responderam positivamente.¹⁹⁷ Adotando como critério de participação o acesso à administração da empresa, o conhecimento da rodagem da empresa, o fato de os trabalhadores serem ouvidos e a solução de problemas a partir da base, esta pesquisa demonstra alto grau de conhecimento sobre o papel dos trabalhadores no processo, bem como ampla satisfação no que diz respeito ao alcance da participação. Estas respostas indicam que na empresa Cervecerías Unidas foi conquistado um grau importante de organização interna que permitisse aos trabalhadores espaço para atuarem, principalmente por meio das Assembléias.

As transformações nas relações de produção e a adoção de um modelo mais próximo da autogestão dependiam muito da visão dos dirigentes locais sobre aquele processo revolucionário, variando assim as formas de participação entre as diversas empresas. Isso se dava porque muitos desses dirigentes também não visualizavam a autogestão como um objetivo, por entenderem que os trabalhadores ainda não estavam preparados para assumirem a administração, como era recorrente entre os socialistas. Ou simplesmente, porque a sua concepção de sociedade socialista não compreendia outra forma de organização política e econômica que não fosse manejada pelo Estado e pelas lideranças sindicais, visão predominante entre os comunistas.

Para que houvesse ainda mais estímulo à participação, a formação política também passou a fazer parte da nova rotina de liberdade política na fábrica, na qual exercia um importante papel a incorporação da leitura e do debate no cotidiano do trabalho. Valenzuela destacou a significativa relevância desta prática no comportamento dos trabalhadores:

Nós [o sindicato] fizemos um convênio com uma editora muito grande da época, que se chamava Quimantú. Fizemos um convênio para termos nossa grande biblioteca dentro da empresa... Então pegavam os livros na biblioteca, levavam para suas casas... e liam muito, nos consultavam, falavam sobre o que liam... Então havia uma euforia, e isso provocou uma mudança gigantesca. As pessoas, quando lêem, se instruem, sentem uma mudança gigantesca. Mas essa mudança é muito mais que um aumento de salário, [...] muito mais que tudo. Quando os trabalhadores começavam a ler, sentimos que havia uma mudança, que havia

¹⁹⁷ CARO, Ximena. **Participación de los trabajadores en la Cia Cervecerías Unidas de Antofagasta**. Memoria para optar al título de asistente social. Universidad de Chile. Antofagasta, 1973.

mais participação nas assembléias; as pessoas pediam a palavra e não se envergonhavam. Por que antes da Unidade Popular, havia muito medo de pedir a palavra e passar por ridículo. Eu sentia que as pessoas, quando pedíamos para falar, “não, me dá vergonha...”. [...] Quando o sujeito lê e tem argumento, não tem vergonha, tem necessidade de falar.¹⁹⁸ [Tradução minha]

Para Zimbalist (1974), o mais importante destas variáveis foi o nível de consciência política e de atividade entre os trabalhadores da fábrica. Após observar o processo de participação em diferentes empresas, concluiu que especificamente nas fábricas onde os partidos da esquerda revolucionária predominavam ou tinham forte influência, havia mais democracia industrial e maior poder operário.

O grau de participação, portanto, dependia de variáveis como o funcionamento do sistema de comunicação e fluxo de informações dentro da fábrica, o estilo e a ideologia política do interventor e dos dirigentes sindicais, o grau do trabalho de mobilização (por exemplo, se a empresa foi socializada por decreto ou por ocupação dos trabalhadores) e a estrutura do sindicato e do partido político na empresa.

Além disso, na maioria dos casos, o médio ou alto gestor da empresa manteve-se no trabalho depois da socialização, cooperando mais ou menos, dependendo da sua posição política. Assim, ocorriam mais problemas na produção onde o gestor estava em oposição a Allende. E o desejo de libertação dos trabalhadores em relação às relações patronais é interpretado atualmente pelas antigas lideranças como um processo de “caça às bruxas”, onde os trabalhadores “estavam se sentindo donos da empresa”.¹⁹⁹

Por outro lado, além da manutenção dessa divisão do trabalho, ainda que os trabalhadores estivessem representados nos diferentes organismos de participação, não foi implementado um sistema de rotatividade nestas funções como afirmamos acima, criando-se assim, novos grupos de trabalhadores com a função de controlar o trabalho de seus companheiros. Dessa maneira, foi gerado um novo tipo de conflito, uma vez que os trabalhadores passaram a desconfiar não só do papel dos gestores governamentais, como também dos seus representantes presentes nos órgãos de participação.

Estava se gestando entre os operários uma recusa ao papel dos representantes dos comitês de produção, que estavam lhes considerando “pessoas que estavam sapeando, obrigando as pessoas a produzir mais, que est[avam] explorando muito mais”. Como

¹⁹⁸ Depoimento de Hugo Valenzuela à autora.

¹⁹⁹ Depoimento de Hugo Valenzuela à autora. Santiago do Chile, 10 de junho de 2009.

afirmou um operário da indústria Rayón Said: “os companheiros não entendiam a participação tal como se estava realizando, os comitês de produção eram vistos como os sapos que tinham na indústria”.²⁰⁰

Esses exemplos demonstram que o modelo implementado inicialmente não se apresentava como uma proposta original de co-gestão por não expressar a possibilidade de gerar novas relações sociais no âmbito produtivo. Ao contrário, diante da necessidade do controle estabelecida pelo governo e pela CUT, estava se forjando entre os próprios trabalhadores novos gestores para controlar o trabalho dos operários, o que acarretava em novas divisões internas e no mau funcionamento da proposta de participação.

Entre os trabalhadores e seus dirigentes sindicais locais foram pensadas soluções para aprimorar o sistema de participação na Área de Propriedade Social, gerando diferentes experiências e modelos de atuação que superassem o esquema apresentado pelo plano governo-Cut. Entre os trabalhadores do setor têxtil, que estavam descontentes com a estrutura e com o “excesso de burocracia entre os funcionários do governo”, seus representantes decidiram que os dirigentes que fizessem parte do Conselho de Administração da empresa não podiam ser dirigentes sindicais.

Buscava-se dessa maneira que os sindicatos mantivessem sua independência em relação aos organismos de gestão para poder assim cumprir seu trabalho de impulsionadores e fiscalizadores da participação. (BITAR, 1980, p.268) Uma vez que o Estado em si não estava controlado pela classe trabalhadora, esta precisava manter uma base independente para sua autodefesa, o sindicato. O seu papel deveria ser de fiscalizador do processo de planejamento e de integração dos trabalhadores.²⁰¹

De acordo com Zimbalist (1974), esta proposta criou algumas contradições. Os sindicatos mais burocratizados, como os liderados por membros do Partido Comunista ou da Democracia Cristã, opuseram-se à formação de instituições paralelas para representar os trabalhadores e organismos de controle operário no nível da empresa. Nesses casos, ou o aparato administrativo não foi posto em movimento ou não conseguiu se desenvolver de forma eficaz.

²⁰⁰“La participación de los trabajadores I.” **Chile Hoy**, n.5, julio de 1972, p.16.

²⁰¹ Participación de los trabajadores en la administración de la empresa. **MADECO**, 1973. “Cuenta a los trabajadores: 2 años en el Area Social. **Textil Progreso**, 1973, p.15.

Outro aspecto importante das exigências dos trabalhadores em relação à gestão da empresa estava relacionado com o papel a ser assumido pelo interventor, especialmente, na sua relação com os trabalhadores. Houve constantes cobranças pelo estabelecimento de novas relações na empresa, esperando uma atitude diferente dos interventores em relação aos trabalhadores. Isso estava diretamente relacionado com o anseio de participação, de transformar as relações de trabalho e de maior controle da produção.

Os trabalhadores de variados setores não viam outra solução para seus problemas além da intervenção e da passagem da sua fonte de trabalho à área social. Para eles, representava uma solução em dois sentidos. Esperavam que a intervenção pudesse deter o controle exercido pelo patrão, mas também esperavam que o Estado atuasse como contrapeso em relação às atividades e à influência exercida pela chefia, demonstrando que a disputa no campo das relações de produção também era uma chave da sua luta.

Muitas vezes, os trabalhadores visualizavam um distanciamento entre operários e gestores, pois, ainda que a maior parte dos operários que intervinham na discussão exigisse que os representantes do governo fossem pessoas conhecedoras do ramo produtivo em questão, alguns afirmavam que, ainda mais importante que o conhecimento era a atitude que eles tinham frente aos trabalhadores, num claro anseio do rompimento com as relações de mando vivenciadas até então:

Deve-se descer às fábricas, se deve descer à produção, deve-se dar conta dos problemas reais que têm as diferentes seções. Não se pode planejar de cima, dos escritórios. Nós que temos a ver com isso, procurando matérias-primas, buscando reposições, nos encontramos com uma triste realidade.

Enviaram um advogado para administrar a fábrica, ele não sabia nada de indústria, mas ele tinha algo claro, que era trabalhar com a massa, fazer funcionar os organismos de participação. Não acho que seja essencial que um companheiro tenha que ser especialista para que vá à fábrica, mas tem que ter o filme claro do processo que está vivendo o país nesse momento e fazer os trabalhadores participarem.²⁰² [Tradução minha]

Quando estavam insatisfeitos com a atuação do interventor, era comum que reclamassem e até exigissem a sua substituição, como pudemos constatar no caso da Fábrica Acosta, que se encontrava sob intervenção desde outubro de 1971. Segundo os trabalhadores, o interventor não apresentava os comprovantes de pagamento dos impostos, também não aparecia na empresa havia dois meses, “não mostrando interesse em fazê-la

²⁰² “La Participación II. Una visión desde las bases.” **Chile Hoy**, n.8, agosto 1972, p.17.

funcionar normalmente”. Já não restava matéria-prima e faltavam peças de reposição. Segundo os operários, esta situação derivava “da recusa do interventor em aceitar algumas propostas que lhe foram apresentadas”. Consta no processo que:

Os trabalhadores declaram que todos os problemas existentes se devem à falta de uma pessoa que dirija a indústria e apareça diariamente nela. [...] Por tudo isso solicitam que o mais breve mudem o interventor e se designe uma pessoa responsável. Os trabalhadores manifestam seu alto espírito de trabalho e de colaborar com os planos de aumentar a produção em que está empenhado o governo do companheiro Salvador Allende.²⁰³ [Tradução minha]

No que se refere à participação, em algumas indústrias os trabalhadores conseguiram melhorar as suas regras. No setor de fabricação de seda da indústria Sumar, adotou-se a rotatividade a cada dois meses dos representantes dos comitês de produção, como um meio de evitar a geração de conflitos entre os trabalhadores. Na indústria Fabrilana, a solução deveria ser buscada de baixo para cima, segundo o seu representante sindical:

Uma má política no acordo Cut-governo é que os comitês de produção vão buscar solução no comitê coordenador, e elas se dão de cima, no conselho de administração, e chegam para dizer aos companheiros: “aqui eu lhes trago a solução”. Na Fabrilana, é no comitê coordenador que se resolvem as coisas, porque que é no comitê coordenador onde estão as forças da participação e não no conselho de administração e no comitê superior de produção. São normas que temos estabelecido, o regulamento interno”.²⁰⁴ [Tradução minha]

A reivindicação de participação integral, em todos os níveis da empresa passou a figurar entre as exigências dos trabalhadores que vivenciaram a implantação das regras de participação, estabelecendo a necessidade de se criar espaços para além do chão de fábrica, incluindo assim aspectos como planejamento e política de produção e solução de conflitos, ou seja, meios para se integrar à administração da empresa.²⁰⁵

Entre os trabalhadores da Companhia de gás, ao tratar-se do “Comitê de Produção” no Encontro Nacional de Trabalhadores do Gás, em setembro de 1972, resolveu-se incorporar algumas funções auditoras: os trabalhadores podiam iniciar julgamentos, inclusive contra os representantes do governo; foi estabelecido um controle de produção (utilização e designação de recursos, manutenção, movimentos de pessoal e certo controle sobre contratações); também se dispôs o controle sobre o uso e destino de excedentes. Dispôs-se também que nos Comitês Coordenadores de Trabalhadores, os representantes dos

²⁰³ Acta de reunion en la Fabrica Acosta. **Subsecretaria del Trabajo**. Libro 2- doc. n. 695, 31 de agosto de 1972.

²⁰⁴ “La participación de los trabajadores I.” **Chile Hoy**, n.5, julio de 1972, p.17.

²⁰⁵ Participación de los trabajadores en la administración de la empresa. MADECO, 1973, p.15.

Comitês de Produção tivessem direito a voz e voto, superando-se o que se determinava nas “Normas Básicas”, que limitavam o direito dos Coordenadores só à voz. (SILVA, 1998, p.86)

Se por um lado, a CUT vocalizava a voz do governo na sua atuação junto aos trabalhadores na implantação do sistema de participação, por outro, ficava evidente o importante papel articulador dos sindicatos entre as bases. Assim como ocorreu no contexto de formação/renovação dos sindicatos e de articulação dos comitês da UP, em que o contato cotidiano das lideranças, ou futuras lideranças com os trabalhadores foi fundamental para impulsionar a sua mobilização em cada unidade produtiva, nesta conjuntura que se apresentava como uma experiência totalmente nova não foi diferente.

Na implantação do sistema de participação, no questionamento ao seu funcionamento, na exigência para a incorporação da empresa ao novo sistema ou na articulação política dos chamados Cordões Industriais, tema que trataremos adiante, se fortaleciam as relações sociais e se aprofundava o aprendizado organizativo dos trabalhadores dentro do modelo mais democrático e legítimo de representação sindical que vinham construindo nos anos anteriores. Nesta etapa do processo revolucionário, tiveram fundamental importância suas experiências políticas do cotidiano, como as conversas, assembleias, greves, ocupações. Essas práticas significaram o aprendizado de gestão das próprias lutas e o fortalecimento da solidariedade e do coletivismo que significavam um questionamento às relações sociais do sistema capitalista.

A participação ampliada

A Unidade Popular havia proposto expropriar 253 das 35.000 empresas existentes no Chile, mas este número havia diminuído para 90 devido a pressões da oposição ao governo.²⁰⁶ Desta quantidade, 74 eram empresas industriais onde trabalhavam 55.854 trabalhadores, ou seja, 10% do proletariado industrial manufatureiro. Em dezembro de 1972, o total de empresas sob intervenção no setor industrial era de 202. Estas somavam um total de 117.471 trabalhadores; e das 65 empresas adicionais que foram agregadas à área social, somente 9 correspondiam à lista original das empresas estratégicas. (SILVA, 1988, p.252)

²⁰⁶ “Con proyecto al Congreso el Gobierno se propone estatizar 91 empresas”. **La Prensa**. Santiago, 15 de Enero de 1972, p.5.

Essa expansão se deu devido às ações sociais que começaram a assumir uma dinâmica diferenciada em várias empresas, incluindo as de pequeno e médio porte, a partir da ação dos trabalhadores que visavam a passagem das indústrias para a área social, ou pelo menos, a intervenção do governo para obter direitos de participação que existiam na área social. A partir destes atos, a experiência chilena conheceu uma nova dinâmica, própria dos movimentos de trabalhadores.

Já no início do processo de incorporação das empresas, os trabalhadores se mobilizaram para acelerar as estatizações. Em maio de 1971, o governo anunciou a requisição das indústrias Caupolicán, Renca e Rayonil, de San Antonio, paralisadas por greve e anunciou a integração dos monopólios têxteis Yarur, Sumar, Rayon Said e Hirmas. Tais declarações aceleraram a mobilização da base que procedeu à *toma* das principais fábricas anunciadas, principalmente Sumar algodão, Sumar nylon e Textil Progreso, em ocupações seguidas de assembléias e festa. A CUT e a Federação Têxtil manifestaram seu apoio às ações, desejando um retorno rápido à produção.²⁰⁷ (GAUDICHAUD, 2005. p. 154)

O fato de levantar a bandeira da participação dos trabalhadores, de favorecer certas formas de controle sobre o processo de produção e de nacionalizar grandes empresas liberaram uma energia participativa das bases operárias, o que começou a dar um conteúdo concreto às noções de participação e de propriedade social numa base que ansiava pelas mudanças prometidas pelo governo popular.

Numa conjuntura política favorável, e sem temer a repressão por parte do Estado, os trabalhadores desencadearam um processo de avanço nas transformações propostas pelo governo que complementou, mas também divergiu da revolução “de cima” encaminhada pela UP, como demonstramos no tópico anterior. Operários em greves e ocupações de fábricas, movimentos de pobladores e trabalhadores rurais, ampliando significativamente as ações de ocupações de terrenos e propriedades, em ações conjuntas com grupos de esquerda, como o MIR, alas do Partido Socialista, MAPU e Izquierda Cristiana, protagonizaram este aprofundamento do processo revolucionário.

Com ações desiguais no tempo, no lugar e na velocidade, os diversos movimentos infundiam na concepção acerca da construção do socialismo as preocupações cotidianas e

²⁰⁷ “Textiles se toman industrias: resguardar la producción del sabotaje, dice la CUT.” **El Siglo**, Santiago, 25 de mayo 1971; “Los trabajadores de Rayon Said firmes com la nacionalización.” **Central Unica**, Santiago, agosto de 1971.

as questões históricas que assolavam a classe trabalhadora. Para estes socialistas, os novos modos de participação popular eram o resultado de uma democratização crescente que abria caminho a uma sociedade socialista.²⁰⁸



“Toma de terreno.” In: GONZÁLEZ P, Miguel; TALAVERA, Arturo F. (Ed). *Los mil días de Allende*. Santiago: CEP, 1997.

Os dirigentes da UP já se preocupavam com a perspectiva de aprofundamento da revolução entre os trabalhadores, atentando para o aumento da pressão ‘de baixo’ pela estatização das indústrias. Esta preocupação se dava principalmente porque as ações destes trabalhadores atentavam contra a proposta de mudança gradual e contra a política de aliança de classes proposta pelo governo, que dava garantias a pequenos e médios empresários. As lideranças comunistas e a CUT temiam a ampliação da mobilização fora das instituições, já que para eles, a conquista fundamental da classe trabalhadora era o Governo Popular, do qual era necessário “cuidar e fortalecer”.²⁰⁹

Com a intensificação das ações populares, o processo de intervenções ultrapassou amplamente os planos da Unidade Popular, e em diferentes setores os trabalhadores já haviam tomado a iniciativa. Nos setores de química, metais básicos e maquinário e acessórios elétricos, por exemplo, eram mais de 35 mil trabalhadores em locais sob

²⁰⁸ **Posición**, año I, n.2. Santiago, 25 de abril de 1972.

²⁰⁹ José Cademártori com los militantes comunistas. **La Nación**, 4 de septiembre de 1971.

intervenção ou confiscados. No entanto, o plano da UP propunha que somente 8 mil trabalhadores trabalhassem nestas condições. Em 1972, o plano original da UP já havia sido superado, e em meados daquele ano, mais de 150 empresas, representando 20% da produção industrial, tinha sido incorporada à Área de Propriedade Social por compra ou decreto, e três quartos inaugurou o sistema de participação.

Uma importante expressão das reivindicações dos trabalhadores destas empresas está no significativo aumento do registro de conflitos trabalhistas, que variou da média de 1 mil, entre os anos de 1967 e 1969, para 1819, em 1970, 2709, em 1971, e 1763 somente no primeiro semestre de 1972. Ao mesmo tempo em que a média do número de trabalhadores envolvidos em cada conflito diminuiu, o que indica o crescente conflito nas empresas pequenas. (SILVA, 1998, p.73) São muitos os registros no Ministério do Trabalho referentes a ocupações de fábricas e paralisações, nas quais os trabalhadores exigiam a intervenção do governo por motivos vários, como conflitos trabalhistas.

Na busca deste objetivo, os trabalhadores passaram a se organizar e se mobilizar de diferentes formas para incluírem seus postos de trabalho no plano de estatização do governo, que estabelecia critérios, ainda que flexíveis, para a intervenção e requisição, que incluíam desde conflitos de trabalho até denúncias de boicote à produção e, claro, a existência de monopólios nacionais e estrangeiros.

Entre os registros, encontram-se cartas e ofícios encaminhados por trabalhadores, empresários e membros do governo, especialmente da Direção do Trabalho. Os empresários, por sua vez, denunciavam a instauração do conflito pelos trabalhadores, narrando o processo de ocupação, geralmente precedido pelo enfrentamento com executivos, chefes e proprietários, e o impedimento de que estes ingressassem na empresa. Como foi o caso da Maestranza Santa Monica, que teve suas oficinas e outras instalações ocupadas pelos operários, que fecharam as portas e impediram o ingresso dos executivos. Os operários seguiram trabalhando, com total controle sobre as ferramentas, materiais, maquinário, equipamento ferroviário em conserto, peças de reposição, etc. E ao final, conseguiram a intervenção do governo na indústria.²¹⁰

²¹⁰ Dentre os argumentos do industrial para a reversão da ocupação da indústria estava o fato de aquela ser uma empresa de médio porte que fornecia peças à Ferrovia do Estado. E juntamente com a Maestranza Santa Monica, muitas fábricas sofreram intervenção a partir de decretos assinados entre outubro e dezembro de 1971. Para citar algumas: Industrias del Cobre Indelco, Maestranza Santa Monica Maestranza y Carrocería Royal, Maderas Monte Verde, Pinturas Tecnicas S.A Antecedentes. **Ministerio del Trabajo**. Libro 2216. Santiago, 22 de septiembre de 1971.

Inúmeras eram as estratégias adotadas pelos trabalhadores para conseguirem a intervenção do governo ou o confisco das empresas. Suas ações incluíam a paralisação da produção, a ocupação da empresa, a denúncia de não resolução dos conflitos trabalhistas, de más condições de trabalho, de recursos dos empresários para paralisar ou reduzir a produtividade, a comercialização com o mercado negro, enfim, qualquer elemento que justificasse a intervenção do Estado na empresa em questão.²¹¹



Foto da fachada da fábrica de calçados Bata quando foi ocupada pelos operários.
“La mejor respuesta es la unidad revolucionaria.” *El Rebelde*, octubre de 1972.

A ocupação da fábrica têxtil Yarur, em 28 de abril de 1971, representou o primeiro grande conflito entre Allende e sua base central, a classe operária industrial. Foram os trabalhadores que ganharam essa disputa, forçando uma aceleração imprevista do processo. (WINN, 1976, p.76) A onda desencadeada foi o que impulsionou uma nova etapa do processo revolucionário, com um enfrentamento direto com a burguesia nacional, e que pressionava o governo na delimitação da Área de Propriedade Social.

Entre as grandes empresas, somente na comuna de Maipú, na Grande Santiago, 10 das indústrias locais registraram 25% dos conflitos trabalhistas, entre elas: Polycron (fibras e algodões sintéticos), onde o conflito se iniciou com o descumprimento de pontos do acordo coletivo, mesmo motivo que levou à ação dos trabalhadores da El Mono (artigos de alumínio) e da Perlak (fábrica de conservas), que também denunciavam boicotes à

²¹¹ Entre as denúncias de más condições de segurança e higiene no trabalho, podemos citar o caso da fábrica Aluminios y Enlozados Fantuzzi, cujo sindicato industrial solicitava ao Ministério do Trabalho a visita de fiscais. “Solicita designación que indica.” **Ministerio del Trabajo**. Libro 4432, 11 junio de 1971, p.504. Também a denúncia dos operários contra a fábrica de tubos de cimento Bottai Ltda, citando deficiências de higiene e segurança industrial no local.

produção e negociações com o mercado negro por parte dos empresários; a CIC (móveis e metalurgia), por reivindicações salariais e exigência de imediata passagem à Área Social; Fensa, na qual o conflito se deu devido à tentativa por parte da empresa de colocar fim à intervenção governamental, levando ao enfrentamento entre sindicalistas e executivos.²¹²

Este conflito dava claros sinais de que não seria seguida a proposta oficial e assumia contornos mais radicais, seguindo a lógica do movimento de base, e isso incluía, portanto, empresas médias e pequenas. Podemos ilustrar essa questão com diversos exemplos de processos encaminhados no Ministério do Trabalho com solicitações dos sindicatos e da Direção do Trabalho, órgão que mediava os conflitos nas empresas.

Na indústria têxtil Grecea, seus 6 operários tentaram estatizá-la a partir de denúncia encaminhada ao Ministério do Trabalho, que apontava irregularidades na produção, com a sua diminuição, a comercialização com o mercado negro e fraude no fluxo da matéria prima. Além disso, denunciavam o descumprimento de acordos trabalhistas referentes às tarifas e condições de trabalho, e se queixavam da falta de segurança. Por todas essas infrações solicitavam a passagem da empresa à Área de Propriedade Social.

O sindicato industrial justificou a ocupação da indústria ao Ministério do Trabalho:

A ocupação da indústria se deu e nos mantemos nela para que se solucionem diversas irregularidades que a nosso ver indicam a requisição desta empresa. A produção é entregue ao mercado negro, para a qual não se entrega recibo, burlando o pagamento de impostos; descumprimento de pontos do acordo coletivo; exploração do trabalho de menores sem contrato de trabalho. Todas essas razões nos impulsionam a **pedir o confisco da empresa e sua posterior passagem à Área de Propriedade Social.**²¹³ [Tradução minha] [Grifos meus]

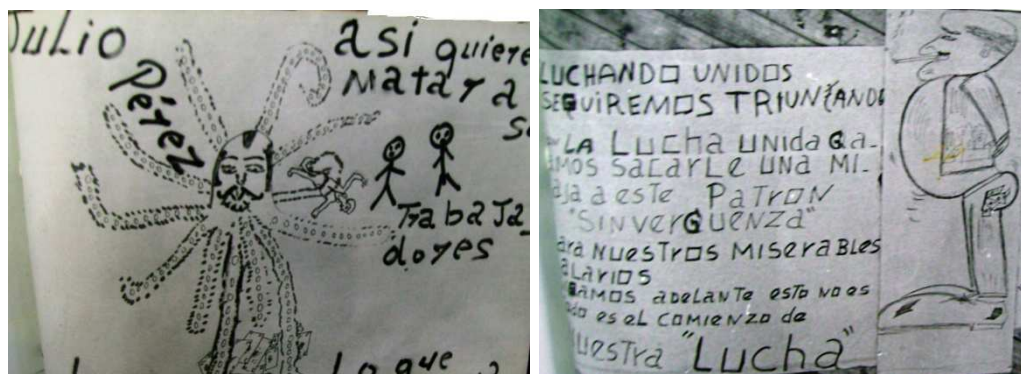
O caso da indústria de conservas Leymo também é bastante elucidativo no que se refere às diferenças das concepções dos trabalhadores em relação à proposta governamental de aliança de classes. Outro aspecto relevante é o abandono da empresa pelos empresários, o que levava os trabalhadores a quererem seguir nos seus postos de trabalho. Neste registro, podemos analisar o conflito estabelecido na empresa entre patrão e empregados por meio das manifestações de ambos os lados.

Em carta encaminhada ao Ministério do Trabalho, o empresário Julio Perez descrevia o estado de conflito na fábrica. Nela, ele justificava a diminuição do ritmo de produção em função da queda na produção da matéria-prima, com isso, explicava também a

²¹² “‘Los pirañas’ se liman los dientes con la clase obrera.” **Punto Final**, n.160, 20 de junio de 1972, p.10.

²¹³ Antecedentes de la Industria Textil Grecea. **Ministerio del Trabajo**, Libro 4079, 24 de Julio de 1973.

necessidade de dispensa de parte do quadro de funcionários. A estas questões, somava problemas de indisciplina, falta de respeito entre os trabalhadores e para com a parte empresarial, verbalmente e através da imprensa e rádio, como vemos nos folhetos.



Caricaturas afixadas no *Mural del Poder obrero*, na indústria Leymo, representando o patrão Julio Perez como o burguês barrigudo e como um polvo. “Julio Perez. Así quiere matar a sus trabajadores.” “Luchando unidos seguiremos triunfando...”²¹⁴

Segundo o empresário, os trabalhadores utilizavam “qualquer pequeno problema” para justificar o rompimento das relações de trabalho; alegava assessoria de “elementos ativistas” que não faziam parte do quadro de funcionários. A exigência por parte dos trabalhadores de aumento do número de funcionários e a negativa da parte empresarial teria levado à exaltação dos ânimos, e à saída da fábrica por parte do empresário e do pessoal administrativo para não levar ao enfrentamento. O empresário afirma que numa das ocupações da fábrica teria havido atos de boicote, como o desajuste de uma máquina, e a diminuição da produção devido a acordo com o sindicato para baixar o ritmo de trabalho.²¹⁵

Um novo conflito ocorreu devido ao baixo fornecimento de matéria-prima, que levaria a empresa a demitir 9 operários. Os dirigentes sindicais junto com dois operários e mais “pessoas estranhas à fábrica” teriam bloqueado a entrada da empresa. Posteriormente teriam adentrado a mesma com paus, ameaçando o vigia, obrigando-o a entregar as chaves; gerou-se uma nova ocupação. Para o empresário, a motivação dos operários era gerar distúrbios e baixa produção na pequena indústria para que esta sofresse intervenção e para solicitar ao governo a passagem à APS “sem respeitar os acordos que existem entre a pequena indústria e o governo”.

²¹⁴ Antecedentes de la Industria Textil Grecea. **Ministerio del Trabajo**, Libro 4079, 24 de Julio de 1973.

²¹⁵ Antecedentes generales sobre situación conflictiva Leymo. **Ministerio del Trabajo**. Libro 4079.

A afirmação do empresário deve ser levada em conta, já que o que se observa em muitas ações dos trabalhadores é que nem sempre havia problemas passíveis de uma intervenção governamental. O que se assistia era uma resistência operária às relações de trabalho ou a sua reação às práticas recorrentes de desmandos e abusos da parte patronal, aproveitando-se de uma conjuntura favorável para instalar um conflito direto e conseguir assim a atenção do governo popular. Podemos ilustrar essa tática com exemplos de operários que justificavam as ocupações com a “alta dos preços e os baixos salários”, com demissões injustificadas e maus tratos, entre outras práticas historicamente recorrentes, como na ocupação ocorrida na Editorial Nascimento:

[...]30 famílias vítimas de uma “*viejaja momia, como tonta para el abuso*”, gozadora da boa vida e da melhor nota, *frescolina* e esperta até dizer chega. E o mais grave é que todos os armazéns do quarteirão, que estão ajudando, esperam que aqui se resolva o conflito, que será um exemplo para que eles também lutem contra seus patrões, porque também são explorados. Se impede que nós triunfemos porque seremos “um mau exemplo”, um infortúnio.²¹⁶ [Tradução minha]

Os discursos proferidos pelos trabalhadores, a linguagem utilizada, especialmente para se diferenciar dos seus opositores, seus atos de ocupação de fábricas, prédios, terrenos urbanos e rurais, são um conjunto de elementos que expressavam a afirmação de uma identidade e da sua lógica política própria, sem se importarem se isso convinha à racionalidade do projeto institucional. A lógica prevalecente era a do conflito entre capital e trabalho.

Em tais discursos, os mesmos slogans eram interpretados e reapropriados de maneiras diversas pelas classes opostas; de um lado os *momios*, do outro os comunistas – a palavra por si só tinha uma conotação pejorativa. Por trás dessas palavras estavam duas visões de mundo que expressavam posições sociais antagônicas e já faziam com que o governo tomasse ares de confronto.

A valorização do trabalhador passava pela negação de todo um espaço desintegrador, onde o burguês, o patrão, o *momio*, o gringo não tinha seu lugar.²¹⁷ Esse termo traz uma síntese entre ser, parecer e fazer do que se chamaria então pejorativamente

²¹⁶ A denúncia contra a empresa incluía maus tratos e demissões. Segundo os trabalhadores, os proprietários da livraria costumavam despedir os empregados quando estes completavam seis meses de serviço, “para impedir que se organizassem e conseguissem a unidade dos trabalhadores”. “Hasta cuando tanta sinvergüenzura.” *Clarín*, Santiago, julho de 1973, p.4.

²¹⁷ O termo *momio*, que não tem tradução, mas pode ser entendido no sentido de múmia, apareceu no vocabulário em torno dos anos sessenta, no momento em que os conflitos se radicalizaram.

o burguês. No termo *momio* há a ideia de conformismo ligada a uma situação objetiva de abundância e de conforto. Esse neologismo aparece no momento em que uma parte da população se radicaliza, corresponde à visão que essa população não pode mais objetivar no termo burguês. *Momio* e gringo representavam as duas faces da exploração. Ser burguês e o que disso decorria quer dizer agir como, pensar como, vestir-se como era associado a essa dominação e a essa prepotência. (BOCCARA, 1997, p.134)

Ao mesmo tempo, se expressa claramente o fortalecimento dos laços de solidariedade e a confiança que se gerava na força dos próprios atos políticos, fundamentais para a consolidação da consciência de classe. Ao mesmo tempo, a ocupação de uma empresa por si só já estabelecia ao governo a problemática da contestação às bases da ordem capitalista do país.

Estes casos denotam os limites da proposta governamental frente à concepção dos trabalhadores, para os quais o empresário não se distinguia entre o grande, monopolista, e o pequeno, “empreendedor”, todos representavam a figura do explorador. Isso demonstra que a lógica da oposição de classes suplantava o nexa nação-antinação proposto pela Unidade Popular. Ao invés de interpretar os conflitos de fábrica como “lutas economicistas”, entendemos que as ações dos trabalhadores expressaram este sentimento de uma identidade coletiva em defesa dos seus anseios e contra interesses antagônicos, representados nos mais diversos personagens que aprofundavam uma proposta de transformação da sociedade a partir da sua realidade.

Os limites do consenso

O que se assiste em diversos momentos é uma tensão na relação dos trabalhadores com o governo, já que as ações consideradas fora do programa da UP (como as ocupações das fábricas) eram vistas como um risco de enfraquecimento da aliança de classes proposta pelo governo. Havia constantes embates entre os líderes populares e sindicais e os representantes do governo em torno da velocidade e da intensidade das ações revolucionárias. A carta do operário Pedro Ormeño, da indústria Maestranza Jemo, endereçada ao jornal Chile Hoy, expressa o descontentamento com a falta de respaldo às ações diretas dos trabalhadores:

Penso que estamos perdendo muito terreno por causa das debilidades da esquerda, da Constituição, da Legalidade e de um setor da UP que está pondo

travas aos trabalhadores nas suas lutas e suas decisões, seguramente porque também têm seus interesses. Eu trabalho em uma empresa privada com um baixo salário, igual aos meus companheiros, muitos companheiros que trabalham na pequena e média indústria, à qual não se dá muita importância. Eu sinto, como trabalhador consciente, que estamos retrocedendo em vez de avançar o processo ao socialismo realmente. Também quero me referir ao que dizem aos trabalhadores “**não às greves**”, “**não às tomas**”. Eu me pergunto, que outra arma temos os trabalhadores para bater no inimigo que sempre se negou a negociar um acordo? [...] os problemas não se resolvem atrás de uma escrivaninha. Tratam como ultra esquerdistas aos companheiros que tomam uma indústria ou um terreno e os tratam como inimigos.²¹⁸ [Tradução minha] [Grifos meus]

Este embate entre os limites vividos pelo governo devido às restrições institucionais e a ação autônoma dos trabalhadores se evidencia num debate entre um trabalhador e o dirigente da CUT em uma das reuniões registradas no documentário de Patricio Guzmán (1979), numa clara demonstração de autonomia operária frente às diretrizes partidárias. O representante da CUT solicitava aos trabalhadores mais cautela na ocupação das fábricas, uma vez que o governo não podia deslegitimar-se frente a um dos poucos credores externos que ainda restavam numa conjuntura de limitadas relações econômicas com outros países, e ouviu o seguinte questionamento de um dos trabalhadores presentes:

[...] A verdade é que o povo, os operários estão cansando, pois isso é enrolação. Lutamos contra a burocracia, mas dentro das nossas próprias organizações, sindicatos e de nosso poder; a CUT ainda tem burocracia. Até quando? Vou consultar o companheiro: será que não tem confiança no poder popular? Será que a CUT não confia nos operários que foram gritar e apoiar o companheiro Allende? O Presidente não tem confiança nas nossas organizações? E os deputados, não têm confiança, eles que não fazem nada? E os senadores, também não? Em vez de defenderem nossa causa, - e por isso os elegemos - assim que a direita aparece, eles se levantam e vão embora! Chega! Nós nos organizamos com um objetivo, e estamos aqui reunidos por isso, para pedir que o governo exproprie o máximo de fábricas. As indústrias imprestáveis deixamos para a direita, para os *momios*! Seriam peso morto para o governo. Vamos deixar! Nós continuamos lutando [...] ²¹⁹ [Tradução minha] [Grifos meus]

Margarita Fernandez, que no período era estudante e trabalhadora que se integrou ao MIR, nos descreveu a sua visão sobre a CUT, baseada nas relações que a Central mantinha com o cordão industrial O'Higgins, do qual ela participou:

Nós tivemos muitos problemas com a Central Unitária dos Trabalhadores nessa época, e acho que os cordões industriais entraram em tensão com a CUT. Eu acho que a CUT tinha, a meu ver, tinha uma orientação que era a ênfase na produção, não via com bons olhos estes temas do problema do poder, não via com bons olhos, e, portanto, não via os cordões com bons olhos. Então, sentia que se questionava a sua autoridade como categoria de trabalhadores. E o debate aí era

²¹⁸“Vigilancia de los Trabajadores”. **Chile Hoy**, Año I, n.14, Semana de 15 al 21 de septiembre de 1972, p.2.

²¹⁹**A batalha do Chile**. Produção de Patricio Guzmán. Cuba: Instituto del Arte y la Industria Cinematográficos. Coleção Videofilmes, 1979, 4DVDs, DVD II - 47 min.

com a gente da CUT, era a respeito dos assuntos dos processos que estavam em curso. A mim me tocou muitas vezes debater com a gente da CUT, dessa perspectiva [...] acho que os dirigentes da CUT não entendiam. Então, a CUT estava muito na linha de meter tudo isso em uma estrutura que significava que não ia passar mais além, entendeu? Com essa orientação, com esse respaldo, e tudo o que saísse desse marco entrava em conflito com a dirigência da CUT.²²⁰ [Tradução minha]

Ainda que a CUT fosse reconhecida entre os trabalhadores como um importante órgão de representação e, principalmente, de diálogo com o poder, neste contexto se evidenciaram os limites desta representatividade. As diretrizes da CUT seguiam a estratégia da Unidade Popular no sentido de canalizar a ação do movimento operário por suas estruturas verticalizadas. Seu discurso apregoava a manutenção da distinção entre o trabalhador produtor e o trabalhador gerenciador, “técnico e qualificado”, cada um cumprindo a sua função, numa hierarquia estabelecida entre Poder Executivo, Administradores Técnicos e Trabalhadores, para garantir o desenvolvimento produtivo.

O que se vê ao longo dos anos é a CUT e as Federações que a compunham focarem seus recursos e suas diretrizes em assuntos de política nacional, o que também lhe garantia legitimidade entre os trabalhadores. As funções da CUT giravam em torno do apoio aos partidos e da mobilização de seus membros para as políticas e candidatos desses grupos. (WINN, 2004, p.95)

A CUT se caracterizou desde a sua formação por uma estrutura verticalizada que, ainda que fosse reconhecidamente o “órgão máximo de representação dos trabalhadores”, não alcançava os trabalhadores das médias e pequenas empresas, e ainda menos, os conflitos do cotidiano fabril; por outro, a lógica de atuação da Central consistiu sempre na orientação para os temas da política nacional, de maneira a buscar influência junto aos governos.

A integração da CUT ao governo demonstrou, sim, uma atuação conjunta em defesa do projeto da UP, mas também evidenciou uma prática histórica da Central. Longe de se encontrar numa conjuntura de crise, o momento em que a esquerda assumiu o poder significou a etapa de afirmação da lógica histórica de atuação deste órgão de representação, quando a Central passa a atuar como porta-voz do projeto político da coalizão. E como nexos de articulação entre governo e trabalhadores, só que ocupando espaços no Estado e no controle da força de trabalho.

²²⁰ Depoimento de Margarita Fernandez à autora, Santiago do Chile, 26 de maio de 2009.

Conforme observamos no primeiro capítulo, as formas de representação e de organização dos trabalhadores chilenos adquiriram uma grande complexidade ao longo dos séculos XIX e XX, especialmente no que diz respeito às suas relações com os partidos e com o Estado em diferentes governos. Mas, estas foram assumindo uma característica que seria predominante, que foi a crescente inserção nas lutas em nível institucional, especialmente a partir do governo da Frente Popular, quando se tem uma migração do conflito social para o campo institucional através das diversas representações sociais.

Entendemos que a trajetória da classe trabalhadora e da esquerda partidária é constituída por um compartilhamento de projetos políticos e uma tradicional interação. Estes projetos se traduziam em ideias gerais de lutas pelo reconhecimento de direitos e melhoria das condições de vida e de trabalho, pela valorização dos trabalhadores, pela conquista de espaços de atuação, e, por fim, pela ideia de construção de um novo Chile, pautado na igualdade e no fim da exploração.

Assim como na análise acerca do movimento operário das décadas anteriores a 1970, o problema presente nas interpretações acerca deste processo histórico incide principalmente sobre o aspecto das relações entre o movimento de trabalhadores, seus órgãos representativos e o Estado, ocasionando geralmente a ideia da dualidade entre subordinação e autonomia que culminaria num “conflito entre identidade de classe e militância política”. O que procuramos demonstrar é que não é possível falar neste conflito, uma vez que ambos os elementos estão imbricados na identidade de classe dos trabalhadores.

Mais do que uma identificação com os elementos definidores da esquerda, é possível afirmar que este histórico compartilhamento de projetos entre a esquerda e a classe trabalhadora, somado aos elementos da sua experiência permitiram uma reapropriação da proposta da Unidade Popular em seus nexos específicos, como o elemento de classe, que se exprimiu por meio da sua forte mobilização e, principalmente, pelo caráter radical que ela assumiu.

A interpretação de Gaudichaud, numa linha muito próxima à análise de Salazar, estabelece como eixo de interpretação a dualidade entre autonomia e subordinação, a qual teria perpassado a história do movimento operário, gerando conseqüências para a luta e a identidade de classe durante o governo da UP. De acordo com o autor:

A história do movimento operário chileno e, em particular, a das lutas sindicais, está também marcada de modo permanente por uma oscilação entre períodos de autonomia, de independência e de subordinação com relação às instituições do Estado, partidos políticos que participam delas, assim como por diversos momentos de alianças ou de oposição parciais com frações das classes dominantes. Os dois grandes partidos “operários” foram historicamente o Partido Comunista (PC) e o Partido Socialista (PS). Estes tentaram sempre canalizar e dirigir a força de transformação social que representa para eles o proletariado (sobretudo a classe operária mineira e da grande indústria), tratando de orientar o movimento operário em função dos seus objetivos e lutas políticas do momento. (GAUDICHAUD, 2003, p.2) [Tradução minha]

Tais concepções não permitem uma análise da relação dialética entre movimento de trabalhadores e seus órgãos de representação. Durante uma conjuntura diferenciada como a do governo da Unidade Popular, na qual a esquerda encontrava-se comprometida com a governabilidade, a tensão entre a base e os partidos se tornou mais evidente, demonstrando os limites da adesão a uma ideologia e a uma proposta política, uma vez que o comprometimento da esquerda com um modelo de governo não coadunava com os anseios e práticas adotadas pelos trabalhadores naquele processo.

Por outro lado, afirmar que historicamente os partidos buscaram canalizar as lutas operárias para os seus próprios objetivos negligencia o fato de que muitas das lutas empreendidas pelos partidos da esquerda nacional se deram no intuito de defender demandas históricas dos trabalhadores chilenos, resultando, minimamente, numa luta conjunta para o seu reconhecimento institucional e a conquista de direitos básicos. Evidentemente que a concepção vanguardista dos partidos esquerdistas do país evidenciou em determinados contextos uma proposta bastante limitada de ação conjunta com os trabalhadores, mas uma relação dialética prevê adesões e questionamentos, conflitos e consensos, relação da qual o governo da Unidade Popular consistiu na expressão máxima.

O autor afirma ainda que o movimento operário teria atravessado etapas de desenvolvimento nos quais conquistou e perdeu sua independência de classe, dirigiu as lutas sociais a favor da redistribuição da riqueza e padeceu da derrota política dos projetos nos quais participou. Esta afirmação mostra uma concepção restrita acerca de classe e da luta operária, – uma vez que a “independência de classe” não pode ser medida somente a partir da atuação política dos grandes órgãos de representação dos trabalhadores, e a partir das relações das suas entidades com as instituições governamentais. Conforme já destacamos, é necessário distinguir as ações no cotidiano dos trabalhadores e as suas organizações locais da sua Central.

Revela também uma visão limitada sobre a autonomia dos trabalhadores, já que não é capaz de apreender que este histórico de lutas compreende o compartilhamento de projetos e é parte de um aprendizado político e da própria conformação de uma identidade que, inegavelmente, entre os trabalhadores chilenos, perpassa se não a militância, a identificação com um dos partidos ou projetos do espectro nacional, bem como a representação sindical. Esta relação, portanto, não pode ser entendida como um supressor da identidade de classe, mas como um elemento da mesma; a identidade de classe é composta também por uma faceta política.

Durante o governo da UP, a integração da CUT ao aparato governamental encontrou seu ponto máximo, com a entrada dos principais gestores sindicais nos postos do governo, onde a CUT desempenharia, como afirma Gaudichaud, um papel de árbitro da luta de classes, principalmente após a explosão social que constituiu a greve patronal de 1972. Tais dirigentes mantinham seus cargos na Central e aumentavam assim a “anexação” da CUT à vontade governamental. Para Gaudichaud:

Esta posição tende a suprimir todo grau de autonomia e de autodeterminação dos assalariados e, por outro lado, a acentuar as divisões políticas dentro da classe operária. Finalmente, isto tem como consequência um maior distanciamento da CUT das lutas sociais da base: “É evidente que o movimento sindical adquire neste período mais poder institucional, mas seu poder social se enfraquece profundamente”. (GAUDICHAUD, 2003, p.12) [Tradução minha]

Em diferentes conjunturas do processo da “experiência chilena” é possível observar a tensão presente nas relações entre movimentos de trabalhadores, CUT e governo. Neste compartilhamento do projeto de construção do socialismo – tal qual foi apresentado, pelos caminhos institucionais, e a partir do protagonismo popular – o elemento de tensão estava nos rumos que foi tomando a mobilização dos trabalhadores, por um lado, e as diretrizes do governo a partir da necessidade de manutenção da ordem e da aliança social, por outro.

No entanto, esta tensão não expressava um conflito entre a militância política e a identidade de classe dos trabalhadores. O seu sentido estava no questionamento feito pelos trabalhadores à sua condição única de mão de obra, o que significava reivindicar o poder de questionar as relações de exploração e de propriedade. Consistia em cobrar uma coerência no comando do processo de transformação da sociedade e de respaldo às suas ações.

Num dos episódios cruciais e mais polêmicos do governo da UP, que foi a incorporação dos militares ao gabinete, este componente da concepção dos trabalhadores

acerca da participação ficou demonstrado quando questionaram o verdadeiro papel destinado a eles no governo popular, conforme declarou uma operária a um jornal da época:

Soubemos que havia se constituído o gabinete cívico-militar. Ninguém nos consultou. Para quê? Os pobres da cidade e do campo servimos só para certas coisas. Servimos para que nos digam: “há greve de patrões, trabalhem”. Servimos para que nos digam: “os patrões esconderam os ônibus, caminhem”. Servimos para que nos digam: “o Governo tem pouco dinheiro, que controlem com as reivindicações”. Servimos para assistir a concentrações para gritar a favor do Governo, para levar cartazes. Servimos para ganhar a batalha da produção. Servimos para agüentar a inflação. E também serviríamos, caramba que serviríamos, para sair às ruas para defender ao Governo. [...] Foi a presença física de milhões de trabalhadores o que o manteve no Governo. Fomos nós que o mantivemos no Governo. As Forças Armadas [...] servem para muitas coisas [...] mas não bastam para manter um Governo órfão de apoio popular.²²¹ [Tradução minha]

A efetiva colaboração dos trabalhadores para além da produção se via bastante comprometida na proposta de participação elaborada pelo governo e a CUT. As ações implementadas pela Central e pelo governo eram bastante questionáveis quanto à abertura de novas possibilidades participação e de controle aos trabalhadores, uma vez que se observa a manutenção das relações sociais de produção anteriores, com a continuidade da divisão entre operários e empregados, a nomeação de interventores para o desempenho do comando das empresas.

Sendo assim, podemos afirmar que os dirigentes sindicais e partidários se encontravam em franco anacronismo em relação às formas que as lutas adquiriram aquele processo. O dinamismo assumido pelas ações práticas não mais correspondia à manutenção de uma separação entre poder político e econômico e às propostas burocráticas que disputavam a canalização das lutas dos trabalhadores para a manutenção das suas ações dentro da lógica governamental.²²²

Mesmo entre as lideranças locais, que tinham legitimidade e o contato cotidiano com os trabalhadores enfrentavam oposição e tinham as suas ações questionadas quando estas não correspondiam à posição da maioria, como podemos constatar em casos como o da indústria Química Maipú. A fábrica havia sido ocupada pelos 35 operários que exigiam a intervenção do governo. Após uma reunião entre o Inspetor do Trabalho, sindicalistas e

²²¹ Respondimos firme y al ataque, ahora... no transar. **La Aurora de Chile**, nov-1972, p.1.

²²² O sentido de anacronismo adotado aqui é retomado da análise de Gramsci a respeito da burocratização que atinge os partidos políticos, mantendo-os “esvaziados do seu conteúdo social” em momentos de crise.

representantes da empresa houve um acordo e ficou garantida a liberação da fábrica e a retomada das atividades.

No dia seguinte, os trabalhadores não retomaram o trabalho, não desocuparam a fábrica e não permitiram a entrada do Inspetor do trabalho. Estes operários enviaram uma nota à Inspeção onde declaravam “desautorizar a Direção do Sindicato, desconhecer os termos da ata, e reafirmaram o seu propósito de não retomar os trabalhos enquanto não se de[sse] a intervenção da fábrica por parte do Governo.” Os operários designaram outros trabalhadores como representantes em substituição à direção sindical.²²³

A crise de outubro de 1972, gerada pelo esgotamento da política econômica do governo e pelos boicotes dos empresários, como veremos adiante, foi o fato culminante para que a iniciativa popular superasse os canais institucionais de representação e de participação, resultando na formação de organizações, como os Cordões Industriais e os *Comandos Comunales*.

Diante dos impasses entre as lideranças locais, a CUT e o governo, e da crise econômica a superar, o surgimento dos Cordões Industriais, imputados de uma dinâmica distinta, imprimiu outro ritmo e outro caráter às ações dos trabalhadores. Estas organizações estabeleceram iniciativas para avançar no processo, colocando-se muitas vezes contrários às proposições de “cima”, ainda que para apoiar e defender o governo.

A iniciativa das lideranças sindicais de base conseguiu manter as atividades de produção, distribuição e abastecimento da população e, conseqüentemente, a dinâmica da economia nacional, ainda que não na capacidade máxima. Isso demonstrava que a “independência de classe” vai muito além das ações das suas entidades que, se por um lado agiam dentro da sua lógica de atuação conjunta com as lideranças partidárias e em defesa da proposta socialista governamental, por outro, negligenciavam em diversos momentos as práticas dos trabalhadores.

²²³ Minuta. Maipú, 26 de Julio de 1971. Libro 2740. **Ministerio del Trabajo**.

“Cada coisa no seu lugar”

A participação e a luta pela melhoria da gestão da produção adquiriram múltiplas formas, tanto quanto os obstáculos a serem superados. Dentre os diversos problemas surgidos na implementação da nova gestão da empresa, vamos citar a resistência apresentada de parte a parte, ou seja, tanto por empresários em defesa dos seus interesses, quanto de trabalhadores que estavam em desacordo com aquela radicalização operária.

Um importante elemento gerador de conflito e resistência dos trabalhadores, simpatizantes ou não, foi a presença do interventor nomeado pelo Estado. O advogado Héctor Orellana, um dos encarregados das intervenções e dos confiscos do governo, afirmou em sua entrevista que, em geral, os trabalhadores não aceitavam positivamente a presença de um gestor que não detivesse o menor conhecimento sobre o processo produtivo, já que, em geral, os interventores eram nomeados por sua militância e relação política com a Unidade Popular.²²⁴

A maioria dos depoimentos coletados aponta para o critério partidário na nomeação dos interventores, o que causava indignação entre muitos trabalhadores. Assim como Zimbalist (1974) constatou em sua pesquisa, podemos confirmar que o projeto de participação popular estava pouco definido e não se estabelecia mecanismos claros para a cogestão das empresas, ficando esta muitas vezes dependente da postura adotada pelo interventor nomeado.

Por outro lado, houve situações em que um membro partidário foi nomeado interventor justamente após trabalhar em conjunto com os trabalhadores na ocupação da fábrica que se encontrava parada, em prol da sua estatização. Situações como essa, na qual o interventor atuava em conjunto com os operários para a realização de mudanças mais profundas também estão entre as justificativas para as ações patronais contrárias à intervenção.²²⁵

Já em outros, a visão política do interventor não contribuía para as lutas da base:

No longo prazo, nós estabelecemos que as fábricas estatizadas deviam ter direção operária, e nas particulares, controle operário. O que entendíamos por direção operária? Que se deveria integrar trabalhadores na direção da fábrica estatizada. Dependia muito do interventor, não tinham proibido, mas tampouco era obrigado. Então, dependia muitas vezes da relação do interventor com o assunto. Havia alguns que eram mais partidários, havia alguns que eram super burocráticos,

²²⁴ Depoimento de Héctor Orellana à autora, Santiago do Chile, 09 de junho de 2009.

²²⁵ Depoimento de Manuel Rojas Duarte à autora. Santiago do Chile, 01 de julho de 2010.

hierárquicos, super hierárquicos. Então, o que eles passaram a fazer foi uma administração alheia aos trabalhadores. [...] Contudo, houve como na Sumar, como na American Screw, a fábrica Perla, a fábrica de alimento no começo do cordão Cerrillos, que o interventor abriu espaço, ou seja, o caminho para ser mais um dentro de uma instância de direção com algumas atribuições que os outros não tinham. [...] Mas também teve gente que foi super burocrática, teve muitos problemas porque ele não tinha conhecimento da área. Eu me lembro, por exemplo, minha companheira tinha estudado com a Eugenia Bonilla, que agora está na Suécia e seu marido estudava História, acho, o Quique, e nomearam a ele interventor da American Screw, que era uma fábrica de parafusos, porcas, pregos, tudo isso. Esse tipo de questão, a gente criticava em termos de critérios.²²⁶
[Tradução minha]

Do lado empresarial, assim como o caso citado da fábrica Leymo, outros empresários também recorriam à intermediação do Ministério do Trabalho nos casos de conflitos que pudessem ocasionar a intervenção na empresa. Conforme se ampliava o processo de intervenções e de confiscos, os empresários passaram a atuar junto à Controladoria Geral, que era o órgão responsável pela supervisão de todos os casos de intervenção, aquisição ou confisco de empresas. Esse era o problema inevitável a ser enfrentado pelo governo, já que encarava a oposição organizada da burguesia em todos os espaços de poder.

São muitos os registros de solicitação de cancelamento de ações de intervenções, sob alegação de abusos cometidos por interventores. Como forma de adiantamento frente às ações dos trabalhadores, afirmando haver “pretensões políticas” e respaldo de elementos partidários de fora da fábrica, esperando assim obter respaldo jurídico e político que atestasse a ilegalidade dos atos dos trabalhadores ou do próprio governo. Como parte da sua estratégia, também recorriam a ações no chão de fábrica, promovendo boicotes ao trabalho do interventor, tanto por parte do patrão como pelos chefes.²²⁷

Em ofício encaminhado ao Ministério do Trabalho, o proprietário da confecção Bendeska que foi ocupada por seus operários alegava “situações à margem da lei que redundavam em anarquia e caos, pois se relaxou de forma completa o princípio da hierarquia e da autoridade.”²²⁸ A recusa a colaborar com o interventor levou o representante

²²⁶ Depoimento de Carlos Massalin à autora. Santiago do Chile, 04 de junho de 2009.

²²⁷ A partir de meados de 1971, a Democracia Cristã iniciou a ofensiva para bloquear as ações do Executivo com um projeto de reforma constitucional que, dentre outras proposições, eliminava as disposições legais vigentes para requisitar ou intervir numa empresa e declaravam nulos todos os atos realizados pelo governo para adquirir ações de pessoas jurídicas. Apoiando-se nele, a direita se fortaleceu e cresceu sua influência sobre a Controladoria e os Tribunais de Justiça, potencialmente em oposição ao governo. A Controladoria começou a reter decretos de intervenção do Executivo e a questionar sua legitimidade. Cf.: BITAR, 1980, p.136.

²²⁸ Ofício 1832. **Ministerio del Trabajo**, Libro 2956, 7 de Enero de 1971

do governo a demitir o chefe técnico da fábrica de máquinas Mohrfoll. Mas, antes do episódio, a empresa já havia solicitado o fim da intervenção, alegando que o conflito trabalhista que originou a ação do governo já havia sido solucionado.²²⁹

A influência de estudantes miristas “que pretend[iam] se apoderar dos estabelecimentos e plantas industriais das distintas empresas e forçar uma eventual estatização” foi apontada como a causa da ocupação das empresas Ralco.²³⁰ Além de inúmeras solicitações de fim de intervenção e de denúncias contra as ações dos trabalhadores, vale citar a ação conjunta dos empresários da comuna de San Javier, região central do país, que em carta aberta ameaçava fechar todo o comércio local em protesto contra a intervenção do governo na empresa comercial local “Jimenez y Royo”.²³¹

Para a burguesia e a classe média opositora ao governo, a festa popular e o radicalismo assumido pelos trabalhadores representavam o “terror”, o desmoronamento dos valores tradicionais: a propriedade, a família, a pátria. À euforia do povo se opunham a angústia e o terror nos bairros ricos. A vitória do marxismo era sentida como a derrocada dos valores tradicionais, como se pode observar nestes depoimentos concedidos a Seguell-Bocara (1997, p.161):

Eu me lembro que minha tia naquele dia estava muito aflita, terrivelmente aflita, ela dizia: ‘o que vão nos fazer, o que vamos fazer agora?’, como se naquele instante o mundo desabasse, como alguma coisa de irreversível, como uma grande catástrofe... Que os ‘rotos’ iriam tomar o poder, que teria extremismo, ações violentas e assim sucessivamente... [Tradução minha]

Ou ainda:

Eu tinha quinze anos, eu me lembro muito bem da campanha eleitoral porque meu aniversário é 5 de setembro, e em 4 Allende foi eleito, e foi a primeira vez que não teve festa do meu aniversário, todo mundo em casa estava deprimido. [...] o fato dos comunistas chegarem ao poder era alguma coisa muito grave para os meus pais [...] as pessoas estavam divididas, era muito fácil de distinguir as afinidades, as amizades em função do candidato no qual se votaria... eu me lembro, foi como se o céu tombasse na eleição de Allende. Nós estávamos em casa, esse foi um dia de luto e de grande tristeza, nós vivíamos no bairro rico, na parte alta, bastante distante do resto. A eleição de Allende não me afetou porque eu não compreendia nada, eu estava sem dúvida triste porque meus pais estavam [...] [Tradução minha]

Para a parcela opositora da população, o que estava claro naquele momento era que os *rotos* tomaram o poder. Como nos afirmou Guillermo Orrego: “Foi muito comum a frase

²²⁹ “Solicita se ponga término a la intervención.” Ofício. **Ministerio del Trabajo**, febrero 1971.

²³⁰ “Denuncia los hechos que indica”. Ofício. **Ministerio del Trabajo**, 1971.

²³¹ “Manifiesto a la opinión publica”. Ofício. **Ministerio del Trabajo**, 14 de septiembre de 1972.

da direita que dizia que ‘los rotos se habían alzado’²³². O *roto*, passou a ser entendido durante o governo da UP, não mais no seu sentido positivado de inspiração do povo chileno, mas o *roto* na sua dimensão mais negativa. O roto começou a ser chamado de *upeliento*, designando assim o *roto* associado ao comunismo. O termo permitia designar um grupo oposto e se identificar com um outro grupo. (BOCCARA, 1997, p.163). A negação de certos termos utilizados entre os partidários da UP, como o de *companheiro*, por exemplo, fazia parte do mesmo processo de identificação claramente classista. Quando essa posição classista se escancarou no questionamento à manutenção dos fundamentos da sociedade capitalista, ficaram claros os antagonismos.

Entre os trabalhadores, a oposição à Unidade Popular ou a resistência às mudanças que ela representava se deu de diferentes maneiras e por motivos diversos. Primeiramente, podemos apontar para os problemas relacionados ao absentéismo e à negligência demonstrada por grupos de trabalhadores. (LANDSBERGER; McDANIEL, 1976, p.538) Não encontramos números capazes de demonstrar essa prática, tampouco a sua confirmação nos depoimentos coletados, que sempre minimizam o problema, mas na bibliografia encontramos referências a comportamentos que geravam conflitos entre os trabalhadores por prejudicarem o andamento da produção.

Esta negligência pode ser relacionada à resistência apresentada por parte dos trabalhadores à disciplina e à cobrança por produtividade no trabalho, à comodidade que poderia significar não mais trabalhar para o velho patrão, e sim para o Estado, à ausência de uma cultura da autogestão entre os trabalhadores, que ainda começava a se formar, e também no enfrentamento com os gestores, como veremos adiante. Além disso, esta resistência à participação denota os conflitos presentes entre os trabalhadores, fosse por motivos pessoais ou por divergências políticas.

Sobre este aspecto é fundamental lembrar que havia oposição por parte de trabalhadores que não estavam de acordo com aquele processo. Vale destacar o exemplo dos mineiros – categoria mais importante do setor produtivo nacional – que passou a compor um dos estratos mais privilegiados entre os trabalhadores chilenos, especialmente a

²³² A designação de *povo* e as concepções em torno deste teve conotações diferentes, de acordo com a maneira e o contexto em que era empregado no Chile. Durante a Guerra do Pacífico, por exemplo, os *rotos*, como eram denominadas as camadas populares, tornaram-se corajosos, temerários, poderosos e, sobretudo, patriotas, após conquistarem a vitória para o Chile nos campos de batalha. Roto adquiriu seu aspecto positivo que iria exprimir o sentimento patriótico como valor unificador.

partir da década de 1950, quando teve início a implantação de novas políticas de remuneração e de bem estar nas empresas transnacionais de exploração mineral.

Por meio de boicotes e greves que contaram com o apoio político e financeiro da oposição, suas ações contribuíram para a queda do governo. Quando teve início a crise econômica, parte dos operários da grande mineração do cobre liderados por seus sindicatos foram os primeiros a se levantar contra o governo, especialmente porque seus interesses de classe se encontravam mais próximos da classe média e da defesa de um status muito superior ao dos demais operários. Podemos interpretar este caso como a mobilização de um setor estratégico da economia que queria assegurar seus privilégios, demonstrando as divisões no interior da classe trabalhadora chilena.

A resistência ao processo também se dava por outros fatores, como a simpatia pelos partidos de oposição e a recusa a questionar os valores e as bases do sistema capitalista. Esta oposição se expressa na indignação de alguns trabalhadores diante da ocupação da empresa e do espaço ‘natural’ dos patrões, que pudemos constatar através de afirmações como a de que “cada um deve ocupar o seu lugar e conquistar o seu”.²³³

Verificamos tal comportamento em parte dos depoimentos coletados nas entrevistas, especialmente quando os trabalhadores demonstravam desconfiança frente à capacidade de gestão de uma empresa por trabalhadores, ou desaprovavam o confisco de uma propriedade. É importante observar que a defesa da empresa enquanto uma propriedade do patrão demonstra os conflitos da mentalidade dos trabalhadores, uma vez que ela revela a defesa da propriedade e a moral do trabalho, mesmo sem desconhecer que a origem da riqueza da empresa provinha da exploração da sua força de trabalho.²³⁴

Esta característica foi notada principalmente entre os trabalhadores da indústria calçadista Bata. Alguns elementos podem nos ajudar a compreender este posicionamento. Uma hipótese é a de que esta empresa tinha características muito específicas no que diz respeito à formação do seu quadro de funcionários, buscando imputar-lhes ideias e valores relacionados à moral do trabalho e à ascensão social. Para isso, a indústria adotava diversos mecanismos, como a fixação de cartazes nos murais da fábrica com frases de incentivo à produção, de geração de uma identificação entre trabalhador, ou “colaborador”, e empresa,

²³³ Depoimento de Hilda Tobar à autora. Peñaflor, 31 de julho de 2010.

²³⁴ Depoimento de Ana Gutierrez. Peñaflor, 08 de agosto de 2010.

além das práticas de premiação, citadas anteriormente, que os levava a adotar essa posição política mais conservadora.²³⁵

O segundo fator que poderia explicar esta relação é que muitos dos trabalhadores acompanharam a fundação e o crescimento da empresa na comuna de Peñaflor, na qual permaneciam por décadas. Seus depoimentos fazem referência à chegada dos checos à cidade com poucos recursos materiais e ao empenho dos empresários para prosperarem no local, demonstrando admiração e identificação com a história de progresso e de esforço daqueles imigrantes, bem como com a sua própria participação naquela trajetória.²³⁶ E por fim, a introjeção na memória do discurso adotado pela justiça em condenação aos atos dos trabalhadores quando da ocupação da fábrica por mais de um mês, destacando “o ataque à propriedade privada”.²³⁷

Embora grande parte dos trabalhadores urbanos se identificasse com a esquerda e a sua proposta de construção do socialismo, com um claro senso de divisão da sociedade entre ricos e pobres, havia uma grande variedade de formas daquela consciência de classe e da sua expressão política, que podia mesclar um reformismo, mais ou menos radical, alguns com resquícios de um paternalismo, expressados também entre os *allendistas*, e outras mais revolucionárias.

Como afirma Zimbalist (1974, p.72), dentro desta complexidade da base da UP, um número significativo de operários apegou-se a uma consciência apatronada e estava predisposta a reagir negativamente a qualquer coisa que eles percebessem como “revolução marxista”. Dessa forma, a consolidação das novas experiências políticas e sociais na empresa só corroboravam a posição mais conservadora de alguns, quando eles se deparavam com a resistência dos mais radicalizados à hierarquia e à disciplina, ou com a participação de militantes ou líderes políticos externos à fábrica nos atos dos trabalhadores.

Essa postura, no entanto, não foi imutável em todos os trabalhadores, já que a experiência como um todo gerou transformações importantes na sua visão sobre o processo

²³⁵Todos os ex funcionários da Bata entrevistados nos confirmaram esta prática da empresa. Gonzalo Ahumada nos deu mais detalhes sobre a formação dos quadros da empresa. Depoimento de Gonzalo Ahumada. Peñaflor, 30 de julho de 2010.

²³⁶ Depoimento de Hilda Tobar à autora. Peñaflor, 31 de julho de 2010.

²³⁷ *El Siglo*, Santiago, 23 de septiembre 1972; *El Mercurio*, Santiago, 6 de octubre de 1972.

progressivamente.²³⁸ A operária acusada de ser *momia* pelas companheiras, confirmou que era, mas:

[...] agora me dei conta do abuso que os industriais estavam fazendo de nós. [...] Eu já sabia que velavam só por seus bolsos. O que ocorria é que eu simpatizava com outro partido político [Partido Nacional], só isso. E também me dei conta do que era o Partido Nacional, por isso que agora estou na luta até as últimas consequências.²³⁹ [Tradução minha]

As conquistas alcançadas com as reformas sociais, a visão positiva sobre a reforma agrária, as mudanças no ambiente e nas condições de trabalho e nos ganhos materiais, o aprofundamento dos laços de solidariedade e a possibilidade de participar foram alterando a sua percepção sobre o governo popular. Muitos passaram a avaliar positivamente as ações do governo de Salvador Allende, ainda que grande parte tenha mantido seu conservadorismo político, culpando o radicalismo dos trabalhadores pelo fracasso do governo, afirmando que muitos “*se pasaron de la raya*”.²⁴⁰

Um novo sentido para o trabalho

O anseio dos trabalhadores de passarem à área social trazia consigo o desejo de libertação da exploração e dos desmandos patronais, de se tornarem seus próprios patrões e, ainda mais significativo, de darem um novo sentido à produção e ao capital gerado a partir do seu trabalho. Ou seja, havia um forte anseio de que o destino da produção e do capital não fosse mais o lucro patronal, e sim o seu “investimento social na construção do novo Chile” a partir da gestão estatal.²⁴¹

É possível detectar elementos importantes do envolvimento dos trabalhadores com o processo político de acordo com o seu avanço. O sentido da libertação que almejavam quando lutavam em defesa do governo perpassava desde a defesa de uma maior humanização das condições de trabalho, por meio da implementação de melhorias, pelo direito a um sindicato livre do controle patronal, até o sentimento da capacidade de argumentar e influenciar num processo político mais amplo.

²³⁸ De acordo com Peter Winn (1974, p.78), essa mudança na posição política dos trabalhadores pôde ser verificada no aumento da militância e da identificação política com a esquerda entre a grande maioria dos trabalhadores da fábrica Yarur, o que se evidenciou nas eleições da CUT, em 1972.

²³⁹ “DEVA: donde los patrones también sobran.” **Chile Hoy**, n.24, 24-30, noviembre de 1972.

²⁴⁰ “Pasar de la raya” pode ser entendido como exagerar, abusar. Dentre os depoimentos que trazem essa avaliação podemos citar Ana Gutierrez, 08 de agosto de 2010; Osvaldo Herbach, 27 de julho de 2010; Héctor Urrutia, 02 de outubro de 2011; Hilda Tobar, 31 de julho de 2010.

²⁴¹ “Los cambios los hacemos nosotros, los trabajadores.” **El Compañero**, n.II, 1971, p.3.

A conquista da libertação incidia na recusa à submissão a condições precárias de trabalho, como não terem direito ao horário de almoço ou exporem sua saúde a riscos para gerar lucros aos seus superiores. Vale citar o caso da indústria Mademsa, na qual os trabalhadores realizaram uma paralisação para exigir a intervenção do governo “contra a superexploração”, representada pelo pagamento por peça produzida e pelas condições insalubres de trabalho:

As péssimas condições de segurança industrial e de higiene ambiental são uma mostra da superexploração do trabalho. Na fundição desta empresa, a chaminé que há quatro anos dava para a rua, foi cortada e deixada dentro da oficina. Os vizinhos da Mademsa, os industriais de camisas Harrow, reclamaram que os resíduos expelidos pela chaminé eram um inconveniente para a brancura das camisas. Os industriais de ambas as empresas se entenderam muito bem e o conflito ficou solucionado ao deixar que os resíduos da fundição fossem absorvidos pelos próprios operários que trabalham nela.²⁴² [Tradução minha]

Os relatos de desmandos patronais e das precariedades nas condições de trabalho eram comuns em diferentes empresas, conforme demonstramos nos exemplos da indústria Yarur e Sumar, no primeiro capítulo. Da mesma forma, a libertação significava extirpar da fábrica os símbolos da exploração sofrida, o que era muitas vezes reconhecido não somente nos patrões, mas também naqueles que se dedicavam ao controle do seu trabalho e com os quais se davam os conflitos no cotidiano fabril, os chefes de seção:

Quando nós estatizamos a fábrica seguimos com os mesmos técnicos e com os mesmos chefes, e aí se deu o problema, porque apesar de termos um longo caminho de aprendizagem com os trabalhadores, também ocorreu uma espécie de caça às bruxas. Os trabalhadores se sentiram agora como os donos da empresa, portanto, “estes tipos têm que pagar o que fizeram”. Então, a princípio tinha que acalmar a ânsia dos trabalhadores para despedir os técnicos e os chefes.²⁴³ [Tradução minha]

Este ato foi recorrente em diferentes empresas. Podemos citar dois exemplos: o da Panificadora San Camilo e da indústria de conservas Perlak. Na primeira, os trabalhadores justificavam a paralisação em protesto contra o chefe de seção, que dentre outras arbitrariedades, teria retirado “a socos” um dos trabalhadores que se negou a fazer horas extras depois de já ter completado uma jornada de onze horas. O detalhe interessante deste caso é que o ato de agressão citado teria ocorrido em 1967, e era utilizado pelos trabalhadores nos argumentos que sustentavam a sua ação quatro anos depois.²⁴⁴

²⁴² “‘Los pirañas’ se liman los dientes con la clase obrera.” **Punto Final**, Año VI, n.160, junio-1972, p.11.

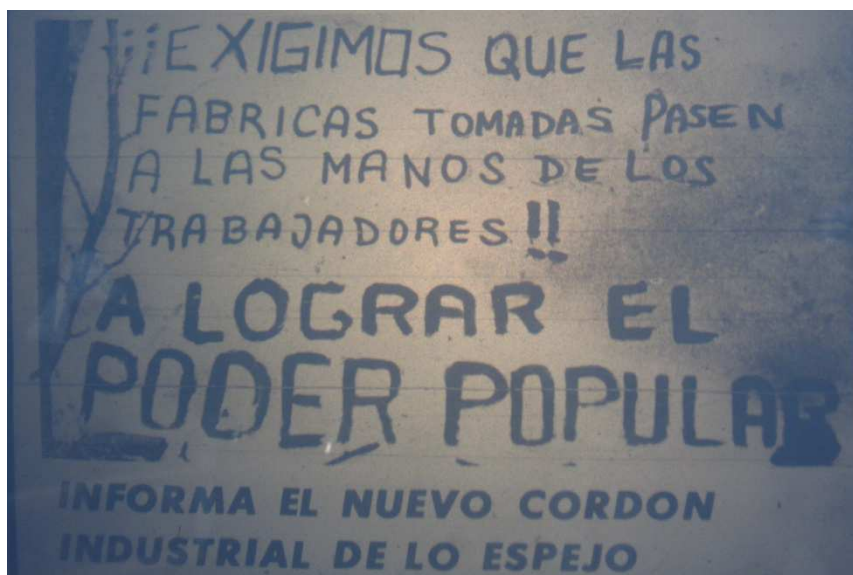
²⁴³ Depoimento de Hugo Valenzuela à autora. Santiago do Chile, 10 de junho de 2009.

²⁴⁴ Ofício, Ministerio del Trabajo, Julio de 1971.

Ou como na indústria Perlak, cuja greve e ocupação pelos trabalhadores culminaram na expulsão dos patrões e gerentes da fábrica. A referência aos abusos da administração se faz presente também em outros relatos encontrados na imprensa da época:

Quando havia um acidente, os gerentes da empresa negavam seus veículos último modelo para transportá-lo [o operário], alegando que poderia manchar o tapete com sangue, porque, segundo eles, o operário é bêbado, preguiçoso e ladrão.²⁴⁵
[Tradução minha]

Os dois exemplos citados acima demonstram que a conjuntura política adequada e o sentimento de que aquele governo lhes favoreceria, levava os trabalhadores a encararem os chefes e as situações de desmando que eram recorrentes no seu cotidiano de trabalho com uma postura de enfrentamento e desafiadora, o que às vezes os colocava diretamente na disputa pelo controle do espaço produtivo.



Fonte: **La Aurora de Chile**, Santiago, n.33, 19 de Julio de 1973, p.3.

Historicamente, a negociação coletiva não tratava somente dos salários. Era muito frequente que os patrões administrassem e fornecessem moradia, assistência médica e inclusive lazer, e muitos sindicatos exigiam tais benefícios em suas reivindicações. Esse tipo de demanda pode ser entendido como parte de provisões nas quais o Estado era muito

²⁴⁵ **Chile Hoy**, n.5, 14 de julho 1972. Dentre os registros do Ministério do Trabalho são recorrentes os casos de ocupações nas empresas decorrentes de conflitos entre operários e chefes. Como a paralisação e ocupação da empresa Hites Hermanos y Cia Ltda, em protesto por maus tratos e exigindo a saída do gerente. Minuta 1729. **Ministerio del Trabajo**, 1 de septiembre de 1971.

deficiente. Evidentemente, os patrões estavam dispostos a conceder estas facilidades com o preço de manter a paz industrial, para tornar desnecessários os sindicatos, ou pelo menos convertê-los em organismos dóceis supervisionados pela gerência, como pudemos ver no exemplo da Yarur.

Dessa forma, quando as empresas eram tomadas ou eram transferidas para a Área Social sob intervenção, os trabalhadores se organizavam junto aos representantes sindicais para que eles mesmos implementassem modificações que significavam conquistas grandiosas para eles, como a instalação de um refeitório, de uma creche para que os operários levassem seus filhos, a construção de apartamentos para operários que viviam em acampamentos e em poblaciones menos estruturadas. Todas estas melhorias foram apontadas na entrevista de Hugo Valenzuela, sobre a indústria Sumar, e é recorrente em outros depoimentos, como na fala desta operária da indústria Perlak:

É impossível que nós pensemos que possa haver um acordo com o patrão. Esta empresa não será devolvida nunca, como sequer pensar nisso se desde que interviemos nós fomos conseguindo solucionar nossos problemas. Por exemplo, antes com os patrões, nós comíamos nossa marmita sentados debaixo das árvores, agora temos um refeitório com boa comida e grátis. Nossos filhos, depois da aula, vêm para uma escola que é para todos os filhos dos trabalhadores. [...] Esta escola está perto da indústria, está localizada em um terreno que compramos para construir nossas casas. Os banheiros e serviços higiênicos agora sim são para seres humanos, antes não eram nem para porcos [...] nossos pequenos têm a possibilidade de permanecer na indústria, na creche que foi criada quando tiramos os patrões e nos preocupamos conosco e com a produção para todos os companheiros.²⁴⁶ [tradução minha]

Na fábrica têxtil Progreso, por exemplo, o sentido do acordo coletivo foi tema de ampla discussão entre trabalhadores e interventor, que os alertava para o fato de que as conquistas materiais dos trabalhadores ultrapassavam naquela ocasião o valor atingido pelos salários, uma vez que, através da organização e ingerência dos operários, eles haviam conquistado diversos serviços e bens para a melhoria do ambiente e das condições de trabalho, parte dos objetivos do socialismo.²⁴⁷

Todas essas reivindicações em torno de melhorias básicas, que podem ser consideradas convencionais, devem ser entendidas dentro de uma conjuntura na qual os trabalhadores entendiam vivenciar o “governo dos trabalhadores”, ou seja, um momento no qual seus anseios seriam ouvidos e alcançados. Num momento em que o Estado parecia ser

²⁴⁶ Flor María Valenzuela. **Última Hora**, 5 de abril de 1973. In: SILVA, op cit, 1998, p.307-308.

²⁴⁷ “Cuenta a los trabajadores: 2 años el el Area Social”. Textil Progreso, 1973, p.14.

ferramenta a seu favor, e que eles eram colocados como parte importante do processo, o fruto do seu trabalho deveria voltar-se para a melhoria das condições de vida e de trabalho.

Uma forma importante de expressão do sentimento de pertença àquele processo se dava na afirmação do valor do seu ofício e do seu conhecimento. Isso se deu na invenção de peças, na criação de soluções para melhorar e diminuir o custo da produção, como podemos observar na afirmação do operário da indústria Têxtil Progreso:

Pela primeira vez nós temos a possibilidade de criar, de poder expor nossas ideias sem medo de poder decidir. Um tem muitas ideias que a prática lhe deu, como no meu caso, que já tenho dez anos aqui, e que com um patrão não pude desenvolver nada. Ideias que não são de custos tão altos e que servem. Agora nós dizemos isto: se pode fazer ou não se pode fazer? E nos dizem façam-no! E assim temos seguido adiante, substituindo inclusive coisas importadas por outras não tão bonitas nem arrumadinhas, mas que servem da mesma maneira e que são baratas, e isso para mim pelo menos é participação, e por isso eu digo que aqui ela existe.²⁴⁸ [Tradução minha]

Esta nova relação do trabalhador com o trabalho se dava também no seu envolvimento com as diferentes ações esportivas e culturais estimuladas pelos sindicatos nas empresas da área social. O estímulo à imprensa operária, a promoção de festivais de música, de teatro e de poesia contribuiu para a expressão dos pensamentos e anseios dos trabalhadores numa importante mobilização criativa.²⁴⁹

Por meio dos poemas e canções é possível compreender os anseios dos trabalhadores e sua visão sobre a luta de classes e sobre a participação. Nestas criações se denota, por vezes, uma apreensão significativa do discurso cutista e governamental, como o caso de defesa da batalha da produção:

Los ricos dictan las leyes	Empujar el carro
las adornan de lo mejor	es revolución
para estrujar los pulmones	ganar la batalla y cumplir
del pobre trabajador [...]	la meta en la producción.

²⁴⁸Chile Hoy, n.8, 4 de agosto de 1972. Encontramos outros exemplos de empresas cujos operários criaram soluções, como em Antofagasta, na CCU, em que encontraram soluções para o problema do abastecimento de água para a fábrica e visavam estender o sistema para a população local; na Socometal, onde um operário criou peças de reposição, e na Ferriroza, onde operários construíram novas máquinas e substituíram peças antes importadas. *El Compañero*, año I, n.11, septiembre de 1972.

²⁴⁹“Flor de Exito tuvo Festival de la Canción de ex Yarur”. *Clarín*, 30 de agosto de 1972, p.6; “Se construye estadio ex-Sumar”. *CREA* de los trabajadores de Ex Xumar; año I, Enero de 1973, p.1; Primer Festival de la Canción Progreso – Canta – 1971. *Hombrenuevo*, agosto de 1971, p.5.

Ahora a ponerle el hombro
com mucha satisfacción

para seguir batallando
por nuestra superación.²⁵⁰



Ilustração dos poemas e canções do operário Juan Poblete Poblete. “empujar el carro es revolución”. In: *Poemas de amor, de lucha y de trabajo*. Departamento cultural del Sindicato Textil Progreso, 1972, p.25.

Em outros se explicita o novo sentido encontrado no trabalho, no qual o trabalhador não se encontra alienado da sua concepção e resultado:

Y una nueva etapa
surgió en la colmena fabril
una ruta que se abre a machetazos
con el multiple esfuerzo de sus hombres;
se reencuentran el Hombre y el Trabajo
y se reconcilian con la Historia

el fruto de su mente y sus músculos
ya no es su enemigo
sino su complemento.
Y al transformar el mundo
el hombre se transforma y renace.²⁵¹

Na primeira etapa do processo revolucionário, que combinava proteção e promoção governamental, as ações dos trabalhadores complementaram e ampliaram as iniciativas do governo popular. O contexto colocou os trabalhadores numa posição coletiva de negociação mais forte que resultou em inúmeras conquistas salariais, de condições de vida e de

²⁵⁰“El Carrito”. Cumbia. Primer Premio Compositor. Primer Festival de la Canción Textil Progreso, octubre, 1971. Poemas de amor, de lucha y de trabajo. **Departamento Cultural del Sindicato Textil Progreso**, 1972, p.27.

²⁵¹“Hombrenuevo...” por Rafael Eugenio Salas. **Hombrenuevo**, agosto de 1971, p.5.

trabalho. Progressivamente, os trabalhadores foram articulando a busca de soluções para seus problemas mais imediatos ao objetivo político mais amplo, agregando numa lógica política mais radical a criatividade, os valores que lhes eram próprios e a práxis decorrente das suas experiências, expressando o anseio de participar ativamente da construção de uma nova sociedade. E a participação efetiva e democrática na direção das empresas era encarada como “um dos meios através dos quais os trabalhadores exerceriam a sua capacidade de decisão na construção de uma nova economia”.²⁵²

Sentir-se parte do processo de construção de uma nova sociedade significava também ter a possibilidade de colocar a sua capacidade criativa a favor das mudanças profundas na sociedade, e uma destas formas era ter o controle sobre toda a produção até a destinação daquilo que era fruto do seu trabalho:

[...] era necessário que a empresa passasse à Área Social. [...] nós víamos que tínhamos capacidade e se criou uma bebida chamada “Enllojo”, que era uma bebida de leite com chocolate, e nós víamos a possibilidade desse leite com chocolate não só para vender ao mercado, mas para entregar nos colégios como um café da manhã quente para as crianças quando chegavam de manhã. Então, nós víamos que através do processo de produção que nós tínhamos nas bebidas, além do que se elaborava, [...] víamos que poderíamos chegar a um setor social e entregar nosso produto em benefício da população.²⁵³ [Tradução minha]

Questionado sobre o apoio dado pelos operários a esta proposição, Carrasco afirmou que a maioria dos trabalhadores na época era favorável a estas políticas, porque ter o controle da empresa significaria melhorar a sua situação econômica e também a melhoria do seu entorno. Essa afirmação ilustra perfeitamente a ideia de que o trabalhador chileno que se envolveu diretamente no processo passou a ver naquele governo a possibilidade de melhorar a sua própria condição no espaço do trabalho e nas suas condições de vida. Mas também passou a vislumbrar a possibilidade de intervir nas transformações da sociedade que sempre reivindicaram, numa extraordinária mobilização em direção ao fim da alienação do trabalho e da criação e ocupação de novos espaços políticos.

²⁵² “Proyecto de reglamento sobre participación de los trabajadores en la dirección de la empresa “Madeco”. **Participación de los trabajadores en la administración de la empresa.** MADECO, 1973.

²⁵³ Tratava-se de uma fábrica de refrigerantes e outros produtos doces, chamada “Nobi”. Depoimento de Marcel Carrasco à autora. Santiago do Chile, 21 de julho de 2010.

O “nosso” governo

Entre os trabalhadores é possível notar que a questão do poder não passava pela tomada do poder institucional, tal como era vocalizado pelas vanguardas partidárias, principalmente entre os socialistas. Mas, é possível afirmar que a reivindicação do poder na lógica de atuação e no entendimento acerca do projeto socialista que tinham os trabalhadores estava relacionada à recusa da sua condição de simples força de trabalho. O seu protagonismo era reivindicado e exaltado na perspectiva da formação de um novo homem que atuaria na construção de uma nova sociedade, como pudemos visualizar

Essa luta contra a sua condição ora foi travada contra o controle burocrático da produção, ora contra o controle do seu ambiente comunitário e contra tudo o que pudesse representar entrave ao andamento do processo de construção do socialismo. A sua atuação foi direcionada primeiramente contra aquele que melhor encarnava a relação de exploração e subordinação, o próprio patrão, os burocratas e os *momios*, em geral. A forte resistência sustentada pelos trabalhadores à proposta do governo de negociação com os empresários, que garantia a devolução das empresas tomadas durante a paralisação de outubro de 1972, foi um exemplo bastante significativo acerca da valorização do comando dos trabalhadores.

A recusa operária ao plano do governo foi imediatamente manifestada no jornal *Tarea Urgente*, que constituiu um dos principais veículos de comunicação criados pelos Cordões Industriais:

1. Não devolver nenhuma empresa confiscada ou sob intervenção por motivo da paralisação nacional de outubro; 2. Rechaço unânime ao projeto denominado “Projeto Millas”, por não expressar o verdadeiro pensamento dos trabalhadores e contribuir para deter o processo revolucionário que nos conduz ao socialismo; 3. Exigir que os autores deste projeto expliquem aos trabalhadores as intenções com que foi estabelecido e que assumam a responsabilidade política e histórica que ele significa; 4. Exigir que os partidos da UP se pronunciem clara e publicamente sobre este projeto de lei e não guardem silêncio cúmplice; 5. Estabelecemos que a resposta dos trabalhadores será não só não devolver nenhuma empresa, mas incorporar muitas mais à Área Social. [...] Avançar sem negociar!! Não entregar nenhuma!! Incorporar muitas mais!!!²⁵⁴

[...] o Coordenador [Comando] e suas bases declaram que nenhuma empresa de Cerrillos seja devolvida. E aqui teriam que devolver a Perlak, Polycron, Calvo, Alumínios Las Américas e outras. E vendo a possibilidade de devolução da FENSA, seria mais importante que estivéssemos presentes e unidos para enfrentar em conjunto com todos os setores os problemas da nossa classe. Os trabalhadores querem discutir se se paga ou não aos patrões; se estava atuando de forma conjuntural, mas hoje se está discutindo um programa. Eles nasceram pela

²⁵⁴ “Plataforma de lucha de los cordones industriales.” *Tarea Urgente*, 25 febrero 1973, p.1.

necessidade de responder à investida dos patrões, e não pela de se organizar e constituir um poder das bases. Daí a importância da discussão de um programa que garantisse a continuidade do trabalho, metas a traçar...²⁵⁵ [Tradução minha]

Este último depoimento, no qual o trabalhador refere-se ao pagamento de indenização aos patrões e à devolução de empresas reflete um dos dois períodos que podemos apontar como a conjuntura de maior tensão entre o movimento social e o governo, que são o da Lei de Controle de Armas, que deu autonomia às Forças Armadas para realizarem buscas e apreensões sem restrições. E o de implantação do Projeto Millas, na metade de janeiro de 1973, elaborado pelo ministro da economia, o comunista Orlando Millas, e o comandante em chefe das Forças Armadas, então ministro do interior.

Visando estabelecer acordos com a Democracia Cristã, conforme proposto na reunião de Lo Curro para “consolidar o processo revolucionário”, o projeto estabelecia a devolução de várias empresas ao comando dos empresários e restringir a extensão da Área de Propriedade Social. Estas empresas estavam ocupadas pelos trabalhadores desde a paralisação de outubro e não se inseriam no plano de estatização. Outras empresas seriam colocadas sob o controle paritário entre trabalhadores e patronato, enquanto se buscava uma solução legal para integrá-las à Área de Propriedade Social.²⁵⁶

Isso significava dar inúmeras garantias aos antigos proprietários, incluindo o pagamento de altas indenizações que apertavam o orçamento do Estado. Tais indenizações foram fixadas por uma comissão dirigida pelo Controlador Geral da República. O objetivo do governo era dar garantias de ordem e de constitucionalidade à oposição, mas para isso, necessariamente, fazia recuar o movimento operário. Durante a greve 65 empresas foram ocupadas, das quais somente 9 faziam parte do programa da UP. Depois da greve, 232 empresas compunham a área social. O objetivo era de reduzir a APS a 49 empresas, julgadas como estratégicas.

Naquele momento, a força da sua mobilização coletiva era sentida e fazia com que os trabalhadores seguissem adiante. O protagonismo popular e o imperativo do conflito com os setores antagonistas são reafirmados nos depoimentos quando se aborda a importância da experiência da Unidade Popular:

²⁵⁵ “Comandos Comunales...” **Chile Hoy**, n.75, diciembre de 1972, p.16.

²⁵⁶ Nesta conjuntura a ação da Controladoria Geral se tornou mais extensiva, recusando decretos de requisição de empresas, conforme citamos. Junto com as ações da justiça que emitia ordens de devolução de empresas aos proprietários. Com essas ações, o governo começava a ser acusado pela oposição de agir na inconstitucionalidade.

Eu acredito que foi importante em ter havido a possibilidade de verificar na prática que uma fábrica, por exemplo, anda só com os trabalhadores bem organizados, ou que em um conglomerado humano a gente organizada se encarrega dos problemas de saúde ou se encarrega dos problemas de distribuição [...], ou seja, em reconhecer em si mesmo a capacidade de construir [...] de poder dirigir este processo. Foi importante também porque aí morreu um pouco da ingenuidade de que as coisas são muito fáceis ou que vão te entregar voluntariamente os privilégios que têm.²⁵⁷ [Tradução minha]

Vale destacar outro aspecto presente nestas mobilizações. A ideia de poder presente nos objetivos e nas ações dos trabalhadores pode ser diferenciada de acordo com o momento. Os depoimentos presentes nos documentos da época, ainda que não muito incisivamente, demonstram um maior questionamento ao poder e ao Estado, bem como a disposição para confrontar a ordem estabelecida. Não incisivamente porque raramente a reivindicação do poder popular estava presente nos discursos das bases. Esta questão vai se apresentar paulatinamente a partir da crise de 1972 e com a formação dos *Comandos Comunales*, como veremos no próximo capítulo.

Já nos relatos coletados atualmente, raramente a questão do poder está relacionada com os centros decisórios do Estado, o poder se relacionava com o controle sobre o seu trabalho e sobre o fruto gerado dele, sobre a ocupação dos espaços públicos como alguém não mais subordinado a desmandos e que não temia mais a repressão. Relacionava-se a ver o Estado destinado à liberdade popular e à satisfação das suas demandas; a uma felicidade de “ter o direito de falar qualquer coisa em público” sem sofrer qualquer reprimenda.²⁵⁸

A legitimidade do poder, principalmente do Legislativo, era questionada quanto à verdadeira representação e defesa dos interesses populares:

Eu acho que as pessoas tinham na cabeça a produção controlada daqui, dos cordões industriais. O governo que era deles, o que queria dizer que tudo estava a serviço deles [...] E o parlamento era algo dissonante, porque aí... algumas pessoas chegaram a propor a assembléia constituinte, mas acho que isso era mais distante que o debate do cotidiano, no que estávamos metidos. [...] Acho que as pessoas em termos mais massivos, o que as mobilizava era esta oportunidade das melhores condições de vida, esta oportunidade... este prestígio de se fazer dono da rua, de se fazer dono do futuro, esta possibilidade de caminhar com liberdade por Providência [bairro abastado de Santiago], e de se sentir igual e de se sentir apoderado. Isso é o que mobilizava as pessoas, mais do que o debate político. Isto é, como o apoderamento, uma batalha do apoderamento de uma sociedade que não está habituada a ter poder, mais, que foi submetida durante muito tempo. Eu acho que aí está um pouco essa coisa... mais da possibilidade de realmente ter incidência em algo, por que nessa época havia de tudo, entende? Tinha desde o que parava na frente do patrão e o tirava a pontapé da empresa, e os grupos que

²⁵⁷ Depoimento de Carlos Cortez Massalin à autora. Santiago do Chile, 04 de junho de 2009.

²⁵⁸ Depoimento de Osvaldo Espinoza à autora. Santiago do Chile, 03 de julho de 2010.

agarravam e o tiravam pelas orelhas [...], a grupos que eram mais prudentes nesse sentido, talvez, compreendiam que a situação não era definitiva, que era um estado intermediário, e que esse padrão ia voltar.²⁵⁹ [Tradução minha]

Questionado sobre a expectativa que alimentava em torno do socialismo a ser construído no país, o comunista Guillermo Orrego respondeu:

Em igualdade de oportunidades. Eu tive um trabalho, era ajudante de aquisições. Então, me tocou ajudar um senhor que era encarregado dos pagamentos. Nessa época, ficava registrado seu nome, seu desempenho de trabalho, etc, uma planilha que você tinha que assinar. Uma coisa que me doeu toda vida, e eu pensava: “por isso jamais deixaria de ser comunista e de acreditar nessas coisas maravilhosas que têm a utopia”. Me dá uma pena terrível [fala emocionado]. Quando chegavam nossos velhos operários assim, umas mãos cortadas, com calos, não sabiam nem escrever. Então colocava seu dedo para imprimir a huella digital. Isso é doloroso, isso é terrível. Eu me emociono com isso, para mim é duro. Olha, eu vivia num segundo andar e colocavam umas latas de lixo e as pessoas iam vasculhar o lixo para comer. [emocionado] Eu acredito, sigo acreditando que o governo do presidente Allende ia acabar com isso [...] o único que pode oferecer a possibilidade para que isso termine é o socialismo, mediante todo seu processo. Nenhum outro, não existe nenhum outro.²⁶⁰ [Tradução minha]

Ao mesmo tempo, as ações no âmbito do poder estatal eram confiadas ao Presidente Allende e aos partidos populares, no sentido de que cabia a eles se encarregarem das ações necessárias no âmbito do poder para lhes assegurar espaço, liberdade de ação e de organização. A luta se dava, portanto, para lhes garantir autonomia nas suas práticas sociais.²⁶¹

A partir da sua lógica de atuação que não se preocupava com a institucionalidade, os trabalhadores conseguiram ultrapassar em muitos aspectos a proposta inicial da UP, especialmente no âmbito da luta contra o capital privado e ao escancarar os obstáculos presentes naquele política de aliança de classes. Ao mesmo tempo, os trabalhadores não só não vislumbraram uma sociedade pautada num novo modelo de organização, com base nas suas próprias práticas, como todas as suas ações se davam no sentido de defender o governo. Assim, legitimavam um projeto de manutenção de um modelo de sociedade que não rompia com aquele Estado. Talvez possamos pensar que neste aspecto resida um importante limite daquele projeto de transformação, que não abria possibilidades de ampliação de espaços políticos mais democráticos.

²⁵⁹ Depoimento de Margarita Frenandez à autora. Santiago do Chile, 26 de maio de 2009.

²⁶⁰ Depoimento de Guillermo Orrego à autora. Santiago do Chile, 18 de junho de 2009.

²⁶¹ A referência à autonomia recobra aqui outro sentido, não enquanto relação de oposição às instituições, mas, sim, enquanto prática social. Trata-se, portanto, de autonomia com relação aos modelos de organização e gestão hierarquizados e centralizadores das decisões e reprodutores das desigualdades, como os modelos capitalistas. Cf. BRUNO, 1990.

As ações dos cordões industriais ou das comissões de fábrica se deram em torno do avanço na luta política com elementos que compunham a sua experiência e a sua realidade, ou seja, em lutas práticas, para a resolução de problemas e conflitos cotidianos. Isso foi possível a partir do tipo de organização gerada no espaço de trabalho que, como vimos anteriormente, teve a capacidade de articulação entre bases e dirigentes locais. Assim, as lutas se deram de forma a ultrapassar, quando necessário, os altos aparelhos sindicais e partidários. Mesmo atuando conjuntamente com estas organizações, os pequenos núcleos buscavam desenvolver práticas nas quais preponderavam os grupos de base frente às propostas de ação de cúpulas dirigentes da Central.

Entre os trabalhadores, que sentiam no cotidiano as dificuldades e a ansiedade pela concretização de mudanças, nota-se o apoio ao governo, porém, não sem cobranças quanto às suas atitudes frente aos opositores. Entre muitos dos discursos, os eleitores falavam no imperativo de armar-se para a inevitável guerra civil, outros, na necessidade do “pulso firme” do presidente frente ao Congresso, e na impossibilidade de levar adiante o projeto pautado em acordos políticos com o centro.

Entrevistada: - Mais dia, menos dia, vão mandar aviões contra nós. Somos indefesos, nos matam e fica tudo por isso mesmo.

Patricio Guzmán: - Teriam que armar o povo?

Ent: - Claro! É o que o governo tem de fazer, e logo!

Ent: - Se a gente mesmo não fizer, é impossível. Nós somos a força do governo. Allende é presidente porque nós o elegemos. Os ricos nunca vão ficar do nosso lado.

PG: - O que fazer para defender este governo?

Ent: - Unir-nos!

PG: - E se eles vierem armados?

Ent: - Precisariamos de armas para nos defender! É a opinião de todos aqui. Neste bairro operário ninguém tem armas. Aos socos e pauladas não se pode fazer nada.

Ent: - O momento que estamos vivendo é difícil. São momentos bastante difíceis. É preciso fazer uma faxina, começando de cima. Se o governo não se liberar de certos compromissos, vai ser liquidado. Não tem outro jeito, o governo tem de tomar as rédeas [...] Logo vai chegar o momento da crise. Esta é a oportunidade. É agora ou nunca. O inimigo está extremamente preparado. O inimigo não nos dará trégua. A hora é esta. Se não for agora, não será nunca. Porque o inimigo sabe o que o espera. Sabe que nunca vai recuperar o que perdeu. E é como o diabo. Tomara que avancemos. É agora ou nunca!

Ent: - [a vitória] significa um pouco mais de poder para a classe operária, um pouco mais de poder. Mas esta não é a solução definitiva, pois não é mais uma eleição que vai evitar o confronto. O enfrentamento é inevitável e fundamental. De toda maneira vai acontecer porque as duas classes estão se polarizando cada

vez mais: de um lado, a burguesia; do outro lado, o proletariado. Este enfrentamento deve ocorrer. (GUZMÁN, 1979, DVD III)

Entre os trabalhadores, os anseios de justiça e de transformação social, de verem suas vidas melhorarem, de verem chegar ao poder um governo que vocalizava estas expectativas e, além disso, compartilhar com ele o protagonismo das transformações são elementos que estão fortemente enraizados na sua memória, presentes em todos os depoimentos que coletamos. Estes aspectos também se revelavam nos depoimentos e diferentes expressões da época, conforme demonstramos. Destacamos abaixo um poema presente em uma pequena publicação do departamento cultural do sindicato da empresa Têxtil Progreso que congrega poemas de operários sobre temas como o amor e o trabalho. Nele se explicita esse sentido de participação e de afirmação da sua identidade operária:

Marcha del Trabajador

Irmãos de luta e de classe vamos todos a marchar Textil Progreso e seu Governo juntos avançarão	Companheira, Companheiro Você tem que nos ajudar A ignorância, a miséria Temos que derrotar
Nossa empresa defenderemos Com firmeza e decisão Porque nela ganharemos A batalha pela produção	<i>Momio</i> sedicioso Vamos te demonstrar Que não somos ociosos O Chile novo vamos forjar
Nossa meta será que o Chile Seja livre da exploração E vamos conseguir Integrando a área social	Companheira, Companheiro Lutemos até o final No Progreso avançaremos Com o governo popular ²⁶² [Tradução minha]

O que os trabalhadores expressaram foi um sentimento de pertencimento e de apropriação que experimentaram então todos aqueles que defendiam o governo. Era *seu* governo. Salvador Allende não era um presidente como os outros, era o *camarada presidente, el Chicho*.²⁶³ Esta denominação não era somente simbólica, ela exprimia o

²⁶² Canelo. **Poemas de amor, de lucha y de trabajo**. Creación de 8 trabajadores de Textil Progreso. Departamento Cultural del sindicato único Textil Progreso, 1971, p.20.

²⁶³ Depoimento de Carlos Cortez Massalín à autora. Santiago, 04 de junho de 2009.

sentimento de todos os simpatizantes da UP de estar no governo. “*El pueblo*” e “*el compañero*” significavam uma nova legitimidade.

Com esta consciência da sua força, mas também das dificuldades no processo de transição, os trabalhadores não deixaram de tecer críticas à esquerda e ao governo, no sentido de apontar a ausência de um plano de ação. Com a memória marcada pela frustração pelo desfecho do processo, a maioria dos entrevistados para esta pesquisa foram taxativos quando questionados sobre os equívocos do governo: “tinha que ter agido com pulso firme, ele tinha nosso apoio”, fosse em referência ao uso da força ou da imposição frente às forças de oposição.

Evidentemente, os trabalhadores apoiavam a via institucional, tal como proposta pelo governo, e temiam a generalização da violência no país.²⁶⁴ Ao mesmo tempo, estes depoimentos demonstram que, especialmente nos momentos de crise mais aguda, as reivindicações dos trabalhadores quanto à estratégia de luta se aproximavam mais das proposições da intelectualidade insurrecional. Na medida em que eles vivenciavam novas experiências de organização e luta, o sentido da autonomia e de enfrentamento de classes fortalecia também a sua consciência política revolucionária.

Neste questionamento aos limites impostos a sua participação e às mudanças num momento de radicalização e de busca de um novo direcionamento para o trabalho e para o produto dele gerado, vemos mais do que os discursos programáticos dos partidos da esquerda. Observamos que a dinâmica de atuação dos trabalhadores superou os canais institucionais de representação, e principalmente, as orientações partidárias e da sua Central Sindical.

Suas ações eram respaldadas nas suas experiências de exploração e nos antecedentes de tradição política e de lutas, que se expressaram ao longo de décadas através de diferentes formas de ação que se combinaram numa lógica política própria –, como a organização de núcleos de representação, com a articulação de greves e de ocupação de fábricas para exigirem o reconhecimento dos seus direitos básicos, as barricadas, a ocupação de terrenos para garantir a moradia, a organização de acampamentos –, na medida em que tais

²⁶⁴ Pesquisa realizada em 1971 indica que 75% dos entrevistados apontaram as eleições como o melhor caminho para um governo progressista alcançar o poder, além de 66% indicarem que o uso da força não era necessário. LANDSBERGER, Henry A.; McDANIEL, Tim, op cit, 1976, p.512.

mobilizações se mantiveram paralelamente a uma proposta de aliança de classes e de mudanças a partir “de cima”, com a manutenção dos centros decisórios.

Os argumentos dos trabalhadores incidem na identificação do governo como o “nosso governo”, o “governo dos trabalhadores”. Nesse sentido, a chegada de Salvador Allende ao poder representava um momento de realização popular. No decorrer da gestão, diante das limitações sofridas pela estratégia assumida pelo governo, buscando manter a lógica de uma aliança entre interesses que se mostravam cada vez mais antagônicos, os trabalhadores imprimiram a sua lógica de atuação para avançar num processo que significava para eles a “construção de um novo Chile”.

Capítulo V. *Crear, Crear Poder Popular!*

A construção do “novo Chile”, que já tinha adquirido ares de conflito de classes desde o início, assumiria definitivamente essa característica, especialmente a partir de 1972. E foi certamente nesta conjuntura que mais se explicitou o desenvolvimento adquirido pelas lutas populares e pela consciência política dos trabalhadores.

Como vimos no capítulo anterior, a mobilização popular se intensificou em movimentos que acabaram por enfrentar aquela ordem política e econômica. O que se poderá observar a partir de então é o crescimento de uma polarização política e social cada vez mais explícita, na medida em que setores da burguesia também fortaleceram as suas ações coletivas e utilizaram todos os mecanismos para enfraquecer o governo.

A ação popular, por outro lado, tinha como objetivo manter o funcionamento do sistema produtivo e, ao mesmo tempo, de defender o governo. E foi com esta grande mobilização que aqueles trabalhadores puderam vivenciar uma experiência diferenciada, de articulação das lutas e organizações de diferentes setores, dentro e fora do âmbito do trabalho. Isso se deu por meio da sua participação no programa do governo das JAP (*Juntas de Abastecimiento y Precios*) e da criação de novos espaços de articulação, como os *Cordones Industriales* e os *Comandos Comunales*.

Visamos demonstrar que o engajamento dos trabalhadores nestas novas instâncias, que expressa o esforço da classe trabalhadora chilena para sustentar o processo de transformação do país, levou à configuração de uma nova etapa das lutas sociais, na medida em que possibilitou a congregação das diferentes lutas a partir da consolidação de laços de solidariedade e da consciência política revolucionária entre os trabalhadores em ações vinculadas à esquerda nacional.

Para além de buscar os verdadeiros efeitos destas ações sobre a ordem constituída ou na gestação de um genuíno poder popular, seguimos nesta etapa as mesmas questões que nos motivaram nos capítulos anteriores, ou seja, demonstrar as expressões de classe presentes nas mobilizações dos trabalhadores naquele processo e o significado desta vivência para as relações sociais da classe trabalhadora chilena. E nestas ações estão presentes todos os elementos que compõem a formação de uma identidade de classe, com as divisões internas e as ambiguidades, mas principalmente o compartilhamento de

interesses, os atos de solidariedade e o engajamento em formas de organização coletiva decorrentes das suas experiências.

O cenário de crise

Visando ampliar seu apoio popular, além de preparar-se para as eleições municipais em 1971, o governo entendia ser necessária uma reativação da economia através de medidas voltadas principalmente para os setores populares e para o eleitorado feminino, do qual obteve menos de 30% dos votos na eleição presidencial. Esta reativação da economia se centraria especialmente sobre dois aspectos: na redistribuição de renda e na expansão do gasto público. Buscava-se ao mesmo tempo reduzir a desocupação, utilizando a capacidade ociosa na indústria e na construção, e melhorar as remunerações dos trabalhadores, conforme destacamos no capítulo anterior.

Como resultado da política econômica do governo, todos os setores apresentaram crescimento, especialmente a indústria; a taxa de desocupação sofreu forte redução, houve baixa do índice de inflação e importante aumento das remunerações dos trabalhadores. A participação dos assalariados na renda interna passou de 52,8% em 1970, para 61,7% em 1971.

Num país de economia dependente, onde os trabalhadores eram excluídos do mercado consumidor de produtos de linha branca, de televisores e até mesmo de produtos básicos, como carnes, a sua expansão traria pressões incontornáveis. Mesmo com toda a sua capacidade produtiva em funcionamento a demanda se expandiu mais rapidamente do que a oferta, e a expansão do consumo superaria amplamente o crescimento da produção.²⁶⁵ Além disso, o déficit fiscal excedeu as previsões. Essa elevação se explica pelo aumento das remunerações e em investimentos nas áreas da saúde, educação, habitação e obras públicas.

As remunerações no setor público excederam as metas do governo, e no setor privado, a política do governo servia de referência para as negociações entre trabalhadores e empresas. O excesso de demanda gerou os primeiros sintomas de escassez e mercado negro, e aumentou as pressões inflacionárias. As tentativas feitas pelo governo para aliviar o déficit acentuado pelas remunerações através da aplicação de novos impostos à

²⁶⁵ Segundo Sérgio Bitar (1980), a mudança do regime de propriedade não incidiu negativamente sobre o nível de produção, já que esse teria aumentado em todos os setores incorporados ou alterados pelo Estado. O principal elemento de desequilíbrio foi a forte expansão da demanda: em 1971, a renda pessoal disponível aumentou 49,8% em relação ao ano anterior, enquanto que os preços aumentaram 20,1% , ou seja, a renda disponível real teve uma expansão próxima de 30%.

propriedade do capital ou ao consumo de supérfluos foram bloqueadas pelo Congresso, o que favoreceu a acumulação nas mãos do patronato do setor privado. (BITAR, 1980, p.139)

Esse novo quadro alteraria o cenário político definitivamente, contribuindo para a polarização política que marcou o governo da Unidade Popular até o seu final. A direita impulsionou a organização e mobilização dos chamados “gremios”, que eram sindicatos patronais e associações de empresários, para criar órgãos de pressão, fortalecendo ainda mais a sua campanha ideológica entre setores médios e da burguesia nacional. Valendo-se do amplo domínio que detinha nos meios de comunicação, a burguesia salientava as supostas ameaças da Unidade Popular à propriedade e ao estilo de vida destas camadas.

O desequilíbrio econômico surgido em meados de 1971 serviu para a direita mostrar a sua nova fase, a de organização de massas, a partir da chamada passeata das “panelas vazias”, que reuniu as mulheres de classe média descontentes com a escassez de produtos de consumo. Essa passeata simbolizou a canalização do descontentamento dos setores médios pela direita com o programa do governo e com as insuficiências que surgiam.

Entre as medidas adotadas pela direita estava a criação da Frente Nacional da Área Privada, que pela primeira vez reunia proprietários das grandes empresas, médios e também pequenos empresários da indústria e comércio, se inserindo nas organizações gremiais de profissionais autônomos e técnicos e os orientando numa intensa campanha contra o socialismo. Além do endurecimento da oposição interna com o progressivo alinhamento entre Democracia Cristã e Partido Nacional, o governo passaria a sofrer com a hostilidade do governo norte-americano e a conseqüente redução de créditos ao país por organismos internacionais, especialmente a partir da nacionalização do cobre.

Nesse quadro, o abastecimento e a distribuição de mercadorias se tornaram o grande problema do ano de 1972 e abriria caminho para uma crise fatal. A falta de uma ampla transformação das redes de comercialização, as práticas especulativas e os canais de distribuição fora de controle tenderam a se multiplicar. Estes canais estavam principalmente nas mãos de uma “oligarquia do comércio” que vendia a preços elevados os alimentos às classes médias e altas. O governo tentaria a partir de então colocar em prática uma política de planificação do consumo, do abastecimento e do controle de preços.

Os pobladores, especialmente aqueles instalados em acampamentos e os que viviam em setores mais afastados do centro urbano foram os mais prejudicados pelo problema do

desabastecimento. Além de contar com poucas alternativas de comércio tradicional, não detinham renda suficiente para adquirir suprimentos básicos no mercado negro.

Apesar dos esforços do governo, sua posição era desfavorável naquele momento. No final de 1971, o controle da distribuição por parte do Estado atingia somente 15% por meio de empresas de distribuição nacional, como a DINAC (*Dirección Nacional de Distribución y Comercialización*) encarregada do comércio varejista de alimentos, da compra da produção artesanal ou da pequena indústria. O melhor nível de controle da distribuição se concentrava na área têxtil, na produção metalúrgica, de minerais não metálicos e produtos do mar. Assim, quando o tema do mercado negro e da especulação se transformou em um jogo abertamente político, o Executivo chileno se encontrava frente aos seus próprios limites de controle sobre a economia.

Em depoimento a Gaudichaud, Patricio Palma, membro da DIRINCO (*Dirección Nacional de Industria y Comercio - Ministério da Economia*) afirmou que além do controle pouco expressivo sobre o processo de distribuição interna, que iria mudar um pouco conforme o desenvolvimento da área de Propriedade Social, a formação de um mercado negro no país se combinaria com o fator político. Segundo ele, foram detectadas redes onde se encontravam personagens conhecidas do mundo político, nas quais não eram comercializados somente alimentos, mas também radiotransmissores e armas de fogo, demonstrando a imbricação entre a atividade contra-revolucionária com os setores que ganhavam dinheiro com a especulação. (GAUDICHAUD, 2005, p.181-184)

O que vamos observar é que esta prática se estendeu até o final do governo, em 1973, mas seus efeitos começaram a ser sentidos desde 1971, quando já eram registradas na DIRINCO denúncias de armazenamento ilegal e de especulação, algumas das quais acarretaram no confisco ou intervenção em empresas que utilizavam o artifício do armazenamento para boicotar o governo. No início do mesmo ano, o governo iniciou uma discussão para implementar uma política de abastecimento que envolvesse a mobilização e a organização da população diante da especulação e dos primeiros sinais de desabastecimento de artigos de primeira necessidade.

As JAP da Unidade Popular

Nesse contexto surgiu a proposta de participação popular na fiscalização do abastecimento e do controle de preços por meio das JAP (*Juntas de Abastecimiento y de control de Precios*). A JAP foi anunciada pelo Ministro da Economia Pedro Vuskovic, em 29 de Julho de 1971, em um encontro no Estádio do Chile com as mulheres da Unidade Popular, organizado por militantes da esquerda dos bairros populares.

Em abril de 1972, o Governo regulamentou a existência das Juntas por decreto oficial. A Junta, que estaria submetida à DIRINCO, era organizada no nível dos bairros e *poblaciones* e estava composta de uma direção integrada por 5 membros: 2 representantes das *Juntas de Vecinos* do bairro, 1 dos *Centros de Madres*, 1 dos pequenos comerciantes e 1 representante de qualquer outra associação local, como um clube. A sua formação se daria por meio de uma assembleia, na qual poderiam participar representantes dos moradores e dos comerciantes.²⁶⁶

A cartilha de divulgação e instrução das JAP destacava a importância de que o trabalho fosse coletivo, e que incluísse todos os moradores, e não somente a direção. Outro elemento importante era a “luta ideológica” a ser empreendida com os comerciantes no sentido de “ganhá-los para uma política correta”, destacando que os médios e pequenos comerciantes dos bairros não eram inimigos.²⁶⁷

Vale destacar duas questões centrais na concepção e constituição das JAP que remetem à política da Unidade Popular: a função e a composição das Juntas. No aspecto da função atribuída às JAP, destaca-se o papel fiscalizador atribuído aos membros da organização, que não deveria atentar contra os interesses dos comerciantes. Ao mesmo tempo, a sua composição, que propunha congregar pequenos e médios comerciantes, contempla a política de alianças proposta pelo governo na sua política anti-monopolista.

Na medida em que somente os funcionários da DIRINCO não seriam capazes de se encarregar de todo o comércio para evitar a especulação, a alternativa da participação da população foi pensada. Vale lembrar que entre as atribuições da JAP não se permitia exercer a tarefa do abastecimento e da comercialização.

As Juntas foram concebidas inicialmente, portanto, como um organismo de fiscalização local para assegurar que as mercadorias chegassem à população, garantir a

²⁶⁶“Juntas de Abastecimiento y Precios.” *El Mercurio*, Santiago, 5 de abril de 1972, p.19.

²⁶⁷“Participación del pueblo en las ‘JAP’”. *El Siglo*, Santiago, 13 febrero de 1972, p.8.

aplicação dos preços fixados pelo Estado, além do dever de denunciar comércios fechados ilegalmente ou qualquer tipo de sabotagem, como o armazenamento. O poder para exercer o papel da denúncia ficou atribuído aos denominados inspetores *ad honorem*, membros das JAP que receberam treinamento pela DIRINCO e podiam aplicar multas por infrações do comércio.

A expansão das JAP foi rápida. Em março de 1972 já se contavam 416 organizações no país. E em junho de 1972, o jornal *Chile Hoy* indicava o funcionamento de 988 Juntas em todo o território nacional, das quais 675 estariam concentradas em Santiago. E juntamente com a sua expansão se davam, de um lado, a ofensiva da oposição para frear o rápido crescimento dos órgãos de controle popular, e de outro, a diversificação das formas de ação e de organização em relação à proposta original.

Embora a oferta de produtos tivesse aumentado em 1972, o seu nível se estabilizou e tornou-se difícil conservar os níveis de consumo dos grupos mais pobres. Em compensação, segundo Bitar:

os de rendas maiores tinham mais mecanismos de proteção. Diante do risco de escassez, exacerbado pelas campanhas da imprensa, acumularam produtos de consumo essencial, alentados pelos baixos preços destes produtos. A demanda normal viu-se, então, incrementada por uma rápida formação de estoques caseiros entre grupos médios e altos. (BITAR, 1980, p.216)

Para amenizar o impacto do mercado negro e do desabastecimento sobre as camadas populares, o governo adotou medidas de maior controle sobre a comercialização para assegurar o fluxo de artigos de consumo aos bairros populares, e assim evitar que eles fossem destinados aos bairros abastados a preços maiores. A política não impediu, no entanto, o surgimento de uma camada de especuladores que adquiriam produtos e os transferia dos bairros populares aos bairros onde poderiam revender a preços mais altos.

Assim se iniciaram inúmeros conflitos destacados pela imprensa entre pobladores e comerciantes, principalmente devido ao armazenamento de alimentos. Como ocorreu em Ñuñoa, num setor que era abastecido por um açougue, cujo proprietário ameaçou assassinar dois membros da JAP local depois que estes descobriram carnes armazenadas em seu estabelecimento no mesmo dia em que este afirmou não ter o produto.²⁶⁸

Na agricultura apareceram canais de distribuição de alimentos paralelos aos estatais. Especuladores adiantavam dinheiro aos camponeses para financiar os custos da produção

²⁶⁸ “Carniceria sorprendida in fraganti en maniobra de ocultamiento.” **Puro Chile**, Santiago, 27 de abril de 1972, p.12.

em troca da entrega desta a um preço combinado. Os produtos eram depois vendidos aos consumidores a preços superiores aos oficiais. Para tentar controlar a situação, o governo criou empresas estatais para a distribuição de gêneros alimentícios, como a Socoagro (distribuidora de carne), a Enavi (aves), Eca (cereais e leguminosas), Enafri (frutas), Iansa (açúcar), Vinex (vinhos) e Soleche (leite).

Mas, o governo controlaria, até o final de 1972, somente 30% da venda de alimentos elaborados e cerca de 14% da produção agropecuária. O boicote no setor rural assumiu diferentes características. Em sua entrevista, Dóris Viveros nos relatou ainda que quando chegou ao setor de Lonquén, os trabalhadores rurais do local lhe confessaram que os donos das terras lhes mandavam jogar toda a produção no rio para não colocá-la à venda.²⁶⁹

Além da questão do controle sobre a distribuição, o fator chave da economia paralela foi a distorção dos preços, já que o setor privado adquiria insumos intermediários das empresas estatais a custo reduzido, como medida adotada para conter a inflação, e vendiam seus produtos elaborados a preços cada vez mais elevados, obtendo lucros exorbitantes. Exemplos importantes se deram nos setores têxtil e da construção civil.

Foi neste contexto que um importante número de sindicatos elaborou uma estratégia para colaborar com o controle sobre o abastecimento. Eles passaram a se organizar para disponibilizarem produtos cuja distribuição se via afetada. A dificuldade encontrada foi que muitos trabalhadores se viram envolvidos com o mercado negro. Isso se dava porque alguns sindicatos exigiam uma parte do salário em espécie para se protegerem da inflação e obterem ganhos com os produtos elaborados nas fábricas. Estes produtos eram trocados entre sindicatos, mas às vezes eram vendidos no mercado negro.

Como afirma Bitar (1980, p.219), pode-se concluir que, por um lado, o mercado paralelo era uma consequência inevitável dos desequilíbrios financeiros, e por outro, o mercado negro nascia da ação deliberada da direita econômica. Portanto, para erradicá-lo era imprescindível dominar politicamente o setor que o impulsionava, e o trabalho fundamental estava em assumir o controle das principais empresas distribuidoras, ampliar a organização popular e sobrepujar os mecanismos de mercado, através da distribuição direta.

²⁶⁹ Depoimento de Dóris Viveros à autora. Lonquén, 07 de junho de 2009.

A etapa organização e inclusão nas JAP

Desde meados de 1971, quando se faziam sentir os problemas do desabastecimento, muitas *poblaciones* já se organizavam para garantir a chegada de mercadorias aos seus bairros, bem como o abastecimento adequado à população local. Após o decreto do governo que formalizava a existência das Juntas, estas organizações se vinculavam à Direção do Comércio, como podemos verificar no exemplo da Comuna de San Miguel, onde viviam mais de 15 mil pessoas.

No encontro de oficialização que reuniu moradores, membros dos clubes de mães e clubes esportivos das unidades 40 e 41 que compunham a comuna, e comerciantes varejistas do local, Gustavo Peñaloza, membro da JAP, detalhou o funcionamento estabelecido na Junta após o acordo com os comerciantes:

[...] os membros da JAP pediram aos comerciantes do setor que fizessem um estudo das necessidades de consumo apresentadas na *población*, ou seja, os comerciantes deveriam fixar os produtos que necessitavam e a quantidade necessária. Assim, por exemplo, temos o caso de vendedores de frangos que, de acordo com as suas declarações, têm uma demanda de 500 frangos semanais cada estabelecimento. Isso significa que nós devemos pedir esta quantidade para que assim esteja abastecida nossa população.²⁷⁰ [Tradução minha]

A etapa seguinte consistia em apresentar aos órgãos do Estado responsáveis pelo abastecimento, como Socoagro, Eca e outros, os números apresentados pelos comerciantes para que as empresas distribuidoras se encarregassem de distribuir os produtos solicitados. Ainda que os órgãos governamentais seguissem com a sua estrutura burocrática enquanto órgão responsável pela distribuição, esta nova organização estruturada sobre a participação popular permitiu uma maior descentralização da DIRINCO, na medida em que este órgão passou a atuar junto à população, identificando em conjunto com os moradores as necessidades locais, e servindo de intermediário para levar as questões ao governo.

Em muitos casos, as JAP locais se filiavam às denominadas JAP comunais, ou seja, as JAP dos bairros se uniam numa JAP “municipal” para que esta centralizasse o contato com os órgãos do Estado, e as bases se encarregassem somente do comércio local, como a JAP comunal de La Granja, que reunia 38 *JAP vecinales*, encarregadas do abastecimento de 280 mil pessoas.

Entre os comerciantes, os envolvidos na organização da comuna de San Miguel alegavam que esta parceria era vantajosa, uma vez que as grandes redes de supermercados

²⁷⁰“Constituidas dos nuevas Yuntas de Abastecimientos y Precios.” *El Siglo*, Santiago, 28 Enero de 1972, p.3.

vendiam tanto no atacado quanto no varejo, mas que quando faltavam produtos, eles restringiam a venda somente ao varejo e por preços 20% mais caros.

Outro depoimento expressivo da posição dos comerciantes revela a comodidade que representava aos proprietários de pequenos negócios dos bairros populares a integração às Juntas, como este da dona de um pequeno comércio de alimentos e moradora da *población* La Bandera, periferia de Santiago. Ela afirmou que o melhor das JAP é que esta deixava a mercadoria em casa, “porque esse é um dos nossos maiores problemas e, além disso, podemos vender a preço oficial e assim aumentar a clientela e ter o que ela precisa”.²⁷¹

Porém, não tardou para a proposta de aliança entre pobladores e comerciantes sofrer abalos. Apesar de, até o início de 1973, o governo conseguir controlar a distribuição de alimentos essenciais como a carne (85%) e o açúcar (60%), a grande maioria dos outros bens era distribuída por empresas privadas. Através da imprensa da época pudemos traçar o itinerário seguido pelas JAP e as profundas alterações que as mobilizações, tanto da oposição quanto dos trabalhadores, provocaram na proposta original. Apesar de os veículos oficiais ou simpatizantes do governo divulgarem a harmonia presente entre comerciantes e pobladores na organização das JAP, o que se observa em outros meios é o progressivo conflito de interesses e novas formas de mobilização entrando em vigor.



La explosión de las JAP. *Mayoria*, 22 de marzo de 1972, p.4.

²⁷¹ *El Siglo*, Santiago, 12 marzo de 1972, p.8.

A rápida multiplicação das JAP foi beneficiada especialmente pela organização popular prévia existente nas *poblaciones*, com os centros de mães, os clubes, as Juntas de moradores e outras formas de organização que vimos fazerem parte do histórico da luta por moradia e da estruturação dos bairros. Nos acampamentos, cujos moradores sofriam com a precariedade estrutural, o problema do desabastecimento foi ainda mais grave devido à distância em relação aos centros de comércio e à falta de estrutura comercial local. Mas, a organização dos moradores garantia minimamente o abastecimento de gêneros de primeira necessidade e a sua mobilização para pressionar órgãos de distribuição do Estado.

Um dos acampamentos de maior expressão no que se refere ao grau de organização foi o Nueva La Habana. Como vimos anteriormente, todas as atividades do acampamento eram divididas em frentes de trabalho, como Frente de Madres, Frente de Vigilancia, Frente de Área Verde, Frente de Cultura, entre outras, e assim criou-se também a Frente de Abastecimento. Em La Victoria, a organização prévia dos moradores na Junta de Vecinos também foi essencial para garantir o abastecimento dos moradores.²⁷²

Foi possível constatar no depoimento de Rigoberto Fica que a experiência de organização prévia entre os trabalhadores na ocupação do terreno, na organização e construção da *población* configurou a estrutura organizacional básica para que eles enfrentassem o problema do desabastecimento. A prática permitiu que através de assembleias os moradores elessem o presidente e os demais membros da JAP local e debatessem a forma como se daria o abastecimento. Por meio da utilização de caminhões de particulares, o presidente, através do contato com membros dos órgãos estatais, buscava os produtos junto aos armazéns credenciados e, ao chegarem as mercadorias à *población*, os moradores se dividiam em turnos para montarem as cestas populares e distribuírem aos demais.²⁷³

Devido ao controle restrito exercido sobre a distribuição, à adesão insuficiente dos comerciantes ao programa do governo, já que somente 8 mil de um total de 300 mil participaram, e à progressiva expansão do mercado negro, a pressão sobre o governo aumentaria por parte da população para que este assumisse o controle total sobre o abastecimento.

²⁷² Depoimento de Félix Morales à autora. Santiago do Chile, 22 de outubro de 2011.

²⁷³ Rigoberto Fica, depoimento à autora. Santiago do Chile, 18 de julho de 2010.

Por outro lado, a cobrança popular também se fez presente, como podemos observar em uma das falas dos representantes presentes no encontro com Allende, como no discurso do presidente da JAP da comuna de San Miguel. Ao afirmar que o setor privado seguia detendo a maior parte da produção e que a DINAC não teria condições de abastecer normalmente a população, agregou:

Deve-se obrigar a todos os produtores de alimentos a entregar pelo menos 80% da sua produção à DINAC. A Socoagro deve ser a única produtora e beneficiadora de carne. [...] Exigimos o despacho imediato do projeto da Área Social.²⁷⁴
[Tradução minha]

Impulsionada pela falta de suprimentos básicos e pelas dificuldades em adquiri-los, enfrentando filas gigantescas para adquirir, por exemplo, um frango, a população assumiu duas frentes de ação: a pressão institucional e a organização do abastecimento direto. Em alguns lugares, a população passou a adotar um cartão de racionamento para que se controlasse a quantidade de alimento comprada por cada família ao longo das semanas, era a implantação do abastecimento direto através das chamadas *canastas populares*. Estas iniciativas se somaram aos atos de ocupação de supermercados para exigir interventores e o controle popular do comércio local, num claro enfrentamento à propriedade privada.

Ao mesmo tempo, a pressão partia da oposição, numa ofensiva contra as Juntas, por meios institucionais, e de uma intensa campanha nos meios de comunicação. As JAP passaram a ser definidas como organismos que atuavam sem autorização legal e que desempenhavam “o papel de agentes do racionamento”. Além de destacar o excesso de gastos realizados pelo governo, as reportagens enfatizavam cada vez mais a desarticulação e o enfraquecimento do sistema produtivo do país, especialmente dos setores estatizados, como as minas.

O anúncio do programa das JAP foi denominado de “Operação Pobreza”:

A Operação Pobreza, bem aprendida pelos especialistas da Unidade Popular que fizeram suas primeiras armas em Cuba, será funesta não só para essa burguesia “que não pode deixar de mastigar carne”, mas para o povo chileno, que em muitos setores chegou a níveis positivos de vida, e que em outros está lutando para obtê-los. A todo um país jovem não se pode pôr como meta a pobreza [...] Pelo contrário, deve-se ensinar que a riqueza é um dos prêmios para os povos fortes e dignos, dos que pensam mais em trabalhar e em crescer, do que em invejar e dividir.²⁷⁵ [Tradução minha]

²⁷⁴ “Allende habló con la gente de las JAP...” **Puro Chile**, Santiago, 5 de junio de 1972, p.2.

²⁷⁵ “Operación Pobreza.” **El Mercurio**, Santiago, 1 de marzo de 1972, p.3.

Também está presente a referência a outros regimes comunistas e a sua associação à vida miserável:

A escassez, o racionamento, as filas, a dificuldade para se abastecer são características permanentes dos regimes socialistas. Em cada caso se pode destacar uma causa diferente, e os propagandistas do socialismo o fazem. Os cubanos são ineficientes, a URSS viveu uma guerra civil, a China rompeu com os soviéticos e viveu uma revolução cultural, o Chile passa por um período de transição e deve-se esperar para que os novos administradores das indústrias estatizadas aprendam a manejá-las. Mas, em todos os casos, o resultado final é o mesmo. Tem que racionar, e o público deve fazer filas e se submeter ao controle político. Os comunistas sabem [...] que quem tem nas mãos a comida será o verdadeiro dono do país.²⁷⁶ [Tradução minha]



El “paraíso socialista” comienza en el estomago. *La Segunda*, Santiago 31 de Julio de 1972, p.1.

O apelo anticomunista presente na referência aos regimes socialistas e à miséria generalizada associada a eles nas propagandas dos países capitalistas se atrela aqui à crítica aos desequilíbrios causados pela política econômica do governo. Estas reportagens são parte das primeiras manifestações contrárias não somente ao problema do desabastecimento, mas à criação das JAP, que passaram a ser apontadas a partir de então como uma ameaça às liberdades da população, enquanto mecanismos de controle comunista sobre a sociedade. Em declaração pública, o senador democrata-cristão José

²⁷⁶“El Comunismo y las JAP”. In: *El Mercurio*, Santiago, 8 de abril de 1972, p.3.

Musalém afirmou que o objetivo das JAP não era “evitar a escassez, o armazenamento e as altas de preços, mas exercer o controle político sobre a população”.²⁷⁷

Através de mecanismos institucionais, a oposição tentava barrar as disposições legais que permitiam o funcionamento das Juntas de Abastecimento, ao mesmo tempo em que a Confederação do Comércio Varejista passaria a pressionar o governo para que estes obtivessem estatutos de garantia contra as ações dos inspetores das JAP. Reivindicavam a revisão das disposições sobre o controle e fiscalização do comércio, a sua representação em organismos do Estado, como no Conselho Nacional de desenvolvimento ou no Banco Central e, principalmente, que somente os varejistas comercializassem diretamente com o público, ou seja, sem sofrer a concorrência dos órgãos estatais.

A crise de outubro

No ano de 1972, o cenário era de confrontação cada vez mais aberta no país. A chamada crise de outubro foi a maior expressão da ofensiva da oposição. Com o apoio dos EUA, os donos de caminhões fizeram uma paralisação e conseguiram, passo a passo, obter o apoio da maioria das organizações patronais e da classe média. O país viveu uma paralisia quase total das suas atividades, e assistiu a um alto grau de organização e mobilização das organizações patronais e dos setores médios, em contestação aberta ao governo.

Ao final daquele ano restavam poucas alternativas para Allende dar continuidade a sua estratégia, especialmente diante da impossibilidade de acordo com o centro político, aumentando o clima de polarização. (AGGIO, 2002, p.137) Assim, tornaram-se mais freqüentes as manifestações e os ataques da oposição desferidos principalmente pelos militantes da organização paramilitar de extrema direita *Patria y Libertad*, realizando seqüestros, gerando mortes e confrontos de rua com militantes da esquerda, e as marchas de mulheres contra Allende.

A organização e a mobilização da classe média demonstraram que as sucessivas ações da esquerda e dos setores populares através de ocupações, as intervenções diretas do governo em diversas áreas da economia, os problemas de desabastecimento, bem como as freqüentes greves e conflitos violentos geraram uma grande insegurança em setores daquela

²⁷⁷ “Lo afirma Senador Musalém: Las JAP son sustitutos de tribunales del pueblo.” **La Segunda**, Santiago, 17 de abril de 1972, p.36.

sociedade. Insatisfação que foi canalizada pela direita como um fator de afirmação da sua estratégia.

O papel que havia sido desempenhado pela classe média nas políticas pendulares dos Radicais (PR) encontrava cada vez menos espaço, sendo que as ações populares e de setores da esquerda eram dirigidas no sentido de rejeitar a sua continuidade. Além disso, o elemento popular afirmado pela UP afrontava a identidade desse setor, como destacam Garretón e Moulian (1983, p.100):

O elemento *obrero* do discurso da Unidade Popular, sua reivindicação do povo como sujeito da política não era compatível nem com o *elitismo* das camadas médias [...] nem com a sua luta permanente para defender as fronteiras que deviam separar as camadas médias dos operários e do povo; nem com a sua ideologia *meritocrática* e a sua convicção de que a condição social de cada um refletia sua capacidade, sua disciplina ou sua laboriosidade. (GARRETÓN; MOULIAN, 1983, p.100) [Grifos do autor] [Tradução minha]

O fator culminante para a generalização da greve patronal envolveu uma disputa entre o sindicato dos proprietários de caminhões e o governo, a partir de um projeto estatal de criação de uma empresa de transporte. O episódio, além de ser destacado na imprensa de oposição como um momento de apelo pela união nacional, argumentava contra a política de governo que, segundo seus argumentos, disputava com eles a sua fonte de trabalho e prejudicava trabalhadores. A reação do governo às paralisações e às ações da oposição se deu por meio do decreto de Estado de Emergência em dez províncias. O país viveria então generalizadas ações de violência durante todo o mês de outubro. A imprensa exploraria a conjuntura, destacando a solidariedade de outros grupos com os grevistas.

Em poucos dias, o movimento já teve a adesão dos principais organismos patronais da produção e do comércio, como a *Sociedad de Fomento Fabril*, a *Sociedad Nacional de Agricultura* e da *Confederación Nacional de la Producción y del Comercio*, além das organizações de médios e pequenos empresários. As rádios de direita se lançaram, então, à campanha: sindicatos de industriais, dos comerciantes, a Federação de Estudantes da Universidade Católica, dirigentes de sindicatos de transportes urbanos, todos convocavam para a greve geral. (KERHUEL, 1973, p.1963)

O país se encontrava realmente ameaçado de uma paralisia: Santiago recebia somente 40% do abastecimento normal de combustíveis, grupos se organizavam para impedir a circulação de caminhões confiscados; pneus de caminhões e ônibus eram sistematicamente furados; no campo, os trabalhadores rurais eram impedidos de abastecer

as cidades, o leite e os alimentos eram derramados nas estradas; nos centros urbanos, comerciantes que tentavam abrir seu negócio eram ameaçados e agredidos.

A formação do gabinete civil-militar, em novembro de 1972, que incorporava militares a cargos importantes do governo, foi pensada por Salvador Allende como uma forma de assegurar a ordem mediante o caos gerado pelo empresariado durante a paralisação de outubro, e dar mostras de legitimidade apoiando-se nas Forças Armadas, grupo que a UP considerava constitucionalista. Estas medidas se davam em meio a um iminente conflito civil, com os cordões industriais e comandos em ações estratégicas de defesa do governo, a direita convocando boicotes, e os ataques paramilitares do grupo de extrema direita Patria y Libertad.²⁷⁸

Tal medida, no entanto, dividiu opiniões, gerou questionamentos e insegurança entre os movimentos sociais, que entendiam que os operários, enquanto os “principais do processo” tinham que ser consultados, viam essa decisão como um “retrocesso”, e não sentiam o respaldo da UP às suas mobilizações.²⁷⁹ A tensão entre os trabalhadores e o governo aumentava desde outubro de 1971, quando foi apresentado pela DC o Projeto Hamilton-Fuentealba, que propunha revogar a base legal das intervenções de empresas privadas feitas pelo governo e negar ao governo o direito de comprar empresas privadas sem informar ao Congresso. A partir daí sucederam constantes negociações entre governo e DC. Mesmo com forte resistência dos trabalhadores, muitos estabelecimentos já haviam sido devolvidos, como parte do acordo com a oposição. Assim, mesmo representando a principal base do governo, o apoio popular assumia um tom cada vez mais crítico.²⁸⁰

Num país onde mais de dois terços dos transportes se davam por estradas, as ações diretas da oposição significavam claramente o bloqueio do abastecimento das cidades de produtos alimentares, gasolina, matérias primas para as indústrias, etc. O governo respondeu com importantes medidas a partir de mecanismos legais, com processos judiciais sobre os dirigentes sindicais e, especialmente, com a requisição dos caminhões paralisados

²⁷⁸ As ações do grupo Patria y Libertad buscavam generalizar o caos, principalmente, em Santiago, por meio de ataques a empresas ocupadas, atentados a vias férreas e gaseodutos e sequestros.

²⁷⁹ “Empresas al Area Social: ni una menos, pero sí muchas más.” **La Aurora de Chile**, n.8, Santiago, 1 de febrero de 1973, p.1; “Testimonios de una controversia.” **Chile Hoy**, Santiago, n. 3-11, Marzo de 1973, p.17. Entre os entrevistados as opiniões se dividem, pois há os que concordam com a posição de Allende, de confiar na postura constitucionalista das Forças Armadas, e os que veem como uma medida totalmente equivocada, devido ao histórico de repressão sofrido pelo povo chileno.

²⁸⁰ “La clase obrera: la unica consecuentemente revolucionaria.” **Trinchera**, Santiago, n.1, segunda época, 29 de noviembre de 1972, p.2; **Tarea Urgente**, n.3, Santiago, 12 de marzo de 1973.

e dos estabelecimentos comerciais que não funcionassem. Desta maneira alavancou-se a intervenção e a requisição em várias empresas que formavam parte da lista inicial do governo do conjunto que passaria à APS, além de outras que eram denunciadas por seus trabalhadores, como vimos no capítulo anterior.

Este foi um dos poucos momentos em que a esquerda conseguiu superar suas divisões, apelando à iniciativa e organização dos trabalhadores em apoio ao governo, no sentido de assegurar-lhe legitimidade. Nesse contexto, os Cordões Industriais, os Comandos Comunales e outras organizações populares, além da CUT, converteram-se no centro de apoio ao governo para manter a produção e assegurar o abastecimento regular.

Às 8 horas, ou antes, os operários estavam nas portas das fábricas. As que eles encontravam fechadas, eles forçavam e ocupavam os locais. As assembléias gerais ocorrem na parte da manhã. A greve é rejeitada. [...] Os gerentes e os diretores tinham que ficar na porta da fábrica. Engenheiros e gestores na sua maioria desertaram. Um certo número de empregados também. Os operários estão todos lá! De miristas a democrata-cristãos, todos estão reunidos na mesma recusa à chantagem patronal. (KERHUEL, 1973, p.1964) [Tradução minha]

O governo e a CUT faziam convocações aos trabalhadores para que estes mantivessem a normalidade da produção e das atividades dos serviços do país. A mobilização popular conheceu então um notável crescimento quando operários com organização e criatividade evitaram a paralisia do sistema produtivo, desenvolvendo os comitês de vigilância, de defesa, os Cordões Industriais e os Comandos Comunales. As organizações para o abastecimento direto se multiplicaram, uma grande mobilização no trabalho voluntário garantia a carga, a descarga e distribuição de produtos, principalmente, nos trens de carga do Estado, que de 1.500 toneladas de alimentos, passou a transportar 3 mil neste período. (CORVALÁN, 2003, p.76)

A disputa pelo controle da distribuição

Tanto nas empresas quanto nos bairros, a iniciativa da distribuição e do abastecimento da população foi assumida pelos trabalhadores, dentro ou fora dos mecanismos postulados pelo governo originalmente. Com o problema do abastecimento agravado, as atitudes se radicalizaram, especialmente, a partir da greve patronal. Tomando empresas paralisadas pelos proprietários, ônibus e caminhões, realizando a distribuição e o controle do comércio, as ações se generalizaram.

Os operários tomavam caminhões paralisados nas suas fábricas ou em outras, e ajudavam a proteger caminhões de empresas tomadas ou confiscadas. Operários da fábrica têxtil Yarur, por exemplo, solidarizavam-se com as pequenas e médias empresas, ajudando na reparação de veículos danificados pela sabotagem e cediam sua imensa garagem para proteger os caminhões daquele cordão industrial. Os trabalhadores também faziam comitês de vigilância para que pudessem transportar mercadorias.



Camiones requisados fueron incorporados rapidamente al transporte de alimentos.
Punto Final, Año VII, n.185, 5 de junio de 1973, p.23.

Marcel Carrasco, militante do MIR, relatou na sua entrevista como os operários se organizaram para impedir que a paralisação afetasse o andamento da empresa:

Não tínhamos o controle da distribuição, o controle da distribuição estava em mãos privadas. [...] Os caminhoneiros tentaram bloquear a entrada da empresa, e nós trabalhadores dissemos claramente: “se não tirarem os caminhões, vamos incendiá-los”. E como já sabiam o que estava acontecendo, optaram por retirar os caminhões. Para poder seguir mantendo a produção e os rendimentos da empresa começamos a fazer a venda direta, ou seja, quem quisesse comprar bebidas na empresa, nós vendíamos. [...] A distribuição, era uma empresa que fazia. Eram os donos dos caminhões, eles estavam encarregados da distribuição. [...] Não era certo que entregássemos a um preço e eles vendessem a outro preço. A Cia Clac, que era a que nos abastecia de açúcar... os trabalhadores da empresa de Valparaíso nos comunicaram que eles não tinham nenhum inconveniente em nos abastecer se nós protegêssemos os caminhões da empresa. Se criou um comitê e foram os trabalhadores [...] e protegeram os caminhões durante todo o trajeto para Santiago, trazendo parte da matéria prima que precisávamos.²⁸¹ [Tradução minha]

O problema do controle insuficiente sobre o abastecimento pelo governo se faria sentir ainda mais com a greve patronal. E para reagir a essa paralisação, os grupos de

²⁸¹ Depoimento de Marcel Carrasco à autora, Santiago do Chile, 21 de julho de 2010.

trabalhadores, que reuniam militantes do MIR à Democracia Cristã, decidiram seguir abastecendo a população, que se organizava nos grupos locais para realizar a distribuição. As *poblaciones* e acampamentos receberiam ainda produtos agrícolas que eram distribuídos conjuntamente com a DINAC. A ideia da produção para o povo e da necessidade do controle popular foi forte componente no discurso dos trabalhadores:

Assim, de alguma maneira, nestes dias estamos tornando realidade nossa consigna de “DISTRIBUIÇÃO POPULAR DIRIGIDA PELOS TRABALHADORES, COM A PARTICIPAÇÃO DO POVO ORGANIZADO”. Nós acreditamos que são as JAP, os *Consejos Comunales Campesinos* e de Trabalhadores os que devem passar a planejar, controlar e administrar a comercialização e distribuição dos artigos de consumo popular de cada comuna, província e em nível nacional.²⁸² [Tradução minha]

Para ultrapassar os limites das JAP, a organização já existente na *población* também era sobrepujada quando esta não correspondia às necessidades da população na velocidade esperada, como ocorreu na *población* Villa Francia. Segundo Eugenio Cabrera, os maiores conflitos na *población* se deram em torno da distribuição. Por meio das assembleias do bairro, os jovens de esquerda começaram a postular meios para impulsionar o abastecimento direto.²⁸³

A distribuição direta começou a ser realizada por jovens militantes socialistas que atuavam, mas não viviam no setor.²⁸⁴ Então, incorporando-se a esta organização militante, inicialmente para vigiar as mercadorias, deu-se um incremento importante à distribuição local. O grupo se organizou para buscar, armazenar e vender as mercadorias, cuidar do dinheiro arrecadado, estabelecer contato com trabalhadores rurais da comuna de Maipú, Grande Santiago, para comprar alimentos frescos e toda a organização necessária para manter o abastecimento.

As ações diretas se encaminhavam juntamente com a radicalização do discurso político na reivindicação por mais controle e poder popular, especialmente por parte do MIR e de grupos socialistas. Sobre o combate ao desabastecimento, dois aspectos se destacam: maior poder às JAP para confiscar comércios fechados e maior contato da Distribuidora Nacional com as organizações populares para estabelecerem ações conjuntas.

²⁸² “dinac: que el pueblo distribuya sus alimentos.” *El Rebelde*, n.53, año VI, 23-30 outubro de 1972, p.1.

²⁸³ Depoimento de Eugenio Cabrera à autora. Santiago, 21 de setembro de 2011.

²⁸⁴ Assim como se dava inicialmente, na origem das organizações de bairro, essa forma de iniciar uma organização era muito comum. Os militantes partidários chegavam aos bairros com propostas de organização e as lideravam, e muitas vezes chegavam por meio dos dirigentes locais e se articulavam aos grupos existentes.

Diante disso, o conflito com os comerciantes se acentuava ainda mais com a greve patronal, já que os estabelecimentos que antes dificultavam o acesso aos bens, naquela ocasião aderiam à paralisação, praticamente retirando qualquer alternativa de compra aos moradores dos bairros. O questionamento à estrutura original e ao funcionamento das JAP ganhava força, e a população encontrava novas formas de garantir o abastecimento. Assim, as *tomas* consistiram mais uma vez no instrumento de pressão sobre o governo e na alternativa de ação direta, reforçando a lógica da expropriação que guiava a visão dos trabalhadores sobre aquele governo. E num encontro com pobladores que conformavam mais de 700 JAP, o presidente Allende falou sobre a necessidade de evitar as ações “indiscriminadas”. Este configurava mais um elemento de discordância entre governo e trabalhadores.

A iniciativa de confiscar produtos de especuladores, de comércios que permaneciam com portas fechadas e de ocupação de estabelecimentos se tornou prática comum. Em Barrancas, os pobladores dos acampamentos exigiam o abastecimento pelas distribuidoras da Área Social. Lá se deu um fenômeno que ocorreu em diversos acampamentos: a resistência a qualquer sistema de distribuição que implicasse passar pelo comércio, inclusive pelo pequeno comerciante. Em assembléia com a participação de um representante da Dirinco, os pobladores se negaram a ouvi-lo e afirmaram que só aceitariam abastecimento direto.²⁸⁵

Setores inteiros, como a região de Macul, tiveram garantido o abastecimento a partir da ocupação de um grande comércio local. Neste caso, do Almac Santa Julia, que era parte da rede Almac pertencente ao senador do Partido Nacional, Pedro Ibáñez. Por meio desta ocupação, os pobladores administravam o comércio local e impediam que cerca de 80 mil habitantes ficassem sem abastecimento, incluindo os operários que mantinham as fábricas ocupadas e os moradores dos acampamentos *Nueva Quilín*, *Sierra Maestra* e *Proletarios Uníos*. Além de administrar e abastecer, os moradores se dividiam em turnos de vigilância para cuidar do armazém.²⁸⁶

Esta primeira forma de organizar os chamados Armazéns populares não obtinha sucesso em longo prazo devido a questões legais. Os pobladores obtinham a intervenção temporária dos estabelecimentos, mas não a requisição definitiva. Assim, em pouco tempo,

²⁸⁵ “Las masas van adelante en la lucha por el poder.” **Punto Final**, n.176, 30 de enero de 1973, p.26.

²⁸⁶ “Almacen popular, canasta y tarjeta en Ñuñoa.” **Chile Hoy**, Santiago, 3 al 11 de marzo de 1973, p.18.

eram desalojados, como ocorreu no Almac Santa Julia depois de dois meses de ocupação, numa operação que resultou em violência, prisões e no confisco das mercadorias pelo proprietário do estabelecimento. No entanto, a disputa não cessava. Dois dias depois, o local sofria nova intervenção e o processo recomeçava. Carlos Massalin, diretamente envolvido no acampamento Fidel Castro, também vivenciou esta experiência e nos confirmou este processo de formação de um armazém popular a partir da ocupação de um supermercado, onde deram início à organização do abastecimento pela cesta popular.²⁸⁷

Com esta forma de organização, desenvolveu-se a ideia de fortalecer os armazéns populares e de distribuir os produtos à população sob novas práticas, de maneira que a população não mais dependesse da JAP tal como estava constituída. Compartilhando a ideia da necessidade de maior controle estatal sobre a distribuição a partir da expropriação dos supermercados, a pobladora Maria Godoy, ex-feirante e empregada doméstica, falou sobre a iniciativa de organização de novas formas de abastecimento:

No começo era a JAP, mas nos demos conta de que as JAP não serviam muito, que era mentira que **os comerciantes** se integrariam, porque eles **defendem sempre seus interesses** e a maioria tem ideologia burguesa. Se falava de dar mais poder às JAP, mas ninguém lhes deu mais poder, começaram a tirar esse poder. Elas serviam só para vigiar, fiscalizar e controlar. Os pobladores pensamos que é mais importante que todos que todos participemos na distribuição, todos, e não só quatro ou cinco companheiros somente. Então, formamos o Comando ou Frente de Abastecimento, onde participa toda a *población*.²⁸⁸ [Grifos meus] [Tradução minha]

O armazém popular não se originava somente da ocupação de um comércio constituído, ele também podia ser estruturado num espaço construído para este fim, como um galpão que armazenasse os produtos entregues pelas distribuidoras estatais. A población Lo Hermida, por exemplo, tinha um pequeno espaço para colocar estes produtos, “uma construção modesta, com paredes de madeira”, que os chilenos denominam *mediagua*. A ideia do armazém se somava às duas soluções colocadas em prática para resolver o problema do abastecimento e das filas, que foram as *canastas populares* e o cartão de racionamento.

Ambas pressupunham ampla organização dos moradores. Cada núcleo familiar recebia uma cesta com produtos de primeira necessidade uma vez por semana. Um cartão especial era entregue a cada família pelo delegado do quarteirão nas *poblaciones* ou pelos

²⁸⁷ Depoimento de Carlos C. Massalin à autora. Santiago do Chile, 04 de junho de 2009.

²⁸⁸ “Siempre hemos vivido racionados”. Entrevista a Maria Fariás, pobladora. **Chile Hoy**, Santiago, 3 al 11 de marzo de 1973, p.29-32.

dirigentes nos acampamentos para permitir a aquisição dos produtos. Ao ser retirada a cesta, o cartão era retido e entregue ao delegado respectivo para que se repartisse outra vez na semana seguinte.

Em Lo Hermida, por exemplo, as cestas eram vendidas às sextas, sábados e domingos, e a fila era evitada mediante o simples mecanismo de organizar a distribuição por quarteirão. Avisava-se previamente a cada delegado que as cestas estavam prontas para sua área, e este notificava aos interessados. A partir da segunda-feira, quem não tivesse interesse ou dinheiro para comprar a cesta, podia comprar produtos a granel.²⁸⁹

Luiz González, operário da construção e militante do MIR, descreveu-nos como se deu a organização do abastecimento no acampamento onde vivia desde a ocupação do terreno:

Aqui não tinha nada, então por meio do partido fomos, nos mobilizamos e fizemos o armazém popular e a cesta popular. Atendíamos aqui em casa primeiro, depois construímos uma mediagua, e aí tínhamos a mercadoria toda a semana. Então tinha que organizar. Eu, toda semana ia buscar. No trabalho, eu pedia o caminhão, me emprestavam e eu me dirigia às Agencias Graham e à Indulever, que eram os grandes atacadistas que tinham mercadoria. Então, trazia de tudo, o óleo em tambores... e com a lista de preços, porque tinha a lista que me davam. Na segunda-feira, eu tinha que ir pagar o dinheiro; eu chegava na sexta-feira com a mercadoria aqui, no fim de semana entregava às pessoas, então compravam, e esse dinheirinho na segunda-feira tinha que ir prestar contas no Monserrat. [...] [O caminhão] era particular, mas trabalhava para a empresa, a empresa me passava para não cobrarem o frete de mim [...] porque não havia dinheiro para pagar o frete, eu não queria castigar os pobladores. [...] Falando de dinheiro, poderia sair uns 50 mil escudos, que pode ser uns 50 mil pesos de agora, e eram 110 famílias, teria saído uns 2 mil pesos por pessoa. Mas, não, eu preferia consegui-lo, porque é dinheiro, sempre podem achar que se está cobrando mais... preferia não cobrar e conseguia o caminhão.²⁹⁰ [Tradução minha]

Conforme citamos anteriormente, a experiência de organização do acampamento Nueva la Habana se estendeu ao combate ao desabastecimento e a distribuição popular foi montada sobre as linhas da organização já existentes. Os produtos chegavam das Agencias Graham ao armazém popular do local. Nomeava-se um delegado por quarteirão, e entre os delegados eram eleitos sete que organizavam e dirigiam a distribuição interna. Foram elaboradas três tipos de cestas para adequá-las às necessidades e aos tamanhos das famílias.

A mercadoria chegava da Graham ao armazém popular e era elaborada a cesta. Era convocada a reunião dos 24 delegados para discutir o conteúdo da cesta da semana, o

²⁸⁹ **Chile Hoy**, Santiago, 3 al 11 de marzo de 1973, p.2.

²⁹⁰ Depoimento de Luiz González à autora, Santiago do Chile, 18 de julho de 2010.

preço, etc.²⁹¹ Os delegados iam aos respectivos quarteirões, recolhiam o valor das cestas que as famílias iam adquirir e retiravam as cestas que correspondiam ao seu quarteirão.

Novas ideias eram adotadas para a adaptação daquele recurso das cestas às necessidades locais. Em geral, os delegados eleitos dos quarteirões faziam levantamentos dos tamanhos das famílias e das quantidades necessárias para cada uma. Com base nisto, as cestas passaram a ser elaboradas com critérios diferenciados, assim como os cartões de identificação das famílias, que passaram a ter cores distintas de acordo com o tamanho das mesmas: famílias numerosas, com poucos filhos ou casais sozinhos.

As JAP e a disputa política

Desde a crise de outubro, os partidos integrantes da Unidade Popular buscavam medidas para reformular a estrutura de distribuição e abastecimento num debate onde prevalecia entre alguns setores a concepção original da UP, de integração do Estado, JAP e pequenos comerciantes, opondo-se assim à distribuição direta. As organizações populares de abastecimento se multiplicavam e, junto com novas decisões governamentais, adentraram o ano de 1973. Em janeiro, evidenciava-se uma importante contradição referente à concepção em torno da participação popular.

Esta controvérsia foi escancarada no início daquele ano, quando o Ministro Fernando Flores, membro do MAPU, anunciou um plano de abastecimento e de combate ao mercado negro que conferia amplo espaço para a organização e participação popular. A estratégia era ampliar as relações entre as Jap e a Área Social e exercer melhor controle sobre os preços. Assim, produtos que saíam da Área Social seriam liberados para empresas de distribuição estatal. Para a distribuição, as empresas privadas eram convidadas a assinar um contrato com setor estatal.

As atribuições das Jap seguiam sendo de vigilância do comércio varejista, mas Fernando Flores deixava uma porta aberta para ampliar suas atribuições, convocando a população para participar mais. O que é mais importante neste plano é a “implementação” da *canasta popular* (com 30 produtos de necessidades básicas) distribuídas sob controle das Jap, numa espécie de incorporação e oficialização de uma medida que já vinha sendo

²⁹¹ “Las masas van...” **Punto Final**, n.176, 30 de enero de 1973, p.27.

adotada pela população como alternativa à proposta inicial. Estas medidas, especialmente a cesta popular, tiveram efeito imediato sobre a oposição e a burguesia chilena.

Imediatamente após o pronunciamento de Flores e a reação da oposição, o Ministro General Prats entoou uma advertência e acenou com a nova postura que assumiria o governo frente às organizações populares diante da ofensiva da oposição, afirmando que a fiscalização e o controle sobre a distribuição e a comercialização eram faculdades exclusivas dos organismos estatais, respaldados pelas forças policiais.²⁹²

Com a formação do gabinete civil-militar, o governo tentaria retomar o controle sobre as questões relativas ao abastecimento, limitando novamente o papel das JAP. Em fevereiro, deu-se uma reunião entre o presidente Salvador Allende, representantes das JAP comunales, a DIRINCO e o General Augusto Bachelet, Secretário Nacional de Distribuição. Sua primeira declaração já evidenciava que o papel atribuído às Juntas, “organizações assessoras e cooperadoras”, voltava ao limite fiscalizador e denunciador, nos marcos da regulação e orientação da Dirinco, como o proposto inicialmente. Essa iniciativa se dava após constantes tentativas de obstrução por parte da oposição ao funcionamento das Juntas e intensos ataques da imprensa às ações populares e ao governo, como as que apresentamos abaixo.



“En tiempos de Frei...”
La Segunda, Santiago, 5 de Enero de 1973, p.7

“No caiga en la vieja trampa!”
La Segunda, Santiago, 19 de Enero de 1973, p.9.

²⁹² “Las masas van...” **Punto Final**, n.176, 30 de enero de 1973, p.27.

Nas propagandas selecionadas, estão mensagens do Partido Democrata Cristão atacando o problema do desabastecimento e as práticas adotadas para solucioná-lo, como os cartões de racionamento, em geral, associados à falta de liberdade e ao caos. A segunda propaganda procura deslegitimar os programas de abastecimento, o controle das empresas pelos trabalhadores, e convocar a população a resistir ao controle político, apontado como o verdadeiro objetivo dos comunistas:

O cartão de racionamento não acabará com a escassez, porque para isso, o que se precisa é um aumento da produção, não de um cartão!

O cartão de racionamento não acabará com as filas. Enquanto existir escassez, haverá filas... só que agora serão filas com cartões!

O cartão de racionamento não acabará com o mercado negro. Pelo contrário, ampliará, porque a cota de fome que o cartão considera obrigará a todos os consumidores a recorrer ao mercado negro! Além disso, como o cartão será dividido de forma sectária, se criará um mercado negro de cartões!

Por que querem impô-las então? Porque o cartão de racionamento é o mais eficaz instrumento de controle político sobre as pessoas! [Tradução minha]

No anúncio que se segue, a Democracia Cristã acusa os homens do governo de seguirem mantendo privilégios, enquanto faltavam suprimentos básicos à população:



“Para el pueblo, escasez, colas, y hambre. Para los ‘Hombres Nuevos’, cigarros habanos”. *La Segunda*, Santiago, 27 de Enero de 1973, p.11.

Além das propagandas partidárias com mensagens diretas e programas nas rádios, eram noticiadas as ações populares como forma de denunciar e espalhar a imagem de caos do país, mostrando filas e noticiando os saques, confiscos e intervenções nos estabelecimentos comerciais.²⁹³

Nesse sentido, a preocupação do governo se voltava para restabelecer a ordem e o controle sobre o problema do desabastecimento. O secretariado nacional de distribuição e comercialização implementou um sistema público único de distribuição, buscando a centralização das informações sobre as necessidades em abastecimento, sobre o estado da produção e o funcionamento das Jap. Essa secretaria tentava exercer papel político chave na canalização e limitação das formas de abastecimento direto dos bairros pobres, mas 70% da distribuição permaneciam sob controle do setor privado via Central Nacional de Distribuição (Cenadi).

Portanto, diante da ofensiva da oposição, o governo contrariava as orientações de Flores e a dinâmica coletiva na auto-organização do abastecimento alcançada naquela conjuntura. A partir de então, os militares deveriam assumir o abastecimento e o controle das empresas de distribuição nacionalizadas. A secretaria publicou um documento ilustrado de maneira didática para distribuir em todo o país, insistindo sobre a importância do respeito à autoridade estatal e sobre o fato de que as Jap não eram organismos de comercialização. (GAUDICHAUD, 2005, p.418)

As seguidas ações do governo de agir conforme as exigências e ataques da oposição alarmavam as organizações populares, como por exemplo: com a ordem para que se instalasse armazém popular e abastecimento direto onde não houvesse comércio estabelecido, como uma forma de não afrontar os interesses dos comerciantes. Além disso, para evitar maiores problemas em torno da proposta de funcionamento das JAP, a instrução do governo foi para que naquelas unidades onde não houvesse Junta de Abastecimento e os moradores tivessem o interesse de se organizarem para resolver o problema do desabastecimento, outras organizações “poderiam propor a formação de organismos similares, sem importar a denominação”.

²⁹³ “Hordas marxistas desataron saqueo de pequeños negocios.” **La Segunda**, Santiago, 16 de Enero de 1973; “Comerciante cierra sus puertas víctima de reiterados saqueos.” **La Segunda**, Santiago, 19 de Enero de 1973, p.1.

O temor de parte da esquerda era de que este mecanismo abrisse brechas para que a direita acabasse com as JAP e de que as Juntas de Vecinos, idealizadas pela Democracia Cristã e ainda liderada por muitos de seus militantes, criassem canais paralelos de abastecimento com apoio de governos municipais. O exemplo da prefeitura de Rancagua, onde o prefeito tentava submeter a JAP a plebiscito, era usado pela imprensa, e isso alarmava à esquerda.

A reação dos trabalhadores foi imediata e não receptiva às novas orientações do governo. Eles seguiram exigindo a expansão do sistema do armazém popular e do abastecimento direto. Em manifestação em frente às Agencias Graham, órgão de distribuição estatal, trabalhadores faziam suas reivindicações. Representando a Unidad Vecinal 20, Tobalaba, Comuna Ñuñoa, Santiago, a pobladora Yolanda Opazo questionava as decisões unilaterais do governo:

Diga o que disser o ministro ou o general, quem seja, têm que nos escutar. Esses companheiros têm que estar de acordo com o que dizem as bases. Somos nós que sofremos as necessidades. Estamos dispostos a fazer marchas se vierem nos negar a cesta. Aqui são as massas que mandam, não o general. O general é um só e nós somos muitos, que contem, que venham contar as mulheres que amanhecemos nas filas.²⁹⁴ [Tradução minha]

A implantação do armazém do povo também era uma exigência. O vice-presidente do acampamento Luis Emilio Recabarren fez referência a experiências positivas que podiam servir de exemplo para novas experiências:

Nós viemos pelo armazém, queremos que se instale porque lá não tem nada. Somos 504 famílias e nós vemos que a questão funciona muito bem na población Laura Allende e em outras. O sistema é magnífico e se evita as famosas filas. As companheiras já estão se sacrificando muito. Nós queremos nos encarregar do armazém, e nisso não tem problema. As coisas não podem continuar assim.²⁹⁵ [Tradução minha]

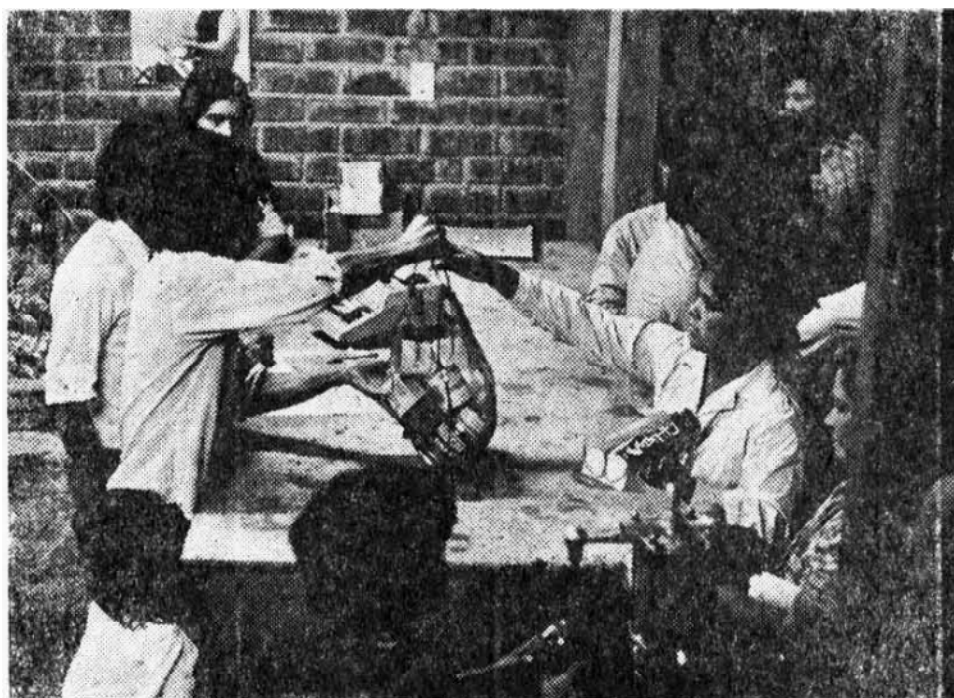
As iniciativas se seguiram para manter o abastecimento direto, e em março de 1973, já havia 90 armazéns do povo pelo país, dos quais 40 estavam em Santiago. No discurso de inauguração do armazém no acampamento Siete Conchas, o presidente da *población* afirmou que a constituição daquele armazém significava um pouco mais de poder, e falou sobre a luta contra a “burguesia e o reformismo”:

A luta do proletariado é a luta pelo pão, para obter o pão e o direito a distribuir esse pão. Ontem e hoje a burguesia nos nega o direito de nos abastecermos dos produtos essenciais. Hoje, o reformismo coloca travas para que nos entreguem só

²⁹⁴ “El vaivén de la canasta popular”. **Punto Final**, n.179, 13 de marzo de 1973, p.9.

²⁹⁵ “El vaivén ...”. **Punto Final**, n.179, 13 de marzo de 1973, p.9.

migalhas. Antes nada, agora só migalhas, e o pior, não querem que tenhamos nem sequer um pouco de poder na distribuição e no controle da produção; e lutamos sim, nós lutamos para ter todo o pão e pela distribuição de todo o pão, não por migalhas reformistas. Pão e poder. Todo o poder ou nada. Não estamos dispostos a recolher as migalhas que caem da succulenta mesa da burguesia e dos reformistas.²⁹⁶ [Tradução minha]



EN PLENO funcionamiento el Almacén del Pueblo del Campamento “Siete Canchas”: distribuye 350 canastas populares.

“Outro almacén popular”. *Punto Final*, n.181, 10 de Abril de 1973, p.15.

Outra alternativa encontrada pelos trabalhadores para garantir o abastecimento foi a realização de parcerias entre cooperativas de trabalhadores rurais com *poblaciones* ou empresas para garantir a chegada de produtos agrícolas a estes locais, como o convênio firmado entre a Confederação de Trabalhadores do Cobre e a Cooperativa Campesina Mapocho, de Santiago. O convênio abasteceria os 17 mil operários das minas Chuquicamata e El Salvador, os quais ainda compravam no sistema de *pulpería*, citado no primeiro capítulo. O acampamento Nueva La Habana também estabeleceu parcerias com camponeses que forneciam produtos diretamente ao armazém do acampamento.

A venda direta podia solucionar o problema do desabastecimento e do rendimento de empresas gerenciadas pelos trabalhadores, como ocorreu na Cristalerías Chile, na qual os ex-proprietários congelaram a conta bancária da empresa. Com a greve, o problema se

²⁹⁶“Outro almacén popular”. *Punto Final*, n.181, 10 de 1bril de 1973, p.15.

agravou. Assim, o sindicato decidiu não vender a lojistas em greve e os trabalhadores passaram a vender diretamente a cooperativas e pequenos comerciantes para, ao menos, garantir o pagamento dos salários.

Limitações e superações cotidianas

Na experiência de participação nas Juntas de Abastecimento e Preços podemos visualizar a congregação de inúmeros elementos que resumem os componentes da experiência da Unidade Popular. As JAP demonstram que a capacidade de organização dos trabalhadores ultrapassa o componente da inserção operária nos setores mais avançados do processo produtivo e nas suas organizações. A grande crise do abastecimento atingia a toda a população e consistiu no episódio que marcou a maior iniciativa governamental para inserir a população em geral em mecanismos de participação, e não somente operários da grande indústria, como no caso da participação estabelecida no convênio com a CUT.

O que observamos nesta conjuntura foi a ampla participação das mulheres, representadas na integração dos centros de mães no programa de participação, ainda que com papel determinado na divisão sexual do trabalho, como as responsáveis pela alimentação da família. E, mais importante a destacar, é que além da participação dos operários das fábricas, vê-se a ampla integração de trabalhadores de setores diversos da economia, não inseridos nos programas de participação voltados para grandes empresas, que tendiam a segregar e a dividir ainda mais a classe trabalhadora. Operários da construção, empregadas domésticas, feirantes, pequenos vendedores de acampamentos compuseram as frentes de trabalho das JAP.

A proposta original do governo para combater o desabastecimento e o mercado negro, como destacamos anteriormente, limitava a participação popular ao âmbito da fiscalização e da denúncia aos órgãos estatais competentes, além de insistir na participação de comerciantes na composição das Juntas. A distribuição feita pela Dirinco se manteve nos estritos limites da distribuição burocrática, protegida pela polícia para disciplinar as longas filas, principalmente em locais de pouca organização popular, como em comunas de maior concentração de indústrias do que populacional. Quando se iniciou o impulso ao abastecimento direto e junto com ele os alarmes da oposição e de outros setores sociais, o

recuo do governo evidenciava os entraves a serem superados para a implementação do seu projeto socialista e de ampliação da participação popular.

A formação do gabinete com militares, a insistência do Partido Comunista para que se mantivesse a formação original das JAP juntamente com pequenos comerciantes e a constante presença militar nas ações diretas denotavam novamente o desacerto entre governo e movimentos sociais. Se por um lado, uma direção política com uma concepção diferenciada permitiu a observação das ações populares e a incorporação destas no programa oficial, como se deu no Plano Flores com a institucionalização das cestas populares, por outro lado, a burocratização e centralização das decisões e ações políticas expressavam este desencontro e uma barreira quase intransponível para uma articulação mais criativa entre governo e bases sociais.

Um importante exemplo a citar é o do mapeamento dos acampamentos e um tipo de recenseamento que os moradores faziam do local para ter a dimensão das necessidades do local. Ao ignorar os dados fornecidos pelos pobladores e aceitar somente aqueles fornecidos pelos *carabineros*, o secretário de abastecimento, General Bachelet, gerou desorganização numa dada região por considerar somente 10 mil moradores, e não 18 mil como havia informado a população local.

Ao mesmo tempo, a rápida resposta da população frente ao desabastecimento e à ineficácia das Juntas, e o avanço nas organizações de base, independentemente das limitações oficiais impostas, mostram a importância da sua experiência de organização. Locais como Nueva La Habana, Lo Hermida, La Florida, Ñuñoa e outros acampamentos citados nos depoimentos tinham um histórico de organização que se desenhava desde a formação de grupos para a ocupação de terrenos até a construção das moradias, em diálogo permanente com partidos e órgãos estatais para a conquista de benfeitorias nos seus bairros, na prática do debate, das assembleias e da divisão de tarefas. Esta prática presente na vida comunitária dos trabalhadores foi fundamental para permitir que se empenhassem coletivamente nos novos desafios que aquele processo lhes apresentava.

Da mesma maneira, refletiram-se o individualismo, rivalidades, disputas e divisões já existentes entre eles na coordenação do abastecimento nas *poblaciones*. Uma questão que esteve presente nos depoimentos e nas fontes encontradas foi o beneficiamento próprio por membros das Juntas com produtos ou dinheiro provenientes das cestas populares, ainda que

isso tenha sido mais recorrente em organizações cujas atividades fossem mais centralizadas em um ou poucos membros, como a citada por Rigoberto Fica.

Na *población* onde ele vivia, o Presidente da Junta começou a armazenar e vender produtos por conta própria e, além disso, o mesmo teria formado uma espécie de “guarda” de amigos pessoais que tinham privilégios e o defendiam em qualquer situação de cobrança por parte dos moradores. O mesmo presidente também teria desviado dinheiro dos moradores.²⁹⁷ Também é bastante citada a prática de venda de produtos no mercado negro por trabalhadores que se beneficiavam do pagamento em mercadorias nas fábricas. Muitos sindicatos negociavam o direito de os trabalhadores receberem parte dos bônus ou outros benefícios em produtos, o que facilitava essa prática irregular.

Mas, a questão mais citada como elemento desintegrador foi o sectarismo partidário. Como as *poblaciones* congregavam pessoas de diversas tendências políticas, dentre os quais, muitos simpatizantes da Democracia Cristã, presentes nas *Juntas de Vecinos* formadas durante a política de Promoção Popular, era recorrente a denúncia de segregação e de beneficiamento de simpatizantes da Unidade Popular ou de um partido específico na distribuição de produtos, de acordo com quem estivesse à frente da JAP.

Este é um aspecto de difícil interpretação, já que envolve a seleção do discurso para fazer um ataque político, e porque não encontramos evidências para comprová-lo. Os entrevistados que estiveram envolvidos nestas organizações afirmaram não diferenciar “cor política” entre os moradores, uma vez que “todos precisavam comer”. O depoimento da militante socialista confirmou a ocorrência do problema, ainda assim, em crítica aos comunistas. Dóris Viveros nos relatou a ocorrência de favorecimento de militantes comunistas na distribuição dos produtos na *población* Juan Antonio Ríos pelo fato de o organizador ser um deles. As demais referências a esta questão estão presentes na imprensa de oposição.

Por outro lado, quando em um determinado local havia predominância de uma força política entre a militância, isso podia significar maiores conflitos quanto à forma de organização. Foi o que ocorreu na *población* La Victoria, que tinha influência predominante do Partido Comunista. Na tentativa de organizar a distribuição direta por meio das cestas

²⁹⁷ Depoimento de Rigoberto Fica à autora. Santiago do Chile, 18 de julho de 2010.

populares no bairro, membros do MIR não teriam encontrado espaço, e o abastecimento local ficou a cargo das JAP, coordenadas a partir da organização da Junta de Vecinos.²⁹⁸

As denúncias encontradas, principalmente, no início da sua implementação também apontam irregularidades na formação das JAP em alguns bairros, onde moradores afirmavam que a Junta havia sido formada de forma arbitrária, sem a participação dos demais moradores em assembleia para a sua aprovação. A principal queixa se dava pelos moradores que não queriam fazer parte do programa de abastecimento, tendo o consumo controlado pelo cartão de racionamento, e assim se sentiam excluídos do processo de venda e distribuição dos produtos.

A rejeição ao cartão se explica pela recusa ao suposto controle político do governo sobre a população e à padronização da população a partir do consumo.²⁹⁹ Esta recusa chegou a gerar a formação do denominado *Comité de Oposición Popular* (COP) no setor Yarur da Unidad Vecinal 2, liderado por um militante da Juventude Demócrata Cristã, para fazer oposição às Juntas de Abastecimento e Preços.³⁰⁰

Por outro lado, pesquisa realizada pela Chile Hoy com donas de casa de diferentes *poblaciones*, em março de 1973, nos dá indicadores da aceitação do programa de abastecimento. Entre os setores entrevistados estão bairros localizados nas comunas de La Cisterna, Barrancas, Ñuñoa e La Granja. Cerca de 20% da população local era formada por trabalhadores técnicos especializados, ou da Área social, de indústrias grandes e modernas, comerciantes estabelecidos, e gente ocupada em serviços, como o transporte; 60% de trabalhadores da média e pequena indústria, de oficinas e artesanato, por pequenos comerciantes e ambulantes, e grande massa de trabalhadores da construção e serviços; 20% de trabalhadores desempregados ou ocupados ocasionalmente, trabalhadores que ganhavam muito baixa renda, e parte do chamado “lumpem”.

Entre as respostas mais relevantes: das 90 donas de casa entrevistadas, 64,4% afirmaram concordar com a implantação do cartão de racionamento, enquanto 32,2% desaprovavam a proposta. Para 51,1% este cartão beneficiaria aos pobres, enquanto que 7% entendiam que beneficiaria ao governo ou às JAP. Para 51% das entrevistadas o cartão prejudicava aos ricos e comerciantes. Outro dado importante diz respeito ao grau de

²⁹⁸ Depoimento de Felix Morales à autora. Santiago do Chile, 22 de outubro de 2011.

²⁹⁹ “En Ñuñoa: arbitrariedad comunista en constitución de ‘JAP’”. *La Prensa*, Santiago, 15 de febrero de 1972, p.8; “Violento es el rechazo de los pobladores”. *La Tribuna*, Santiago, 9 de mayo de 1972, p.3.

³⁰⁰ “Sectores democráticos constituyen los COP”. *La Segunda*, Santiago, 15 de mayo de 1972, p.3.

confiança na organização local e nos órgãos estatais: para 48,8% das entrevistadas, o cartão deveria ser entregue pela JAP ou pela Junta de Moradores, 11,1% preferiam uma assistente social na função, enquanto que 16,6% confiavam a função a inspetores ligados ao Estado e seus órgãos de distribuição.³⁰¹ Esse resultado denota o grau de confiança na organização dos moradores e a legitimidade que havia atingido o programa de abastecimento direto entre estes entrevistados.

A partir da consolidação dos laços de solidariedade e da congregação de meios distintos de atuação houve um intenso engajamento dos trabalhadores nas JAP e nos Comandos Comunales, que veremos adiante. Esse esforço expressava o esforço da classe trabalhadora chilena não só para prover os seus suprimentos básicos em meio a uma crise econômica, mas para sustentar o processo de transformação do país. A crise econômica foi apontada a todo o momento pelos trabalhadores, e ainda o é, como uma questão política, um boicote sustentado pela burguesia e pela oposição política. Nesse sentido, a classe trabalhadora empreendia esforços diários durante a greve para manterem a produção e o funcionamento da economia do país para “superar as ações sediciosas” e mostrar força.

No decorrer do processo de incorporação popular às JAP e de participação no programa governamental se explicitou um enfrentamento contra qualquer forma de acumulação e especulação, e contra o capital, mesmo que representado na figura do pequeno burguês. Isso se dava por meio das ocupações de supermercados, do confisco de caminhões, da intimidação a pequenos comerciantes na fiscalização de preços e mercadorias e, principalmente, na implementação de um novo sistema de abastecimento, com a *canasta* popular e os armazéns populares, em comercialização direta com distribuidores estatais.

O questionamento ao capital privado também esteve presente nas constantes cobranças populares e de parte da esquerda no sentido do exercício de maior controle sobre os organismos de distribuição do país que seguiam nas mãos poucos grupos privados. Na concepção dos trabalhadores, a Área Social da economia não se sustentaria somente com o controle sobre a produção, este deveria se estender à distribuição. As transformações empreendidas nas JAP demonstraram um salto importante no nível de consciência política

³⁰¹ “Racionamiento para los ricos, abastecimiento para los pobres.”. **Chile Hoy**, Santiago, n.41, 3 al de 11 de marzo de 1973.

dos trabalhadores, que reconheceram a relação causal entre desabastecimento e controle privado dos meios de produção e distribuição.

A organização da venda direta e das feiras populares pelos sindicatos industriais articulados nos Cordões aponta para o momento onde se dá uma elevação no grau da luta política dos trabalhadores. Nesta busca do rompimento das relações com os grupos capitalistas do país, dava-se início à conjunção dos distintos âmbitos da luta popular. Ampliava-se a ideia de produzir para os trabalhadores, não alimentar especuladores e de lutar contra o boicote ao governo. Somavam-se ainda as ações na esfera *poblacional*, buscando superar problemas de abastecimento, transporte e saúde agravados com a paralisação, e alimentando a organização dos chamados *Comandos Comunales*, que podem ser considerados a proposta mais visível de poder popular.

Os Cordões Industriais

Como já pudemos observar, os laços de solidariedade e a tentativa de estabelecimento de relações mais “horizontais” esteve muito presente entre os trabalhadores no âmbito fabril e entre os pobladores nas suas lutas cotidianas. Muitas destas experiências são observadas no âmbito do trabalho quando as condições políticas lhes pareceram favoráveis. Como afirma Elisa Borges (2011), o governo popular funcionou como catalisador de novas práticas do movimento popular, na medida em que acabou por estimular novas pautas de reivindicação e novas formas de organização.

Os Cordões Industriais podem ser caracterizados como setores industriais que congregavam fábricas de diferentes ramos produtivos e que, por necessidade dos empresários e do tipo de industrialização chilena, foram criados em áreas de fácil acesso ligados por vias expressas, para facilitar tanto a chegada de matéria prima quanto o escoamento da produção.³⁰² A importância destas áreas durante o governo da UP esteve na articulação política dos sindicatos destas empresas.

Em geral, o estabelecimento de relações sociais distintas das vivenciadas no sistema produtivo, a busca de formas alternativas de controle da produção e de defesa política estiveram entre os objetivos dos cordões industriais. Tal articulação se deu no contexto da crise de outubro visando principalmente a mobilização de ações conjuntas para a

³⁰² Definição dada por Aldo Aguillar em depoimento a Elisa Borges.

manutenção da produção sob o controle dos trabalhadores e a sua organização política, mantendo o permanente debate entre os líderes locais. Muitas das suas ações consistiam na troca de mercadorias e peças, na união de diferentes fábricas para a venda de produtos nas *poblaciones* em feiras populares, como mostramos no item anterior, e em atos de solidariedade, como na ação conjunta em *tomas*, e com pobladores.

A ação dos Cordões Industriais neste episódio do desabastecimento foi fundamental e demonstrou a importância da extensão da organização dos trabalhadores. Na crise desencadeada em outubro, a maioria do comércio permanecia fechada, as JAP, as Juntas de moradores e sindicatos de diferentes comunas se uniram para organizar a distribuição e a venda de produtos. Especialmente as indústrias da Área Social e os sindicatos operários das fábricas ocupadas compravam produtos elaborados entre as empresas, trocavam matérias primas e vendiam produtos a preços oficiais em feiras em diversos bairros de Santiago. O aumento da produção em alguns setores da Área Social levantou a preocupação com o destino do excedente produzido, que poderia ser o mercado negro.

Conforme destacamos, entre os trabalhadores havia uma preocupação em torno do controle operário nos mecanismos de distribuição e comercialização dos produtos que eles elaboravam. O caso têxtil é citado na reportagem da revista *Punto Final* como um dos maiores exemplos. Assim como a experiência da indústria têxtil Polycron, num encontro realizado por representantes da planta Sumar Polyester, debateu-se o papel dos trabalhadores na política de distribuição e controle de preços e se apresentou como proposta a distribuição dos tecidos às confecções privadas sempre que nelas operassem comitês de vigilância operária, e que os excedentes fossem vendidos diretamente às organizações populares, como as JAP.³⁰³

Em sua entrevista, Hugo Valenzuela falou sobre este trabalho da distribuição realizado pelos trabalhadores da indústria Sumar:

Íamos às *poblaciones*, nós tínhamos muito contato com as *poblaciones*. Tanto é que depois de envolvermos as fábricas com as *poblaciones*, quando nós fomos representantes do governo na fábrica, nós instauramos uma venda direta dos gêneros ao povo. Então, íamos às *poblaciones* próximas e levávamos caminhões, levávamos tudo. Colocávamos uma banca e vendíamos os gêneros diretamente ao povo. Então, foi uma experiência muito bonita nesse sentido porque nós tínhamos não somente o carinho das pessoas, mas a proteção do meio, das *poblaciones* que rodeavam a fábrica. O que nós podíamos fazer quando elevávamos a produção era vender diretamente às *poblaciones*, mas o fazíamos como uma forma política

³⁰³“Control obrero de la distribución”. *Punto Final*, n.185, 5 de junio de 1973, p.23.

de que as pessoas entendessem que essa fábrica era do povo. Então nós íamos diretamente à *población*, baixávamos o custo dos produtos e vendíamos para as pessoas.³⁰⁴ [Tradução minha]



“Control obrero de la distribución.” *Punto Final*, n.185, p.23.

A organização das feiras populares se deu através da articulação dos sindicatos das fábricas nos diferentes Cordões Industriais. E cada vez mais empresas eram convocadas para participar desta ação que abastecia os bairros, ao mesmo tempo em que garantia os rendimentos das empresas que não conseguiam vender normalmente devido à paralisação do comércio e evitavam o abastecimento do mercado negro.

O *Trinchera*, jornal elaborado pelos socialistas, e de circulação entre os operários, principalmente dos Cordões Industriais, trazia como principal bandeira durante a crise o fortalecimento das feiras populares, como forma de se exercer o controle sobre o abastecimento, e mostrava as seguintes ações para combater os efeitos da paralisação:

Operários da Fensa, Mademsa e de linha branca decidiram vender diretamente através dos sindicatos, Juntas de Moradores e Centros de mães; os operários do ramo têxtil instalaram postos de venda em diversos setores populares; os trabalhadores da Dinac cobriram um vasto número de *poblaciones* levando alimentos aos seus moradores; a indústria Madeco precisava transportar cobre para sua planta em Santiago, os dirigentes do sindicato operário tomaram os caminhões que geralmente efetuavam o transporte do cobre, formaram piquetes de proteção e fizeram o transporte da matéria-prima...³⁰⁵ [Tradução minha]

Nesta etapa da organização, na qual os trabalhadores reorganizaram os processos de fabricação e de distribuição de bens de consumo, trabalhando autonomamente em instalações que não os pertenciam, constituía-se, além da inversão dos princípios jurídicos

³⁰⁴ Depoimento de Hugo Valenzuela à autora. Santiago do Chile, 10 de junho de 2009.

³⁰⁵ “La clase obrera: la única consecuentemente revolucionaria.” *Trinchera*, Departamento Nacional Sindical PS, 29 de noviembre de 1972, n.1, segunda epoca.

considerados básicos pelo capitalismo, um mercado de solidariedade, uma vez que quem adquiria os produtos não se limitava a apoiar os operários materialmente, mas mostrava uma solidariedade mais profunda. (BERNARDO, 1991, p.337)

Mas o método que realmente ampliou a capacidade mobilizadora dos Cordões foi o das *tomas* de indústrias. Por meio das ocupações se enfraquecia a posição dos patrões dentro de suas próprias fábricas e se potencializavam as coordenações de trabalhadores. Nasceram assim os cordões de Vicuña Mackenna e Estación Central em Santiago e de Hualpencillo, em Concepción, em decorrência da paralisação de outubro.

O caráter territorial dos cordões incidia na própria organização dos setores industriais na cidade de Santiago, e esta característica possibilitou uma vinculação efetiva entre diferentes fábricas e destas com as *poblaciones*. Isso também facilitou a utilização estratégica da sua localização geográfica, já que muitos destes pólos se encontravam em grandes avenidas de circulação chave para a entrada e saída da cidade de Santiago. Muitas vezes, suas ações consistiam na realização de barricadas, o que lhes outorgava o controle sobre o local e garantia maior poder de pressão sobre as autoridades. (SOTO, 2009, p.226)

Além do aspecto territorial, entendemos que a característica da organização sindical operária foi um dos fatores que contribuíram para a organização dos cordões industriais. Conforme demonstramos no primeiro capítulo, o fato de o sindicato ser estruturado por empresa e contar com a presença diária dos seus dirigentes no cotidiano fabril permitiu que se consolidassem lideranças legítimas entre os trabalhadores. Ou seja, os sindicalistas seguiam compartilhando dos problemas cotidianos do ambiente de trabalho e eram reconhecidamente representantes, mas não deixavam de ser mais um trabalhador entre os demais, diferentemente do que representava a estrutura “lenta e burocrática” da CUT.³⁰⁶

Essa disposição territorial das empresas e a permanência diária dos sindicalistas permitiram o desenvolvimento de uma sociabilidade entre os trabalhadores das diferentes fábricas, que trocavam informações sobre atividades diversas e sobre as greves. Com essa relação, os atos de solidariedade deram o tom da sua articulação durante o governo da UP, especialmente a partir da paralisação de outubro. A articulação entre os operários nos foi descrita por Joaquín Abarzúa:

[...] na rua San Joaquín [...] atravessava a outra rua que é a Avenida Vicuña Mackenna, que também está cheia de indústrias. Têm indústrias têxteis, indústrias

³⁰⁶ Depoimento de Joaquín Abarzúa à autora. Santiago do Chile, 29 de junho de 2010.

metalúrgicas, eletrônicas. [...] Os sindicatos que funcionavam nestas indústrias tinham relação entre eles. Então, como tinha relação, se tinha uma greve, os outros apoiavam. E faziam esporte, campeonatos esportivos e de futebol entre várias empresas e compartilhavam... havia várias atividades em conjunto então. Os cordões se formaram em 1972, mas já tinham relação de vários anos entre os sindicatos, entre os operários, e além de muitos operários que viviam nas *poblaciones* vizinhas, como eu, que me criei nessa *población*, havia outro amigo, que nos criamos juntos, que também trabalhava nesta indústria ou trabalhava na outra. Então havia uma relação de muitos anos ligada à indústria, ligada ao sindicato, ligada à atividade social.³⁰⁷ [Tradução minha]

O sentido de solidariedade e de forte envolvimento no conflito político fica evidente na declaração de Massalin a respeito do Cordão Pan Americana Norte:

[...] Agora o que acontece é que essa fábrica pequenininha de papelão tem um conflito normal de reivindicações e o industrial que impõe que não, que não vai aceitar as reivindicações deles, e isso as pessoas levam para o cordão, e o cordão diz: “se não se resolve o problema da Papelera del Sur paramos tudo”. E que significa parar tudo? Cortar territorialmente, essa era um pouco a graça do cordão. Ou seja, se havia um conflito no cordão, ao interromper o acesso de caminhões, não podia nem chegar matéria prima nem sair produtos. Eu acredito que aí é onde o cordão começa a ser muito mais político; se vai dizer “bom, aqui somos trabalhadores, somos um cordão, resolvemos juntos o problema da comida, mas também vamos resolver juntos o problema das condições de vida e de trabalho de cada uma das fábricas do setor.” Isso permitiu para nós que nas fábricas menores que haviam se consolidasse o trabalho que havia, porque objetivamente tinham mais povo para resolver seus conflitos. Isso foi na paralisação de outubro de 72.³⁰⁸ [Tradução minha]

Este relato de Massalin demonstra a importância dos espaços de organização dos trabalhadores, como o cordão industrial, nos seus diferentes aspectos: na intensidade com que se vivenciou a solidariedade entre os trabalhadores, uma vez que um conflito entre trabalhadores e patrões ocorridos em uma empresa se tornava um problema coletivo, de todos os trabalhadores da região; no caráter pedagógico, pois ações simples ou mais complexas, como um piquete nas fábricas e nas ruas, ou atos estratégicos de retenção ou distribuição de produtos e matérias primas exerciam a função do aprendizado e do aprofundamento da gestão da própria luta política; e mais um aprendizado político, na medida em que estes trabalhadores atuavam de maneira a relacionar a resolução de um conflito cotidiano com uma luta por um projeto transformador mais amplo.

Na sua entrevista, Margarita Fernandez expôs a importância do cordão industrial para o debate político entre os trabalhadores:

Eu acho que nessa época a atividade dos cordões era de muito debate sobre o que tinha que fazer no país, estava tudo muito politizado. E muito também na

³⁰⁷ Depoimento de Joaquin Abarzúa à autora. Santiago do Chile, 29 de junho de 2010.

³⁰⁸ Depoimento de Carlos Massalin à autora, Santiago do Chile, 4 de junho de 2009.

discussão sobre se era a batalha da produção ou era o poder dos trabalhadores que estava em jogo. Então, aqui nessa região emergiram muitos problemas históricos que havia nas empresas aqui do território, e teve muitos processos de tomas de indústrias. [...] **os trabalhadores começam a perceber que não basta produzir mais, mas que se deve ter o controle das coisas.** Portanto, os cordões foram um espaço de debate nessa direção, muito espaço com muita construção nessa perspectiva, como se havia o controle dos processos produtivos, e nesse contexto, bem, muita *toma* de indústria. Então, havia muito muito muito (risos)... passávamos muito tempo em assembleia [...] passávamos muito tempo fazendo coisas como essa.³⁰⁹ [Tradução minha]

No que se refere ao significado político dos cordões, um dos eventos mais expressivos foi o nascimento do Cordão Cerrillos-Maipú, em 1972. Primeiramente, porque se deu na mesma conjuntura em que ocorreu a reunião de *Lo Curro*, na qual as lideranças da Unidade Popular procuravam uma definição para os rumos do governo, no sentido de propor a intensificação e o avanço nas reformas ao invés da manutenção da estratégia do governo. O debate se deu especialmente em torno das críticas da ala mais radical sobre a insistência do governo em negociar com a Democracia Cristã, sobre a forma de participação dos trabalhadores, e acerca da posição do governo sobre as ações diretas, lideradas principalmente pelo MIR.

Neste debate, Allende assumiu a condução do processo de acordo com as suas proposições iniciais, e deu claros sinais da sua política ao anunciar um novo Ministro da Fazenda, Orlando Millas, representante da tese gradual comunista. Estava em questão o futuro da participação proposta: uma integração mais ativa ou a primazia da disciplina e da produtividade. Numa conjuntura mais defensiva como a que se vivia, a linha do “processo controlado e gradual” da ala allendista do PS e do PC seguiu à frente das decisões. Foi a partir desse momento que a organização “independente” do trabalhador se transformou em um tema conflitivo fundamental.

O outro elemento significativo da formação deste Cordão foi a demonstração da congregação das formas de luta com os objetivos presentes na lógica de ação dos trabalhadores num claro enfrentamento aos limites estabelecidos pelo sistema. Tratou-se do primeiro cordão industrial cujo êxito de organização inspirou outros diversos movimentos por Santiago e pelo restante do país. A mobilização se deu, assim como em grande parte dos casos, devido a conflitos trabalhistas nas empresas daquele setor específico e a problemas no abastecimento.

³⁰⁹ Depoimento de Margarita Fernandez à autora, Santiago do Chile, 26 de maio de 2009.

Se por um lado, alguns trabalhadores afirmavam não ser uma “coisa concreta” o Cordão Industrial, por se tratar mais de reuniões políticas dirigidas por líderes sindicais locais, demonstrando que havia muito que avançar na democratização da participação política, por outro, os trabalhadores sabiam da sua existência, conheciam as suas lideranças e destacaram as participações generalizadas nas mobilizações e atos por eles organizados.

Nora Gomez, operária do setor eletrônico no período, afirmou na sua entrevista que pela criação mais conservadora que recebeu não entendia muito bem o processo político da época, mas que se recorda muito bem do papel dos cordões na mobilização política dos trabalhadores:

Do cordão, o que eu me lembro era, por exemplo, se tinha uma manifestação, uma marcha e diziam “olha, os sindicatos do cordão Vicuña Mackenna tem que estar onde lhes corresponde... Plaza Italia”. Lá iam todos, mas não os obrigavam, porque a maioria que queria ia. Nesse aspecto político eu me recordo, estavam lá. Também quando iam em apoio, quanto tinha alguma empresa de Vicuña Mackenna de qualquer ramo, não somente eletrônico, que estivesse em greve, se solidarizavam os sindicatos e iam ver seus trabalhadores, para apoiá-los na alimentação, e diziam “os trabalhadores em greve precisam fazer uma *olla común*”. Desse tipo de situações de solidariedade, eu me lembro sim. [...] A maioria, a maioria [participava] sim, porque eu acho que a maioria tinha noção política.³¹⁰ [Tradução minha]

Ao mesmo tempo, é possível verificar os avanços e realizações desta organização no cotidiano e na prática social. Os cordões, juntamente com outras organizações de bairros de Santiago, foram os responsáveis por organizar um novo sistema de relações comerciais para neutralizar os efeitos da crise sobre a população. Assim, se encarregaram do comércio, da distribuição, do transporte e da defesa das fábricas, adotando medidas como as que citamos acima, na utilização do caminhão da fábrica para transportar leite às *poblaciones*, na organização das feiras populares, no intercâmbio de produtos e de matérias-primas entre as fábricas, e na formação de comitês de defesa com pobladores e operários contra possíveis ataques, formando um dos principais Comandos, como veremos adiante.

Se ao longo do desenvolvimento das organizações sociais do país as lutas dos trabalhadores estiveram sempre vinculadas aos partidos políticos de esquerda, durante a crise de outubro essa vinculação se viu ainda mais intensa. Principalmente a partir dos relatos é possível constatar que tanto nas organizações vinculadas ao abastecimento, às ocupações e vigilância das indústrias, como a articulação política dos cordões industriais,

³¹⁰ Depoimento de Nora Gomez à autora. Santiago do Chile, 25 de julho de 2010.

que inicialmente tiveram ações mais coordenadas pela própria base, passaram a ter uma aproximação mais efetiva dos sindicatos e partidos, principalmente do MIR, do MAPU e de parte do Partido Socialista.

Em geral, as suas formas de organização variavam. Há exemplos de cordões cujos delegados eram eleitos pelas assembléias dos trabalhadores do local, e havia aqueles, a maioria, cuja direção era exercida pelos dirigentes sindicais das fábricas. Mas, em ambos os casos, a insatisfação dos trabalhadores com seus representantes lhes permitia eleger outro delegado. As reuniões dos cordões em geral eram abertas, livres, e muitas vezes contavam com a participação de moradores da região.

Estes dirigentes locais se reuniam para debater estratégias necessárias para combater um determinado problema, como apoio a greves e mobilizações ou o controle da distribuição de determinado setor. Definidas as linhas gerais, as propostas eram levadas às assembléias das fábricas por seus respectivos representantes para se definir as resoluções sobre as estratégias e a participação nas ações propostas. Os operários da construção, por exemplo, participaram ativamente em atos de solidariedade para pressionar o governo a não devolver as indústrias sob intervenção.

Grande parte dos trabalhadores que participavam era de jovens com idade entre 20 e 30 anos, fossem de empresas estatizadas, sob intervenção ou não. Para aqueles que trabalhavam em empresas ainda sob controle privado e sob o mesmo sistema de trabalho, as reuniões tinham um caráter pedagógico também, uma vez que eles contavam com a solidariedade dos demais, e também levavam exemplos de reivindicações de melhorias e de participação.³¹¹

Ainda que a maioria dos operários e sindicalistas fosse militante ou simpatizante da esquerda, havia democrata-cristãos ou “independentes” entre os participantes dos cordões e das demais organizações dos trabalhadores, como nos comitês de vigilância.³¹² Estes demonstravam perfeitamente a sua consciência de classe ao afirmarem que participavam “em defesa dos trabalhadores”, independentemente de quem estava à frente do governo. Ou que o seu partido, a DC, “não entendia o problema dos trabalhadores”, e que estavam ali

³¹¹ Depoimento de Guillermo Orrego à autora. Santiago, 18 de junho de 2009.

³¹² Essa participação de trabalhadores militantes ou simpatizantes da DC é relatada na maior parte das entrevistas que realizamos e também é constatada no documentário de Patricio Guzmán.

para “não permitir o retorno daqueles que os exploravam”.³¹³ Assim como alguns militantes comunistas, que participavam ativamente dos cordões industriais, que eram vistos com desconfiança pelo seu partido.

A colaboração era acompanhada de muito debate e trocas de críticas entre os membros. O comunista Miguel Pizarro participava, mesmo compartilhando da posição do seu partido, que considerava os cordões um instrumento “fora do governo” e com posições “ultraesquerdistas”. Ele nos declarou que se alguém pensasse diferente dos demais dentro dos cordões, como ocorria com ele, logo era acusado de “contra-revolucionário e de burguês”. E que ele contestava, perguntando “você pensam que a revolução começa quando vocês chegam?”.³¹⁴ Depoimentos como este ilustram o debate político que estava entre as principais atividades desempenhadas pelos cordões industriais, e que fazia com que estes órgãos assumissem um papel fundamental na articulação dos temas do cotidiano fabril às políticas gerais adotadas nos rumos da revolução socialista.

Mas, também havia comunistas que não se inseriam na disciplina comunista, como podemos constatar no exemplo do operário comunista Eduardo Bustamante:

Eu sou militante do PC e não tenho problema em estar aqui, porque eu vejo a coisa sindicalmente e dou toda a razão aos meus companheiros. Eu não sou da mesma opinião das pessoas do meu partido que quer devolver as indústrias aos patrões, porque eu participo com os trabalhadores, trabalho com os trabalhadores e sinto a coisa.³¹⁵ [Tradução minha]

Este debate indica as diferenças nas concepções das lideranças presentes nos cordões, que podiam refletir as posições partidárias quanto à tática e aos objetivos buscados dentro do processo da Unidade Popular. O discurso de Miguel Pizarro se insere na concepção comunista de que a organização popular deveria manter-se no marco de proteção ao governo, contribuindo para isso, com a manutenção do abastecimento e da produção, mas especialmente não dificultar a governabilidade. Com o empenho de focar-se na realidade política chilena e não se deixar influenciar pela Revolução cubana, expressavam a fase do monolitismo do comunismo chileno.³¹⁶

Entre socialistas e miristas, a proposta era compartilhada, de defesa do governo contra as ações da direita e dos empresários, mantendo a produção e a distribuição. No

³¹³ **El Siglo**, Santiago, 11 de julio de 1972, p.9.

³¹⁴ Depoimento de Miguel Pizarro à autora. Santiago, 08 de julho de 2010.

³¹⁵ **Chile Hoy**, Santiago, n.32, 3-11 de marzo de 1973, p.8.

³¹⁶ Agradeço ao professor Rolando Alvarez por me ceder gentilmente o seu “pré-escrito” *Arriba los pobres del mundo. Cultura e identidad política del Partido Comunista de Chile entre democracia y dictadura (1965-1990)*.

entanto, defender o governo não implicava manter-se nos ditames da proposta original da UP. Isso significa que para eles o conflito político e social já estava estabelecido e que era necessário utilizar todos os recursos ao alcance da classe trabalhadora, como as ocupações, as marchas, o exercício do controle sobre o local de trabalho e sobre a distribuição de forma direta, e violenta quando preciso. Tais posições se expressavam nas consignas conflitivas entre “consolidar el avanzado” e “avanzar sin transar”, debatidas até o final do governo.

Estas são algumas características mais gerais dos cordões industriais, mas a diversidade organizativa foi extensa devido ao grande número de cordões formados na época. Em Santiago, se organizaram os seguintes cordões: Cerrillos e Vicuña Mackenna, O'Higgins, Macul, San Joaquín, Recoleta, Mapocho-Cordillera, Santa Rosa-Gran Avenida, Panamericana Norte, Santiago Centro e Vivaceta. Em Valparaíso foram desenvolvidos os Cordón Puerto, Cordón Centro, Cordón Almendral, Cordón Quince Norte, Cordón El Salto, Cordón Concón e Cordón Quintero-Ventanas. Ainda se desenvolveram em cidades como Arica, Concepción, Antofagasta e Osorno. (BORGES, 2011, p.94)

A articulação dos cordões industriais resultou na manutenção do funcionamento da máquina produtiva, e numa organização de caráter político que fomentava o debate dos trabalhadores acerca do processo de mudanças e do papel a ser exercido por eles no mesmo. Esta organização abriu caminho para o surgimento de propostas de novas formas de sociabilidade, e deu espaço para a criatividade operária, numa extensão das novas relações sociais para o exterior das empresas que atingiu novas formas e implicações superiores.

Os Comandos Comunales

A questão do poder popular assumiu diversas conotações entre os partidos da UP, assumindo uma proposta mais efetiva e até mesmo prática entre os representantes do *Movimiento de Izquierda Revolucionario*, através da proposta dos *Comandos Comunales*. O grupo de extrema esquerda entendia que as lutas concentradas em Cordões Industriais ou somente em Frentes de pobladores tendiam a perpetuar a divisão das lutas da classe trabalhadora e não permitiam pensar em um enfrentamento amplo para a consolidação do poder popular.

Experiências pontuais de união de frentes de lutas são encontradas em conjunturas anteriores, como em 1969, que mostram situações de unificação da frente *poblacional* e da frente operária em torno de problemas trabalhistas e de moradia, conjunturas em que a

greve em uma determinada indústria localizada em uma *población* mobilizava a população local em apoio aos operários. Ou em conjunturas de propostas de união de pobladores de diferentes localidades para se unirem em Comandos *poblacionales* para pressionarem o Estado por melhorias em seus bairros.³¹⁷

Outro exemplo significativo é o de pobladores desempregados que pressionaram o governo e as construtoras responsáveis pelos programas de habitação para que a construção de suas casas permitisse solucionar o problema habitacional e o problema do desemprego, fazendo com que as empresas passassem a incorporar os pobladores como força de trabalho. Esta experiência acarretou no surgimento das brigadas de trabalhadores no acampamento Nueva La Habana, que demonstramos anteriormente.³¹⁸

O contexto de maior demonstração de práticas que ampliaram a união das frentes de pobladores e organizações operárias em busca de solução para o enfrentamento da crise se deu a partir da crise de outubro de 1972. Viveu-se a máxima radicalização política do enfrentamento entre a burguesia e o proletariado após a paralisação patronal, quando a luta de classes atingiu uma grande intensidade e emergiu uma nova forma de organização popular urbana: os *Comandos Comunales*.

Estas experiências se congregavam quando em cada Cordão se formava uma frente comum de luta para a resolução dos problemas produtivos e comunitários, unindo operários, pobladores, estudantes e trabalhadores rurais e chegavam próximo à concretização da proposta do poder popular, tais como preconizado pelo MIR. A ideia era a de articulação entre as diferentes organizações para que os problemas locais fossem discutidos amplamente e para que a população criasse ou ocupasse os espaços decisórios. Durante a paralisação patronal de outubro o que se assistiu foi um projeto articulado de ação que foi além da solidariedade de classe, foi uma ação coletiva que permitiu a ampliação de práticas de aprofundamento das transformações políticas.

Em cada uma das experiências dos Comandos aparece com maior ou menor força o partido político como principal promotor da sua mobilização e constituição. Nos debates partidários, a questão dos *Comandos Comunales* envolvia a luta pelo poder em primeiro

³¹⁷ “40 días de huelga en ‘El Polvorín’”. **Renca Mundo Comunitario**, Año 1, n.4, 14 diciembre de 1969; “Hagamos una unión comunal”. **Renca Mundo Comunitario**, Año 1, n.13, agosto de 1970.

³¹⁸ Para mais detalhes sobre a história das organizações de pobladores: COFRÉ S., Bóris. **Historia de los pobladores del campamento Nueva La Habana durante la Unidad Popular (1970-1973)**. Tesis para optar al grado académico de Licenciado en Historia y Ciencias Sociales. Santiago, 2007; CHEETMAN, Rosemond. *Comandos urbanos: una alternativa de poder socialista*. CIDU - Universidad Católica de Chile, Documentos de Trabajo, n.65, marzo 1973.

plano. Isso era reflexo dos tipos de decisões que o *Comando Comunal* assumia como, por exemplo, respaldar requisições e intervenções nas empresas. (CHEETMAN, 1973, p.30)

Vale citar aqui resumidamente as principais concepções de dirigentes partidários a respeito do significado dos Comandos. Para o comunista Valdivia Teitelboim, os Comandos Comunales não deviam ser concebidos como um poder paralelo, e deveriam buscar a forma de complementarem suas tarefas com as dos organismos do governo; para tanto seria importante que se integrassem a eles as autoridades das comunas. A grande preocupação do Partido Comunista sempre foi garantir o funcionamento da institucionalidade e que a participação popular se desse nos moldes propostos inicialmente, enquanto agentes sustentadores da batalha da produção para o andamento do governo.

Para o socialista Hernán del Canto, os Comandos também não constituíam um poder paralelo ao governo, eles funcionavam como órgãos de coordenação dos distintos organismos que existiam na comuna para colaborar na solução dos problemas de abastecimento, transporte e mobilização causados pela paralisação patronal. Sua tarefa principal naquele momento era fazer o país funcionar. Ambos se diferenciavam da percepção do MIR, que vislumbrava nos comandos a gestação do poder popular. Para um dos seus representantes, Nelson Gutierrez, esse objetivo não contradizia o papel do governo, que poderia apoiar o desenvolvimento do poder popular.³¹⁹

Ainda que a questão da ocupação dos espaços de poder fosse colocada por dirigentes partidários, a criação dos Comandos e as proposições decorrentes disso se deram de acordo com os encaminhamentos das lutas diárias durante a paralisação de outubro. A partir destas práticas e da conjuntura de crise, era alçada a necessidade e a possibilidade de uni-las em Comandos que potencializassem seu poder de ação. Isso fortaleceria a consciência não somente da vantagem, mas da necessidade de unir forças para solucionar problemas e para dar suporte ao governo e às suas próprias organizações contra a ofensiva da oposição. Estas ideias estão presentes no depoimento de um membro do Comando San Miguel:

Aqui estão integrados os pobladores, as JAP, os Centros de Mães, Organizações Juvenis, Juntas de Moradores, operários e estudantes. [O Comando] Foi constituído pouco antes da paralisação patronal, mas diante da necessidade histórica nesse momento em que **a reação se lançava com todas as suas forças contra o governo, que no fundo era contra os trabalhadores**, se tornou

³¹⁹“Comandos Comunales: iniciativa de las masas.” *Chile Hoy*, Santiago, n.75, diciembre de 1972, p.16.

Barrancas foi um setor onde houve forte mobilização do Comando Comunal com recurso às barricadas e bloqueio dos acessos à comuna em reivindicação a temas que envolviam desde o abastecimento direto e melhorias na estrutura da comuna até a expropriação de empresas.³²² Os trabalhadores faziam reivindicações e exigiam mudanças em vários âmbitos da administração pública e dos seus serviços. Por meio das barricadas protestavam por melhorias no sistema de abastecimento, com a ampliação das cestas populares e a expropriação das grandes empresas atacadistas e varejistas, pela solução definitiva do problema da moradia e do transporte e pelo fortalecimento dos órgãos de defesa popular. Suas ações também se voltavam para resoluções políticas, deslegitimando o poder de vereadores da oposição e o Poder Judiciário por suas “arbitrariedades”.³²³ Outro aspecto importante desta experiência é que esta era uma comuna onde não havia indústrias importantes, o que demonstra que a organização popular podia prescindir de uma organização operária estrita.

Na comuna de Coronel, em Concepción, a atuação dos moradores se deu no âmbito da manutenção do abastecimento, do transporte e da defesa das fábricas. Assim os moradores expressavam a sua posição: “Aqui deixamos claro aos donos de caminhões e aos comerciantes, não vamos permitir que fechem ou não transportem.” “Os trabalhadores não permitiremos que se façam os pobres passarem mais fome. Estamos dispostos a fazer funcionar todo comércio que feche, a confiscar todo caminhão parado na região.” “A paralisação *momia* não aconteceu em Coronel”.

Na formação do Comando Comunal Macul participaram membros dos sindicatos de 18 indústrias da região, os pobladores de Lo Hermida e de Jaime Eyzaguirre, trabalhadores rurais e estudantes. Este comando também se formava para evitar que a paralisação mantivesse a população sem alimento, transporte e medicamentos.³²⁴ No setor de Ñuñoa havia em torno de 60 empresas, médias e pequenas, as mais importantes eram Perlak, Continental, Rittig, e Supertex.

No setor das comunas de Ñuñoa e de Macul, diferentemente de Maipú, havia no final dos anos sessenta um importante movimento de pobladores, impulsionado pelos trabalhadores das fábricas próximas. Em dezembro de 1969, foi pensado o primeiro projeto

³²² “Poder popular en Barrancas”. **Chile Hoy**, Santiago, 27 de Julio de 1973, p.3.

³²³ “Hoy por hoy”. **Chile Hoy**, 27 de Julio de 1973, p.3.

³²⁴ “El poder es esto que estamos construyendo”. **El Rebelde**, noviembre de 1972, p.10.

do cordão Macul, com a proposta de ocupação de uma fábrica de ônibus, a Metalpar, com mobilizações que contaram com o apoio do então senador Allende. (GAUDICHAUD, 2004, p.359)

A forma mais acabada que os trabalhadores conseguiram no Chile na luta pelo poder é inquestionavelmente o Comando Comunal ou Comitê Coordenador, como também era chamado, como surgiu em Cerrillos-Maipú no mês de junho, em Vicuña Mackenna em setembro e em muitas outras áreas de Santiago antes, durante e depois da paralisação patronal de outubro.

A partir de reivindicações vinculadas à estrutura social da comuna, como por exemplo, as demandas por transporte coletivo, consultórios médicos, hospitais e moradias permanentes, gestou-se, no início de abril de 1972, uma importante mobilização. Esta culminou numa grande reunião aberta destinada à discussão do problema do transporte e contou com ampla participação: pobladores dos acampamentos “El Despertar”, com 650 famílias, e “3 de la Victoria”, moradores das *Unidades Vecinales* n.13 e 15, dirigentes de algumas *Juntas de Vecinos*, entre elas, duas ou três controladas pela DC e pertencentes ao chamado bairro alto de Maipú – Gandarillas, Ramón Freire, Av. Central – o vereador do PS por Maipú, dirigentes da DC e o prefeito.

Foi organizada uma grande concentração, basicamente pelos militantes do Partido Socialista, que reconheceram a necessidade de que os pobladores tomassem em suas mãos a solução dos problemas. Para tanto, trabalharam em torno da conquista do chamado *cabildo abierto*, como na experiência de 1957, citada no I capítulo, no qual se articulariam operários, pobladores e camponeses da comuna. Nesta reunião surgiu uma nova forma de organização baseada no conceito de um Comando Comunal de Trabalhadores.

Estas experiências demonstram que as lutas autônomas não podem ser compreendidas encerradas no âmbito do trabalho. Elas viabilizam formas de controle e gestão da produção pelos trabalhadores, constituindo novas relações sociais de produção, mas também iniciam novas formas de poder através de práticas que reformulam as relações sociais e políticas, tornando-as mais democráticas. O modelo das relações sociais surgidas

na luta coletiva abarcava assim na sua proposta prática a reorganização da globalidade da sociedade. Veremos um exemplo na experiência vivenciada na comuna de Maipú.³²⁵

A preparação do *cabildo* se deu com a formação de comissões responsáveis por temas diversos da comuna, as quais tinham por objetivo documentar amplamente os problemas relativos à saúde, moradia e transporte. O período de preparação se prolongou aproximadamente por um espaço de dois meses e nele participaram grupos muito diversos, desde organizações partidárias – do PS, MIR, JRR, MAPU e bases do PC (não o partido enquanto tal), basicamente militantes, os operários municipais e a clínica médica da Comuna, em mobilizações com a distribuição de folhetos nos pontos de ônibus com o lema “*la comuna en poder del pueblo*”. (SILVA, 1998, p.133)

O *cabildo* contou com a participação efetiva de cerca de 400 pessoas: pobladores do acampamento “El Despertar de Maipú”, o sindicato Rural “La Rinconada de Maipú” e os sindicatos industriais e trabalhadores de diversas indústrias, como American Screw, FENSA e Perlak. Membros da Democracia Cristã se posicionaram nas ruas de acesso com o fim de obstruir o *cabildo*. No entanto, não houve conflito.

Devido à falta de respostas do poder local sobre os problemas estruturais da comuna, os trabalhadores decidiram não reconhecer a autoridade e representatividade da prefeitura, a qual eles queriam substituir pelo Comando Comunal, órgão próprio dos trabalhadores. A sua formação deveria ser impulsionada a partir das organizações locais, como Juntas de Moradores, Centros de Mães, JAPs. Segundo o grupo de pesquisadores CIDU (1973, p.18), o movimento conquistou melhorias no transporte público e na área da saúde, e as autoridades se aproximaram dos acampamentos para conhecer seus problemas.

Outra importante mobilização no setor de Maipú se deu quando trabalhadores apresentaram denúncias contra os patrões de promoverem boicotes à produção e comércio com o mercado negro, exigindo assim a incorporação das indústrias à Área de Propriedade Social. Formou-se assim o Comando de Coordenação dos trabalhadores do Cordão Industrial Cerrillos-Maipú, reunindo trabalhadores de cerca de 30 empresas e militantes do PS, FTR-MIR, MAPU e IC. A plataforma do Comando declarava apoio ao governo e exigia o controle operário da produção, a expropriação de latifúndios sem o pagamento de

³²⁵ Maipú era a quarta comuna de Santiago com maior concentração operária. As 250 indústrias da comuna se dedicavam à produção de pneumáticos, vidros, linha branca, manufatura de cobre, fibras têxteis, alumínio, distribuição de combustíveis, etc. Nelas trabalhavam cerca de 46 mil operários.

indenização e o fechamento imediato da Controladoria, do Legislativo e das instituições burguesas.

Operários da indústria Perlak ocuparam o Ministério do Trabalho, e numa ação conjunta com os moradores da região, fecharam o *Camino Pajaritos*, pista que dá acesso ao setor. Aproveitando a ocasião de grande mobilização, solicitaram novamente a melhoria dos serviços públicos no bairro: transporte, habitação e saúde. As barricadas permaneceram montadas até que funcionários do governo levaram o decreto de intervenção da Perlak e asseguraram o processo em todas as outras.

O comando de Coordenação de Lutas dos Trabalhadores do Cordón Industrial Cerrillos-Maipu também organizou, em 12 de julho, uma marcha até o centro de Santiago com o intuito de solicitar a ampliação da APS, prestar solidariedade aos trabalhadores rurais de Melipilla e manifestar repúdio a setores da sociedade que impediam o desenvolvimento do processo da via chilena, incluindo críticas ao parlamento, ao sistema judiciário e às decisões do Conclave lo Curro.³²⁶ (BORGES, 2011, p.82) Em setembro, também ocorreu importante mobilização neste setor para exigir a libertação dos dirigentes sindicais da Bata que haviam tomado a fábrica para exigir melhorias salariais e controle operário.³²⁷

Estes fatos demonstram a coordenação conjunta das lutas populares, entre as reivindicações do setor fabril e das questões comunitárias. Apesar de o movimento de pobladores e o movimento operário terem atuado conjuntamente somente em conjunturas pontuais ao longo da história chilena, os sujeitos pertencentes a ambos eram os trabalhadores, conforme apontamos no segundo capítulo. A luta por moradia se inseria, portanto, nas reivindicações em torno condições de reprodução da força de trabalho, já que os trabalhadores dos diferentes setores viviam em condições precárias e atuaram para transformar aquela realidade.

Nesse sentido, é possível afirmar que as práticas de luta e organização engendradas nas *poblaciones* e acampamentos, como foi demonstrado anteriormente, foram parte desse acúmulo de experiências cotidianas que os levou a reconhecer as dificuldades e os interesses em comum, e a se articular para dialogar ou enfrentar o poder institucional para

³²⁶ “Cordón Cerrillos: El cordón de la rebeldia.” **Chile Hoy** – 21-27 de julio de 1972.

³²⁷ Uma decisão judicial determinou a reintegração de posse da indústria pela polícia. Como o governo estava decidido a respeitar as decisões judiciais, essa passou a ser a arma mais utilizada pelos empresários. O dirigente Luis Torres nos concedeu entrevista.

exigir o reconhecimento e a garantia dos seus direitos. Dessa forma, durante o governo da UP, em articulação com os discursos partidários, ia se gestando a concepção de poder popular inserida nas organizações de âmbito *poblacional*.

Como nos afirmou a socialista Doris Viveros:

O poder popular, nós o organizávamos. Inclusive esses caderninhos [cartilhas] nos serviam para fazer a orientação do poder popular, era para que se gerasse uma aprendizagem nas *poblaciones*, de que nós podíamos fazer um Chile novo, mas nós tínhamos que participar, entre todos como comunidade. O poder popular era uma organização para a população, que o poblador aprendesse a se organizar, a defender o governo por um lado, aprender a se organizar para poder resolver os problemas sociais que haviam na época. [...] Era uma forma também, alguma forma que as pessoas podiam se organizar para poder se alimentar também, se entregar umas às outras, compartilhar, ser solidários, ou seja, não ser mesquinhos, não essa visão de hoje em dia, que você na sua casa e o do lado não importa se tem fome.³²⁸ [Tradução minha]

Esse processo de formação dos comandos e de participação nos cordões industriais acabou gerando também uma posição antipartidária em muitos trabalhadores ativos nestes órgãos. Isso se deu devido ao crescente conflito que se dava entre militantes de diferentes partidos, lideranças sindicais e ativistas em relação à posição do Partido Socialista, que era interpretada como ambígua por muitos trabalhadores. (GAUDICHAUD, 2004, p.318)

Ao mesmo tempo, o fato explicita a tensão existente nas relações entre o movimento popular e o governo, que agia mais com “dirigismo” do que com respeito às organizações sociais. (GARCÉS, 2004, p.27) Assim como em outras ocasiões, Salvador Allende condenou as manifestações populares, apontando-as como ações estimuladas por setores contrários ao governo e por agentes ultraesquerdistas, que agiriam com “demagogia e irresponsabilidade”.³²⁹ A divergência se agravou no episódio da Assembléia de Concepción, na qual parte das forças de esquerda, especialmente o PS, propôs a dissolução do Congresso Nacional e a sua substituição por uma Assembléia do Povo, o que dava mostras de um ataque à política seguida pelo governo.

Essa Assembléia teve sérias repercussões políticas para o governo, já que Concepción era a terceira maior cidade industrial do país, e agrupava uma quantidade importante de operários que apoiavam tradicionalmente aos partidos Comunista e

³²⁸ Depoimento de Doris Viveros à autora, Lonquén, 07 de junho de 2009.

³²⁹ Archivos Salvador Allende. *Discurso Allende en el 40 Aniversario del Partido Socialista*, 1973, p. 5. Disponível em: <www.salvador-allende.cl>. Consultado em outubro de 2012. Grande parte dos militantes comunistas concordavam com esta posição, denominando tal postura como “esquerdismo juvenil”. Depoimento de Miguel Pizarro à autora. Santiago, 8 de julho de 2010.

Socialista. A cidade que também abrigava a sede regional do MIR consistia, desde a década anterior, no foco de uma atividade radical levada a cabo por camponeses, operários e estudantes. O efeito político da Assembléia de Concepción era a projeção de organismos como os Comandos Comunales, como forma de defesa da criação de órgãos de poder popular, bandeiras do PS e do MIR.³³⁰

Allende e o PC, mais uma vez, condenaram a ação. O presidente enviou uma carta aos partidos da coalizão, exigindo apoio ao governo e, recordando-lhes que o poder popular não seria alcançado mediante “táticas divisionistas” baseadas em uma “visão romântica e pouco realista da situação”. O PS se comprometeu a apoiar o governo, mas negou-se a condenar os membros da regional de Concepción, sugerindo que não estava em total desacordo com as ideias colocadas na Assembléia. (FAÚNDEZ, 1992, p.240)

Vale citar também a experiência da formação da Brigada de Trabalhadores no acampamento Nueva La Habana, que foi levada adiante pelo setor sindical do MIR, a *Frente de Trabajadores Revolucionarios* (FTR) em outros setores do país, reunindo operários da construção e pobladores para discutirem formas de ação conjunta. Entre as propostas, a criação de uma Área Social da Construção se associava à formação de Comandos Comunales. Em torno do acampamento Nueva La Habana se formou o Comando La Florida, criado no final de 1971. Este Comando foi um dos mais importantes no ativo papel na promoção do poder popular. O acampamento Nueva La Habana reunia 10 mil habitantes, e o San Rafael, do mesmo setor, tinha 18 mil pessoas. De acordo com o dirigente do acampamento, o Comando incorporou as poblaciones Pablo de rokha, La Bandera, O Higgins, 6 de mayo, Raul del Canto e Santa Elena.³³¹

Nos locais onde não havia indústrias importantes, os comitês de bairro, centros de mães e as Jap formavam o Comando Comunal, que eram integrados por muitos operários da construção. Também houve casos de empresa construtora privada, que ao paralisar suas funções, os operários mantiveram a produção, vinculando-se às organizações de pobladores para os quais faziam as moradias. Soluções em conjunto também eram pensadas para solucionar o problema da habitação para moradores de acampamentos que aguardavam respostas da Corhabit, a secretaria responsável pelas construções e obras de infraestrutura, e para aqueles que ainda pagavam aluguel nos *conventillos* remanescentes.

³³⁰ **Chile Hoy**, n.11, 25 a 31 de agosto de 1972.

³³¹ **El Rebelde**, Santiago, N°10, 22 diciembre 1971.

O caos gerado no transporte público com a paralisação patronal também esteve entre os temas que mais mobilizaram os trabalhadores. Suas ações consistiram em motins, ocupações de estradas e avenidas como forma de pressionar às empresas de transporte, em tomar alguns ônibus em conjunto com motoristas rebelados. Em mais um exemplo da coordenação dos militantes socialistas e miristas em Villa Francia, o problema do transporte coletivo também foi enfrentado com ações diretas, como nos declarou Cabrera:

Nós, como pobladores, éramos capazes de resolver nossos próprios problemas. [...] Como eu te digo, o transporte coletivo e a organização era muito precária. E havia uns ônibus que chegavam dentro da *población*, que nós soubemos que iam retirar. [...] Chamamos uma assembleia e o povo se impôs, e a solução que encontramos para evitar que levassem os ônibus e para pressionar mais pela resolução. [...] Nos juntamos em uma organização na assembléia e idealizamos uma forma de tomar simultaneamente 15, 16 ônibus durante todo um dia, e foi tremendamente exitoso. Então, ao final do dia, às quatro, cinco, seis da tarde, dos 16 ônibus que faziam a linha, havíamos tomado 14.³³² [Tradução minha]

Segundo Eugenio, após uma batalha campal com a polícia, que teria recebido a informação equivocada de que eles seriam membros da direita que roubaram os ônibus, o grupo finalmente foi ouvido. Por meio de reuniões com o Ministério dos transportes, o movimento conseguiu a normalização da circulação do transporte no bairro, o que demonstra que se seguia a prática da combinação da ação direta com o diálogo com as instituições para solucionar os problemas.

Outra forma encontrada para a locomoção era a utilização dos caminhões e tratores das empresas para transportar a população dos bairros até o trabalho. Em todas estas ocasiões, o que se vê é a exaltação da união de forças entre camponeses, sindicatos, estudantes e pobladores em frentes de apoio e de luta se disseminada entre os trabalhadores.

Um exemplo bastante elucidativo a respeito desta união se deu na atitude de quatro funcionários da prefeitura de Las Condes, “o coração da burguesia”, que passaram a ser perseguidos pelo então prefeito Ramón Luco, do Partido Nacional, e quase exonerados por utilizarem ferramentas públicas para suas ações de solidariedade. Os relatos do episódio apontam para que, antes de 1970, o prefeito teria decidido retirar a população dos acampamentos Lo Barnechea e La Dehesa do local que era visível no bairro de classe média e alta da cidade, e enviá-la para um ponto mais distante das margens do rio Mapocho.

³³² Depoimento de Eugenio Cabrera. Santiago, 21 de setembro de 2011.

O sindicato mobilizou 42 motoristas da prefeitura, os quais utilizaram os caminhões públicos e ajudaram estas famílias, levando-as para locais menos isolados e livres do perigo das enchentes. Além disso, durante a greve patronal de 1972, estes operários utilizaram os caminhões da prefeitura para atuarem no abastecimento direto. Com a ameaça de demissão, houve uma grande mobilização de outros trabalhadores do setor, dos pobladores e outros sindicatos em defesa dos operários municipais.

Assim interpretava operário Manuel Rosales:

Dói no *momio* Luco o nosso sindicato; lhe incomoda que durante a paralisação dos patrões tenhamos colaborado com as JAP e a DINAC para assegurar o abastecimento nas *poblaciones* onde vivem nossos companheiros de classe; lhe dói que em maio tenhamos solidarizado com nossos irmãos quando havia perigo de que crianças, idosos e mulheres ficassem expostos à água e às doenças. Mas, com a gente eles não podem. [...] Pobladores e operários estamos comprometidos solidariamente para lutar até as últimas conseqüências.³³³ [Tradução minha]

Todos estes fatos demonstram que os Comandos Comunales representaram a busca da superação da fragmentação das lutas populares e uma ampla expressão da solidariedade de classe na aliança recorrente entre os cordões industriais e os pobladores em mobilizações sociais para o exercício da pressão política, e também em tentativas de apoderar-se dos espaços de poder local.

Como afirmam Sader e Cordero (1973, p.8), através destas experiências, os trabalhadores lutaram para deter o poder de decisão sobre os problemas que os afetavam diretamente, tais como os que se referiam à gestão das empresas, o direito de exigir que suas empresas fizessem parte da APS, o direito de criticar as decisões burocráticas por parte de alguns interventores, o direito de participar e ainda controlar a administração da empresa e intervir nos planos de produção. E, mais importante, foi a tentativa de estender este poder de intervenção e de decisão a todos os âmbitos da vida dos trabalhadores, vislumbrando o fim da atomização das suas lutas e da própria concepção que tinham em torno do seu papel na vida social.

³³³“El frente se llama Las Condes”. **Mayoria**, 18 de marzo de 1973, p.15.



Marcha. “Crear, crear poder popular”. PINO; TALAVERA, 1997, p.1563



Barricada em um acampamento. PINO; TALAVERA, 1997, p.1564.

1973, a mobilização popular e o seu significado

No primeiro semestre de 1973 se intensificaram os conflitos sociais e a necessidade de defesa das organizações populares. O cenário de crise levou o governo a novas tentativas de acordo com a Democracia Cristã. Em junho daquele ano, insurgiu-se um setor golpista das Forças Armadas numa tentativa frustrada de golpe de Estado, no episódio conhecido como “*Tancazo*”. A demonstração de apoio ao governo foi maciça numa enorme concentração popular no centro de Santiago. Superada de forma parcial a tentativa de golpe, o governo apostava na aproximação dos militares ‘constitucionalistas’ aos setores populares, o que não surtiu os efeitos esperados, especialmente porque a esquerda não tinha uma estratégia clara com relação às Forças Armadas (SOTO, 2009, p.293)

E a desconfiança dos trabalhadores em relação aos militares só aumentava, especialmente porque após a tentativa de golpe, a chamada Lei de controle de Armas se

tornou um instrumento da oposição contra os trabalhadores, através de sucessivas invasões e buscas nas indústrias onde os trabalhadores estavam organizados.

Sobre esse episódio, é importante destacar alguns pontos. Salvador Allende apostava no respeito à Constituição por parte das Forças Armadas e recorreu a este setor para garantir a segurança do governo e o andamento do processo revolucionário. No entanto, ficou demonstrado durante o primeiro semestre de 1973 que havia uma divisão interna entre os militares que não assegurava a sustentação da Unidade Popular no poder. Além disso, a divisão da coalizão governista e a ausência de uma estratégia de atuação junto às Forças Armadas levaram mais desconfiança aos setores populares e às suas lideranças do que qualquer garantia de apoio do governo às suas mobilizações. Os militares seguiram agindo como os defensores da ordem.

Além da presença de alguns militares nas empresas, atuando como interventores desde a sua incorporação ao governo, a Lei de controle de armas permitia a invasão do espaço dos trabalhadores, o que significava a invasão não somente do espaço produtivo, mas do seu ambiente de sociabilidade e de organização também. Com a pressão da direita e a constante campanha de terror, alarmando para o armamento dos trabalhadores, as buscas eram indiscriminadas.

A este respeito vale citar que alguns trabalhadores receberam treinamento de defesa pessoal, o que incluía o uso de bastões e o manejo de armas. Entre os entrevistados, principalmente aqueles que foram militantes do MIR, confirmou-se que tiveram essa orientação. Mas, todos afirmaram categoricamente que a quantidade de armas que receberam para se defenderem no dia do golpe de 11 de setembro de 1973 era irrisória, e que ainda “seguem esperando o caminhão verde carregado de armas”.³³⁴

Desde o momento em que se gerou a crise de outubro de 1972, instalou-se entre os trabalhadores a percepção de que aquele era o momento de assumir uma posição definitiva nos rumos da construção do socialismo. Na expectativa de protagonizar definitivamente um processo de transformação, manteve-se o apoio ao governo, mas junto com ele se fortalecia a crítica e a exigência por uma posição mais clara, menos conciliadora, e que desse respaldo às suas ações diretas. E foi essa a cobrança dirigida a Salvador Allende, em 5 de setembro de 1973, às vésperas do golpe militar:

³³⁴ Depoimento de Guillermo Orrego à Sandra Soto. Com essas poucas armas houve resistência em alguns pontos, como na población La Légua e na fábrica têxtil Sumar.

Chegou o momento em que a classe operária organizada [...] alarmada pelo desencadeamento de uma série de acontecimentos que acreditamos nos levará não só a liquidação do processo revolucionário chileno, mas a curto prazo, a um regime fascista de corte criminal. [...] nós perguntamos: onde está o novo Estado, a nova Constituição Política, a Câmara Única, a Assembléia Popular [...] Passaram três anos, companheiro Allende e você não se apoiou nas massas e agora nós, os trabalhadores temos desconfiança. [...] Lhe fazemos este chamado urgente, companheiro Presidente, porque acreditamos que esta é a última possibilidade de evitar em conjunto a perda das vidas de milhares e milhares do melhor da classe operária chilena e latino-americana.³³⁵ [Tradução minha]

O que ficou claro, no entanto, foi o desencontro de uma esquerda dividida entre os que apostavam nas tradições e na força da institucionalidade chilena para dar prosseguimento a um projeto original de construção institucional do socialismo, e os que acreditavam na ruptura imediata com o Estado burguês, adotando um discurso de ruptura e de recurso à violência – sem fornecer condições para isso, no entanto. Mas, nestas proposições não foi alcançada a visualização da construção de um projeto genuíno que congregasse as fortes e mobilizadas organizações de base dos trabalhadores, com importante potencial democratizante, para a construção de uma nova sociedade.

O que se pode concluir é que desde a crise de outubro ocorreu uma viragem importante no processo político do país, não porque o confronto de classes foi deslocado do Estado para a sociedade civil, como afirma Marie Noelle Sarget (Apud. GAUDICHAUD, 2005, p.716), mas porque se escancarou definitivamente uma luta de classes presente no cotidiano da sociedade chilena, só que numa conjuntura de clara disputa pela hegemonia, em confrontações também de violência. Este contexto nos remete a uma clara expressão de identidade de classe, que envolve o compartilhamento de visões e interesses comuns, a solidariedade, o confronto com setores antagonistas e que pode em certas situações, como no contexto da Unidade Popular, incidir sobre a formação de um fenômeno revolucionário.

Apontar tais ações como economicistas ou defini-las como lógicas puramente sindicais por suas reivindicações frente ao Estado é pouco produtivo. Conforme afirmamos anteriormente, os trabalhadores atuavam seguindo a sua lógica prática de diálogo e de enfrentamento com autonomia na sua organização. E neste caso, as articulações sociais com os partidos de esquerda, com clara noção do seu objetivo político e de resistência aos opositores não deixam dúvidas quanto ao significado daquelas mobilizações.

³³⁵ “Coordinadora Provincial de Cordones Industriales, Comando Provincial de Abastecimiento Directo y Frente Único de Trabajadores en Conflicto: Carta al Presidente Salvador Allende”, 5 de septiembre de 1973. In: FARÍAS, V. vol VI, p.5019-5020.

Ainda que as JAP, os Cordões Industriais e os Comandos Comunales tivessem particularidades próprias do seu surgimento e dos objetivos imediatos postulados, é possível visualizar características comuns a todas estas organizações, que incidiram na apropriação popular de um projeto político. Este projeto de socialismo ‘de cima’ passou a ter a sua condução entendida pelos trabalhadores como algo a ser compartilhado entre as bases e o governo popular. Também no fato de que este compartilhamento esteve eivado de tensões em todos os casos, especialmente no que se refere à forma e à intensidade com que se levaria a construção do socialismo adiante. Na importância das experiências de organização política e da sua articulação partidária anterior ao período da Unidade Popular, tanto no âmbito *poblacional*, quanto no mundo do trabalho; e, principalmente, na possibilidade de ampliação das práticas de luta, de solidariedade, de aprendizados e de ações criativas de todos estes setores, mesmo que em graus e intensidades diferentes.

No caso das Juntas de Abastecimento e Preços, a apropriação popular é clara, uma vez que este se tratou de um projeto governamental que visava suprir as dificuldades de abastecimento geradas pela produção insuficiente e, principalmente, pela especulação dos setores opostos, e foi absolutamente reformulado pelas organizações populares. A importância da experiência prévia, da existência de organizações locais já estruturadas e da presença militante nos bairros para o êxito dessa iniciativa ficou evidente. A proposta que tinha a sua execução pensada de forma centralizada para não alarmar a oposição, e articulada para manter a aliança com os setores médios foi suprimida pela iniciativa do abastecimento direto e do controle sobre o comércio local pelas organizações de bairro, numa conjuntura que já sinalizava os limites do consenso entre governo e bases.

Os Cordões Industriais, que era a união territorial de vários sindicatos de uma zona industrial, tinham como núcleo uma ou algumas empresas ocupadas por seus trabalhadores, que na maioria dos casos reivindicavam a passagem à APS, geralmente com o apoio de militantes de grandes empresas da área estatizada e de outras fábricas privadas. Essa organização foi fruto do trabalho dos sindicatos das fábricas, animados pelos setores mais jovens e radicalizados do movimento operário, especialmente as bases do PS, como em Cerrillos, Vicuña Mackenna e Conchalí.

A experiência dos Cordões Industriais, impulsionada na conjuntura de crise de 1972, alavancou uma participação dos trabalhadores industriais para além do espaço de

trabalho. Vimos que desde o início do governo já havia questionamentos aos limites estreitos estabelecidos nos critérios de participação e que os trabalhadores reagiram com ações diretas para estender os seus espaços de atuação. A ofensiva da oposição e a crise dela gerada fez com que se ampliasse a percepção que foi se gestando entre os trabalhadores de que podiam ser sujeitos ativos na proteção ao governo, mas também no avanço das transformações. Através da sua articulação e organização foi possível que garantissem não só a manutenção da produção, mas também da distribuição e do abastecimento da população.

Alguns aspectos merecem destaque no que se refere aos cordões industriais. Mesmo que os cordões tenham se formado como uma ação defensiva numa conjuntura de crise, não se pode afirmar que esta organização carecia de um projeto político. A articulação dos cordões industriais é uma importante demonstração da forma como se desenvolveu a organização dos trabalhadores na prática e também politicamente.

Como afirma Soto (2009), os cordões industriais traziam uma proposta mais democrática e diferente das estruturas verticalizadas da CUT. No entanto, diferentemente da interpretação da autora, não entendemos que os cordões apresentaram uma “nova forma de fazer política” e “novas formas de sociabilidade”. Para nós, a articulação política dos cordões industriais significou uma ampliação de um modelo sindical de base, distinto da estrutura cutista, mas já existente entre os trabalhadores chilenos nos seus sindicatos.

Teria sido a presença sindical vinculada à militância partidária como parte do cotidiano dos trabalhadores que teria possibilitado o debate permanente e a conformação rápida de uma organização de defesa e de controle. As ações de solidariedade, o interesse pelos assuntos políticos e sindicais e, principalmente, a legitimidade das lideranças entre os trabalhadores, elementos que demonstramos no primeiro capítulo, foram fundamentais para uma mobilização política diferenciada como a que se deu durante a Unidade Popular. Assim, deu-se uma ampliação destas formas de sociabilidade e de fazer política já experimentadas de alguma forma.

Politicamente, estamos de acordo que o que há de novo é o questionamento direto à CUT, ao seu afastamento das lutas cotidianas e à sua incorporação completa ao governo. Além disso, na articulação que passou a haver das lutas sindicais com outras lutas populares e com um projeto político mais amplo de transformação. Isso também podia

gerar conflitos, uma vez que essas coordenações mais vinculadas às teses partidárias entravam às vezes em contradição com o resto do movimento social ou as frações da classe operária não integradas a esses setores e que se mostravam mais radicalizadas.

Os Comandos Comunales foram as organizações que mais se aproximaram de uma proposta de poder popular, por ultrapassar a característica de articulação local que tinham as outras organizações e, especialmente, por congregar diferentes setores da classe trabalhadora com as suas organizações específicas. Como afirmam Sader e Cordero (1973), a partir de outubro de 1972 se intensificaram todas as formas de organização no nível de cada indústria e se desenvolveu a capacidade e decisão de resistência às devoluções das empresas e a conquista da extensão da Área de Propriedade Social.

Mas, outubro também colocou objetivamente as questões referentes ao poder popular e com isso mostrou que a capacidade do Comando era muito limitada. Seu potencial testado no exercício das tarefas de controle nas empresas e em agitações mobilizadoras não se somava a uma capacidade para coordenar as tarefas de administração da comuna, de forma a se colocar concretamente como alternativa de poder.

Ainda de acordo com os autores, de alguma maneira, tal manifestação estava a meio caminho entre o “gérmén do poder” que pode se esconder na luta sindical mesma, e a “alternativa de poder” – o poder dual – que se expressa em uma organização que começa a assumir tarefas na organização da sociedade –, seja na administração, produção, distribuição, justiça, defesa, etc.

Mas, há uma relação entre o Comando Comunal e o “poder popular”, não somente porque aí houve um novo tipo de organização popular, mas porque esse novo tipo de organização envolveu a luta para arrancar o poder da burguesia e para assumir atribuições de poder que competiam às instituições. Isso se deu por meio da articulação dos projetos políticos de seus agentes mobilizadores com as reivindicações específicas das forças sociais mobilizadas em uma conjuntura particular da luta de classes. (SADER; CORDERO, 1973, p.9)

Para Gaudichaud (2004, p.54), há uma dificuldade para definir a real extensão do poder popular, já que muitos índices mostram que essas coordenações eram modestas, precárias e frágeis. Para ele, se poderia acreditar em coordenações como formas de democracia direta, altamente estruturadas e massivas, uma vez que os Comandos aparecem

como verdadeiros órgãos de poder dual, que reúnem representantes de todos os setores sociais em luta. No entanto, “a fim de eliminar a história da mitologia do poder popular”, o autor toma como hipótese a ideia de uma "tendência para a coordenação" das classes dominadas, expressada através de várias comissões de coordenação territorial, preferindo não superestimar essa junção das classes dominadas para lhe dar um aspecto orgânico e massivo.

Buscando encontrar os verdadeiros efeitos das organizações populares sobre a destruição do poder burguês, o autor afirma que o destino da luta estava relacionado “com a capacidade de vincular as lutas elementares da massa aos seus objetivos históricos.” Somente este vínculo faria do Comitê Coordenador uma organização ao mesmo tempo de vanguarda democrática e massiva. Para ele, o proletariado industrial expressou melhor a luta pelo poder. Gaudichaud (2004, p.356) afirma que a resistência à crise de outubro veio da coordenação de vários setores sociais, mas que as sementes de um verdadeiro poder popular urbano se desenvolveram apenas em determinados cinturões industriais do país e especialmente em torno da classe trabalhadora organizada.

Assim como o autor, entendemos que o Comando Comunal confirmaria mais uma tendência à unificação das classes dominadas do que a concretização de germens de poder popular, mas entendemos que essa característica lhe pode ser atribuída mais por sua curta duração. A importância, a densidade e as práticas autônomas das suas manifestações são muito mais significativas do que a estabilidade e durabilidade dessas organizações. Além disso, quando observamos o histórico da classe trabalhadora chilena, identificamos a sua grande capacidade de organização que extrapolava os limites da luta sindical.

Naquele momento, suas lutas se inseriam num real projeto político transformador, processo que buscamos interpretar; do contrário, teríamos feito uma história das ausências de cunho teleológico, dizendo como os trabalhadores deveriam ter agido. Como afirma Sader, desta defasagem entre o poder de convocação do comando e a organicidade local poderia surgir uma concepção que diria que esta organização aparenta mais do que é, como a leitura de Gaudichaud. No entanto, ao contrário, o comando é mais do que aparenta ser localmente.

Constatamos que não se pode apontar homogeneidade nestas experiências, uma vez que diversos fatores influenciavam a sua estruturação e prática. Nela também se constatou

que a fragilidade do movimento *poblacional* na comuna levou ao deslocamento do eixo da frente de bairro para o industrial. Isso se dava naquelas regiões onde predominavam as indústrias, mas que seus operários vivessem em outras comunas. Esta é uma característica diferente da organização alcançada em La Florida, por exemplo, que conseguiu congregiar de forma massiva a frente *poblacional* e maior articulação dos temas do poder popular.

Além da importância da presença de uma organização *poblacional* mais consolidada através das suas experiências anteriores, valia a importância do efetivo envolvimento dos partidos da esquerda com este novo tipo de mobilização, uma vez que o grau de organização e desenvolvimento conheceu variações importantes que estavam relacionadas à inserção de grupos políticos, dada a complexidade do projeto de implementação de um poder local e da organização da sociedade, fosse em nível de bairro ou comunal. Sobre este aspecto político, devemos atentar para a importância que adquiria a constituição do poder municipal, já que o grau de apoio, de participação ou de repressão dependia em grande medida da força política à frente da gestão comunal, como pudemos notar no exemplo da comuna de Las Condes.

Outro elemento importante foi a ausência de organicidade das lideranças partidárias com o movimento das bases e de coesão na esquerda em torno da ampliação da participação democrática no país. A incorporação das organizações de base foi vivenciada em momentos defensivos e as suas formas mais criativas de articulação se deram mais por pressão de “baixo” do que por iniciativa do governo. Este tema foi colocado desde a vitória de Allende, mas permaneceu encoberto por muito tempo. A população esperava que o caminho fosse aberto “de cima”, conforme foi anunciado no projeto de uma Assembléia Popular e que depois foi abandonado. Mesmo com um projeto divulgado, ele nunca foi bem definido e, menos ainda, consistiu num projeto unificado. Este é um elemento que denota um limite do projeto da esquerda chilena, que não vislumbrou projetos claros de gestação de formas mais democráticas de gestão e que articulassem as organizações sociais.

Mesmo sem apresentar concepções com elementos mais elaborados, as reivindicações e proposições dos trabalhadores representavam um questionamento e uma recusa coletiva a aspectos ordenadores daquela sociedade capitalista. E isso os levava a mobilizações permanentes com objetivos identificados, o que podemos definir como um projeto classista e transformador. A partir da sua lógica de atuação que não só não se

preocupava, como rompia com padrões sociais defendidos pela institucionalidade, os trabalhadores conseguiram transpor em muitos aspectos a proposta inicial da Unidade Popular. O projeto foi superado especialmente na esfera da luta contra o capital, escancarando os limites impostos por uma política de aliança de classes que se mostrou insustentável quando estas revelaram interesses antagônicos. Principalmente, no que se referia à defesa da propriedade privada e das relações sociais do sistema capitalista.

Se por um lado, apostar na estabilidade das instituições democráticas do país e na aliança de classes significava a construção de um projeto inovador pautado na realidade chilena, por outro, o histórico da democratização do Chile que teve como sujeito fundamental a classe trabalhadora, não era menos importante. Neste aspecto residiu um importante limite deste projeto político para conquistas mais transformadoras, que alterassem as relações de propriedade, mas também as relações sociais.

Inegavelmente, na conjuntura de ofensiva da oposição social e política, enquanto se multiplicavam as ocupações de fábricas, de estradas, de órgãos públicos, muitos fundamentos da acumulação de capital e da propriedade privada dos meios de produção foram contestados. Especialmente, a tentativa de expandir as ações para fora da fábrica, a partir da percepção de que as ações da burguesia chilena afetavam o funcionamento de toda a estrutura do país, e de que era necessário exercer o controle para além da produção dão indícios do desenvolvimento da consciência revolucionária da classe trabalhadora. Ao desenvolver as formas radicais de luta em relações coletivistas e igualitárias, a classe trabalhadora já apresentava um modelo social alternativo do capitalismo. (BERNARDO, 1991, p.333)

Cabe reafirmar, portanto, que um dos aspectos mais importantes desse protagonismo esteve, principalmente, no desenvolvimento gerado através da possibilidade de cada um colaborar na condução prática da luta, em articulação constante com seus partidos, mas “sem se limitar a ouvir doutrinas”. E vale destacar também o aspecto fundamental da identidade de classe entre aqueles trabalhadores que buscavam essas ações conjuntas visando, primeiro, soluções para os problemas que os afligiam no cotidiano, e juntamente com isso, defender o “seu” governo das ações seguidas da oposição numa clara ampliação da sua percepção política do processo e da sua importância nele. Essas ações mostraram claramente a importância de observarmos as lutas coletivas e a consciência nela

presente, e de não ficarmos restritos à chamada consciência “vertical” de cada ofício, como propõe Thompson (2001, p.219). Isso impossibilitaria a apreensão de solidariedades mais amplas e da consciência de classe horizontal que se expressou naquele processo.

Desse protagonismo se depreende o fato de o período da Unidade Popular ter sido uma festa, basicamente porque então se viveu com intensidade a dimensão comunitária das relações sociais. Foi um momento histórico onde a sensação de *pertencer* e de *participar* adquiriu uma especial importância (MOULIAN, 1993, p.271-272); onde foi intensificada a consciência de identidade centrada no *nós*, na ação coletiva. O processo da “experiência chilena” representou a culminação de um longo processo de luta, e assumiu diferentes facetas, mas que entre os trabalhadores significava basicamente “a sua vez de transformar o Chile numa sociedade mais justa”.³³⁶

³³⁶Depoimento de Margarita Fernandez à autora. Carlos Massalin narrou a dimensão dos sentimentos assumidos quando da vitória da Unidade Popular: “terror no bairro alto e nos setores populares é de muita alegria, carnaval a noite toda!”

Considerações Finais

O período da Unidade Popular marcou o ponto culminante da trajetória da classe trabalhadora chilena ao longo do século XX. Trajetória que não pode ser compreendida sem se levar em conta a sua relação com a esquerda política do país, num histórico compartilhamento de projetos políticos, congregando os seus consensos e tensões. Interpretando como a sua própria vitória, os trabalhadores protagonizaram o processo de maior mobilização popular da história chilena. E foi dessa histórica interação que nasceu, portanto, a mobilização vivida em 1970.

O que demonstramos ao longo deste trabalho é que não se pode analisar a experiência da Unidade Popular sem considerar as ações das bases sociais do país nos seus próprios termos, que no enfrentamento com as bases do Estado capitalista, trouxeram os elementos mais significativos daquele processo. Mas, para nós, pensar na mobilização social durante a “experiência chilena”, requeria analisar o movimento dos trabalhadores para além daquela conjuntura, pois se a originalidade do processo esteve na forte mobilização popular, não se pode afirmar que a organização dos trabalhadores se originou ou assumiu características totalmente novas devido à vitória eleitoral da coalizão liderada pela esquerda.

Motivados por essa concepção, portanto, mostramos ao longo do texto elementos fundamentais das experiências acumuladas pelos trabalhadores chilenos que nos permitiram compreender a sua visão de mundo e a sua forma de organização, ou seja, os elementos que compõem a sua identidade e que formaram a sua expectativa em torno da construção do socialismo. Dessa maneira, foi possível entender o que motivava as suas ações.

Para isso, foi fundamental conhecer aspectos da formação do movimento operário urbano, em especial, a sua vinculação com a esquerda e com o Estado, que teve como marco especial o governo da Frente Popular na história de ambos os movimentos. Com essa análise demonstramos que a vinculação dos trabalhadores com os canais institucionais não significou a ruptura com as suas tradições de resistência e de luta. Essa relação permitiu uma influência mútua, comportando o aprendizado em torno das noções de direitos pelos trabalhadores que, por outro lado, expressaram demandas e exerceram pressões para transformar o Estado chileno. Mesmo com a tentativa de atomização das organizações sindicais, evidenciamos que o que se gestou no movimento operário foi um ordenamento

que permitiu a emergência de lideranças sindicais legítimas, o desenvolvimento de sociabilidades e, ainda que de forma precária, a articulação política no ambiente de trabalho, todas ampliadas durante o governo da Unidade Popular.

Assim como a articulação no espaço de trabalho, as lutas cotidianas por moradia e melhores condições de vida contribuíram decisivamente para o seu aprendizado político e organizacional. Nos processos de ocupação do espaço urbano, realizados a partir das suas ações diretas, eram mobilizados elementos como os interesses em comum, a solidariedade, a percepção sobre os antagonistas e o sobre o lugar que ocupavam na sociedade, o aprendizado da ação coletiva, do debate político e da auto-organização. Esse compartilhamento cotidiano exerceu um papel fundamental na construção de uma identidade classista entre os trabalhadores chilenos.

Começava a se cristalizar entre eles a legitimidade das ações de enfrentamento com o Estado chileno e com um dos seus fundamentos, a propriedade privada, tendo como principal ato prático e simbólico daquela radicalização política e social as *tomas*. A luta pela moradia e depois as ações cotidianas no convívio destas *poblaciones*, no compartilhamento de experiências comuns, de dificuldades e de solidariedade, constituíram aspectos essenciais das suas experiências.

O que se assistiu na conjuntura dos anos sessenta foi uma crescente radicalização social ampliada pela expectativa de mudança e a disputa entre dois projetos políticos que tinham como base a aglutinação do apoio popular, sendo um pautado numa nova proposta de integração social, e o outro, com um tom mais radical, porque visava a construção do socialismo. O governo democrata cristão contribuiu para o reconhecimento de demandas populares pelo Estado. Mas, a intensificação das pressões sociais evidenciou o questionamento àquele modelo de desenvolvimento, levando a esquerda a se reorganizar para uma nova etapa política que se iniciaria em 1970.

Mesmo em meio a divergências intra e interpartidárias teve origem a Unidade Popular, congregando as forças de esquerda com aliados do centro político, sob a proposta de construir as bases de uma sociedade socialista dentro das vias legais, “sem sacrifícios” para o povo chileno.

Analizamos esse processo com o intuito de mostrar as concepções que guiaram as ações dos trabalhadores, e para isso recorreremos aos elementos que conformam a sua

identidade, procurando compreender mais da sua história, dentro e fora do âmbito de trabalho, esmiuçando trajetórias individuais por meio das suas narrativas, mas articuladas com uma compreensão mais geral das experiências coletivas dos trabalhadores chilenos.

Entendemos que os movimentos dos trabalhadores ao longo da história chilena atuaram como sujeitos coletivos que contribuíram significativamente para a democratização daquela sociedade, na medida em que atuaram pela conquista e ampliação de direitos a partir do questionamento a uma ordem social excludente. Nesse aspecto, estamos de acordo com a interpretação de Regis Debray (APUD: GARCÉS, 2004, p.16), de que o Chile não somente é uma sociedade marcadamente classista, onde cada classe é expressiva dos traços que as distinguem, como elas também são portadoras de projetos relativamente articulados de sociedade.

Para nós, no projeto político popular compartilhado com a esquerda residiu uma tensão. Como afirmamos no primeiro capítulo, a valorização do Estado era um elemento compartilhado pelos diferentes atores políticos e sociais do país, mas a compreensão que se teve em torno do seu papel variava entre os diferentes grupos. Se por um lado, assistimos à atuação de dirigentes partidários vocalizando o rompimento imediato com o Estado burguês e a aplicação de modelos insurrecionais de assalto ao poder, sem apresentar aparatos práticos para isso, por outro lado, estruturou-se um projeto de transição ao socialismo pelas vias legais, respeitando as tradições democráticas das instituições do país. O projeto da “via chilena”, idealizado por Salvador Allende, estava ancorado no histórico de participação da esquerda no cenário político e nas conquistas históricas dela advindas.

Atuando conjuntamente com a esquerda por décadas, os movimentos de trabalhadores tinham no seu projeto mais ou menos articulado o desejo de “tornar o Chile uma sociedade mais justa”, e mobilizaram para isso todos os elementos que eram parte do seu repertório de lutas e de organização, que combinavam o recurso ao Estado, mas também o enfrentamento direto com as suas normas e instituições. Essa foi uma constante demonstração de manutenção da sua autonomia, mas que no momento em que a esquerda ocupou o governo significou um elemento de tensão.

Mais do que o momento de germinação de novas práticas sociais incentivadas por uma proposta de participação, o período da Unidade Popular representou a explosão de mobilizações populares constituídas de práticas históricas de luta de experiências vividas

no movimento operário, no movimento de pobladores, em motins urbanos, no enfrentamento com o Estado e na militância política. Este foi o momento de maior expressão da identidade de classe dos trabalhadores chilenos.

Deu-se um alargamento do caráter coletivo das suas práticas, da solidariedade de classe, da articulação das questões locais e cotidianas a um projeto político revolucionário e, portanto, uma generalização do questionamento ao *status quo*. Todos esses elementos se expressaram quando se congregaram na ampliação dos movimentos de greve, de ocupações de propriedades, de enfrentamento com as instituições e mesmo de questionamento às propostas “de cima” dentro daquele projeto de transformação do qual compartilhavam, quando elas não acompanhavam o ritmo das exigências populares e não respaldavam as suas estratégias.

Durante o governo da Unidade Popular, suas ações se deram no sentido de proteger o governo do *compañero Allende*, proteger o “seu” governo, mas tudo isso se dava dentro da sua lógica de atuação, ou seja, sem se importar se os seus meios convinham ao modelo da Unidade Popular. Neste aspecto, a sua ação se chocou e escancarou uma visão idealizadora da democracia chilena presente no projeto socialista da Unidade Popular, que colocava entre parênteses o aspecto social e considerava especialmente o seu avanço político, e sem as suas imperfeições. (MOULIAN, 2002, p.138)

Esta ação pressionou ambas as propostas políticas em disputa na esquerda. Tanto o projeto da “via chilena”, como da esquerda presa a teses esquemáticas insurrecionais. Apesar de terem atuado conjuntamente por décadas e terem incentivado a mobilização popular, a esquerda não conseguiu articular as manifestações de auto-organização e de criatividade dos trabalhadores num projeto político inovador que viabilizasse uma real ampliação da democracia do Chile, que congregasse a transformação das relações de propriedade, mas principalmente, das relações sociais.

Na conjuntura em que a insurreição já se articulava fortemente entre a burguesia, as Forças Armadas e o governo norte-americano, a direita logo mostrou a sua capacidade de se organizar massivamente para derrubar violentamente qualquer tentativa transformadora. Desde então, qualquer iniciativa da esquerda já se via totalmente comprometida.

Numa sociedade cuja identidade não pode ser compreendida sem se considerar a sua faceta política, nem mesmo o violento e devastador regime ditatorial do General Augusto

Pinochet foi capaz de destruir seu potencial de sujeitos coletivos. Isso foi tentado por meio do rompimento com o sistema político democrático e com as conquistas sociais alcançadas em décadas de lutas, com o objetivo claro de reconstituir a ordem e de extirpar da sociedade chilena qualquer identificação política, especialmente com o marxismo e com a Unidade Popular, e passando a reduzir o conteúdo da cidadania chilena ao consumo.

A repressão sistemática, a generalização do terror e a implantação do modelo neoliberal, que acarretaram na forte flexibilização trabalhista e na marginalização de amplos setores sociais culminaram numa rearticulação subterrânea de vastos grupos que impuseram à lógica do terror a sua revolta. Resposta que contribuiu decisivamente para a retomada do regime democrático e da liberdade para expressar aquelas que eram parte inerente da sua existência social: a sua ação e a sua identidade política.

FONTES

Jornais:

La Nación – setembro 1966 - setembro 1973
La Segunda – novembro 1970 - setembro 1973
Puro Chile – janeiro 1972 - agosto 1973
El Mercurio – agosto 1969 - setembro 1973
El Clarín – janeiro 1971 - agosto 1973
El Siglo – outubro 1968 - dezembro 1972
Ultima Hora – fevereiro 1972 - abril 1973
La Aurora de Chile – novembro 1972 - setembro 1973
Las noticias de la Ultima Hora – fevereiro 1969 - dezembro 1972

Revistas:

Punto Final – novembro 1965 - julho 1973
El Rebelde – julho 1964 - fevereiro 1973
Chile Hoy – julho 1972 - julho 1973

Imprensa Operária

Renca Mundo Comunitario
Hombre Nuevo – julho/agosto 1971
Pizarreño – maio 1969 - dezembro 1970
El Combate – novembro 1972
El Compañero – janeiro 1972 - outubro 1972
CREA – agosto/outubro 1972
La Reina Avanza - 1969
Renca Mundo Comunitario – 1969 - outubro 1970
Trinchera – 1972-1973
Tarea Urgente – 1973
CUT – 1971-1973

Documentos de empresas

Bata

Asociación de Empleados de la Organización Bata- Chile. Estatutos y Reglamentos, 1959.
Fondo de Compensación y Indemnización Especiales para los obreros de las empresas Catecu, Soinca e Bata S.S.C. Estatutos y Reglamentos, 1967.
Gerencia Bata. Defienda su Libertad de Trabajo. Información a sus colaboradores, 1966.
Reglamento del Colegio Industrial Bata, ?
Que es el Colegio Industrial Bata

El Monopolio “Bata”. El peligro que su instalación en el país significa para la industria nacional, los obreros y los consumidores, 1939.

Yarur

Manufacturas chilenas de algodón S.A Yarur. Reglamentos para Empleados, 1970 ?
Manufacturas chilenas de algodón S.A Yarur. Reglamentos para los trabajadores, ?
Sindicato Industrial S.A Yarur. Acta de Avenimiento, 1970.

AGA CHILE S.A

Reglamento Interno para obreros, ?

MADECO

Sindicato Profesional de Empleados de Manufacturas de Cobre S.A, 1955.
Madeco. Participación de los trabajadores en la administración de la empresa, 1973.
Sindicato Industrial Manufacturas de Cobre S.A Madeco. Acta de Avenimiento, 1969-70.
Sindicato Industrial “Madeco”. Acta de Avenimiento, 1970-71.

Textil Progreso

Cuenta a los Trabajadores. 2 años en el Area Social, 1973.
Poemas de amor, de lucha y de trabajo. Creación de 8 trabajadores de Textil Progreso.
Fabrica de Paños Bellavista Tomé
Reglamento Interno para obreros textiles de la Fabrica de Paños Bellavista Tomé, 1945.
Estatutos del Sindicato Profesional de obreros metalúrgicos y ramos similares de la Fabrica de Paños Bellavista Tomé, 1953.

Cia Cervecerias Unidas

Sindicato Industrial de la Cervecerias Unidas. Fábrica de Concepción. Estatutos, 1965.

Ministério do Trabalho

Registros da Dirección del Trabajo: 1966 – 1973
Livros de Minutas, Ofícios; Providências, Decretos, Antecedentes, Atas das Juntas de Conciliação, Memorandum, Resoluções, Informes, Solicitações.

Sites

ARCHIVO CHILE. Documentación de Historia Político Social y movimiento Popular Contemporáneo de Chile y America Latina. Disponível em: <www.archivochile.com>.

www.salvador-allende.cl

Documentos partidários e de governo

Democracia Cristã

FREI M., Eduardo. Mi programa de gobierno. In: **Política y Espíritu**, n.285, junio-agosto, 1964, p.3-27.

RODRIGUEZ, Lino; BUSTAMANTE, Arias. La Democracia Comunitaria. In: **Política y Espíritu**, n.287, noviembre-diciembre, 1964, p.19-29.

Documentos de la Revolución en Libertad. In: **Política y Espíritu**, n.287, noviembre-diciembre, 1964, p.39-61.

Carta a los Trabajadores Chilenos. In: **Política y Espíritu**, n.290, mayo-junio, 1965, p.55-62.

RODRIGUEZ, Lino; BUSTAMANTE, Arias. Que es el comunitarismo? In: **Política y Espíritu**, n.296, octubre, 1966, p.41-60.

ORTEGA S, Luis. Aspectos Políticos de la crisis sindical chilena. In: **Política y Espiritu**, n.298, Enero-Marzo, 1967, p.69-75.

HORTA, Alberto Jerez. Las Juntas de Vecinos. In: **Política y Espíritu**, n.295, agosto-septiembre, 1966, p.25-27.

BRUNNER, Eduardo A. Problemática Política de la Participación Popular. In: **Política y Espíritu**, n.312, agosto, 1969, p.39-45.

Declaración Política y Bases Programáticas para el Gobierno DC 1970-1976. In: **Política y Espíritu**, n.313, septiembre-octubre, 1969, p.13-21.

VICUÑA, Ignacio Palma. La experiencia demócrata Cristiana en Chile: hechos, resultados y perspectivas. In: **Política y Espíritu**, n.314, n.noviembre-diciembre, 1969, p.26-36.

Unidade Popular

UNIDAD POPULAR. *Programa Básico del Gobierno de la Unidad Popular*. Santiago de Chile, 17 dic. 1969.

Las primeras 40 medidas del Gobierno Popular.

Presidencia de la Republica; Central Única de Trabajadores de Chile. **Normas básicas de participación de los trabajadores en las empresas de las áreas social y mixta**, mayo 1971.

Presidencia de la Republica. **Articulado del Proyecto de Ley sobre las três áreas de la economía**. 20 de octubre de 1971.

Salvador Allende. **La participación popular**. 21 de mayo de 1972.

DIRINCO y Secretaria Nacional de Distribución. **Orientaciones para el trabajo de las JAP**. Enero de 1973.

El socialismo y la unidad. Cartas del Partido Socialista al Partido Comunista. Santiago de Chile, 1966.

JOBET, Julio César; ROJAS, Alejandro Chelén. **Pensamiento teórico y político del Partido Socialista de Chile**. Santiago: Ed. Quimantu, 1972.

_____. **Historia del Partido Socialista de Chile**. 2.ed., Santiago: Ediciones Documentas, 1987.

Documentos Oficiais do Estado

Codigo del Trabajo. Edición Oficial. Editorial Juridica de Chile, 1970.

Diario Oficial de la Republica de Chile – 1972/1973

Filmografia

A batalha do Chile. Produção de Patricio Guzmán. Cuba: Instituto del Arte y la Industria Cinematográficos. Coleção Videofilmes, 1979, 4DVD

Machuca. Direção: Andres Wood. Chile/Espanha, 2004.

Música

QUILAPAYUN. **El Pueblo Unido**, 1973.

Victor Jara. **Venceremos!**

Inti Illimani. **Canción del Poder Popular**

Entrevistas:

Transcrições de Lucas Ochsenius

Ana Gutiérrez – realizada em 08 de agosto de 2010

Carlos Cortez – realizada em 04 de junho de 2009

Doris Viveros – realizada em 07 de junho de 2009

Eugenio Cabrera – realizada em 21 de setembro de 2011

Felix Morales – realizada em 22 de outubro de 2011

Fresia Calderón – realizada em 05 de junho de 2009
Georgina Molina – realizada em 01 de outubro de 2011
Gonzalo Ahumada – realizada em 28 de julho de 2010
Guacolda Rodríguez Riberos – realizada em 10 de outubro de 2011
Guillermo Orrego – realizada em 18 de junho de 2009
Héctor Orellana – realizada em 09 de junho de 2009
Héctor Urrutia – realizada em 02 de outubro de 2011
Hernán Mattos Urrutia – realizada em 16 de outubro de 2011
Hilda Tobar – realizada em 31 de julho de 2010
Hugo Valenzuela – realizada em 10 de junho de 2009
Inocente Santo – realizada em 22 de outubro de 2011
Joaquín Abarzúa – realizada em 29 de junho de 2010
Julio Lepez – realizada em 14 de julho de 2010
Luis González – realizada em 18 de julho de 2010
Luis Orellana – realizada em 03 de agosto de 2010
Luis Tohá – realizada em 22 de outubro de 2011
Manuel Rojas – realizada em 01 de julho de 2010
Marcel Carrasco – realizada em 21 de julho de 2010
Margarita Fernández – realizada em 26 de maio de 2009
Mario Jerez – realizada em 18 de outubro de 2011
Miguel Pizarro – realizada em 08 de julho de 2010
Nora Gómez – realizada em 25 de julho de 2010
Osvaldo Espinoza – realizada em 03 de julho de 2010
Osvaldo Herbach – realizada em 27 de julho de 2010
Ramiro López – realizada em 23 de julho de 2010
Rigoberto Fica – realizada em 18 de julho de 2010
Santimiano Roa – realizada em 25 de setembro de 2011
Víctor Ali – realizada em 01 de julho de 2010

Compilação de entrevistas:

Taller de Acción Cultural. La organización fue como nacer de nuevo. Santiago, septiembre de 1986.

BIBLIOGRAFIA

AGGIO, Alberto. Experiência chilena e via chilena ao socialismo: um estudo crítico da cultura política da Unidade Popular no Chile (1970-1973). **Revista de História**, n. 11, 1992, p. 57-76.

_____. **Frente popular, radicalismo e revolução passiva no Chile**. São Paulo: Annablume, 1999.

_____. **Democracia e socialismo**: a experiência chilena. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2002.

ALEXANDER, Robert J. **A organização do trabalho na América Latina**. Tradução de Rodolfo Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

ALTAMIRANO, Carlos. **Dialética de uma Derrota**. Chile 1970-1973. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ANGELL, Alan. **Partidos políticos y movimiento obrero en Chile**. México: Ediciones Era, 1974.

ARAYA, Marcelo C. **El alba de una revolución**. La izquierda y el proceso de construcción estratégica de la “via chilena al socialismo.” 1956-1970. Santiago: LOM, 2010.

ATRIA, Raul; TAGLE, Matias. (Ed.). **Estado y política en Chile**: ensayos sobre las bases sociales del desarrollo político chileno. Santiago: CPU, 1991.

BAÑO, Rodrigo. Configuración del espacio de las preferências políticas (1958-1989). **FLACSO. Series Estudios Políticos**, n.26, Santiago, mayo 1993.

_____ et al. **Unidad Popular 30 años después**. Santiago: LOM, 2003.

BARRERA, Manuel. **El sindicato industrial: anhelos, metodos de lucha, relaciones con la empresa**. Santiago: Instituto de Organización y Administración, 1965.

_____. Perspectiva histórica de la huelga obrera en Chile. **Cuadernos de la Realidad Nacional**, 9, septiembre de 1971, p.119-155.

_____. **El sindicato industrial como instrumento de lucha de la clase obrera chilena**. Universidad de Chile, Instituto de Economía y Planificación. Santiago, 1971.

BARRÍA, Jorge. **Las relaciones colectivas del trabajo en Chile**. Santiago: INSORA, 1967.

_____. **Temas Laborales**. Santiago: Insora, 1969.

_____. **El movimiento obrero en Chile.** Síntesis histórico-social. Santiago: Universidad Técnica del Estado, 1971.

BATALHA, Cláudio H M. Thompson diante de Marx. In: BOITO JR, Armando. (et. al) **A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações.** SP: Xamã, 2000, p.196.

BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais.** São Paulo: Cortez Editora, 1991.

_____. A autogestão da sociedade prepara-se na autogestão das lutas. **Piá Piou!**, São Paulo, , n.3, Novembro de 2005.

BITAR, Sergio. **Transición, socialismo y democracia: la experiencia chilena.** Mexico: Siglo Veintiuno editores, 1980.

BITAR, S; PIZARRO, C. **La caída de Allende y la huelga de el Teniente.** Santiago, Las Ediciones del Ornitorrinco, 1986.

BORGES. Elisa de Campos. **¡Con la Unidad Popular ahora somos Gobierno!** Experiência dos Cordones Industriales no Chile de Allende. Tese (Doutorado) – UFF, 250 f, 2011.

BORÓN, Atilio. Notas sobre las raíces histórico-estructurales de la movilización política en Chile. **Foro internacional**, vol XVI, n.1, Julio-septiembre 1975, p.92-93.

BRUNO, Lúcia. **O que é autonomia operária.** 3.ed, São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

CANCINO, Hugo. **La problemática del poder popular en el proceso de la vía chilena al socialismo, 1970-1973.** Aarhus: Aarhus University Press, 1988.

CARO, Ximena. **Participación de los trabajadores en la Cia Cervecerias Unidas de Antofagasta.** Memoria para optar al título de asistente social. Universidad de Chile. Antofagasta, 1973.

CASTELAIN, C. Histoire du campamento Nueva Habana. **Espaces et Societés**, Paris, n.15, avril 1975, p.117-131.

CASTELLS, Manuel. “Movimiento de pobladores y lucha de clases en Chile”, **EURE**, Santiago, V. VII, Nº 7, abril de 1973, pp. 9-35.

_____. Movimientos sociales urbanos y la lucha de clases. In: **La lucha de clases en Chile.** Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 1974, p.243-302.

_____. **La lucha de clases en Chile.** Argentina: Siglo XXI, 1974.

_____. **A Questão Urbana.** Tradução: Arlene Caetano. Coleção Pensamento Crítico, v.48. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CHATEAU, Jorge et al. **Espacio y poder**. Los pobladores. Chile: Flacso, 1987.

CHEETMAN, Rosemond. Comandos urbanos: una alternativa de poder socialista. **CIDU** - Universidad Católica de Chile, Documentos de Trabajo, n.65, marzo 1973.

CIDU. Reivindicación urbana y lucha política: los campamentos de pobladores en Santiago de Chile. **Eure**, vol.2, n.6, noviembre-1972, p.55-81.

COFRÉ S., Bóris. **Historia de los pobladores del campamento Nueva La Habana durante la Unidad Popular (1970-1973)**. Tesis para optar al grado académico de Licenciado en Historia y Ciencias Sociales. Santiago, 2007.

CONGER, Amy. **Bienvenido to Nueva Havana**. Santiago Chile, 1972 and 1973. Colorado: Nolvado Press, 2010.

CORDERO, M. Cristina; SADER, Eder; THREFALL, Mónica. Consejo Comunal de Trabajadores y Cordón Cerrillos-Maipú: 1972. Balance y perspectivas de un embrión de poder popular. **CIDU**-Universidad Católica de Chile, Documento de Trabajo n.67, Santiago, agosto de 1973.

CORREA, Sofia. Sistema político y movimiento partidario, 1920-1990. **Proposiciones**, Santiago, n.24, 1994.

CORREA, Sofía; FIGUEROA, Consuelo. (Org.). **Historia del siglo XX chileno: balance paradójal**. Santiago: Editorial Sudamericana, 2001.

CORVALÁN, Luis. **El Gobierno de Salvador Allende**. Santiago: LOM, 2003.

COSTA, Hélio da. **Em busca da memória**. Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo: Editora Página Aberta, 1995.

CURY, Márcia C O. **Julio César Jobet e a cultura política do socialismo chileno (1957-1973)**. 139f. Dissertação (Mestrado em História)-FHDSS, UNESP, Franca, 2007.

DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades. In: Idem (org). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J; PANFICHI, Aldo. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. Idem. **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: UNICAMP, 2006.

DALMÁS, Carine. As brigadas muralistas da experiência chilena: propaganda política e imaginário revolucionário. **História**, vol. 26, n. 2, Franca, 2007.

DEBRAY, Régis. **Conversación con Allende**. México: Siglo XXI, 1973.

DONNER, Patricio. **Cambios sociales y conflicto político: el conflicto político nacional durante el gobierno de Eduardo Frei (1964-1970).** Santiago : CPU, 1984.

ESPINOSA, Juan G.; ZIMBALIST, Andrew S. **Democracia Económica.** La participación de los trabajadores en la industria chilena, 1970-1973. México: Fondo de Cultura Económica, 2ed., 1984.

ESPINOZA, Vicente. **Para una historia de los pobres de la ciudad.** Santiago: Ediciones Sur, 1988.

FARIAS, Victor. **La Izquierda Chilena (1969 – 1973):** Documentos para el Estudio de su Línea Estratégica. Tomo I a VI. Santiago: CEP, 2001.

FAÚNDEZ, Julio. **Izquierdas y democracia en Chile, 1932-1973.** Santiago: Ed. BAT, 1992.

FIORI, J. Campamento Nueva La Habana: estudio de una experiencia de autoadministración de la justicia. **EURE**, Santiago, Vol. III, N° 7, abril de 1983, p.83-101.

FLORES, Jorge R. **La historia de los obreros de la construcción.** Santiago: Programa de Economía de Trabajo (PET), 1993.

_____. **Cristaleros: Recuerdos de un siglo.** Los trabajadores de Cristalerías de Chile, Sindicato N. 2 de Cristalerías de Chile, Programa de Economía de Trabajo (PET), Santiago, 1998.

_____. Los trabajadores en la historiografía chilena: balance y proyecciones. **Revista de Economía y Trabajo.** n.10, PET, 2000, p.47-117.

FONTES, Paulo. **Um Nordeste em São Paulo.** trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66). Rio de Janeiro: FGV, 2008.

LETELIER, Patricio G. Las “tomas” en el acontecer político social de Chile entre 1970 y 1973. **Revista de Ciencias Sociales**, n.42, [?], p. 321-354.

GARCÉS, Mario, MILOS, P. **Cuadernos de historia popular:** serie Historia del movimiento obrero, Santiago, CETRAL/CEAL, 1983.

GARCÉS, Mario. **Movimiento obrero en la década del treinta y el Frente Popular.** Tesis para optar al grado de licenciatura en Historia. Instituto de Historia – PUC/ Chile, Santiago, 1985.

_____. **Tomando su sitio.** El movimiento de pobladores de Santiago, 1957-1970. Colección Movimientos Sociales. Santiago: LOM Ediciones, 2002.

_____. Los movimientos sociales populares en el siglo XX: balance y perspectivas. **Política**, n.43, Primavera 2004, p.13-33.

GARRETÓN, Manuel A. Continuidad y ruptura y vacío teórico ideológico: dos hipótesis sobre el proceso político chileno, 1970-1973. **Revista Mexicana de Sociología**, [s.l.], v. 39, n.4, p. 1292, oct./dic. 1977.

GARRETÓN, Manuel A.; MOULIAN, Tomás. **La unidad popular y el conflicto político en Chile**. Santiago: Ediciones Minga, 1983.

GAUDICHAUD, Franck. **Poder Popular y Cordones Industriales**. Testimonios sobre el movimiento popular urbano, 1970-1973. Santiago: LOM Ediciones, 2004.

_____. La Central Única de Trabajadores, las luchas obreras y los Cordones Industriales en el periodo de la Unidad Popular en Chile (1970-1973). Análisis histórico crítico y Perspectiva. **Universidad Diego Portales**, septiembre, Santiago, 2003.

_____. **Etude sur la dynamique du mouvement social urbain chilien**. “Pouvoir populaire” et Cordons industriels durant le gouvernement de Salvador Allende (1970-1973) Volume I. Thèse pour obtenir le grade de Docteur en Science Politique, Université Paris VIII, St Denis, 2005.

GIUSTI, Jorge. Rasgos organizativos en el poblador marginal urbano latinoamericano. **Revista Mexicana de Sociología**, vol.30, n.1, jan-mar 1968, p.53-77.

_____. Participación popular en Chile: antecedentes para su estudio. Las JAP. **Revista Mexicana de Sociología**, vol.37, n.3, jul-sep 1975, p.767-788.

GOMES, Angela C. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

GONZÁLEZ P, Miguel; TALAVERA, Arturo F. (Ed). **Los mil días de Allende**. Santiago: CEP, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 5ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

_____. **Conselhos de fábrica**. Tradução Marina Borges Severo. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **Cadernos do Cárcere**. V.1, CC 11. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GREZ TOSO, Sergio. **De la “Regeneración del Pueblo” a la huelga general**. Génesis y evolución histórica del movimiento popular en Chile (1810-1890). Santiago: RIL Editores, 2.a edição, 2007.

_____. Autonomía o escudo protector? El movimiento obrero y popular y los mecanismos de conciliación y arbitraje (Chile 1900-1924). **Cyber Humanitates**, 41, Summer, 2007.

HAUPT, Georges. Por que a história do movimento operário? **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.5, n.10, março-agosto, 1985, p. 208-231.

HOBBSBAWM, Eric J. (org). **História do marxismo**. O Marxismo na época da III Internacional: da Internacional Comunista de 1919 às Frentes Populares. RJ: Paz e Terra, 1985.

_____. **Mundos do Trabalho**. Novos Estudos sobre a História Operária. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

JAMES, Daniel. Contos Narrados nas Fronteiras. A História de Doña Maria, História Oral e Questões de Gênero. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando T. da; FORTES, Alexandre. (orgs.) **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2004.

KERHUEL, Yves. L'insurrection de la bourgeoisie. **Les Temps Modernes**. 29 année, n.323, juin 1973, p.1950-1975.

LANDSBERGER, Henry. Do Ideological Differences Have Personal Correlates? A Study of Chilean Labor Leaders at the Local Level. **Economic Development and Cultural Change**, Vol. 16, No. 2, Part 1 (Jan., 1968), pp. 219 -243.

LANDSBERGER, Henry A.; McDANIEL, Tim. Hypermobilization in Chile, 1970-1973. **World Politics**, Vol. 28, N. 4, Jul- 1976.

LÊNIN, V I. **Que fazer?** As questões palpitantes do nosso movimento. São Paulo: Hucitec, 1986.

LUDTKE, Alf. Organizational Order or Eigensinn? Workers' Privacy and Workers' Politics in Imperial Germany. In: WILENTZ, Sean (ed.). **Rites of Power**. Philadelphia: Univ. Pennsylvania Press, 1985, p. 309.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 4ª ed. rev. e amp. São Paulo: Loyola, 2002.

MILOS, Pedro. **Historia y memória**. 2 de abril de 1957. Santiago: LOM Ediciones, 2007.

MORRIS, James O. **Las Elites, los Intelectuales y el Consenso**. Estudio de la Cuestión Social y del Sistema de Relaciones Industriales de Chile. Santiago: Editorial del Pacífico, 1967.

MOULIAN, Tomás. Desarrollo político y estado de compromiso: desajustes y crisis estatal en Chile. **Colección Estudios Cieplan**, v. 8, n.64, p.105-158, jul. 1982.

_____. **La forja de ilusiones**: el sistema de partidos (1932-1973). Santiago: FLACSO, 1993.

MURPHY, Edward. **Historias Poblacionales: hacia una memoria incluyente**. Santiago: LOM Ediciones, 2004.

NUEZ, Iván de la. **La Democracia Cristiana en la historia de Chile**. La Habana: Ciencias Sociales, 1989.

PASTRANA, E, DUQUE, J. La movilización reivindicativa urbana de los sectores populares en Chile. 1964-1972. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Santiago, n.4, diciembre de 1972, p. 259-293.

PASTRANA, Ernesto; THRELFAL, Monica. **Pan, techo y poder**. El movimiento de pobladores en Chile (1970-1973). Ediciones Siap-Planteos, 1974.

PETRAS, James. **Política y fuerzas sociales en el desarrollo chileno**. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1969.

PINTO, Julio; VALDIVIA, Veronica. **Revolución Proletaria o querida chusma?**. Santiago: LOM Ediciones, 2001.

PIZARRO, Crisóstomo. Rol de los sindicatos en Chile. **Estudios Cieplan**, n.22, marzo-1978, p. 5-41.

PUMARINO, Gabriel. Politique du logement et développement urbain au Chili. **Espaces et sociétés**, n.3, juillet 1971, p.123-135.

RAPTIS, Michel. **Quel socialisme au Chili?** Étatisme ou autogestion. Dossier de la participation des travailleurs au processus révolutionnaire du pays. Paris: Editions Anthropos, 1973.

REMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

REZENDE, Vinícius. Tempo, trabalho e conflito social no complexo coureiro-calçadista de Franca-SP (1950-1980). Tese (Doutorado em História), Unicamp, Campinas, 2012.

ROSENKRAZ, Schikler, POLLACK Hernán. **Estrategias políticas divergentes, movilización convergente y sectores medios: la izquierda y la democracia cristiana en Chile, 1963-1973**. México : El Colegio de México, 1976.

ROXBOROUGH, Ian. **Chile: el Estado y la Revolución**. Mexico: Editorial El Manual moderno, 1979.

SADER, Eder. Algunas consideraciones en relación a las nuevas formas de poder popular en poblaciones. **EURE**, vol.3, n.7, abril 1973, p.71-81.

_____. Cordons industriels et pouvoir prolétaire au Chili en 1972. **Les Temps Modernes**, Paris, juin 1975, p. 1777- 1792.

SADER, E, QUEVEDO, S. Algunas consideraciones en torno a las nuevas formas de poder popular en poblaciones. Santiago. **CIDU**. Documento de trabajo N° 57, 1972.

SALAZAR, Gabriel; PINTO, Julio. **Historia Contemporánea de Chile II. Actores, identidad y movimiento.** Serie Historia. Santiago: LOM Ediciones, 1999.

_____. **Labradores, peones y proletários.** Santiago: LOM Ediciones, 2000.

_____. **La violencia política popular en las “Grandes Alamedas”.** Santiago: LOM Ediciones, 2006.

_____. **Del poder constituyente de asalariados e intelectuales.** Chile, siglos XX y XXI. Santiago: LOM Ediciones, 2009.

SEGUEL-BOCCARA, Ingrid. **Les passions politiques au Chili durant l’Unité Populaire (1970-1973).** Essai d’analyse socio-historique. Montreal: L’Harmattan, 1997.

SEPÚLVEDA W., Eduardo. **Gobierno de Frei : primera etapa de la revolución en libertad:** una crónica sobre la organización partidaria, el programa, las realizaciones y frustraciones del primer Gobierno de Chile de la Democracia Cristiana. [Bélgica : s.n., 1984?]

SILVA, Miguel. **Los Cordones Industriales y el Socialismo Desde Abajo.** Santiago, Lizzor, 1998.

SOTO, Sandra Castillo. **Cordones Industriales. Nuevas formas de sociabilidad obrera y organización política popular.** Chile 1970-1973. Colección Historia Vital. Concepción: Ediciones Escapate, 2009.

SWEEZY, Paul. Chile: the question of Power. **Monthly Review**, vol.25, number 7, December 1973.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento.** Movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

THOMPSON, E.P. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **A formação da classe operária inglesa.** A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3 ed.1997, v. 1.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Campinas: Ed Unicamp, 2001.

VANDERSCHUEREN, Franz. Pobladores y conciencia social. Documento de Trabajo. **CIDU**, abril 1971.

_____. Significado político de las Juntas de Vecinos en poblaciones de Santiago. **EURE**, vol. 1, junio 1971, n.2.

VELASCO, Jaime C. **Teoría y práctica de la Democracia Cristiana chilena.** Santiago de Chile : Edit. del Pacífico : Instituto de Estudios Políticos, 1973.

VENEGAS V, Hernán. Crisis econômica y conflictos sociales y políticos em la zona carbonífera, 1918-1931. **Departamento de Investigaciones Científicas y Tecnológicas.**

Santiago: El Departamento, 1993- (Santiago : Universitaria) v. n° 116 (nov. 1997) p. 125-153.

_____. El Partido Comunista de Chile: antecedentes ideológicos de su estrategia hacia la Unidad Popular (1961-1970). **Revista de Historia Social y de las Mentalidades**. Universidad de Santiago de Chile, n.7, vol 2, 2003, p.45-69.

VERGARA, Angela. Precios fijos y raciones: la Anaconda Copper Company en Chile entre 1932 y 1958. **Investigaciones de Historia Económica**, vol.8, n.3, octubre de 2012.

WILSON, Sergio. **La outra ciudad**. De la marginalidad a la participación social. Santiago: Icecoop, 1988.

WINN, Peter. Loosing the chains. Labor and the chilean revolutionary process 1970-1973. **Latin American Perspectives**, Issue 8, vol. III, number 1, winter 1976, p.70-84.

_____. **Tejedores de la revolución**. Los trabajadores de Yarur y la vía chilena al socialismo. Colección Movimientos Sociales. Traducción de Verónica Huerta y Paula Salazar. Santiago: LOM Ediciones, 2004.

WITKER, Alejandro. In: Pablo González Casanova (Coord.) **Historia del movimiento obrero en America Latina**. México: Siglo Veintiuno. Instituto de Investigaciones Sociales de la UNAM, 1984.

YOCELEVSKY R., Ricardo A. **La democracia cristiana chilena y el gobierno de Eduardo Frei (1964-1970)**. México : Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, 1987.

ZAPATA, Francisco. **Las relaciones entre el movimiento obero y el gobierno de Salvador Allende**. México: SEP, 1988.

ZEITLIN, M; PETRAS, J. The Working-Class Vote in Chile: Christian Democracy versus Marxism. In: **The British Journal of Sociology**, Vol. 21, N. 1, Mar., 1970, p.16-29.

_____. Workers control in Chile during Allende's presidency. **Comparative urban research**, vol. III, number 3, 1975-1976, p.21-30.

ZIMBALIST, A; STALLINGS, B. Showdown in Chile. **Review of the month**, vol.25, number 5 , October 1973, p.1-24.

ZIMBALIST, A. Workers control: It's structure under Allende. **Monthly Review**, march 1974, p.39-42.